

# PRÁXIS E INTERCESSÃO

DESAFIOS E POSSIBILIDADES  
DO DISPOSITIVO INTERCESSOR  
NAS POLÍTICAS PÚBLICAS



SILVIO JOSÉ BENELLI (ORG.)

Práxis e intercessão: desafios e possibilidades do dispositivo intercessor nas políticas públicas. BENELLI, Silvio José (org.). Gradus Editora, 2024. 219p. : il. (algumas color.).

978-65-88496-09-1  
CDD 360.00

Palavras-chave: 1. Pesquisa; 2. Psicologia; 3. Bibliografia



A Gradus Editora adota a licença da Creative Commons CC BY: Atribuição-Não Comercial-Sem Derivados - CC BY-NC-ND: Esta licença é a mais restritiva das seis licenças principais, permitindo que os outros façam o download de suas obras e compartilhem-nas desde que deem crédito a você, não as alterem ou façam uso comercial delas.

Direitos reservados à



**GRADUS**  
EDITORA

Rua Luiz Gama, 237, 17054-300 - Vila Independência - Bauru/SP  
Contato (14) 98216-6549 / (14) 3245-7675 graduseditora@gmail.com.br  
www.graduseditora.com

Publicado no Brasil

FICHA TÉCNICA

**Editor-chefe** — Lucas Almeida Dias

**Diagramação e Projeto gráfico** — Natália Huang Azevedo Hypólito

**Capa** — Natália Huang Azevedo Hypólito

**Revisão** — Lucas Almeida Dias

#### COMITÊ EDITORIAL

Prof. Dr. Douglas M. A. de A. P. dos Santos

Profa. Dra. Ana Cláudia Bortolozzi

Profa. Dra. Manuela Costa Melo

Profa. Dra. Ana Beatriz D. Vieira

Dr. Yan Corrêa Rodrigues

Prof. Dr. Luís Rafael Araújo Corrêa

Prof. Dr. Leandro A. dos Santos

Prof. Dra. Renata Cristina L. Andrade

Profa. Dra. Gladys del C. M. Morales

Profa. Dra. Cintya de Oliveira Souza

Profa. Dra. Andreia de B. Machado

Prof. Dr. Carlos Gomes de Castro

Profa. Dra. Janaína Muniz Picolo

Prof. Dr. Thiago Henrique Omena

Prof. Dr. Fábio Roger Vasconcelos

Prof. Dr. Gustavo Schmitt

Profa. Dra. Daniela Marques Saccaro

Profa. Dra. Márcia Lopes Reis

Prof. Dr. Silvio José Benelli

No ano de 2010, o Prof. Dr. Abílio da Costa-Rosa fundou o Laboratório Transdisciplinar de Interação-Pesquisa em Processos de Subjetivação e “Subjetividade da Saúde” (LATIPPSS), para o qual fui convidado a participar, então como pós doutorando. O objetivo era trabalhar com o Dispositivo Intercessor (DI), prosseguindo com sua operacionalização e formalização, partindo da práxis dos trabalhadores que procuravam a universidade para fazer pós-graduação em Psicologia.

Já como docente da Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, Assis, SP, em 2019 assumi a coordenação do LATIPPSS depois do falecimento do Prof. Abílio que ocorreu em 26/11/2018 e continuamos trabalhando inspirados por seu legado. Vários orientandos de mestrado e de doutorado do Prof. Abílio concluíram com êxito seus trabalhos sob a orientação de outros colegas do Programa de Psicologia. Há um grupo de participantes permanentes do LATIPPSS constituído por orientandos do Prof. Abílio e também por meus próprios orientandos que já concluíram seus trabalhos de interação-pesquisa a partir do DI e da produção de dissertações e teses por meio do Dispositivo Intercessor como meio de produção de conhecimento (DImpc).

O Dispositivo Intercessor consiste numa prática, numa estratégia teórico-técnica e ético-política que instrumentalizamos na Pós-Graduação em Psicologia na Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, Assis, SP, com nossos orientandos – trabalhadores das políticas públicas de Assistência Social, de Educação, de Saúde e de Saúde Mental, da Justiça, etc. – que permite o desenvolvimento de interações-pesquisas nos diversos estabelecimentos institucionais nos quais atuam.

Quanto aos seus referenciais teóricos, o trabalhador psicossocial ao buscar se posicionar como intercessor seria um profissional que precisa adquirir, necessariamente, uma formação complexa e ampla. Deverá ser avisado pela Análise Institucional (AI); informado pelo Materialismo Histórico Dialético (MH); prevenido pela Filosofia da Diferença (genealogia e cartografia) e também precavido pela Psicanálise do campo de Freud e Lacan, para realizar práticas de interação norteadas por uma ética que possibilite aos sujeitos se reposicionarem, a partir do tratamento do Real pelas ferramentas do Simbólico, nas conflitivas que atravessam e que os atravessam, promovendo implicação subjetiva e sociocultural. Consideramos que há especificidades que distinguem clínica e política, mas elas podem estar articuladas, sem se anularem ou excluírem mutuamente.

Quanto ao modo de efetivação, o trabalho de interação psicossocial se divide em dois momentos: o DI como práxis transformadora por meio da atuação profissional num dado estabelecimento e o Dispositivo Intercessor como Meio de Produção do Conhecimento (DImpc). Há diferenças entre, por um lado, o momento da interação na práxis institucional em um dado estabelecimento, local de trabalho e de atuação profissional e, por outro, o tempo da pesquisa que, caso venha a ocorrer, será realizada posteriormente. A posição de trabalhador-intercessor numa interação-pesquisa diverge daquela do pesquisador clássico e possui outros objetivos. O intercessor-pesquisador visa à produção de subjetividade da saúde e de saber na práxis, no contexto do seu trabalho institucional.

Num tempo segundo, no caso de um trabalhador que também está na universidade produzindo textos que vão compor a apresentação e defesa de uma dissertação ou de uma tese, a teorização seria feita sobre sua interação na práxis, não sobre objetos de investigação. Produzimos ensaios teórico-conceituais a partir do acompanhamento das interações-pesquisas realizadas pelos orientandos, dos problemas emergentes da operacionalização do

DI nos seus dois momentos constitutivos: a intercessão no âmbito institucional e no plano acadêmico, bem como por meio da revisão da bibliografia.

Contando com a participação de trabalhadores das diversas políticas públicas sociais que buscam a pós-graduação, pretendemos desenvolver, buscar formalizar e operar instrumentalizados pelo Dispositivo Intercessor (DI) para auxiliá-los a realizarem intercessões-pesquisa nos seus diversos estabelecimentos institucionais de trabalho. Visamos promover transformações na realidade institucional e também produzir ensaios conceituais que possam ser inspiradores para outros intercessores. Com o DI, buscamos tanto produzir transformações sociais quanto produzir saberes, por meio de procedimentos diversos e em tempos diferentes, levando em conta alguns questionamentos radicais quanto à relação sujeito-objeto, teoria-prática-práxis, saber-fazer, pensar-poder, não pensar-não poder, visando à formação de trabalhadores psicossociais.

No caso dos trabalhadores da área da Saúde e da Saúde Mental, interessa superar o paradigma hospitalar médico centrado e trata-se de situar-se no campo da Saúde Coletiva, visando à construção de uma Clínica Crítica na perspectiva do Paradigma da Atenção Psicossocial (PPS). Os trabalhadores do campo da Assistência Social, buscando superar as práticas assistencialistas e filantrópicas tradicionais, se localizarão no plano da assistência como política pública, instrumentalizados por uma leitura paradigmática da instituição Assistência Social que lhes permita atuar de modo a potencializar seus aspectos instituintes e potencialmente revolucionários. São processos institucionais nos quais eles buscam se posicionarem como trabalhadores psicossociais intercessores.

Partindo de nossa experiência com o trabalho de orientação da realização dessas intercessões-pesquisa, estamos produzindo algumas contribuições visando explicitar as bases epistemológicas e também formalizar algumas possibilidades dos modos de operar com o Dispositivo Intercessor (DI), pois se trata de um instrumento em construção permanente.

Para essa coletânea, produzimos um ensaio teórico-conceitual a partir da nossa experiência concreta como orientador no Programa de Pós Graduação em Psicologia, no processo de acompanhamento das intercessões-pesquisas realizadas pelos orientandos, bem como realizando um trabalho de revisão de bibliografia pertinente. Um conjunto de impasses que vem emergindo na nossa práxis na universidade, tanto no processo de orientação de pós-graduandos quanto nas bancas de exames de qualificação e de defesas já realizadas, estão exigindo um esforço de equacionamento, o que nos impeliu à reflexão e elaboração teórica, que foram plasmadas nesse texto.

O livro também está composto por 11 ensaios escritos por trabalhadores que são psicólogos, assistentes sociais, psicanalistas, advogados, integrantes do LATIPPSS que buscaram operar com o DI e produzir processos intercessores no contexto das políticas públicas sociais de Assistência Social, da Saúde, da Saúde Mental, das políticas de atendimento aos direitos de crianças e adolescentes e também da área da Justiça. Tais textos derivam de intercessões-pesquisas que estão em andamento e de outras que já foram defendidas como dissertações de mestrado e teses de doutorado em Psicologia na linha de pesquisa “Políticas públicas e produção de subjetividades: processos clínicos e institucionais” do Programa de Pós-Graduação em Psicologia na Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, Assis, SP. Nossa intenção é que tais ensaios sejam inspiradores para outros trabalhadores que também podem ser intercessores.

Agradecemos ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, Assis, SP pelo financiamento desse livro.

Este livro consiste ainda numa homenagem ao Prof. Dr. Abílio da Costa-Rosa, a quem devemos a invenção insurgente do Dispositivo Intercessor.

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>3</b>
<hr/> Prof. Dr. Silvio José Benelli	
<b>OPERANDO COM O DISPOSITIVO INTERCESSOR NA UNIVERSIDADE: DESAFIOS DA PRÁXIS DE UM ORIENTADOR DE TRABALHADORES INTERCESSORES</b>	<b>9</b>
<hr/> Prof. Dr. Silvio José Benelli	
<b>CONTRIBUIÇÕES DO MATERIALISMO HISTÓRICO AO DISPOSITIVO INTERCESSOR: O CONCEITO DE PRÁXIS</b>	<b>35</b>
<hr/> José Guilherme Nogueira Passarinho ; Silvio José Benelli	
<b>ANÁLISE MARXISTA DE UMA EXPERIÊNCIA COMO PSICÓLOGO INTERCEDENDO EM UMA SANTA CASA</b>	<b>53</b>
<hr/> Maico Fernando Costa; Gustavo Henrique Dionísio; Silvio José Benelli	
<b>O TRATAMENTO DO SUJEITO DA PSICOSE NO CAPS: CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE DO CAMPO DE FREUD E LACAN À ATENÇÃO PSICOSSOCIAL</b>	<b>67</b>
<hr/> Sara Mexko; Silvio José Benelli	
<b>OPERANDO COM O DISPOSITIVO INTERCESSOR PARA A MEDIAÇÃO DA LUTA DE CLASSES NO CAMPO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	<b>85</b>
<hr/> Hellen Halivercy de Souza Janegitz; Prof. Dr. Silvio José Benelli	
<b>O DISPOSITIVO INTERCESSOR E ALGUMAS EXPERIÊNCIAS COM OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	<b>107</b>
<hr/> Virgílio Paulo da Silva Alves; Silvio José Benelli	
<b>O TRABALHO DO PSICÓLOGO NA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO: UMA INTERCESSÃO-PESQUISA</b>	<b>125</b>
<hr/> Helder Barros e Souza; Prof. Dr. Silvio José Benelli	
<b>PROTEGER OU PUNIR, EIS A QUESTÃO: A PRÁXIS DE UMA TRABALHADORA-INTERCESSORA NO CONSELHO TUTELAR</b>	<b>147</b>
<hr/> Isabela Dias Monghine; Silvio José Benelli	

**REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA INSTUCIONAL  
DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COMO SUJEITOS DE DIREITOS**

**169**

Juliana Montenegro Brasileiro; Silvio José Benelli; Andrey Marcel Botelho Fiori

---

**A VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE E A GARANTIA DOS DIREITOS DA  
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: UMA PROBLEMATIZAÇÃO DAS PRÁTICAS SOCIAIS**

**185**

Carmen Sílvia Righetti Nóbile; Silvio José Benelli

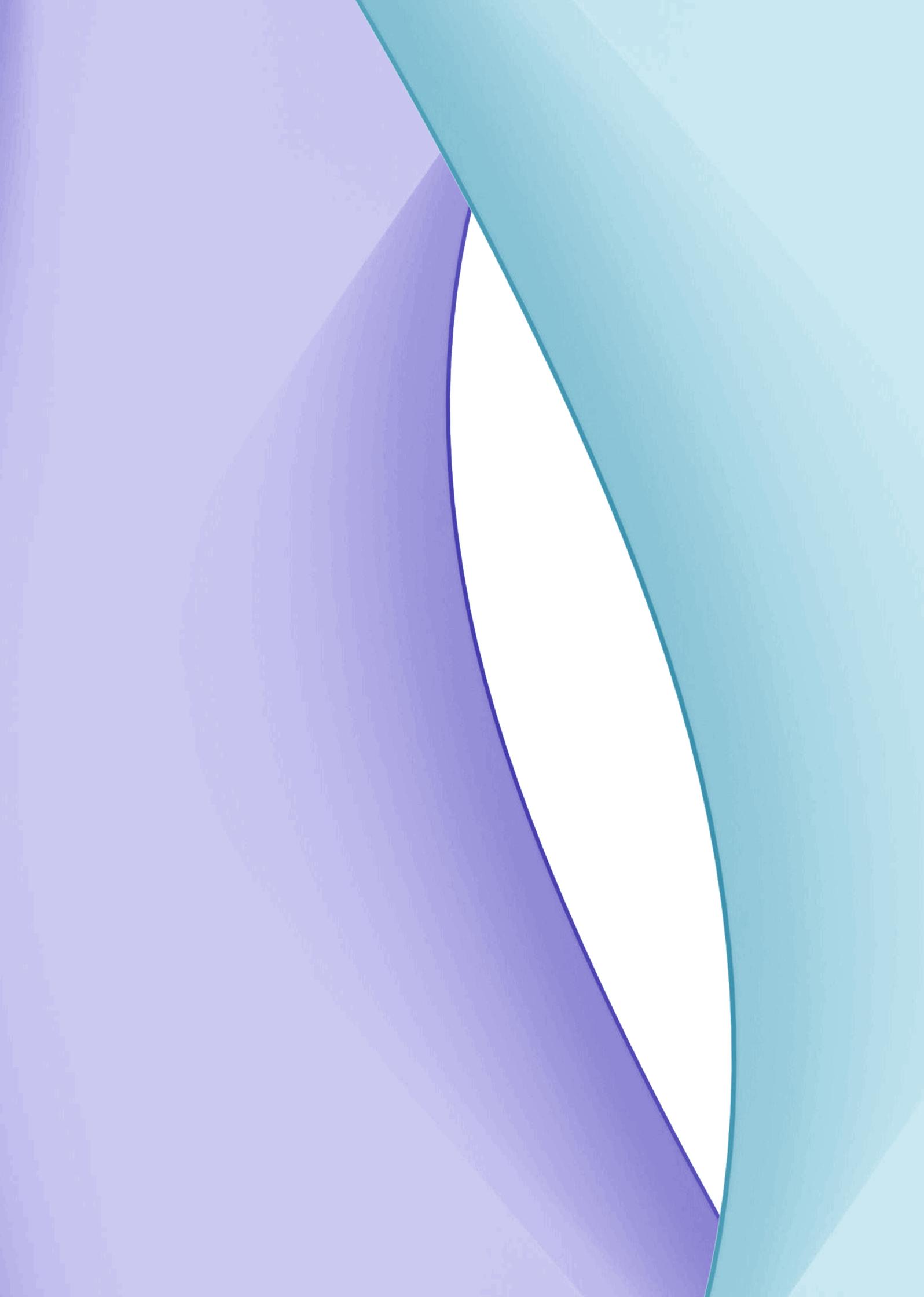
---

**PSICÓLOGOS E ASSISTENTES SOCIAIS OPERANDO COM O  
DISPOSITIVO INTERCESSOR NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**207**

Andrey Marcel Botelho Fiori; Bruna Renata Scarduelli Vieira; Natalia Kerche Avaides; Tatiane Lemos Ramos;  
Silvio José Benelli





# OPERANDO COM O DISPOSITIVO INTERCESSOR NA UNIVERSIDADE: DESAFIOS DA PRÁXIS DE UM ORIENTADOR DE TRABALHADORES INTERCESSORES

[...] é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e a outros (Foucault, 2009, p. 33-34).

Prof. Dr. Silvio José Benelli<sup>1</sup>

## INTERCEDENDO NA PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Nossa experiência como trabalhador localizado na universidade, ocupados com o problemático tripé ensino, pesquisa e extensão, tem nos obrigado a refletir criticamente sobre nossa própria práxis e alguns de seus impasses. O trabalho na Pós-Graduação inclui ministrar cursos, orientar alunos de mestrado e de doutorado e participar de bancas de exame de qualificação e de defesa de mestrado e de doutorado, tanto internas quanto externas, além de participação na gestão do Programa de Pós Graduação em Psicologia. No papel de orientador de pós-graduandos e de integrante em numerosas bancas, observamos alguns fenômenos se repetindo. À luz do Dispositivo Intercessor (DI) (Benelli, 2021), alguns aspectos da práxis que foram emergindo ao longo do tempo, ganharam destaque e também passaram a exigir reflexões, estudos e reposicionamentos.

Nesse ensaio, discutimos um conjunto de aspectos relevantes que constituem parte de um amplo contexto teórico, técnico, ético e político do nosso trabalho de docência, pesquisa e orientação na Pós-Graduação, a partir da nossa práxis com o DI. Procuramos caracterizar algumas diferenças entre o trabalhador e o pesquisador na atualidade; consideramos a dissolução da experiência humana da práxis na dicotomia teoria *versus* prática; discorreremos sobre a função singular das teorias científicas: aplicação *versus* localização crítica; apresentamos um critério que entendemos que permite discernir se estamos operando no plano da práxis, que consiste em uma relação na qual o outro ocupa a posição de sujeito.

Discutimos ainda sobre algumas possibilidades diferentes com relação a situações típicas dos profissionais que procuram pela pós-graduação pretendendo fazer um mestrado ou um doutorado. Apresentamos o DI e suas possibilidades transdisciplinares. Também debatemos sobre alguns analisadores que emergem da nossa práxis com o DI e a intercessão-pesquisa na universidade, tanto com os orientandos, trabalhadores intercessores, quanto com as bancas examinadoras.

<sup>1</sup> Livre Docente em Psicologia Clínica pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Professor Associado do Departamento de Psicologia Clínica do curso de graduação em Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, SP, linha de pesquisa Políticas Públicas e Produção de Subjetividades: processos clínicos e institucionais. Coordenador do Laboratório transdisciplinar de Interação-Pesquisa em Processos de Subjetivação e Subjetividadesaúde (LATIPPSS), inscrito no CNPq.

## ALGUMAS DIFERENÇAS ENTRE O TRABALHADOR SOCIAL E O PESQUISADOR NA ATUALIDADE

Deleuze (2001) explicou a emergência disso que se denomina de “o social”, como se configurou um campo específico de intervenção dos trabalhadores das diversas ciências humanas disciplinares que foram criados para atuarem no âmbito social. Tal fenômeno que parece natural é histórico e datado. Verdès-Leroux (1986) também discutiu sobre construção histórica das práticas, o habitus, o ethos e as formas de intervenção do trabalhador social. Alguns dos trabalhadores sociais seriam os seguintes: policiais, pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, terapeutas ocupacionais, advogados, enfermeiros, professores, oficineiros, cuidadores, educadores sociais, agentes comunitários de saúde, conselheiros tutelares, integrantes de conselhos de políticas públicas, etc.

O que faz um trabalhador social? E o que faz um pesquisador? Começaremos esboçando algumas características diferenciais de ambos na atualidade social capitalista.

Um trabalhador social é alguém que fez uma graduação ou um curso técnico e atua como técnico assalariado num dado estabelecimento, 8hs ou 6hs por dia, 30 ou 40hs por semana, atende pessoas, grupos e famílias, orienta, acompanha, preenche documentos, faz encaminhamentos, toma decisões, aplica protocolos de procedimentos, resolve problemas, participa de reuniões diversas, produz relatórios e, de vez em quando, pode ouvir palestras formativas e participar de algum curso de capacitação. Pode ser concursado, ter feito um processo seletivo, ser um contratado temporário ou microempendedor individual.

Seu empregador/chefe/superior normalmente não lhe oferece livros ou textos, cartilhas ou documentos institucionais, não exige a leitura de textos, não lhe pede que escreva, que participe de eventos acadêmicos/científicos. Não é esperado que o trabalhador social estude, leia e manuseie livros no ambiente de trabalho, muito menos que escreva textos e que publique artigos em revistas científicas. Seu contrato de trabalho não inclui tais atividades. Mas o trabalhador social pode buscar por conta própria algum curso de especialização – às vezes premido pela angústia e dificuldades que aparecem na realização do seu trabalho e/ou então obedecendo ao imperativo do consumo de cursos de capacitação e de aprimoramento –, visando adquirir mais instrumentais técnicos que lhe auxiliem na execução de suas tarefas. Mesmo que faça uma monografia como trabalho de conclusão de um curso de especialização, nem por isso ele se entende como alguém que está autorizado a produzir saber e conhecimento.

Mas porque um trabalhador social comum produziria conhecimentos, escreveria textos? Porque ele o faria? Para que ele o faria? Ele estaria autorizado a fazê-lo?

No mais comum dos casos, não se espera que o trabalhador seja um produtor de conhecimentos, ele não é considerado um pesquisador pelos demais trabalhadores e nem por si mesmo. Aos olhos dos dirigentes do estabelecimento, ele é um técnico, um trabalhador da prática, não é um pesquisador que produz teorias, não é um cientista que produz saber ou conhecimento. O importante no funcionamento do estabelecimento é “que o serviço tem que andar”, é preciso fazer as coisas, atender as pessoas, resolver os problemas. É preciso ser eficiente, prático, resolutivo, apresentar resultados, produzir números, colaborando para que o “serviço” funcione.

A partir das nossas experiências de imersão nos estabelecimentos públicos e privados de Educação, de Saúde e de Assistência Social, recolhemos um discurso que seria típico do ambiente profissional do trabalhador social. A teoria, o trabalhador já a teria aprendido na universidade e o tempo de estudar já passou! No trabalho, é preciso demonstrar e aplicar o que se aprendeu e cumprir de modo efetivo com suas atribuições e tarefas. Normalmente não há tempo para ler, para reuniões de estudos e de discussão de textos. É que na prática, a teoria é

outra! Há muitas coisas para fazer e poucos trabalhadores para dar conta da demanda! Para que servem teorias abstratas criadas por quem não trabalha concretamente com os problemas que afligem a população e que são trazidos ao trabalhador social no estabelecimento onde ele atua? As teorias criadas por pesquisadores da universidade não funcionam na prática do trabalho que precisa ser realizado no estabelecimento. Desse modo, não há porque se ocupar muito com elas! As teorias não são práticas e não respondem aos problemas que o trabalhador enfrenta no seu cotidiano! Não há utilidade em estudar livros complexos que não são operatórios e não se aplicam na realidade imediata do trabalho que precisa ser feito. Se a teoria não ajuda na prática, se ela não pode ser aplicada como técnica de trabalho concreto, ela não serve! Para que gastar tempo com isso?

O que faz um pesquisador?

Um pesquisador da universidade não tem necessariamente um trabalho assalariado num dado estabelecimento. Se puder bancar sua formação ou tiver uma bolsa de pesquisa, ele não trabalha, mas faz pós-graduação, continua estudando na universidade, devendo frequentar as aulas do programa no qual está matriculado. Seu trabalho consiste em desenvolver um projeto de pesquisa, enquanto utiliza uma bolsa de pesquisa, caso a possua. Não se espera que ele trabalhe, mas que leia artigos, livros, teses e dissertações e que desenvolva seu projeto de pesquisa de mestrado ou de doutorado. Ele deve se ocupar com as ideias e se apropriar dos métodos dos autores dos textos que precisa ler.

O pesquisador também deve escrever: deve produzir textos escritos, deve transformar seus textos em pôsteres e resumos, em comunicações científicas que devem ser apresentados em eventos acadêmicos/científicos. Deve produzir e publicar artigos em revistas científicas, capítulos de livros e escrever os textos de sua dissertação ou da sua tese. Escrever e publicar são parte de suas tarefas no processo de sua formação acadêmica. Estar em processo de se tornar mestre ou doutor numa universidade o inclui no plano acadêmico e isso o autoriza a falar, a ensinar, a escrever, a publicar.

O pesquisador vive em meio aos livros, frequenta bibliotecas, é esperado que ele leia e que leia muito. Deve dedicar seu tempo para estudar, ler, pensar, discutir com seus colegas e com seu orientador, para realizar sua pesquisa. Ele escolheu um assunto para estudar e seu orientador lhe ofereceu uma metodologia de pesquisa na qual tem experiência, de modo que o pesquisador aprendiz deve utilizar e aplicar o método escolhido sobre o problema que quer investigar, buscando discutir e resolver um dado problema.

Pode ser que sua pesquisa seja teórica-conceitual, realizada por meio da técnica da revisão da bibliografia. Mas pode haver uma pesquisa de campo, na qual o pesquisador vai a campo, frequentando algumas horas por semana um dado estabelecimento onde faz sua pesquisa e coleta de dados por meio de outras técnicas as mais diversas: de observação; de observação participante, produzindo um diário de observação ou de campo; fazendo entrevistas ou a aplicando testes com diferentes integrantes do estabelecimento, que são nomeados como “sujeitos da pesquisa”, mas que realmente ficam na posição de “objetos” de sua investigação.

Podemos dizer que o trabalhador social está na prática e trabalha, produzindo modificações nas pessoas e intervindo nos problemas sociais. Já o pesquisador estuda e não trabalha, pois se ocupa com teorias, com a produção de pesquisa e de conhecimentos. Como é que essa situação foi construída historicamente? Como foi que chegamos a produzir um trabalhador técnico e um pesquisador acadêmico?

## A DISSOLUÇÃO DA EXPERIÊNCIA HUMANA DA PRÁXIS NA DÍADE TEORIA E PRÁTICA

Lidamos com uma dicotomia chamada *teoria versus prática* que na verdade é uma tríade: *teoria-prática-práxis*. Nesse modo de formular o problema já há uma valoração implícita, pois se começa enunciando a teoria, depois a prática. O terceiro termo, *práxis*, é pouco comum e bastante desconhecido. Mas ele é também o principal.

Houve épocas no passado nas quais os seres humanos eram sujeitos da *práxis*: eles eram trabalhadores/criadores do saber/fazer sobre seu próprio trabalho, atuavam como artesãos que desenvolviam um trabalho criativo, artístico, único, original. Tanto o conhecimento (teoria/saber) quanto o fazer (técnica/prática) eram por eles produzidos e consumidos no ato mesmo de executar seu trabalho.

A **divisão social do trabalho** foi ocorrendo na medida em que a sociedade foi se tornando mais complexa, dizendo respeito à separação das tarefas e das funções econômicas entre os indivíduos de uma dada sociedade. Esta divisão pode ser baseada em vários critérios, incluindo os de gênero, idade, classe social, educação, habilidades, entre outros. Com a divisão social do trabalho ainda havia a experiência da *práxis* entre os seres humanos.

Depois houve outra divisão do trabalho que correspondeu à **divisão técnica do trabalho** com base na especialização de tarefas a partir de funções específicas, com a finalidade de dinamizar e otimizar a produção industrial, visando a sua eficiência e rapidez produtiva. O Taylorismo, o Fordismo e o Toyotismo são exemplares do processo de especialização do trabalho na modalidade capitalista (Martins, 1993; Pinto, 2007).

Podemos constatar que houve uma importante cisão entre a teoria e a prática no desenvolvimento da ciência moderna, fenômeno histórico que coincide com o advento da formação social capitalista e que nela foi extremamente potencializado. Então perdemos a experiência da *práxis*. Na verdade, houve um processo de expropriação do saber/fazer do trabalhador que foi acumulado como conhecimento teórico do especialista, do expert (Baremlitt, 2002). A própria palavra “*práxis*” foi omitida no plano discursivo.

A universidade foi criada como o lugar ocupado por aqueles que passaram a deter o “conhecimento” já cristalizado, que foi convertido em “teoria” desconectada da prática, tornando-se um saber de livros, um saber desencarnado e abstrato, mas formalizados em textos, coagulados como ciência e depositados em bibliotecas. Os professores são aqueles técnicos especialistas que possuíam um conhecimento teórico e sua função seria transmiti-lo aos alunos, depositando um saber formal e abstrato nas novas gerações humanas. A partir de então, se supõe que o conhecimento aprendido na universidade consiste num saber teórico que teria a forma de protocolos de procedimentos que deveriam ser seguidos para sua aplicação na prática. Aprender seria memorizar teorias abstratas que os cientistas/pesquisadores inventaram nos seus laboratórios e escritórios, e trabalhar seria aplicar essas teorias supostamente verdadeiras na prática do trabalho profissional enquanto técnicos.

Desse modo, os trabalhadores foram expropriados do pensamento e da produção do seu próprio saber/fazer para executar seu trabalho e foram reduzidos a tarefeiros obedientes, a meros aplicadores de técnicas e de protocolos de procedimentos, a terminais de execução que não precisam nem devem pensar, pois devem apenas operar de modo eficiente e “fazer o serviço andar”.

Pensar, pesquisar, estudar, produzir conhecimento, fazer dissertações e teses, publicar artigos e livros ficou reservado aos especialistas da academia universitária, que também detém, ao menos em certa medida, o prestígio e o poder de decidir e de mandar. Sua expertise os

autorizaria a exercer um poder de mando sobre os que supostamente não sabem. Essa também é a ideologia dominante, na qual estamos todos imersos.

O que visamos é **retomar a experiência da práxis**, nos autorizando a produzir o saber/fazer de que precisamos para executar nosso trabalho, sobretudo, quando trabalhamos com os seres humanos.

As coordenadas do modo de produção capitalista condicionam as formas e possibilidades de trabalhar na atualidade, isso não pode ser negado. Mas esse condicionamento não é determinante em último grau, de modo que não é impossível tentar subvertê-lo, sem sermos ingênuos nem onipotentes. E essa empreitada de operar na práxis também precisa ser coletivizada.

Precisamos fazer algumas distinções sobre a tríade práxis- teoria-prática.

Não há nada mais prático do que uma boa teoria, por mais inusitado que isso possa parecer. Sobretudo, quando a teoria é produzida por nós mesmos, para resolvermos os problemas com os quais nos enfrentamos.

*Na prática a teoria é sempre outra*, como se costuma dizer. Isso em parte é mesmo verdade. Sempre pode haver uma discordância, uma distância e inclusive, em certos casos, uma grande contradição entre certas teorias e certas práticas. E o saber/fazer é diferente do saber cristalizado sob a forma de conhecimentos contidos em livros e bancos de dados.

Mas, pensemos um pouco nisso: há sempre uma teoria da prática. Não há prática que seja realizada sem uma teoria, mesmo que não explicitamente formalizada, que a fundamente. Pode ser, inclusive, que o trabalhador desconheça a teoria que subsidia a prática que ele está desenvolvendo no seu trabalho. Mas isso não quer dizer que ela não exista e que, mesmo inavertida, não opere seus efeitos.

Prática e teoria são indissolúveis. Podem ser contrárias, diferentes, contraditórias, similares ou adequadamente alinhadas, mas elas estão sempre e visceralmente relacionadas.

Podemos tomar qualquer prática, X, Y, Z e com um pouco de esforço, poderemos inferir, detectar quais seriam as teorias que as fundamentam e as tornam possíveis. Nesse sentido, não haveria como desenvolver práticas de modo atóreo, ou sem teoria nenhuma.

Podemos fazer coisas diversas sem pensar nelas, sem refletir sobre porque as fazemos como fazemos, sem nos perguntarmos pelo seu sentido, ou por seus efeitos. Mas se nos questionarmos: quais são os sentidos daquilo que estamos fazendo, das nossas práticas, já estaremos na direção de buscarmos pelas teorias que fundamentam nossas práticas.

Embora não pareça à primeira vista, não há mesmo nada mais prático que uma boa teoria, sobretudo quando nós mesmos a formulamos para nosso uso, diante das demandas com as quais lidamos. Afirmamos que não há prática sem teoria, nem teoria sem prática. Os seres humanos são atores da práxis, pois todos são seres pensantes e agentes. Pensam e atuam, atuam pensando e, portanto, todos são produtores de saber/fazer. Em toda prática há teorias embutidas, sejam de outros ou nossas, ainda que não formalmente explicitadas. Toda ação supõe perspectivas teóricas, mesmo que implícitas. E essas orientações teóricas subjacentes podem ser detectadas e formalizadas, bem como criticadas e subvertidas, quando for o caso.

## **A FUNÇÃO DAS TEORIAS CIENTÍFICAS: APLICAÇÃO *VERSUS* LOCALIZAÇÃO CRÍTICA**

Provavelmente esse debate não é nada óbvio. É que se trata ainda de outro fato fundamental: a realidade não é transparente para nenhum de nós. Não basta olhar para ver, não é suficiente ter olhos para olhar, de modo que possamos simplesmente entender a realidade.

A realidade é refratária ao olhar simples e desarmado, ingênuo, inercial, que olha de modo indolente, passivo, assistindo o que acontece e o que se faz, sem pensar nisso, agindo de modo automático, funcionando no “piloto automático”, como se diz.

A realidade não é automaticamente evidente. Para saber o que é a realidade, é preciso refletir e pensar, de modo a construir um conhecimento sobre ela. O *sensu comum* é o primeiro tipo de conhecimento que elaboramos para explicar a realidade. O senso comum tem um núcleo importante que consiste no bom senso, na sabedoria prática. Mas também tem um núcleo problemático, constituído pelo preconceito.

O *conhecimento científico* é outro tipo de saber que construímos sobre a realidade, procurando entendê-la, explicá-la e agir sobre ela. Se a realidade fosse evidente em si, não seria preciso nem fazer pesquisa ou sequer haver ciência.

Estudar uma teoria científica tem sua utilidade: pode nos ajudar a ter certa compreensão sobre onde estamos, o que estamos fazendo, porque estamos fazendo o que fazemos; permite que nos localizemos teórica, técnica, conceitual, política e eticamente no campo institucional no qual estamos inseridos por meio de um dado estabelecimento, ajudando a discernir para onde queremos ir e como poderíamos chegar lá. Certamente isso pode ajudar a orientar melhor nossos trabalhos. As teorias formuladas por outros podem ser úteis para tudo isso e não precisam ser rejeitadas, mas também não precisam – nem deveriam – ser mecanicamente aplicadas. Elas não se prestam para isso e podem, no melhor dos casos, ser inspiradoras para nossa própria práxis.

Também é importante conhecer a história da construção do campo no qual estamos inseridos e, por exemplo, investigar quais são os problemas fundamentais da área da Saúde, da Educação, da Política Nacional para Crianças e Adolescentes, da Assistência Social, para nos situarmos adequadamente no nosso trabalho, sem ingenuidade nem arrogância. A partir da perspectiva do DI, os chamados conhecimentos científicos e teóricos teriam essas funções: proporcionar localização avisada, possibilitar o exercício da crítica e fornecer inspiração criativa.

## **UM CRITÉRIO PARA SABER SE ESTAMOS OPERANDO NA PRÁXIS É QUANDO O OUTRO ESTÁ NA POSIÇÃO DE SUJEITO**

Nem toda prática possuiria o estatuto de práxis. Há práticas realizadas pelos trabalhadores que reproduzem o instituído, por meio das quais buscam aplicar mecanicamente conhecimentos e protocolos ou técnicas de procedimentos formais, sem pensar nem problematizar o que fazem. Há práticas alienadas e preconceituosas, improvisadas e baseadas no senso comum. Para que uma prática esteja à altura da práxis, ela precisa ser uma ação na qual se expresse a produção de um saber novo e criativo que é consumido no mesmo ato de sua produção pelos sujeitos que o produzem, um saber que possui valor de uso, visando responder a uma dada problemática.

Chamamos de práxis este fazer no qual o outro ou os outros são visados como seres autônomos [...]. Existe na práxis um por fazer, mas este por fazer é específico: é precisamente o desenvolvimento da autonomia [...] a práxis é por certo, uma atividade consciente, só podendo existir na lucidez; mas ela é diferente da aplicação de um saber preliminar (não podendo justificar-se pela invocação de um tal saber – o que não significa que ela não possa justificar-se) (Castoriadis, 2000, p. 94-95).

A possibilidade do equacionamento do enigma dicotômico teoria *versus* prática está no conceito de práxis. Talvez fosse possível definir conceitualmente “práxis”, como a integração radical do fazer-saber/teoria-prática, que traz em si as possibilidades de transformação da

realidade social numa direção nova, criativa e emancipadora. É sempre desde a posição de sujeito que se opera no plano da práxis.

*É atividade teórica e prática que transforma a natureza e a sociedade. Prática, na medida em que a teoria, como guia da ação, orienta a atividade humana. Teórica, na medida em que esta ação é consciente (Vasquez, 1968, p. 117).*

Alguns dos marcadores importantes que qualificam a práxis de um psicólogo psicossocial seriam os seguintes: a instituição; os processos de subjetivação inconscientes; a classe social e a luta de classes; as relações saber/poder/sujeito – subjetividade; o gênero e a sexualidade; as relações étnico-raciais: relações de alteridade construídas historicamente nos contextos de poder e das hierarquias raciais brasileiras.

A partir do DI, como seria a práxis psicossocial de um psicólogo que procura se orientar pela premissa de que sua atuação transdisciplinar consiste em interceder junto a sujeitos, na área das políticas públicas sociais? Ele se relaciona com os seres humanos a partir da complexidade da sua condição de sujeitos: a) sujeitos que tem direito à Proteção Social ofertada pela política de AS e pela política dos direitos da criança e do adolescente, para o que pode ser útil as ferramentas da Análise institucional; sujeitos que são cidadãos de direito na ordem da política de uma sociedade organizada pelo MCP – que não é uma sociedade garantidora de direitos –, para o que Marx consiste num intercessor muito importante; sujeitos socialmente produzidos em meio a práticas de saberes e poderes, tal como aprendemos com Foucault; sujeitos subjetivados no plano do inconsciente, como explicitaram Freud e Lacan. Sujeitos constituídos a partir de diferentes marcadores: raciais, étnicos, gênero, sexualidades.

Não confundimos a multirreferencialidade e a transdisciplinaridade com ecletismo, mas entendemos que a complexidade da práxis exige que o trabalhador social se aproprie e opere com perspectivas transdisciplinares para poder abordar distintos problemas e vários planos analíticos de modo a se orientar na sua práxis.

O ecletismo permite que o trabalhador adote de modo indiscriminado, todos os métodos, técnicas e crenças disponíveis, utilizando tudo aquilo que lhe parecer mais adequado para resolver os problemas que aparecerem. Nesse sentido, “o eclético lança mão de tudo, sem rigor e sem compromissos, a partir de um plano de compreensão que, este, nunca é questionado: o do senso comum. É neste nível do senso comum que o eclético acha que ‘no fundo’ existe uma unidade entre as teorias e sistemas, que as técnicas e instrumentos se complementam, que eles as avaliam, que eles supõem identificar as necessidades de seus clientes, etc’.” (Figueiredo, 2009, p. 19)”. (Benelli, 2020, p. 156).

## **ALGUMAS POSSIBILIDADES TÍPICAS DO PESQUISADOR E DA PESQUISA NA UNIVERSIDADE**

Vamos apresentar o esboço quanto a algumas possibilidades diferentes com relação a situações típicas dos profissionais que procuram pela pós-graduação pretendendo fazer um mestrado ou um doutorado, o que inclui a produção de uma pesquisa e que classificamos do seguinte modo: a) quando o pós-graduando/pesquisador é um acadêmico; b) quando o pós-graduando/pesquisador é um trabalhador; e c) alguns impasses do trabalhador-pós-graduando/pesquisador.

Essas figuras do pesquisador e de algumas modalidades de pesquisa desenvolvidas na universidade estão relacionadas com algumas perguntas: como se define um dado problema? Quais são as características ou perguntas que permitem configurar algo como um problema? O problema é considerado individual e simples, ou coletivo e complexo? A partir da definição do problema, haveria algumas possíveis formas de lidar com ele: a) ignorar o problema implicaria

em permanecer enredado nos seus impasses; b) debater o problema consiste em problematizá-lo na sua complexidade; c) solucionar o problema visaria eliminá-lo, extingui-lo por meio de técnicas eficazes; d) equacionar o problema é uma estratégia que visa articular os aspectos que compõem o problema numa fórmula ou equação, possibilitando um posicionamento ético que orienta o trabalhador quanto ao seu manejo, sem deixar de incluir o outro como parte integrante da produção de respostas.

## A) QUANDO O PÓS-GRADUANDO/PESQUISADOR É UM ACADÊMICO

Às vezes, o pós-graduando/pesquisador é alguém curioso, um acadêmico que escolheu um determinado assunto e, estando situado na universidade, foi investigá-lo como um estudante de Pós-Graduação, visando obter seu diploma de mestrado ou de doutorado. Não é que isso seja uma prática errada, ela é muito corrente, mas também pode ser problemática!

Podemos denominá-lo de pesquisador-acadêmico tradicional. *É comum que ele seja um estranho ao campo de investigação, alguém que vem de fora do estabelecimento onde pretende estudar algum tema, problema ou “objeto”.* Trata-se de um universitário que pede licença para entrar num certo campo institucional, geralmente por meio de um dado estabelecimento, para estudar um determinado “objeto de investigação”. Por exemplo, ele pode ir fazer pesquisa numa Unidade Básica de Saúde (UBS), num Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), numa escola, etc. Esse costuma ser o caso de um aluno que passa diretamente da graduação para a Pós-Graduação sem ter outras experiências de trabalho profissional. Ou, às vezes, esse ingressante na Pós Graduação pode ser um professor que exerce a docência em faculdades particulares.

Ingressar na Pós-Graduação representa a oportunidade de aprender a desenvolver uma pesquisa e tornar-se um especialista no nível *stricto sensu*, fazendo um mestrado ou um doutorado. Essa também é a oferta institucional veiculada pela Pós-Graduação.

O pesquisador-acadêmico puxa alguns fios soltos, “escolhe” e define um “problema de pesquisa” por gosto e por interesse pessoal, mas o faz como pode, normalmente sem conhecer bem o desenho da trama institucional complexa na qual tais questões estariam inseridas. Seu projeto de pesquisa inicial pode se caracterizar por aspectos bem pragmáticos, pouco elaborados e mesmo ingênuos.

Quando a situação é essa, o fundamental quanto ao projeto de pesquisa, consistiria em distinguir o que é acessório, o secundário, o acidental, daquilo que seria o essencial. Seria possível e necessário diferenciar quais seriam os “componentes” (problemas secundários) que integram aquilo que poderia se configurar como um operador de análise (grande categoria analítica). O pesquisador-acadêmico pode ser mais ou menos exitoso nessa tarefa e a orientação poderia ajudá-lo nesse processo.

Esse pós-graduando/pesquisador acadêmico costuma escolher desenvolver pesquisas quantitativas, qualitativas, utilizando, por exemplo, a teoria das Representações Sociais, técnicas tradicionais de análise do discurso, de entrevistas, normalmente sem definir claramente uma perspectiva teórico-metodológica, política e ética específica e coerente, tendendo para certo ecletismo.

Sua pesquisa pretendia, supostamente, aumentar o cabedal de conhecimentos científicos sobre seu tema de investigação, com base na perspectiva da previsão e da prescrição, aspectos que localizamos no dispositivo intromissor autoritário (Benelli, 2023a). Tudo isso pode ser realizado sem premeditação nem má-fé por parte do pesquisador, mas por desconhecimento,

por tanto, não se trata de culpabilizá-lo, mas de problematizar criticamente essa situação. Quanto aos rumos que podem tomar a produção de uma pesquisa acadêmica tradicional, o orientador e o processo de orientação possuem suas incidências.

## **B) QUANDO O TRABALHADOR VEM PARA A UNIVERSIDADE E SE TORNA UM PÓS-GRADUANDO/PESQUISADOR**

Outra possibilidade é aquela na qual o trabalhador, já tendo concluído uma graduação e tendo começado a atuar na sua área profissional, com mais ou menos anos de experiência, vem para a universidade, visando produzir uma pesquisa. Essa possibilidade se divide em pelos menos três posições típicas.

Há o **pesquisador-acadêmico tradicional que trabalha onde pesquisa** – é alguém que pertence ao grupo institucional, não é estranho e já está localizado no estabelecimento como um integrante da equipe de trabalhadores. Ele não precisa solicitar autorização para o acesso ao estabelecimento. Mas nem sempre está interessado em problematizar de um modo sistemático e estrutural o campo institucional mais amplo no qual se localiza o estabelecimento onde trabalha. Pode optar por ocupar-se em estudar ou discutir questões secundárias, às vezes sem ter intensão deliberada nessa escolha, sobretudo porque pode lhe faltar acúmulo teórico-conceitual que lhe permita ter um conhecimento considerável sobre a área temática na qual trabalha. Pode lhe faltar justamente uma perspectiva institucional mais ampla sobre seu campo de atuação. Normalmente, está mais interessado em adquirir títulos acadêmicos, visando basicamente ascender no plano de carreira, melhorar sua situação financeira e também para obter algum prestígio e reconhecimento social. Pesquisas quali-quantitativas ou de Representações Sociais, visando à produção de conhecimentos científicos, costumam ser as preferidas, também derivando para o ecletismo.

Mas há também o **trabalhador implicado que se torna pesquisador-acadêmico** – é aquele que quer se aprimorar enquanto trabalhador buscando formação junto à universidade, premido pela angústia que experimenta no trabalho, supondo que sua formação universitária inicial foi algo fraca e que ela não o teria instrumentalizado para trabalhar com eficiência. Ele deseja se apropriar de métodos e técnicas científicas, comprovadas e eficazes que, ao serem aplicadas na prática, lhe permitiram produzir melhoras efetivas, práticas e visíveis no estabelecimento e na clientela por meio de sua atuação profissional. Pesquisas dialéticas, sócio-históricas, pesquisação, análise institucional, podem ser empreendidas por esse trabalhador. O pesquisador manifesta engajamento ético e militância, concebendo a pesquisa científica como capaz de produzir transformações na realidade social.

Quando o trabalhador é alguém que investiga aquilo com que trabalha, ele difere de um pesquisador-acadêmico tradicional comum que pede licença para entrar em um estabelecimento institucional determinado, para ali poder realizar uma investigação. Sendo um trabalhador que pesquisa sobre seu próprio trabalho, pode ser que ele venha para a universidade buscando instrumentos para pensar e problematizar seu próprio trabalho. Portanto, pode ser que se trate de um trabalhador-pesquisador, já bastante implicado com seu próprio trabalho e muito próximo da posição do trabalhador-intercessor.

Há ainda uma terceira posição, que denominamos de **trabalhador-intercessor** – é aquele que, situado no seu campo de trabalho, procura problematizar sua própria práxis, posicionando-se de modo avisado, prevenido, precavido e informado sobre a trama institucional complexa

na qual opera, incluindo seus planos conjunturais e estruturais, com suas dimensões sociais, históricas e pulsionais. Orienta-se por uma perspectiva transdisciplinar. Essa possibilidade representa uma opção que tanto o **pesquisador que trabalha onde pesquisa** quanto o **pesquisador trabalhador** podem vir a fazer, conforme lhes seja apresentada uma oferta à qual possam responder com um reposicionamento ético e político quanto ao que é a pesquisa, para que serve e como pode ser realizada. De acordo com nossa experiência, ainda não parece muito comum que um pesquisador chegue à universidade já na posição do trabalhador intercessor, embora acreditemos que haveria muitos trabalhadores que poderiam ser considerados intercessores inadvertidos. É preciso que o DI lhe seja explicitamente apresentado como uma possibilidade de realizar tanto uma intercessão-pesquisa no estabelecimento onde trabalha quanto uma pesquisa-intercessão no contexto acadêmico da Pós-Graduação.

Os trabalhadores que consideramos como intercessores inadvertidos são aqueles que já se posicionam como intercessores no seu trabalho, não adotam posturas e modalidades disciplinares intromissoras autoritárias, nem interventoras pedagógicas-terapêuticas e já superaram os limites das possibilidades pedagógico-politizantes de práticas de atuação mais comuns nas áreas das políticas públicas de Saúde, de Assistência Social, de Educação, etc. (Benelli, 2020, 2022, 2023b). Mesmo sem teorizar sistematicamente sobre sua práxis, já estão em movimentos de superação das éticas da tutela, da conversação, da ação social, do cuidado e se orientariam no sentido da ética do sujeito (Benelli, 2014) e das práticas intercessoras na sua atuação profissional no seu cotidiano institucional. Como considerou Lacan (1993, p. 20). “[...] uma prática não precisa ser esclarecida para operar; é o que se pode deduzir”, ela pode ser implícita e mesmo assim, ser efetiva. Mas essa prática pode ser formalizada, como procuramos fazer de modo avisado: “É indispensável que o analista seja ao menos dois. O analista para ter efeitos, e o analista que esses efeitos teoriza” (Lacan, 1974-1975, p. 5). Trabalhamos pensando nos efeitos éticos que produzimos e procuramos explicar o que pretendemos fazer, dando as razões que nos movem, corrigindo nossos equívocos e reorientando nossa rota por meio de reposicionamentos éticos.

### **C) ALGUNS IMPASSES DO TRABALHADOR-PÓS-GRADUANDO/PESQUISADOR**

Estudar e problematizar o próprio contexto institucional de trabalho pode ser uma proposta bem complicada. Isso não é impossível, mas tem seus riscos e problemas. Há implicações éticas e políticas importantes envolvidas numa pesquisa assim. Há também consequências institucionais diversas: a pesquisa pode ser recebida de muitas formas, o que pode trazer dificuldades para o trabalhador-pós-graduando/pesquisador. Se fizer uma análise crítica sobre o modo de funcionamento e os efeitos produzidos pelo estabelecimento no qual trabalha, ele poderá ser mal interpretado, poderá ser visto como um traidor, como alguém ressentido que denuncia e expõe publicamente, problemas que depõem contra seu local de atuação, seus colegas e seus superiores. Ele pode ser considerado como um ingrato, como alguém que rompeu com o pacto do corporativismo coletivo. Pode passar a sofrer pressões diversas e até ser demitido.

Vejam algumas figuras possíveis quanto a tais impasses!

a) Figura do trabalhador-pesquisador “cabeça-feita”: esse tipo de trabalhador-pesquisador estaria plenamente convencido da importância, da correção e da absoluta pertinência da instituição e do estabelecimento no qual trabalha, apresentando-se como um fiel devoto e

defensor da instituição, como aquele que “veste a camisa da empresa”, que se posiciona “em defesa de uma causa”. Um fã ardoroso adotará, sem dúvida, uma postura muito positiva, muito elogiosa, mas também muito parcial quanto à caracterização da instituição, dos seus estabelecimentos, dos seus modos de funcionamento e quanto aos efeitos que se produzem. Sobretudo, economizará, ocultará, ou mesmo, poderá não enxergar nem tematizar os limites, os problemas, os impasses e as dificuldades institucionais com as quais convive. Como um bom “garoto-propaganda”, exaltará apenas as funções positivas que constituem o discurso institucional oficial. Seus juízos de valor, apreciações moralistas e preconceitos pessoais, seus valores pessoais, sobretudo os de tonalidade mais conservadoras – quando não francamente reacionários –, se mesclarão com sua discussão pseudo acadêmica, recheadas de afirmações típicas do senso comum. Escreverá num estilo panfletário e publicitário. Ele busca aprimorar a dinâmica de funcionamento do estabelecimento no qual trabalha de modo a que ele funcione bem! O mais importante para ele consiste em fundamentar bem a defesa da instituição, dos seus estabelecimentos e de suas práticas! Permanece no plano da relação sujeito (pesquisador/sabedor) *versus* objeto (instituição, estabelecimento, trabalho).

b) Figura do trabalhador-pesquisador “em cima do muro”: por outro lado, já prevendo todo um conjunto de problemas que sua pesquisa poderia causar-lhe, esse trabalhador-pesquisador poderia fazer uma pesquisa um pouco menos crítica, mais temperada e condescende, limitando suas análises e problematizações, mantendo-se num plano mais ou menos ambíguo, apresentando as questões, mas sempre matizando e suavizando as arestas, utilizando argumentos justificadores e compondo um texto mais contemporizador. Suas análises críticas seriam amenizadas por considerações que as relativizam, revelando uma atitude de adaptação e acomodação às atuais circunstâncias. Costuma tratar-se de um trabalho acadêmico bastante ingênuo, pouco crítico e eclético: inclui e mistura diferentes autores e perspectivas, sem se posicionar muito, permanecendo ambíguo, fugidio, alusivo, vago. Ele parece acreditar que se podem corrigir pequenos problemas e que, com boa vontade, o estabelecimento poderia funcionar melhor. Também permanece no plano da relação sujeito (pesquisador/sabedor) *versus* objeto (instituição, estabelecimento, trabalho).

c) Figura do trabalhador-pesquisador “crítico e avisado”: partindo da adoção de um posicionamento ético-político crítico, escolhe uma perspectiva teórica-conceitual potente que lhe permitiria problematizar com competência a complexidade da instituição e do estabelecimento, caracterizaria seus limites, problemas, impasses e dificuldades institucionais. Isso lhe permitiria situar-se de modo localizado quanto ao contexto institucional no qual desenvolve sua práxis, evitando assim tanto a impotência pessoal quanto o exercício de um poder opressivo com relação aos sujeitos-usuários. Para tanto, ao se basear numa sólida bibliografia nacional e internacional sobre instituições similares àquela na qual trabalha e investiga, ao sustentar uma argumentação analítica problematizadora, se faz acompanhar por numerosos interlocutores da bibliografia, evitando a situação de isolamento que o fragilizaria e o deixaria exposto aos mais diversos ataques. Isso não impedirá que possa sofrer retaliações diversas, mas sua implicação subjetiva e social e suas alianças intercessoras o ajudam a sustentar sua posição, evitando a impotência por meio de um manejo criativo do impossível. Como pretende problematizar e formalizar sua própria práxis buscaria superar a relação sujeito-objeto, partindo do postulado de que todo conhecimento é também autoconhecimento (Galiego & Costa-Rosa, 2018). Ele não estuda objetos institucionais, mas debate, questiona e revisa sua própria práxis, analisa e problematiza suas implicações institucionais. Sua pretensão é inspirar outros trabalhadores por meio dos exemplos das alternativas que construiu, sem se propor como modelo a ser copiado.

## O DISPOSITIVO INTERCESSOR (DI) E SUAS POSSIBILIDADES TRANSDISCIPLINARES

Não é errado, nem inadequado – muito pelo contrário! – ser um trabalhador-pesquisador de um estabelecimento institucional. Mas isso inclui, necessariamente, o que em AI é chamado de “análise da implicação” e da “sobreimplicação”.

O Estado e a sociedade encomendam para o trabalhador social um mandato messiânico: ele deve desenvolver um trabalho que pudesse fundamentar novas políticas públicas a fim de conter a violência, prevenir, promover, educar, tratar, curar, cuidar e proteger a sociedade. Ele deveria, com sua ação técnica, resolver os problemas sociais do território, alterando os índices negativos num sentido positivo: conter a violência, diminuir os conflitos, amenizar a pobreza, melhorar a convivência social, resgatar, recuperar, reinserir, ressocializar, recuperar a saúde, fazer aprender, comportar-se adequadamente, trabalhar honestamente, etc.

[...] a implicação é um nó de relações sempre presente no campo de qualquer pesquisa-intervenção. O que interessa à Análise Institucional é a análise de implicações, as pertencas, as referências, as motivações, os investimentos libidinais sempre produzidos nos encontros, nas relações, na história. [...] a sobreimplicação é, ao contrário, uma dificuldade de análise [...] (Coimbra & Nascimento, 2007, p. 4).

### A sobreimplicação inclui

[...] as situações-limite no atendimento a uma enorme demanda, quando se forjam as urgências, as necessidades de se solucionar rápida e competentemente os casos que chegam até nós e a esses estabelecimentos. Apontaremos a presença de dois dispositivos que podem estar contribuindo para práticas de sobreimplicação: o acúmulo de tarefas e a produção de urgências. Ambos, em muitos momentos, impõem e naturalizam a necessidade de respostas rápidas e competentes tecnicamente, podendo estar afirmando, assim, um certo ativismo. Tal funcionamento atende com perfeição à lógica capitalista contemporânea, onde o tempo cada vez mais se comprime e se acelera, onde se naturaliza o modo de ser perito e onde a flexibilização das tarefas torna-se uma obrigatoriedade (Coimbra & Nascimento, 2007, p. 2).

A *ingenuidade* pode levar o trabalhador social a assumir o mandato messiânico de modo *onipotente*. O trabalhador por acreditar na injunção messiânica que lhe é apresentada, pode tentar ocupar o lugar de mestre (discurso do mestre): “eu ordeno”; ou de especialista (discurso universitário): “eu sei o que é o melhor para o outro”.

[...] O profissional sobreimplicado responde a uma demanda instituída, ocupa um lugar que lhe foi designado. Sua forma de perceber o que deve fazer no dia a dia se dá numa situação que produz urgência, ao mesmo tempo em que é atravessado pela ilusão participacionista, pela esperança depositada em seus ombros (Coimbra & Nascimento, 2007, p. 10).

Caso ele desconheça, ignore ou negue a complexidade da vida social capitalista, certamente cairá na *impotência*, dizendo, entre outras coisas: “não sei o que fazer, não fui bem preparado para esse trabalho, minha formação foi deficiente, essas pessoas são muito resistentes, não querem nada com nada, não aceitam nenhuma proposta, nada que proponho tem aderência nem funciona”. Isso poderá torna-lo amargo, pessimista, cínico, indiferente aos efeitos do próprio trabalho.

Pretendemos mostrar como a impotência em sustentar autenticamente uma práxis reduz-se, como é comum na história dos homens, ao exercício de um poder (Lacan, 1988, p. 592).

Querer o bem do outro, fazer o bem para o outro, querer pelo outro, fortalecer a autoestima, aumentar a resiliência, fomentar a capacidade de adaptação... O trabalhador social se esforça e se frustra, podendo passar a utilizar práticas punitivas e repressivas. A alternativa consiste no manejo de um trabalho social que opere no plano do impossível (Pereira, 2018). Trata-se de não incidir na sobreimplicação e superar a implicação militante por meio da transversalidade (Simonini & Romagnoli, 2018).

O trabalhador social disciplinar se intromete e quer intervir visando governar, educar, tratar, cuidar e curar o outro por meio de práticas moralistas, pedagógicas e terapêuticas. O trabalhador social transdisciplinar, precavido sobre a impossibilidade dessa perspectiva, evita a armadilha da impotência e se propõe a interceder junto ao sujeito, que deve ocupar a posição de protagonista, tanto no plano das formações sociais quanto no das formações subjetivas (Benelli, 2019).

Uma possibilidade de instrumentalizar de um modo pertinente um trabalhador-pesquisador pode ser encontrada na perspectiva do DI. O DI consiste numa formulação original do Prof. Dr. Abílio da Costa-Rosa<sup>2</sup>, docente do Departamento de Psicologia Clínica e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Sociedade da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, São Paulo, infelizmente falecido em 26/11/2018.

O DI não consiste fundamentalmente numa “teoria” que se possa aplicar. O DI consiste numa práxis (fazer/saber), é uma prática que trabalhadores podem desenvolver, uma prática que é orientada pelo pensamento eticamente situado e sobre a qual também é possível dar razão das ações realizadas e de suas modalidades. É possível escrever sobre o que fazemos como trabalhadores, descrever nossas ações, seus efeitos, incluindo o contexto institucional no qual elas são realizadas. Um diário de campo pode ser útil para que um trabalhador retome, no plano do pensamento, suas ações efetivas de trabalho, procurando refletir sobre os efeitos que está produzindo, junto com sua equipe de trabalhadores, com os sujeitos-usuários, com a equipe de gestão, com equipes de outros estabelecimentos do território.

O DI é uma estratégia operatória, prática, efetiva, serve para a ação, para realizar ações com outras pessoas, para imprimir sentidos específicos em processos de trabalho. Mas também é possível teorizar sobre essa estratégia de trabalho singular, partindo da experiência concreta do trabalho social que desenvolvemos nos diversos estabelecimentos assistenciais.

Rigorosamente, não deveríamos antropomorfizar o DI, como se ele fosse um sujeito capaz de ação, escrevendo coisas como “O DI tem, o DI faz, o DI produz, o DI indica, O DI prega”. O DI não é uma teoria sistemática, completa, pronta, descolada do cotidiano de trabalho concreto que alguém possa aprender e aplicar no seu trabalho. O DI é uma estratégia que o trabalhador pode utilizar, é uma ferramenta de trabalho, é um aparelho, não é um conjunto de ideias abstratas que constam em livros, em teses e dissertações. Não é uma “escola de pensamento”, nem uma nova moda acadêmica, nem constitui um conjunto de conceitos teóricos abstratos que podem ser aprendidos e depois aplicados.

É mais adequado se apropriar da tecnologia social que configura o DI e procurar operar com ela no cotidiano de trabalho. A partir do DI, como estratégia teórica, técnica, ética e política, podemos desenvolver processos de intercessão no nosso trabalho, nas mais diferentes áreas institucionais, tais como são as da Saúde, da Saúde Mental, da Educação, da Assistência Social, da Justiça, etc.

É possível aprender sobre como funciona e o que se pode produzir utilizando a estratégia do DI lendo os relatos e reflexões produzidas por outros trabalhadores intercessores que já exercitaram esse dispositivo em tentativas de realizar experiências de intercessões institucionais diversas. Esses relatos podem ser inspiradores, pois incluem um conjunto de pistas, de coordenadas, de princípios éticos já experimentados, vivenciados, efetivamente praticados.

2 A “Carta de fundação do Laboratório Transdisciplinar de Intercessão-Pesquisa em Processos de Subjetivação e “Subjetividade da saúde” (LATIPPSS)” escrita pelo Prof. Abílio, bem como trabalhos inéditos sobre o tema foram publicados num número especial da Revista de Psicologia da UNESP organizado pelo coletivo do Laboratório. Cf. em: <http://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/issue/view/88>.

Tornar-se um trabalhador intercessor exige um conjunto de aspectos: (a) o primeiro consiste em assumir uma implicação ética com o sujeito, pois, no trabalho que realizamos, o outro deve ocupar o lugar de sujeito, não de objeto de governo, de educação, de cura, de cuidado, de tutela, de assistido, de protegido.

É preciso ainda (b) adotar uma perspectiva institucionalista no próprio trabalho, estando atendo ao não-sabido quanto ao plano institucional no qual atuamos e que condiciona e orienta nossas práticas. As *pulsões da demanda social e suas tensões* atravessam (plano do instituído) e transversalizam (plano do instituinte) as instituições e as organizações, os estabelecimentos e os equipamentos, os discursos e práticas, as encomendas, bem como os atores institucionais que os produzem e reproduzem no cotidiano – não sabido sobre o plano da rede de instituições que compõem o tecido social – contemplado pela Análise Institucional.

Também é importante (c) dar-se conta do não-sabido da formação social, que consiste na luta de classes no contexto da sociedade capitalista. A realidade da luta de classes – não-sabido sobre a dinâmica essencial das formações sociais capitalista –, foi explicitada por Marx.

É muito relevante que o trabalhador intercessor (d) considere a dimensão do saber do inconsciente enquanto campo pulsional e desejante – não-sabido sobre as formações subjetivas –, mapeadas por Freud e Lacan

Finalmente, deve (e) estar atento quanto as relações saber/poder/sujeito – não-sabido sobre as relações microfísicas imanentes e históricas que operam nas relações sociais – cartografadas por Foucault, Deleuze e Guattari, que integram o campo da Filosofia da Diferença.

Para tanto, é útil se apropriar de contribuições da Análise Institucional, do Materialismo Histórico, da Psicanálise do campo de Freud e Lacan, da Genealogia e da Cartografia, tomando-as como referências teóricas e práticas que possibilitam o exercício da práxis, pois consideramos que se trata de perspectivas transdisciplinares potentes, de intercessores capazes de ajudarem a subverter as características disciplinares da Psicologia e da sua clínica normalizadora e reguladora.

A execução de uma intercessão-pesquisa se desdobra em dois momentos. O primeiro é relacionado à “intercessão propriamente dita”, no qual o trabalhador, precavido pelos referenciais do DI, atua implicado com os processos de trabalho e os seus efeitos, atento aos aspectos institucionais do estabelecimento no qual está inserido, dedicando-se à produção de transformações pessoais, institucionais e sociais, conforme as brechas instituintes disponíveis no campo de atuação. Já o segundo momento da intercessão é nomeado de Dispositivo Intercessor como Modo de Produção de Conhecimento (DImpc), sendo que a divisão dos tempos na intercessão-pesquisa ocorre de modo lógico e não cronológico, pois há uma implicação subjetiva entre o tempo da intercessão e o tempo do DImpc.

O DImpc é pautado na reflexão e produção teórica, a partir da experiência intercessora realizada (Galiego & Costa-Rosa, 2018). Trata-se de um momento marcado pela formalização da escrita, que se mantém fiel à problematização das vivências no trabalho. Não se trata de escrever sobre os demais, tomados como objetos, mas de formalizar sua própria práxis. Desse trabalho de escrita resulta um texto dissertativo direcionado à Universidade, quando o trabalhador está vinculado a um programa de pós-graduação e que exige um produto textual que atenda o rigor científico necessário. Este segundo momento também inclui uma intercessão, mas junto à práxis da Universidade que, em sua forma hegemônica de operação, não costuma diferir da modalidade capitalista em geral.

## ALGUNS ANALISADORES EMERGENTES DA PRÁXIS COM O DI E A INTERCESSÃO-PESQUISA NA UNIVERSIDADE

Nossa experiência com a intercessão-pesquisa na universidade, tanto no processo de orientação de pós-graduandos quanto com as bancas examinadoras têm nos obrigado a produzir algumas reflexões, de modo a que possamos nos localizar e nos reposicionarmos em nossa atuação. Além de diversas intercessões-pesquisas em andamento, já temos 06 orientações de intercessões-pesquisa de mestrado concluídas (Monghine, 2024; Vieira, 2023; Janegitz, 2022; Proença, 2020; Souza, 2019) e 02 orientações de intercessões-pesquisa de doutorado concluídas (Mexko, 2021; Shimogui, 2020). Também participamos de 3 bancas de intercessões-pesquisa realizadas a partir do DI e orientadas por colegas (Cruz, 2021; Costa, 2021; Périco, 2021).

O processo de orientação dos pós-graduandos exige uma atenção intercessora e também possui seus impasses! Há que fazer a oferta do DI como um modo de operar no estabelecimento institucional no qual o trabalhador atua e também como modalidade de produção de saber sobre sua própria práxis. Para tanto, é preciso, entre outros debates, problematizar as modalidades de pesquisas disciplinares que são desenvolvidas na universidade e seus efeitos éticos (Benelli, 2019). A tarefa consiste em introduzi-los numa perspectiva transdisciplinar de atuação profissional e de produção de textos no formato de ensaios, num processo de pesquisar-se e não de pesquisar sobre sujeitos tomados como objetos.

Cada um dos trabalhadores sociais que se dispõem a desenvolver uma intercessão-pesquisa precisa fazer um intenso esforço de apropriação teórica e conceitual, técnica e prática na sua própria área, mas orientados por uma ética do sujeito. Esses trabalhadores sociais precisam estudar e se autoformarem nas suas áreas específicas, inclusive fazendo a crítica da sua área disciplina, procurando subverte-la numa direção instituinte e criativa.

Além disso, precisam se apropriar de contribuições pertinentes da Análise Institucional (Lourau e Lapassade), do Materialismo Histórico (MH), da psicanálise do campo de Freud e Lacan, e da Filosofia da Diferença (Foucault, Deleuze e Guattari), visando qualificar sua práxis por meio da apropriação de instrumentos complexos, de modo a produzirem intercessões no seu contexto institucional de atuação profissional. A instituição, a luta de classes, o sujeito do inconsciente e as relações subjetivantes de saberes e poderes constituem os quatros pilares fundamentais do DI que devem ser considerados na práxis de um trabalhador intecessor.

É certo que o trabalhador social é e pode agir como um produtor de saber na práxis e de conhecimento teórico, dando razões da sua práxis, por meio da produção de textos escritos. Também é fato que nada no plano do trabalho explorado capitalista facilita esse tipo de atividade. Notamos que os cursos de graduação também não estão auxiliando o estudante/futuro trabalhador social a se apropriar das técnicas da produção de textos escritos. Não costuma haver nada de específico nos cursos de graduação que tenha como objetivo oferecer aos estudantes as técnicas da produção dos textos escritos. Essas lacunas e dificuldades terão que ser enfrentadas e superadas.

Percebemos que mesmo pós-graduandos que já concluíram suas dissertações de mestrado, quando devem escrever os textos de suas teses de doutorado não costumam demonstrar uma boa apropriação da escrita de textos acadêmicos, que sejam corretos do ponto de vista da ortografia, da gramática e com um uso adequado do rico léxico da língua portuguesa. Seja justo esperar que alguém que já passou pela experiência de escrever uma dissertação de mestrado demonstrasse uma maior habilidade com a produção dos textos que comporão sua tese. Como em outros casos, a prática intensa da escrita leva ao seu aprimoramento. E muita leitura também favorece esse processo.

Escrever é uma habilidade que pode ser aprendida e desenvolvida. Escrever bons textos acadêmicos não é fruto de algum talento inato com o qual nascem algumas pessoas iluminadas. Um leitor dedicado é alguém que pode vir a ser um bom escritor, tanto porque pode, por meio da leitura, adquirir um vocabulário vasto para expressar as coisas que precisa escrever, quanto pela atenção que dedica ao estilo e à forma de escrita dos autores dos textos que lê.

Há técnicas específicas que devem ser aprendidas para a produção de textos acadêmicos. Há livros e artigos (Pécora, 1992; Botomé, Kubo & Cortegoso, 2000; Koch & Elias, 2016; Meira, 2023) que tratam do assunto e também existem cursos com essa finalidade. Os pós-graduandos precisam se ocupar com esse fato: todos precisam fazer esforços para se apropriar das técnicas da produção de textos acadêmicos. As muitas dificuldades quanto à produção dos textos para as dissertações e teses precisam ser solucionadas por meio de um trabalho metódico e persistente.

Um dos momentos do DI é o da práxis intercessora como trabalhador social operando concretamente num dado estabelecimento da área das políticas públicas de Saúde, de Assistência Social, da Educação, etc. Quando tais trabalhadores estão num programa de Pós-Graduação, também devem produzir os ensaios necessários para dar testemunho da sua apropriação e operação com o DI, textos que comporão suas dissertações de mestrado e teses de doutorado. Esse tempo segundo é aquele denominado de DImpc. Ele consiste na oportunidade na qual podem interceder junto à universidade e ao conhecimento acadêmico, encarnados pelos integrantes da banca examinadora.

Alguns desafios que temos enfrentado com a orientação dos trabalhadores/pós-graduandos seriam os seguintes: a) desenvolver a habilidade de produzir textos numa linguagem acadêmica e no formato de ensaios; b) auxiliar a que possam desenvolver uma compreensão crítica e paradigmática do seu campo particular de inserção institucional como trabalhadores; c) que consigam problematizar as possibilidades e os limites de sua disciplina, procurando subvertê-la numa direção instituinte e criativa; d) um trabalho de apropriação de instrumentos transdisciplinares do MH, da psicanálise do campo de Freud e Lacan, da Análise Institucional (Lourau e Lapassade) e da Filosofia da Diferença (Foucault, Deleuze e Guattari), visando qualificar sua práxis, numa perspectiva intercessora.

Sem sermos exaustivos, quais seriam algumas das contribuições dessas perspectivas transdisciplinares que não são homogêneas, que possuem singulares radicais, mas que também apresentam importantes ressonâncias entre si, úteis para sustentar uma atuação profissional pautada pelo DI?

Do MH podemos indicar a perspectiva dialética como meio de produção de conhecimento sobre a realidade como movimento social complexo, as categorias de história, totalidade, universalidade, particularidade, singularidade, contradição, mediação, ideologia/alienação, práxis, trabalho, luta de classes, trabalho explorado/trabalho *art*.

Da psicanálise do campo de Freud e Lacan podemos citar a ética do sujeito do desejo inconsciente; o manejo da transferência; os discursos constitutivos dos laços sociais: do mestre, da universidade, da histeria, do analista, do capitalista; os processos de subjetivação primários e secundários. A psicanálise também auxilia a distinguir saber inconsciente e conhecimento:

É imprescindível acrescentar um esclarecimento quanto ao DI/DIMPC, derivado da Psicanálise do campo de Freud e Lacan, sem o que não se pode compreender a radicalidade das diferenças entre os dois referenciais. Trata-se da diferença entre saber (sempre inconsciente ou referente ao não-sabido das Formações Sociais) e conhecimento, esse arcabouço acumulado pela Ciência e mesmo a Filosofia, e que se pretende ligado diretamente à razão e à consciência. De modo aproximado se pode dizer que o operador no DI se remete ao saber de extração não cartesiana, ao passo que o conhecimento, propriamente dito, cujo lócus comum é a Universidade tem sua extração derivada do Cogito Cartesiano. Na realidade, o operador no DIMPC irá procurar referenciar-se por uma modalidade de conhecimento

que Jacques Lacan nomeia *ignorância douda*, por tratar-se de um saber que conhece seus limites, sendo o principal, “não poder saber pelo outro” (Pereira, 2011, p. 16).

A AI de Lourau (2014) e Lapassade (1989) permite a escrita de textos de modo crítico, operando com os conceitos de autoanálise, autogestão, campo de análise, campo de intervenção, socioanálise, análise de papel, instituição, organização, estabelecimento, instituinte/instituído, demanda/encomenda, mandato social, análise da implicação e/ou da sobreimplicação, processo de institucionalização, atravessamento/transversalidade, função/funcionamento, práticas discursivas, práticas não discursivas, atores institucionais, analisadores, relações de poder, efeitos éticos, etc. Para isso, é preciso se apropriar da perspectiva teórica e técnica constituída pela AI, escrevendo um texto por meio do qual se explicita esses conceitos e depois se opere com eles para pensar, trabalhar no cotidiano e também para escrever os ensaios.

Quanto às contribuições da Filosofia da Diferença para o DI, dentre muitas outras apresentadas por Garcia e Costa-Rosa (2018), indicaremos sumariamente as seguintes: de Deleuze (1992), a perspectiva dos intercessores, de Deleuze a Guattari (1995) as discussões sobre um tipo de saber que não faz livro; de Foucault (1987) a genealogia do poder e das sociedades de soberania, disciplinar e de segurança; o debate genealógico sobre a produção de conhecimento (Guareschi, Azambuja & Hünning, 2017), a escrita como produção de si (Ó & Aquino, 2014; Macedo & Dimenstein, 2009).

Também nos interessa a apropriação dos debates sobre a modalidade insurgente do ensaio como forma de escrita coerente com o DI (Larrosa, 2004; Meneghetti, 2011; Benelli, 2023b).

As oportunidades que tivemos de produzir intercessões na universidade, tanto no trabalho de orientação quanto na realização de bancas, também nos interpelam e nos exigem darmos razões da nossa práxis! Já faz certo tempo, por isso mesmo, que venho instando aos orientandos trabalhadores-intercessores-pesquisadores que precisamos, logo no início dos textos das dissertações e teses produzidas a partir das intercessões-pesquisas desenvolvidas, apresentar explícita e detalhadamente o lugar e a perspectiva do DI com que pretendemos operar, inclusive na produção dos textos acadêmicos.

Consideramos que é preciso explicar porque escrevemos os ensaios que compõe o trabalho apresentado como dissertação ou tese. Quais aspectos da nossa práxis nos exigiram um trabalho de reflexão e de cotejamento com a “teoria”, com o conhecimento cristalizado como bibliografia? Escrevemos fundamentalmente para nos localizar no campo institucional no qual atuamos e os conceitos de “campo de análise”, de “campo de intervenção/intercessão”, de “análise da implicação” próprios da AI podem ser bastante úteis para essa parte do trabalho!

As diferentes reações de algumas das bancas de EQ das intercessões-pesquisa já concluídas mostraram que necessário ser mais generosos com os leitores, com os componentes da banca e, sobretudo, com os demais trabalhadores, que esperamos que sejam nossos leitores. Em algumas das bancas realizadas, os examinadores parecem não ter sequer registrado a proposta do DI, ignorando-a por inteiro, o que nos deixa perplexos. Trata-se de explicar conceitualmente não apenas o que é o DI em seus dois momentos: intercessão-pesquisa e pesquisa-intercessão, mas também apresentar com alguma apropriação os seus fundamentos epistemológicos, teóricos, técnicos, políticos e éticos.

Na produção dos ensaios sobre sua práxis, o trabalhador poderá apresentar um relato inicial descrevendo e problematizando suas formas de ação profissional antes de conhecer a perspectiva do DI. Depois poderá escrever sobre o processo de apropriação das perspectivas teóricas, técnicas, políticas e ética do DI como estratégia norteadora do trabalho como práxis. Também poderá relatar situações de trabalho nas quais tenha procurado operar como

intercessor, apresentando cenas das experiências de intercessão-pesquisa desenvolvida e discutir criticamente a própria práxis, com base em analisadores. Não se trata somente de apresentar relatos de sucesso, descrevendo práxis de intercessão positivas, mas as tentativas não exitosas bem como as experiências de fracasso também importam, pois são formativas para o trabalhador intercessor. Elas podem ajuda-lo a problematizar suas formas de ação, além disso, o trabalhador-intercessor pode utilizar a literatura, incluindo documentos e bibliografia para inspirar-se, localizar-se e assim se reposicionar a partir de uma ética na qual o outro deve ocupar a posição de sujeito. Em que momento um trabalhador mais ou menos inadvertido, depois já mais avisado e prevenido, se autoriza enquanto um trabalhador intercessor? Como isso se processa? Também se trata de escrever sobre esse aspecto.

Cada trabalhador intercessor pode dar sua contribuição com a formulação do DI, fazendo avançar tanto sua teorização quanto sua operacionalidade efetiva. Apenas duas ou três páginas conceituais densas sobre o DI não se revelaram suficientes para promover uma maior compreensão sobre o que é o DI e de como e porque optamos por tentar operar a partir dele para buscar interceder no trabalho técnico-profissional e também no campo universitário e acadêmico.

É preciso ser mais detalhista nas explicações e, embora não tenhamos a intenção de discutirmos sobre um objeto (sobre os outros trabalhadores e usuários/sujeitos, colocados no lugar do objeto de pesquisa) temos que descrever com detalhe e atenção o ambiente de institucional onde desenvolvemos nosso trabalho técnico-profissional, as instalações físicas do estabelecimento, a equipe de trabalhadores, os usuários/sujeitos, a rotina de funcionamento do cotidiano de trabalho, as dificuldades, a precarização institucional geral, os limites, os problemas locais, o município onde isso se localiza. Os conceitos da AI podem ser úteis para essa parte do trabalho de escrita. Tudo isso tornará mais palpável para o leitor o cenário institucional e o contexto local no qual realizamos nosso trabalho e tentativas intercessoras.

As bancas também têm feito algumas perguntas pertinentes: como é que se opera, na prática com o DI? Como alguém faz para trabalhar concretamente a partir do DI? Que coisas ele faz? Quais coisas ele não faz? Por quê? A ideia consiste em ensinar aos demais trabalhadores a operarem a partir do DI? Esses também são aspectos sobre os quais é necessário desenvolvermos melhor.

O formato ensaio tem sido provocador – pesquisa-intercessão – e algumas bancas, ao não entenderem bem a proposta do DI e seus desdobramentos, têm cobrado tanto a apresentação de uma pesquisa tradicional, com um objeto e um “problema de pesquisa” claramente delineados; quanto uma apresentação no formato padrão e clássico das dissertações e teses redigidas como capítulos articulados num continuum lógico: capítulo 1 - teórico-conceitual; capítulo 2 - metodológico e técnico; capítulo 3 - apresentação, análise e discussão dos dados; conclusão com síntese final sobre as soluções encontradas para o problema pesquisado e possíveis recomendações prescritivas.

Algumas das críticas foram apresentadas ao texto no formato de ensaio: ele tornaria os textos meio repetitivos, circulares, talvez mesmo algo cansativo para o leitor mais especializado; questionaram se a adoção desse formato teria sido motivada pelo pragmatismo capitalístico e produtivista que predomina na universidade, exigindo um grande volume de publicações do pesquisador. Esse formato teria sido escolhido para “facilitar” a publicação de textos? Certamente, não se trata disso.

Penso que seria o caso de explicar a lógica que motiva a escolha do formato ensaio para a produção dos textos que compõem as dissertações e as teses. Não basta afirmar que ele é coerente com a perspectiva do DI: é preciso elucidar e demonstrar isso por meio da argumentação. É possível inclusive admitir de antemão e explicar que, necessariamente, os

ensaios são independentes e algo repetitivos, dadas as exigências da estrutura argumentativa para situar o leitor na discussão apresentada nos textos. Curiosamente, algumas bancas têm louvado o formato clássico dos capítulos articulados em sequência, mas sem nenhuma crítica quanto aos problemas dessa estrutura clássica. Alguns membros das bancas afirmaram mesmo que tal formato exigira mais esforço, dedicação e profundidade por parte do pós-graduando pesquisador, permitindo-lhe demonstrar erudição e exibir uma formação consistente. Problematizar os limites do formato capítulos tradicionais no texto da dissertação ou da tese seria parte necessária da argumentação em favor da plausibilidade do formato ensaio, coerente com a perspectiva do DI.

Embora estejamos convidando trabalhadores-intelectuais renomados e com grande experiência, por exemplo, conforme o caso, na área de SM e de Assistência Social – considerando inclusive que talvez vários deles já sejam intercessores inadvertidos – alguns deles expressaram na suas arguições que supõem que a Universidade tem um papel importante a desempenhar, que consistiria em oferecer uma formação teórica-conceitual densa e de qualidade aos estudantes e também aos trabalhadores já formados, transmitindo-lhes um saber que os instrumentalizasse adequadamente para saber/fazer no seu cotidiano profissional. Parece que alguns integrantes das bancas localizam a universidade no lugar clássico mesmo do Saber, da transmissão e da produção de conhecimento. Outros expressaram que para termos trabalhadores bem formados, é preciso transmitir-lhes um saber/fazer especializado por meio de um conhecimento que permitiria aos trabalhadores aprender a melhor saber/fazer, preparando-os para uma atuação profissional competente.

Alguns também sinalizaram que a universidade não seria o único lugar de formação, pois haveria também os cursos de especialização, de aprimoramento, de residência multiprofissional, de formação em serviço. Alguns pontuaram também que as faculdades particulares, que são a maioria, sequer ensinam a saber/fazer, muito menos transmitem um conhecimento consistente!

Do nosso lado, temos várias críticas ao especialista/intromissor/interventor formado pela universidade (Benelli, 2023a). Nosso questionamento diz respeito a um tipo de profissional imbuído de um “discurso competente” que o autorizaria a fazer calar e a objetificar o outro. Com o enorme aligeiramento da formação nos cursos de graduação privados e inclusive nos das sucateadas universidades públicas, penso que é o caso de matizar a discussão que propomos quanto à crítica da figura do trabalhador especialista.

Certamente as críticas sobre a “ciência positivista” e às pesquisas científicas tradicionais denominadas de intromissoras deveriam ser matizadas numa época de intensa apologia obscurantista, de desinvestimentos sistemáticos em educação, em pesquisa científica, de sucateamento das universidades públicas e da pós-graduação no Brasil. Sobretudo as críticas quanto as “ciência biomédicas” precisariam considerar sua importância por causa da pandemia de Covid-19 que exige tais conhecimentos para a produção de vacinas. Caso contrário, é possível que estejamos municiando o adversário e contribuindo para a abolição da produção de conhecimentos científicos.

Mas até que ponto e de que forma uma análise crítica e dialética que considere a complexidade da realidade nas áreas da Saúde, da Assistência Social e da Educação brasileiras seriam compatível com uma *flexibilização* ética, teórica, conceitual e prática? Todas as formas de saber/fazer poderiam ser consideradas igualmente válidas e plausíveis, em nome da consideração dialética da complexidade da realidade e de uma perspectiva transdisciplinar? As opções seriam, por um lado, entre possibilidades meramente agregadoras, inclusivas, complementares, somatórias – no limite, ecléticas –, e por outro, um tom radical e uma perspectiva unilateral,

“extremista”, procurando distinguir, excluir e diferenciar as diversas perspectivas científicas por meio do “ou”, com base no critério dos efeitos éticos que cada uma delas produz?

Como manejar a singularidade e a particularidade das experiências do trabalhador intercessor e uma crítica quanto a uma possível “generalização indevida” que costuma ser atribuída às análises paradigmáticas radicais do campo de análise mais amplo no qual sua experiência de intercessão se insere? Como apresentar a tendência hegemônica que se manifesta num dado campo de análise, tanto por meio de indicadores da experiência singular/particular no qual o trabalhador se insere, quanto no contexto mais geral, por meio da revisão da bibliografia? Como distinguir entre as práticas discursivas e não discursivas, as da práxis e as da literatura, matizando as diversas perspectivas menos críticas e as de vanguarda crítica, de modo a ser justo com esses últimos trabalhadores?

Consideramos que muito ajuda quem não atrapalha. Quem não sabe onde está nem pode explicar o que está fazendo, porque o faz, como o faz e para que o faz, certamente está perdido. Pode não saber, mas está desorientado. Pode inclusive estar “correndo muito bem, mas é uma pena que esteja na direção errada”.

Quem não tem localização paradigmática não sabe para onde ir, nem como vai chegar lá, pois não seriam quaisquer caminhos que poderiam leva-lo a esse lugar. Para quem não sabe aonde ir, qualquer caminho serve. É preciso exigir mais do que não atrapalhar de quem é profissional diplomado, concursado e assalariado, é preciso que sua ação seja ética e efetiva.

Por outro lado, também ficamos muito perplexos com a situação de trabalhadores – sobretudo nas áreas da Saúde, da Assistência Social e da Educação – que aparentemente não demonstram possuir qualquer saber/fazer minimamente competente em sua atuação profissional! Em muitos casos, parece mesmo que os trabalhadores se demitiram de sua responsabilidade técnica, não por que estejam buscando interceder e auxiliar o outro a saber/fazer, mas porque, diante da complexidade das demandas, parecem não saber mesmo o que fazer, nem teriam muita coisa para oferecer. Daí que podem apelar para a religião, para a oração, para o plano da moral!

Já testemunhei o caso de vereadores, prefeitos, secretários municipais, conselheiros tutelares, conselheiros do CMDCA, dirigentes de entidades assistenciais públicas e privadas, que parecem mesmo destituídos de qualquer expertise nas suas áreas. A despeito de suas prerrogativas e responsabilidades, em situações públicas, apelavam para que Deus cuidasse da realidade da vida na cidade, porque alguns deles, embora tenham sido eleitos pela população e recebam bons salários, pensam que não teriam nada para fazer quanto aos problemas que afligem a população!

Por um lado, problematizamos uma expertise autoritária, por outro, constatamos a ignorância ignara da pior qualidade! Quando não, cinismo ordinário, mesmo!

Essas reflexões produzidas no bojo das nossas pesquisas-intercessões realizadas na universidade e seus diversos impasses representam um esforço de elaboração escrita e de implicação ética, tanto subjetiva quanto sociocultural, visando avançar na construção do DI!

## CONCLUSÕES

A partir da minha inserção como psicólogo, docente e pesquisador no campo das políticas públicas sociais, encontrei alguns **desafios importantes** para os trabalhadores situados nesse âmbito:

a) apropriar-se de conhecimentos sobre a lógica própria dos modos de funcionamento da administração pública municipal, da legislação e das práticas de gestão dos serviços públicos;

b) trabalhar de modo crítico e engajado pela transformação social, superando as estratégias meramente paliativas, focais e assistencialistas, evitando a psicologização e patologização do social;

c) a ocupação militante dos espaços de controle social: participar de Conselhos Municipais tais como os de Assistência Social, dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Saúde, da Educação;

d) lutar pela efetivação concreta e de qualidade de políticas públicas municipais básicas de educação, de lazer, de saúde, de habitação, de emprego e renda, que são fundamentais para o equacionamento do “problema social” no plano da política.

Os desafios atuais são numerosos e persistentes. Os trabalhadores sociais que se orientam a partir dos Direitos Humanos buscam combater as violências sociais e lutam por justiça social. Trabalhando orientados pelos Direitos Humanos numa perspectiva crítica e reflexiva, é possível entender e enfrentar as violências em suas múltiplas manifestações e expressões encarnadas nas injustiças sociais.

Certamente para isso, precisamos formar grupos, construir coletivos de trabalho, criar espaços de formação, de estudo, de debate, de organização política grupal. Sozinhos e isolados ficamos frágeis, indefesos. A organização coletiva dos trabalhadores é a base que pode permitir avançarmos na luta pelos Direitos Humanos da população que atendemos e que são os nossos direitos também.

A proposta ética do **compromisso social com a transformação social da realidade** consiste no reconhecimento e na defesa dos Direitos Humanos, no combate às violências e na luta pela justiça social. Nesse sentido, é importante problematizar e denunciar as violações de Direitos Humanos em contextos de encarceramentos em massa da população pobre e negra, na criminalização da pobreza e dos movimentos sociais. Precisamos resistir criativamente frente à patologização e manicomialização das diferenças que produzem segregação de corpos periféricos, negros, indígenas, pobres e tantos outros que desviam da heterocisnorma moderno-colonial que organiza a sociedade brasileira contemporânea.

É importante fomentar o debate público sobre a perspectiva ética dos discursos e das práticas dos diversos trabalhadores sociais (Benelli, 2014), tais como psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, fisioterapeutas, educadores físicos, advogados, trabalhadores com ensino médio, dentre outros, que promovam **possibilidades de atenção e de cuidado em liberdade**, procurando se precaver que é preciso **acolher, atender, escutar, cuidar, proteger** sem controlar, por meio do enfrentamento dos processos disciplinares que incluem as diferentes possibilidades da psicologização, da medicalização, do proibicionismo, do capacitismo, do machismo, do racismo e da manicomialização nas comunidades terapêuticas, nos hospitais psiquiátricos e nos demais estabelecimentos de longa permanência.

Trata-se também de discutir os modos de subjetivação predominantes na atualidade, as desigualdades sociais e suas relações com os dispositivos de racialização no Brasil (Schwarcz, 1995; Souza, 2021, Venturini, 2005). Teremos que problematizar corajosamente os racismos e as branquitudes (Carone & Bento, 2002; Bento, 2022). As críticas decoloniais aos fundamentos teóricos e práticos da psicologia também representam um esforço de implicação exigente (Quijano, 2009). As interseccionalidades supõem a criação de outras práticas psicossociais de intercessão (Silva & Menezes, 2020). O trabalho decolonial sobre o desejo é árduo, incansável, porém necessário e imprescindível. Nossa atuação profissional, qualquer que seja a nossa formação, deve ser um meio para interceder junto às pessoas para que possam produzir singularidades muito além dos imperativos identitários categóricos que, socialmente, traçam destinos, discursos, restringem as possibilidades desejantes, como faz, por exemplo, o racismo.

Devemos tomar consciência de nossos privilégios advindos da branquitude alicerçada no racismo institucional que constitui o modo hegemônico de subjetivação brasileira e, por isso mesmo, devemos detectar criticamente os fundamentos das nossas áreas profissionais, reconhecendo neles as ideologias cis-heterossexual-falocentrada-capitalista-branca-capacitista-machista-misógina que tem por efeito sedimentar as desigualdades sociais subalternizando o outro ao desejo colonizador que atravessa discursos científicos desde o século XIX.

Buscamos insistir e resistir na defesa dos Direitos Humanos e sociais dos brasileiros, sobretudo dos mais pobres. Isso tudo é importante e necessário, embora constitua algo muito doloroso na conjuntura atual, sobretudo quando já vislumbramos um além do paradigma do discurso oficial do SUS, do SUAS e da Política Nacional para Crianças e Adolescentes, na construção de uma outra civilização.

A perspectiva paradigmática que temos sobre as áreas das políticas públicas de Saúde, Educação, Assistência Social, dentre outras, não nos permite retroceder nem renunciar ao projeto de construir outra sociedade humana. Certamente poderemos avançar, fazendo a crítica e superando os limites e problemas do campo disciplinar das nossas profissões, mas não é possível nos contentarmos com menos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

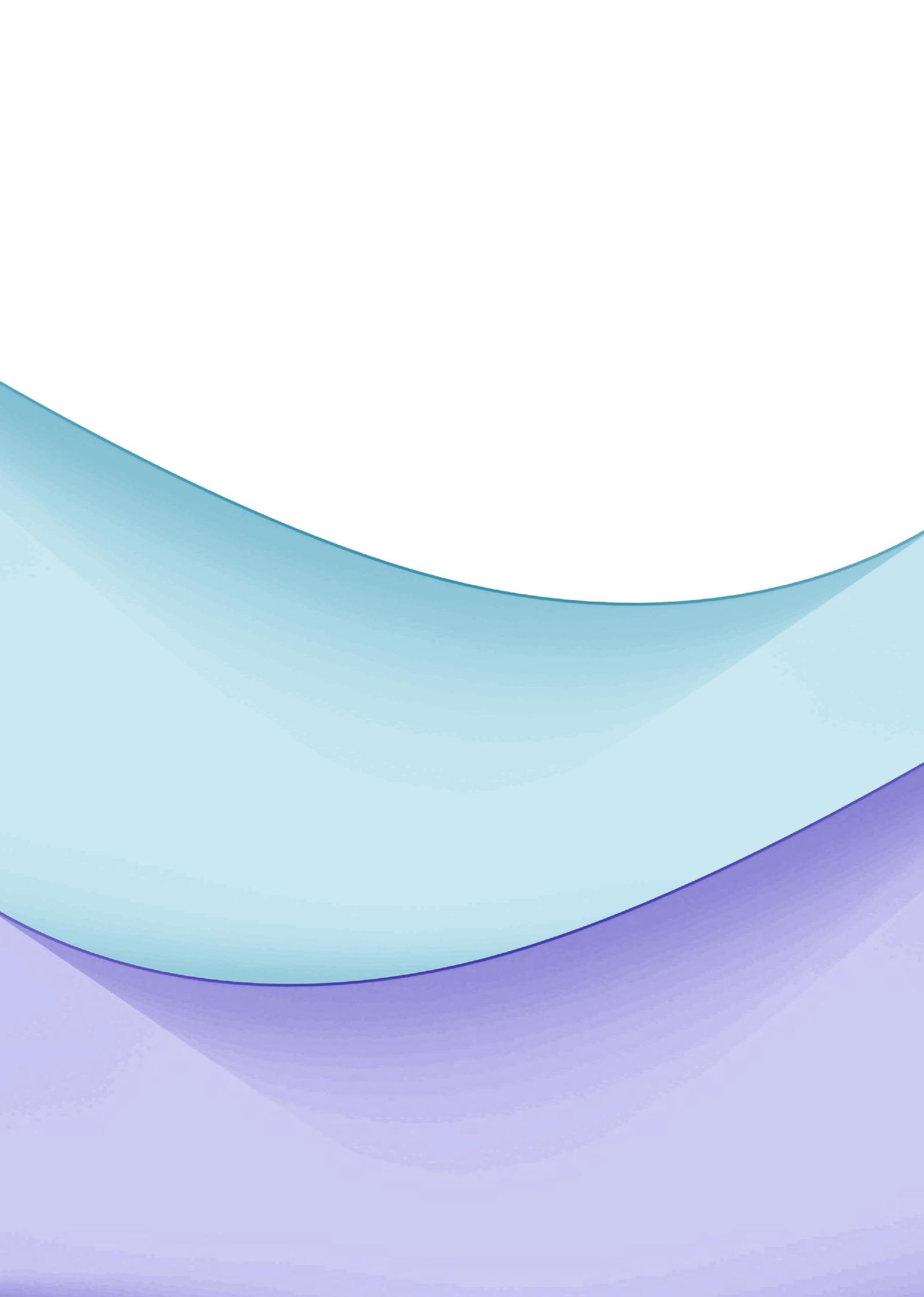
- Baremlitt, G. F. (2002). O movimento instituinte, a autoanálise e a autogestão. In Baremlitt, G. F. *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática* (pp. 13-23). Belo Horizonte, MG: Instituto Felix Guattari.
- Benelli, S. J. (2014). As éticas nas práticas de atenção psicológica na Assistência Social. *Estudos de Psicologia, Puc-Campinas*, 31(2), 269-278.
- Benelli, S. J. (2019). Problematizando a instituição pesquisa na universidade e nas práticas psicológicas: questões epistemológicas e éticas. *Revista de Psicologia da UNESP*, 18(n. esp.), 88-120. Disponível em: <http://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/issue/view/88>
- Benelli, S. J. (2020). *Psicologia e Assistência Social: interfaces políticas, clínicas e éticas*. Curitiba: CVR.
- Benelli, S. J. (2021). A práxis do trabalhador psicossocial: operando com o Dispositivo Intercessor (DI). In Lemos, F. C. S. *Foucault, Deleuze, Guattari e Lourau: encontros com a arqueogenealogia, esquizoanálise e análise institucional* (pp. 375-400). Curitiba: CRV.
- Benelli, S. J. (2022). *Entidades assistenciais para crianças e adolescentes no município: impasses institucionais e possibilidades*. São Paulo: Unesp Digital.
- Benelli, S. J. (2023a). *Problematizações das figuras da Psicologia Clínica: olhar, cuidar e escutar*. São Paulo: Unesp Digital.
- Benelli, S. J. (2023b). Perspectivas transdisciplinares de investigação: intercessões institucionais. In: Benelli, S. J. & Dionísio, G. H. *Perspectivas de pesquisa na pós-graduação: psicologia e sociedade* (pp. 13-28). Bauru: Gradus.
- Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Botomé, S. P., Kubo, O. M. & Cortegoso, A. L. (2000). *Tipos de Erros de redação frequentes em dissertações de pós-graduandos e de professores universitários*. Texto não publicado. Disponível em; <https://pt.scribd.com/document/565891127/Botome-Tipos-de-erros-de-redacao-pos-graduandos-e-prof-univer>
- Carone, I. & Bento, M. A. S. (orgs.). (2002). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Castoriadis, C. (2000). *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- Costa, M. F. (2021). *A clínica da urgência e o prelúdio às entrevistas preliminares: uma práxis entre a luta de classes e as formações do inconsciente*. [Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”] Repositório UNESP.
- Cruz, R. P. (2021). *A pertinência de um trabalho precavido pela psicanálise para uma saúde mental coletiva: intercessão pesquisa*. [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”] Repositório UNESP.
- Deleuze, G. (2001). A ascensão do social. In: Donzelot, J. *A polícia das famílias* (p. 1-8). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Deleuze, G. (1992). *Conversações*. São Paulo: 34.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1995). *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia*, v. 1. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (2009). *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Galiego, A. H. B. & Costa-Rosa, (2018). A. Saber e conhecimento: uma reflexão acerca do Dispositivo Intercessor como modo de produção do conhecimento (DImpc). In Toledo, R. F., Rosa, T. E. C., Keinert, T. M. & Cortizo, C. T. (Orgs.). *Pesquisa participativa em saúde: vertentes e veredas* (pp. 265-292). São Paulo: Instituto de Saúde.
- Garcia, A. S. & Costa-Rosa, A. (2018). O Dispositivo Intercessor: contribuições da filosofia da diferença. In Toledo, R. F., Rosa, T. E. C., Keinert, T. M. & Cortizo, C. T. (Orgs.). *Pesquisa participativa em saúde: vertentes e veredas* (pp. 167-186). São Paulo: Instituto de Saúde.
- Guareschi, N. M. F., Azambuja, M. A. & Hünning, S. M. (2017). *Foucault e a psicologia na produção de conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Janegitz, H. H. S. (2022). Uma psicóloga trabalhando na Assistência Social: problematizações da práxis num Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”] Repositório UNESP.
- Koch, I. V. & Elias, V. M. (2016). *Escrever e argumentar*. São Paulo: Contexto.
- Lacan, J. (1998). A direção do tratamento e os princípios do seu poder. In: LACAN, J. *Escritos* (pp. 591-652). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1992). *O Seminário livro 17: O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1993). *Televisão*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. *O Seminário livro 22: RSI (1974-1975)*. Disponível em <http://staferla.free.fr/>
- Lacan, J. *O Seminário, Livro 22: R.S.I.* (tradução em português anônima e não oficial), 1974-75. Mimeografado.
- Lapassade, G. (1989). *Grupos, organizações e instituições*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Larrosa, J. (2004). A operação ensaio: sobre o ensaiar e o ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida. *Educação e Realidade*, 29(1), 27-43.
- Lourau, R. (2014). *A análise institucional*. Petrópolis: Vozes.
- Macedo, J. P. & Dimenstein, M. (2009). Escrita acadêmica e escrita de si: experienciando desvios. *Mental*, 7(12), 153-166.
- Martins, J. S. (1993). A aparição do demônio na fábrica, no meio da produção. *Tempo Social Rev. Sociol. USP, S. Paulo*, 5(1-2), 1-29.
- Meira, A. C. S. (2023). *A escrita científica no divã: entre as possibilidades e as dificuldades para com o escrever*. São Paulo: Blucher.

- Meneghetti, F. K. (2011). O que é um ensaio-teórico? *Revista de Administração Contemporânea*, 15(2), 320-332
- Mexko, S. (2021). *Uma psicóloga psicossocial no CAPS: contribuições da psicanálise de Freud e Lacan e do materialismo histórico*. [Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”] Repositório UNESP.
- Monghine, I. D. (2024). *Proteção ou punição? Ensaio sobre a práxis de uma trabalhadora social desenvolvida num Conselho Tutelar*. [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”] Repositório UNESP.
- Ó. J. R. & Aquino, J. G. (2014). Em direção a uma nova ética do existir: Foucault e a experiência da escrita. *Educação e Filosofia*, 28(55), 199-231.
- Pécora, A. (1992). *Problemas de redação*. São Paulo: Martins Fontes.
- Pereira, E. C. (2011). *Ensaio de intercessão institucional em um CAPS – Centro de Atenção Psicossocial*. [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”] Repositório UNESP.
- Pereira, M. R. (2013). Os profissionais do impossível. *Educação e Realidade*, 38(2), 485-499. Périco, W. (2021). *Ensaio sobre psicanálise, instituições e luta de classes no campo da Saúde Mental Coletiva*. [Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”] Repositório UNESP.
- Pinto, G. A. (2007). *A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo, toyotismo*. São Paulo: Expressão Popular.
- Proença, F. A. (2020). *Análise Institucional da Assistência Social como política pública de direito social: desafios e impasses discursivos*. [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”] Repositório UNESP.
- Quijano, A. (2009). Colonialidade do poder e classificação social. In Santos, B. S. & Meneses, M. P. (orgs.). *Epistemologias do Sul* (pp. 73-117). Coimbra, Portugal: Almedina.
- Schwarcz, L. M. (1995). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- Shimoguri, A. F. D. T. *O inconsciente é a política: contribuições do Dispositivo Intercessor para o saber-fazer da Terapia Ocupacional Psicossocial*. [Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”] Repositório UNESP.
- Silva, R. A. & Menezes, J. A. (2020). A interseccionalidade na produção científica brasileira. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 15(4), 1-16.
- Simonini, E. & Romagnoli, R. C. (2018). Transversalidade e esquizoanálise. *Psicologia em Revista*, 24(3), 915-929.
- Souza, H. B. (2019). *O psicólogo no cenário do Sistema Socioeducativo em Meio Aberto: problematizando saberes e fazeres*. [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”] Repositório UNESP.
- Souza, J. (2021). *Como o racismo criou o Brasil*. Rio de Janeiro: Estação Brasil.
- Tonon, F. H. (2021). *O adolescente consumidor de álcool e drogas e as internações: deslocamentos e posicionamentos para práticas psicossociais*. [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”] Repositório UNESP.
- Vazquez, A. S. (1968). *Filosofia da práxis*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Venturi, G. (2005). *Racismo no Brasil: percepções da discriminação e do preconceito racial no século XXI*. São Paulo: Perseu Abramo.

Verdès-Leroux, J. (1986). *Trabalhador social: prática, habitus, ethos, formas de intervenção*. São Paulo: Cortez.

Vieira, B. R. S. (2023). *As múltiplas dimensões do exercício profissional da assistente social: problematizando a práxis de trabalho no CRAS*. [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”] Repositório UNESP.



# CONTRIBUIÇÕES DO MATERIALISMO HISTÓRICO AO DISPOSITIVO INTERCESSOR: O CONCEITO DE PRÁXIS<sup>3</sup>

José Guilherme Nogueira Passarinho<sup>4</sup>  
Silvio José Benelli<sup>5</sup>

## INTRODUÇÃO

O presente texto é um ensaio teórico que tem por objetivo precisar algumas das contribuições do materialismo histórico para a elaboração teórica e operacionalização prática do Dispositivo Intercessor. Tomaremos em consideração especialmente o conceito de *práxis*, conforme elaborado pela tradição marxista. A escolha se justifica por ser um conceito frequentemente empregado na própria definição do Dispositivo Intercessor, considerado “um modo de operar na *práxis*” (Costa, 2019; Vieira, 2023; Monghine, 2024). Desdobraremos alguns aspectos desse conceito visando, assim, ao estabelecimento de relações teóricas e do valor prático que possa ter para o trabalhador intercessor. Consideraremos as definições gerais da *práxis*, seu caráter produtivo em relação ao saber, a unidade entre teoria e prática e os seus níveis de realização. Ao fim, tentaremos traçar algumas especificidades do Dispositivo Intercessor em relação a esse conceito.

O Dispositivo Intercessor foi originalmente proposto por Abílio da Costa-Rosa (1952-2018) como uma forma de agir e produzir saber na prática e, em um segundo momento, elaborar um conhecimento transmissível sobre a experiência que se deu no tempo anterior. Imediatamente, nota-se que não se trata da produção de conhecimento sobre um objeto de pesquisa, mas dos processos de produção de saber que o sujeito realizou em sua prática cooperada com outros sujeitos. Disso se depreende uma composição em dois momentos lógicos: o primeiro é a intercessão na prática propriamente dita, chamado simplesmente de Dispositivo Intercessor (DI). O segundo, que consiste em uma reflexão da experiência e inclui uma elaboração teórica, é chamado de Dispositivo Intercessor como modo de produção de conhecimento (DImpc).

Seu *locus* de ação, ao menos da forma como existiu até o momento, são estabelecimentos institucionais criados para implementar diferentes políticas públicas, como de saúde, assistência social, cultura, ciência, educação e geração de renda. São, portanto, formações sociais em sentido amplo, o que pressupõe, simultaneamente, formações subjetivas. Seus agentes são, de preferência, sujeitos que fazem parte dos coletivos de trabalhos desses estabelecimentos; de qualquer forma, são necessariamente sujeitos implicados nas práticas realizadas nesses espaços.

A finalidade do Dispositivo Intercessor pode ser considerada a produção e circulação do saber na e para a *práxis* dos coletivos de trabalho nos quais opera. Assim, parte da inserção do trabalhador nesses espaços, primeiro como *um entre outros*, mas que em seguida buscará

3 Artigo produzido a partir de uma pesquisa de doutorado ainda em andamento sobre a obra de Abílio da Costa-Rosa e suas contribuições para a Atenção Psicossocial e as relações entre psicanálise e política, desenvolvida por José Guilherme Nogueira Passarinho e sob orientação do professor Dr. Silvio José Benelli.

4 Graduado, mestre e doutorando em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, SP. Integrante do Laboratório transdisciplinar de Interação-Pesquisa em Processos de Subjetivação e Subjetividade em Saúde (LATIPPSS), inscrito no CNPq.

5 Professor Associado do Departamento de Psicologia Clínica do curso de graduação em Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, SP, linha de pesquisa Políticas Públicas e Produção de Subjetividades: processos clínicos e institucionais. Livre Docente em Psicologia Clínica pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) (2022). Coordenador do Laboratório transdisciplinar de Interação-Pesquisa em Processos de Subjetivação e Subjetividade em Saúde (LATIPPSS), inscrito no CNPq.

assumir a função de *mais-um*, daquele que se posiciona de modo a criar as condições para a produção e circulação de saber (Lacan, 2003a). Também inclui em suas finalidades a criação de novos trabalhadores intercessores; nesse sentido, assemelha-se à psicanálise, cujo exercício em intensão termina na criação de um novo psicanalista (Lacan, 2003b). Por último, mas não menos importante, seus objetivos compreendem uma crítica à divisão do trabalho, especialmente aquela que se estabelece nas sociabilidades capitalistas entre trabalho intelectual e manual, entre cientistas-pesquisadores e técnicos-trabalhadores.

Somente com essas breves considerações, é possível deduzir que os pressupostos epistemológicos e ético-políticos fundamentais do Dispositivo Intercessor vêm da psicanálise crítica, especialmente de matriz lacaniana, e do materialismo histórico de Marx. As contribuições da tradição marxista são diversas, obrigando-nos a restringir nosso recorte a um de seus conceitos. Nossa escolha pela *práxis* se justifica por sua importância para o Dispositivo Intercessor. Lembremos que esse conceito foi considerado pelo autor que primeiro elaborou esse dispositivo como “muro de arrimo para tudo aquilo que inter-relaciona teoria e prática” (Dionísio, 2019, p. 01). Trata-se, pois, de uma contribuição decisiva do pensamento marxiano para a elaboração do intercessor.

Considerando as diversas incidências do materialismo histórico nesse sentido, poderíamos ter optado, diversamente, pelos conceitos de carecimento e divisão do trabalho, ambos igualmente importantes para o Dispositivo Intercessor. Com relação ao carecimento, entendemos que outros trabalhos já o abordaram de modo mais rigoroso e sistemático do que seria possível para nós neste momento (Costa-Rosa, 2013; Périco, 2021). Sobre a divisão do trabalho, é um conceito pressuposto em toda a extensão deste ensaio, ainda que quase não apareça explicitamente ao longo de seu desenvolvimento. Em trabalhos posteriores pretendemos abordá-lo diretamente, com o cuidado e detalhamento que exige. Dito isso, passemos logo para a definição geral de *práxis*.

## A PRÁXIS: ORIGEM E DEFINIÇÕES GERAIS

O conceito de *práxis* não se originou na teoria marxista, mas na antiguidade grega, especialmente com Aristóteles (1991). Em sua filosofia, designa uma das três atividades elementares dos seres humanos, ao lado da *theoria* e da *poiesis*. O que distingue cada uma delas é sua finalidade: para a *theoria*, a verdade; para a *poiesis*, a criação; e para a *práxis*, a própria ação. As atividades práxicas, portanto, podem ser consideradas aquelas que possuem um fim em si mesmas. Que não buscam alcançar uma verdade ou essência das coisas, nem produzir um objeto cuja existência se perpetue para além da ação. Nesse sentido, a *práxis* aparece relacionada com as ações éticas e políticas, como atividades cujo objetivo se encerra em sua própria execução – a vida virtuosa, para a ética, e a vida na *pólis*, para a política. Nessa maneira de a conceber, atividades como as do filósofo e do artesão não estão compreendidas no conceito de *práxis*. Assim, para Aristóteles, ainda que considerada fundamental para a vida humana, a *práxis* não inclui nem uma dimensão teórica, nem uma produtiva. Possui apenas uma dimensão social. Sua razão é apenas prática, logo, imediata e não-contemplativa da realidade.

Com a emergência da modernidade, a *práxis* adquire uma nova significação, aparecendo como aplicação prática de uma teoria. Com pequenas variações, é essa concepção que encontramos em autores como Descartes, Kant e Francis Bacon (Vazquez, 1977; Bottomore, 2012). Nessa perspectiva, reduz-se a distância que separa teoria e prática, mas em um sentido em que a primeira continua a comandar a segunda. A prática não é vista de maneira degradada, podendo mesmo ser considerada edificante para o indivíduo. Mas permanece inferior à

atividade teórica, que mantém seu valor de realização superior da essência humana (Vazquez, 1977). Nesse contexto, é principalmente no plano das ideias que se identifica a criação, que tão somente se confirma ao encontrar uma objetivação material pela via da prática. O trabalho prático é reconhecido, portanto, como momento necessário da relação humana com o mundo, mas ainda subordinada à primazia do pensamento.

Mas é a concepção que Marx deu ao conceito de *práxis* que se tornou a mais conhecida em nossos dias. Para elucidar seu sentido, primeiro devemos compreender o humano como um ser objetivo (Marx, 2011a, 2017a; Marx & Engels, 2007). Isso pode ser entendido ao menos de duas maneiras. Primeiro, que o ser humano possui uma existência independente das representações que faz de si em sua consciência. Existência que não se conforma àquilo que elabora espontaneamente em seus pensamentos, nem às construções ideológicas presentes nas formações sociais em que está inserido. Mas que consiste em um complexo de relações sociais. É exclusivamente por meio dessas relações que o ser humano existe de maneira concreta. Apenas no contexto que colocam que seus predicados e ações adquirem inteligibilidade. “A razão disso está em que o homem é, por natureza, se não um animal político, como diz Aristóteles, em todo caso um animal social” (Marx, 2017a, p. 401). Ainda que em determinadas condições o ser humano possa parecer existir primeiro como indivíduo, e mesmo como um indivíduo isolado, é igualmente pelo conjunto de relações sociais em que está implicado que essa aparência encontra as condições objetivas para se realizar.

Mas essa formulação marxiana admite uma interpretação complementar. Ela também significa que o ser humano *se coloca objetivamente no mundo*. Em outras palavras, é um ser que torna objetivas as criações que concebe subjetivamente. Cria não apenas uma série de objetos com os quais satisfaz seus desejos e necessidades, mas igualmente as próprias relações sociais no interior das quais a produção desses objetos se torna possível. Assim, o ser humano imprime no mundo a sua marca, faz dele “corpo objetivo (...) de sua subjetividade” (Marx, 2011a, p. 630). Relaciona-se com esse mundo como algo que lhe é próprio, no sentido de ser o pressuposto da produção de sua existência. Faz dele não a sua posse, mas sua extensão.

Mas não é somente o mundo que se transforma nesse processo, o ser humano é igualmente objeto de transformação. Suas ações criativas sobre a realidade, sua interação com ela, as relações sociais que as tornam possíveis e o próprio mundo assim objetivado incidem sobre ele o modificando, fazendo dele mais um na série de suas objetivações. “A produção não somente produz um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto” (Marx, 2008, p. 248). Sua existência está posta na totalidade das objetivações que se dão no intercâmbio constante que estabelece com a natureza e seus semelhantes. Temos assim uma “subjetividade contextualizada social e culturalmente (...) e uma Formação Social subjetivada” (Costa-Rosa, 2012, p. 19). Essa totalidade consiste, portanto, em um mundo transformado pelo ser humano e no ser humano igualmente transformado.

A atividade humana que produz o conjunto dessas objetivações é o que recebe na teoria marxista o nome de *práxis*. Concebida dessa maneira, consiste na unidade entre pensamento subjetivo e ação objetiva que torna efetiva a realidade propriamente humana. São as atividades que incidem transformando o mundo e a nós mesmos. Ou ainda o complexo de práticas que produzem simultaneamente sujeitos e objetos, e que os produzem como próprios, como os *seus* sujeitos e objetos. Tomando o trabalho como exemplo maior da *práxis*, temos que em seu fim “chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, que já existia idealmente”, sendo isso que caracteriza sua

“forma que diz respeito unicamente ao homem”, desvencilhada, portanto, “de sua forma instintiva” (Marx, 2017a, p. 255-256).

A *práxis* se diferencia do conceito mais amplo de atividade. Se o Dispositivo Intercessor é um modo de operar na *práxis*, a *práxis* em si já é um modo específico da atividade. O que equivale a dizer que “toda praxis é atividade, mas nem toda atividade é praxis” (Vazquez, 1977, p. 185). Como então especificar seu conteúdo? A atividade pode ser definida como “ato ou conjunto de atos em virtual do qual um sujeito ativo (agente) modifica uma determinada matéria-prima” (ibidem). São indiferentes, no que se refere à atividade, as determinações que especificam os atos, o agente e a matéria-prima que se modifica. O mesmo vale para o resultado do processo. Pode se tratar de uma ação de tipo mecânica, psíquica ou política. Seu agente pode ser um indivíduo humano, um grupo, um animal ou uma partícula. As matérias-primas podem incluir um organismo biológico, um bloco de pedra ou uma instituição política. Não importa, a atividade se define sobretudo em oposição genérica à passividade. Nesse sentido, um animal que vai à caça para se alimentar está realizando uma atividade, tanto quanto uma partícula que age alterando a atmosfera – mas em nenhum desses casos estamos diante de uma *práxis*.

Com efeito, precisamos ter em conta algumas determinações adicionais para definirmos a *práxis*. Os seus atos se caracterizam por ser conscientes, o que nesse caso equivale a dizer que eles constituem uma unidade entre teoria e prática, ou melhor, entre saber e fazer. O seu agente não pode ser outro que não o humano, considerado como ser social e objetivo. Quanto à matéria-prima, pode ser tudo aquilo que se coloca, potencial ou efetivamente, como corpo objetivo de uma subjetividade. O seu resultado, enfim, é necessariamente a transformação do mundo e a autotransformação de seu agente. “Esse modo de articulação e determinação dos diferentes atos do processo ativo distingue radicalmente a atividade especificamente humana de qualquer outra” (Vazquez, 1977, p. 187). Trata-se, portanto, da atividade de um ser social que articula seus atos de maneira consciente para produzir sua realidade e a si próprio durante o processo.

Com isso, é certo que o conceito marxiano de *práxis* ultrapassa em muito e até mesmo contradiz em vários aspectos sua significação original, se a concebemos como atividade que toma a si própria como fim, conforme a definição de Aristóteles. Ao contrário, para Marx ela se caracteriza exatamente por se perpetuar para além de si mesma, nas objetivações que forçosamente produz. É por meio dela que a noção de criatividade, por exemplo, pode adquirir algum sentido e consistência na perspectiva marxiana. Da mesma forma, a *práxis* não exclui uma razão teórica, nem se restringe a uma razão prática, muito menos aceita uma diferenciação hierárquica entre as duas. Também não se reduz a mera aplicação de uma teoria. A *práxis* inclui necessariamente uma dimensão teórica como seu posto e pressuposto, como aquilo que lhe é condição prévia de realização e, simultaneamente, o que por meio dela se produz. Não há *práxis* que não produza alguma forma de saber, nem que não o pressuponha em alguma medida.

Nesse sentido, compreende-se a tentativa de autores como Vazquez (1977) de tornar sinônimos o conceito marxista de *práxis* e o aristotélico de *poiesis*. Ele o faz por enfatizar o caráter decisivo que Marx confere para a dimensão produtiva das atividades práticas. Contudo, é evidente que a concepção marxiana também inclui a produção de saber, inclusive teórico, como pressuposto e um dos fins em que se realiza. Portanto, nela está contida igualmente a atividade humana que Aristóteles chamou de *theoria*. Assim, propomos ir um pouco além da sugestão de Vazquez, afirmando que na elaboração marxiana da *práxis* opera-se uma suprassunção de ambos os conceitos aristotélicos, *poiesis* e *theoria*. Com isso queremos dizer que alguns dos sentidos contidos nesses dois conceitos são negados, criticados por sua separação abstrata, enquanto outros são conservados, para então serem reunidos em um novo patamar no conceito propriamente

marxista de *práxis*. Em resumo, a *práxis* inclui o conjunto das atividades propriamente humanas, contendo em si aspectos das dimensões criativa, teórica e social desse ser.

Assim, podemos arriscar uma enumeração das características fundamentais desse conceito de acordo com sua elaboração especificamente marxista, na qual ele: 1) designa uma atividade exclusivamente humana; 2) consiste em uma ação transformadora sobre o mundo e sobre os próprios seres humanos; 3) implica em uma unidade entre teoria e prática, entre saber e fazer, bem como entre subjetividade e objetividade; 4) pressupõe a existência humana como eminentemente social.

Essa é apenas uma enumeração parcial, e outras características poderiam ser acrescentadas. Trata-se de uma seleção genérica, enfocando os aspectos mais gerais do conceito. Não obstante, é suficiente para compreender sua relevância no pensamento marxista. Esperamos ainda que nos auxilie na discussão que estamos propondo sobre a pertinência desse conceito para o Dispositivo Intercessor. Para tanto, é necessário avançarmos um pouco mais em sua especificação, ou seja, na exposição de suas determinações mais particulares.

## A PRODUÇÃO DE SABER NA PRÁXIS

Quando se fala no caráter consciente de uma atividade, refere-se à função que nela desempenha o saber. Seja na forma de conhecimento científico, filosófico, técnico-instrumental, senso-comum ou mesmo do saber inconsciente – como saber não sabido que diz respeito às particularidades e singularidade de um sujeito – em todo o caso ele desempenha uma função na prática social. Mas em que termos podemos compreender essa função? Primeiramente, no sentido de que o saber opera como pressuposto da prática. Isso pode aparecer na forma da concepção e planejamento de uma atividade, como um arsenal teórico que a torna possível, ou ainda como saber inconsciente não propriamente articulado pelo sujeito, mas que nem por isso deixa de ser operativo (Lacan, 1992). Independente de sua forma, o importante é que está de alguma maneira ativa no início do processo.

Contudo, talvez o mais decisivo para nós seja considerar o saber como aquilo que é *posto* pela prática, que se realiza como um dos resultados de seu processo produtivo. Dessa forma, cabe notar que a prática não apenas coloca exigências para a atividade teórica, nem simplesmente oferece dados para futuras elaborações conceituais, mas acima de tudo produz saber em ato. No interior da tradição marxista, essa dimensão criativa da prática como produtora de saber foi enfatizada especialmente por Engels (2016, 2020). De uma perspectiva histórica, ele defende que o saber teórico se desenvolveu, inicialmente, a partir de atividades práticas que lhe antecederam, especialmente do trabalho produtivo das condições materiais necessárias à reprodução da vida social.

Essa afirmação não exclui, obviamente, a possibilidade de que a teoria se desenvolva por seus próprios meios de maneira autônoma, como facilmente se verifica na história do pensamento científico e filosófico. É certo que conceitos podem gerar novos conceitos e teorias, novas teorias, sem passar direta e necessariamente por uma forma de atividade prática. Mas o que Engels parece propor, mais precisamente, é a hipótese de uma indiferenciação original entre essas duas formas de atividade humana, bem como uma posterior tendência de autonomização. É o mesmo postulado que encontramos em Marx (2017b) quando afirma que “no princípio, um carregador difere menos de um filósofo que um mastim de um galgo” (p. 115). A produção de saber na prática antecederia, portanto, ao surgimento da teoria como atividade autônoma, separada, bem como aos indivíduos especializados em realizá-la.

Tanto os cientistas da natureza quanto os filósofos negligenciaram até agora a influência da atividade humana sobre o seu pensamento, só conhecem a natureza de um lado, o pensamento de outro. Porém, justamente a mudança da natureza pelo ser humano, e não só a natureza como tal, é o fundamento mais essencial e mais imediato do pensamento humano. (Engels, 2020, p. 173-174)

Primordialmente, seria menos na contemplação do que no intercâmbio prático do ser humano com o mundo que o saber poderia ser encontrado. Assim, Marx (2017a, p. 582) evidencia a importância da atividade agrícola do Egito antigo para o surgimento do saber que se tornaria a astronomia. Lacan (1969-70/1992, p. 20), em um dos momentos de seu ensino em que mais se aproximou do marxismo, afirma que um dos sentidos da filosofia grega é a subtração do *savoir-faire* do escravizado pela classe dos senhores. Braverman (1981, p. 139) destaca que, no início da revolução industrial, muitas das inovações tecnológicas mais importantes desse período foram inventadas pelos próprios operários durante sua atividade laboral. Antunes (2003, p. 130-131) insiste que mesmo nas formas contemporâneas do capitalismo o saber e a subjetividade do agente prático, na medida que são criados em seu labor, seguem como elementos centrais no mundo do trabalho.

Mas não é apenas na forma de hipótese histórica, como realidade longínqua e encerrada, que a atividade prática deve ser vista dessa maneira. Mesmo nas condições atuais de alta autonomização e especialização das atividades teóricas, a atividade prática continua sendo produtora de saber. Essa segue sendo uma de suas determinações mais decisivas. Na realidade, é provável que contemporaneamente essa seja uma das dimensões produtivas da atividade humana que mais vem ganhando relevância para a valorização capital. Nesse sentido, Antunes (2003) comenta que:

Além do saber operário, que o fordismo expropriou e transferiu para a esfera da gerência científica, para os níveis de elaboração, a nova fase do capital, da qual o Toyotismo é a melhor expressão, retransfere o *savoir-faire* para o trabalho, mas o faz visando apropriar-se crescentemente da sua dimensão intelectual, das suas capacidades cognitivas, procurando envolver mais forte e intensamente a subjetividade operária. (...) Suas ideias são absorvidas pelas empresas, após uma análise e comprovação de sua equibilidade e vantagem (lucrativa) para o capital. (p. 131)

Assim, não é por acaso a *práxis* pôde ser definida como uma “prática contendo uma produção imanente de saber pelos [seus] sujeitos” (Costa-Rosa, 2019, p. 35). Essa produção aparece, assim, como um traço próprio da atividade prática, algo que a constitui concretamente. Acontece apenas que, dependendo das condições sócio-históricas nas quais se localiza, o saber produzido pode se realizar de maneira mais ou menos efetiva, ser evidente ou completamente invisível diante de expectadores externos, ser apropriado pelo sujeito que o produziu ou expropriado por outrem. Seja como for, ao menos em potência, está sempre lá.

Ora, essa é exatamente uma das hipóteses de base do Dispositivo Intercessor. Consta entre suas premissas teóricas a ideia de que “não há prática sem saber correspondente capaz de responder satisfatoriamente à sua complexidade” (Costa-Rosa, 2007, s.p.). Mais exatamente, o que se postula com isso é que nas práticas de trabalho em contextos institucionais existe, como potência ou efetividade, um saber à altura dos problemas que ali se apresentam. Em outras palavras, os sujeitos que se encontram nos estabelecimentos institucionais para executar diferentes atividades são capazes de produzir as respostas necessárias para avançar em relação aos impasses com que cotidianamente se defrontam. Ainda mais radicalmente, a aposta do DI é de que *somente esses sujeitos*, na medida que estão diretamente implicados em tais impasses, podem criar satisfatoriamente essas respostas (Costa-Rosa, 2013).

Nesse caso não se trata de um saber que assume imediatamente a forma de conhecimento teórico-científico, muito menos enciclopédico. Não é um saber que se elabora diretamente como

uma produção universitária, como um artigo, dissertação ou tese – isso, aliás, é algo que nesse caso assume um caráter completamente contingente. Trata-se essencialmente de um saber produzido na e pela prática, diretamente concernente ao contexto em que se realiza, bem como aos seus operadores enquanto agentes de sua produção. Trata-se de um “saber subjetivante”, transformador, referente a um “sujeito particular” ou ao “irreduzível da experiência para um coletivo de trabalho” (Galiego & Costa-Rosa, 2018, p. 07). Sua consistência é de ordem particular e até mesmo singular, ainda que em um segundo momento admita parcialmente um movimento no sentido da universalização, ao ser elaborado na forma de conhecimento teórico.

A pertinência da psicanálise para o Dispositivo Intercessor também pode ser colocada no contexto dessa discussão. Não somente porque, de um ponto de vista histórico, sua teoria se elaborou a partir da experiência na prática clínica, sabidamente aquela que Freud estabeleceu com as histéricas. Mas sobretudo porque, do ponto de vista de sua lógica, ela implica a produção de saber em ato. Lacan (1964/2008) viu a psicanálise como uma *práxis*, no sentido de uma ação capaz de “tratar o real pelo simbólico” (p. 14), considerando o simbólico como o lugar em que pode se produzir o saber que interessa ao sujeito para superar seus impasses. De acordo com a teoria e a ética psicanalítica, não é possível saber pelo outro. O que é o mesmo que dizer que é impossível elucidar seus enigmas e remover seus sintomas pela via da aplicação de um conhecimento universal previamente estabelecido. Isso equivaleria a “privar o sujeito de seu impasse, [sendo que] tampouco [um especialista] poderá resolvê-lo por ele” (Costa-Rosa, 2013, p. 324). Assim, o trabalho do psicanalista é ajudar o sujeito a entrar na posição de trabalho, a fim de que produza o saber necessário à sua autotransformação, ao seu reposicionamento no interior de uma ordem sociossimbólica.

Tendo isso em conta, a hipótese trazida pelo DI é de que o mesmo tipo de saber que se trata em uma experiência analítica, referente às condições sociossimbólica de existência de um sujeito e as soluções únicas que pode elaborar, também está em jogo na realidade cotidiana dos estabelecimentos institucionais. Eles não apenas apresentam características semelhantes, como, em certo sentido, poderíamos dizer que possuem a mesma consistência. Ambos são refratários a universalizações apressadas, encontrando lugar mais apropriado na ordem da particularidade e da singularidade. São imediatamente apropriados por seus agentes e se realizam no instante mesmo em que são produzidos. São em ambos os casos produções de saber na *práxis* e para ela. Assim, da mesma maneira que o analisante deve elaborar suas próprias respostas durante um processo analítico, o coletivo de trabalho de um estabelecimento institucional também deve poder responder aos seus impasses, por assim dizer, em nome próprio.

A existência dessa modalidade de saber é, de fato, um dos pressupostos do Dispositivo Intercessor. Ele implica em uma aposta na possibilidade de sua produção por meio da atividade prática de um coletivo de trabalho, desde que determinadas condições sejam cumpridas. Isso posto, o objetivo explícito do trabalhador intercessor é, primeiramente, favorecer o processo de produção desse saber na atividade prática e por meio dela. Em um segundo momento, refletir sobre esse mesmo processo, sobre os meios e as condições que permitiram sua realização. É exatamente por isso que “o saber do intercessor, como tal, é um saber sobre (como) saber” (Costa-Rosa, 2019, p. 27). Esse é um dos sentidos em que podemos afirmar que o DI é uma operacionalização da *práxis*: ele pressupõe um saber que é próprio a essa forma de atividade. Além disso, tem por objetivo favorecer a sua produção e estabelecer uma reflexão sobre o seu processo.

## A UNIDADE ENTRE TEORIA E PRÁTICA

Por ser uma atividade em que o ser humano se objetiva e por incluir uma relação necessária com o saber, a *práxis* pode ser considerada uma unidade entre teoria e prática. Nessa perspectiva, nos distanciamos da mera dicotomia entre esses dois termos, de sua dissociação abstrata e aparente antagonismo, para considerá-los em sua íntima correlação. A teoria inclui a prática como matéria-prima de suas elaborações e critério de validação. Enquanto a prática inclui a teoria como guia para ação e via de elaboração. É certo que existem graus consideráveis de independência entre ambas, mas isso está longe de implicar uma separação completa. “Por isso, devemos falar principalmente de unidade entre teoria e prática e, nesse âmbito, da autonomia e dependência de uma com relação a outra” (Vazquez, 1977, p. 214). Elas se constituem como dois aspectos e dois momentos distintos em relação a uma mesma *práxis*.

Sobre suas relações mútuas, temos que a prática inclui o saber, em suas diferentes formas, como condição de possibilidade e produto de sua ação. A teoria pode fornecer ferramentas indispensáveis para a prática, desde que à altura da complexidade do campo de que se trata. Uma prática pode ainda encontrar as vias de sua própria elaboração teórica, para que seu sujeito compreenda e se aproprie melhor dela. Por outro lado, é comum as elaborações teóricas buscarem confirmação por meio de experimentos práticos, como é o caso no método dedutivo próprio das ciências naturais. Mas não apenas como critério de validação, tais experimentos muitas vezes produzem fenômenos que antes não existiam, previstos ou não, que exigem novas elaborações teóricas (Hacking, 1983). Ademais, “a teoria também se torna força material quando se apodera das massas” (Marx, 2011b, p. 51). As relações entre uma e outra, portanto, são múltiplas e complexas.

Quando tomamos em análise diferentes perspectivas metodológicas empregadas na pesquisa em estabelecimentos institucionais, constatamos a manutenção, ainda que inadvertida, das diferentes dicotomias que caracterizam a desunião entre teoria e prática: saber/fazer, sujeito/objeto, pesquisador/trabalhador, reflexão/ação (Benelli, 2019). Mesmo que em graus diferentes, é comum que se parta de uma “suposição natural quanto ao lugar e papel específico e central do pesquisador, mesmo nos casos em que os indivíduos sejam considerados participantes e coadjuvantes da pesquisa” (Benelli, 2019, p. 102). A melhor crítica nesses casos é aquela que se dá em ato: trata-se de colocar em parênteses o conhecimento especializado, suspender o lugar privilegiado que a figura do pesquisador pode implicar e reconhecer o saber que existe no cotidiano institucional.

É dessa maneira que procederá o trabalhador que pretende operar com o Dispositivo Intercessor. Ele não é originalmente um pesquisador que vai até o estabelecimento para realizar uma pesquisa. Na melhor das hipóteses, é um trabalhador da instituição. Nesse sentido, começa como “um a mais” no coletivo de trabalho (Galiego & Costa-Rosa, 2018). Sua relação com uma universidade é posterior e contingente, nunca uma necessidade *a priori*. O que não significa que ele não reflita sobre sua *práxis*. Ao contrário, ele não apenas o faz como também convida seus colegas ao mesmo movimento, reconhecendo que existem condições para tanto em sua prática cotidiana.

Para que isso aconteça, é preciso que o conhecimento especializado não tome a dianteira, muito menos se apresente como resposta pronta frente às indagações levantadas. Os conceitos e categorias já disponíveis possuem um lugar determinando, compondo uma “caixa de ferramentas” que os trabalhadores dispõem para utilizar (Périco, 2021). Com certeza, essas ferramentas podem ser extremamente úteis e mesmo necessárias, desde que bem escolhidas e manejadas. O máximo possível, é importante que os instrumentos conceituais estejam

disponíveis para todos que compõem o grupo de trabalho, como uma das condições para que elaborem as respostas adequadas aos seus impasses. Mas em um nível mais fundamental, é importante que a palavra circule e todos possam se apropriar do saber que produzem em nome próprio no exercício de suas práticas. Quando o movimento do trabalhador intercessor é bem-sucedido em criar as condições para que isso aconteça, ele passa ao lugar de “mais-um”, função que faz o saber circular em um coletivo de trabalho.

Por outro lado, é frequente que para muitos trabalhadores a teoria apareça como figura incompreensível, quando não força abertamente hostil. Existem razões históricas bastante concretas para ser assim. Afinal, se o trabalho prático é reduzido a ações repetitivas e puramente físicas, ou a aplicação protocolar de procedimentos cada vez mais simples; se, por outro lado, o conhecimento teórico continua sendo monopólio e privilégio de uma parcela restrita da população, é certo que a teoria parecerá aos olhos de muitos como região distante e confusa do universo humano.

Nessas condições, a teoria tende a ser vista como elemento meramente complicador do processo de trabalho, impróprio para a solução de problemas práticos. “Na prática a teoria é outra”, como se diz. As abstrações, por serem vistas muito alto no céu das ideias, não chegariam a ser aplicáveis em solo prático. Elas valeriam apenas na medida que podem ser manualizadas e diretamente empregadas nas questões mais imediatas. Esse ponto de vista pode ser chamado de pragmatismo (Vazquez, 1977). O seu aspecto negativo, da perspectiva que estamos propondo, é que o processo de trabalho passa a ser considerado por um viés marcadamente utilitário: importa que os problemas sejam resolvidos, que “as coisas andem”, que tarefas sejam executadas com o máximo de eficiência e os resultados cheguem.

Sobre a realidade do trabalho em estabelecimentos institucionais de diferentes políticas públicas, Benelli (2024) constata a presença do discurso pragmático. A articulação entre teoria e prática não costuma ir além da aplicação de conhecimentos adquiridos em cursos de graduação. As iniciativas para complementar a formação ficam geralmente a cargo dos próprios trabalhadores, “às vezes premido[s] pela angústia e dificuldades que aparecem” (p. 02). Pois, do ponto de vista dos dirigentes dos estabelecimentos ele “é um técnico, um trabalhador da prática, não é um pesquisador que produz teorias, não é um cientista que produz saber ou conhecimentos” (p. 02). Muitas das vezes o objetivo é atender o maior número de demandas no menor tempo possível, sem reflexões posteriores sobre a forma em que se deu o atendimento e os efeitos que produziu. O viés utilitário é patente, assim como a tendência de desarticulação entre teoria e prática que implica.

A partir das nossas experiências de imersão nos estabelecimentos públicos e privados de Educação, de Saúde e de Assistência Social, recolhemos um discurso que seria típico do ambiente profissional do trabalhador social. A teoria, o trabalhador já a teria aprendido na universidade e o tempo de estudar já passou! No trabalho, é preciso demonstrar e aplicar o que aprendeu e cumprir de modo efetivo com suas atribuições e tarefas (...). Há muitas coisas para fazer e poucos trabalhadores para dar conta de demanda! (...). As teorias criadas por pesquisadores da universidade não funcionam na prática do trabalho que precisa ser realizado no estabelecimento. (Benelli, 2024, p. 02)

Uma das possibilidades da crítica a essa posição consiste em compreender que não há prática que seja inteiramente avessa à teoria, na qual não se possa discernir os ecos mais ou menos distantes de diferentes elaborações teórico-conceituais (Benelli, 2024). Segundo Vazquez (1977), “trata-se, em muitos casos, da adoção inconsciente de pontos-de-vista (sic) surgidos originariamente como reflexões sobre o fato prático” (p. 09). Nesse caso, o que importa é reconhecer com todo rigor o lugar da teoria, para que se possa questionar a maneira de se relacionar com ela, indagar os efeitos que produz e, eventualmente, modificá-la ou substituí-la por outra. Afinal, “não há nada mais prático que uma boa teoria” (Benelli, 2024, p. 04) Mas

para que seja boa, não pode ser mera aplicação irrefletida. Assim, é preciso instrumentalizar os coletivos de trabalho com as ferramentas críticas disponíveis e garantir, para todos, espaços de reflexão e formação adequados às exigências de suas práticas.

Em linhas gerais, as teorias que, na perspectiva do DI, parecem oferecer melhores condições para tais processos de reflexão e formação são: o materialismo histórico, a psicanálise crítica, a esquizonálise e a filosofia da diferença, as teorias decoloniais e anticoloniais, feministas, a análise institucional e a arqueologia e genealogia foucaultianas. O trabalhador intercessor parece funcionar bem aglutinando diferentes referenciais teóricos críticos com o objetivo de compor a sua “caixa de ferramentas”. Outros certamente serão bem vindos, desde que condizentes com seus pressupostos epistemológicos e éticos.

Contanto, é importante enfatizar que não se trata por isso de mero ecletismo apressado. Há sempre o esforço de compor diferentes corpos teóricos com coerência e rigor, sem nunca se furtar ao enfrentamento das divergências e contradições que possam haver entre cada um deles. No limite, uma teoria pode ser abandonada pela força crítica de outra, e o horizonte ético do DI permanece como um crivo constante. Além disso, o materialismo histórico e a psicanálise crítica seguem sendo seus pilares teóricos básicos, o solo epistemológico em que nasceu.

Finalmente, a unidade entre teoria e prática pode ser vista no Dispositivo Intercessor em sua composição em dois momentos: o da *práxis* propriamente dita, abreviado simplesmente como DI, e o da elaboração teórica sobre o processo de produção de saber que se deu no momento anterior, chamado de Dispositivo Intercessor como modo de produção de conhecimento (DImpc). No primeiro momento, o trabalhador que pretende se posicionar de maneira intercessora se engaja em uma atividade caracterizada como ação-reflexão; no segundo, fala-se em reflexão-ação (Costa-Rosa, 2019, p. 23). Portanto, não se trata de localizar a unidade entre teoria e prática apenas entre os dois momentos lógicos em que acontece a intercessão, mas também no interior de cada um deles.

## NÍVEIS DA PRÁXIS

Considerando a *práxis* em suas dimensões criativa e consciente, como atividade produtora de objetos novos em que está implicado um saber, em suma, como *poiesis* e *theoria*, é possível estabelecer sua diferenciação em níveis. O resultado é uma espécie de tipologia da *práxis*. Essa é a proposta de Vazquez (1977) ao elaborar, por um lado, as categorias de *práxis* criadora e reiterativa e, por outro, de *práxis* consciente e espontânea. A distinção das duas primeiras toma por critério o aspecto poético da prática, seu caráter inventivo e produtor de coisas novas. Por sua vez, a distinção das outras duas toma como critério o aspecto teórico da prática, seu caráter consciente e sua relação com as diferentes formas do saber. A primeira distinção enfoca o lado do objeto, indagando o nível de inventividade que corporifica. A segunda enfoca o lado do sujeito, indagando o nível consciência implicado em sua atividade produtiva.

Apesar da atenção se voltar para um lado ou outro da *práxis*, para um ou outro de seus aspectos, eles permanecem intimamente relacionados. Afinal, uma vez que o “sujeito e o objeto se apresentam em unidade indissolúvel na relação prática, existe também estreita relação entre um critério e outro” (Vazquez, 1977, p. 246). Assim, a *práxis* criadora guarda um parentesco com a reflexiva, do mesmo modo que a reiterativa com a espontânea. Ao mesmo tempo, essas gradações não são absolutas, assim, existe sempre algo de criação e reiteração, bem como de reflexão e espontaneidade em toda atividade prática. Sua diferenciação se dá apenas pelo fato de um polo predominar em comparação com o outro.

Com o objetivo de especificar um pouco mais o que significa o Dispositivo Intercessor como “modo de operar na *práxis*”, desdobraremos a tipologia proposta por Vazquez (1977) para investigar como ela se relaciona com a proposta do intercessor. Por responder mais diretamente aos nossos objetivos, enfocaremos nas categorias de *práxis* criadora e reiterativa, deixando as considerações sobre a *práxis* reflexiva e espontânea para outra oportunidade.

A *práxis* é por definição uma atividade produtora de objetivações novas, o que nos leva a considerar sua modalidade criativa como sua forma fundamental. Ao produzir criativamente, o ser humano engendra o mundo, a si e aos seus semelhantes, no interior de um processo que não conhece qualquer determinação pré-estabelecida. Integra-se, dessa maneira, a um “movimento absoluto do devir” (Marx, 2011a, p. 646). Cria não apenas novos objetos, mas também novas necessidades, novos problemas e a exigência constante de novas soluções. É essa produção, que se situa para além das respostas às exigências estritamente naturais, que Marx e Engels (2007) caracterizam como o “primeiro ato histórico” propriamente dito (p. 37). Assim, a *práxis* criadora só é possível na história, mas é igualmente sua condição.

Apesar da importância conferida para a dimensão poética de sua atividade, é inegável que o ser humano não se encontra em constante estado criativo. Uma vez que um objeto novo é elaborado, seja ele algo físico, um conceito ou uma relação social, o seu processo de produção e consumação pode ser repetido, inclusive por agentes sociais distintos. “Entre uma criação e outra, como uma trégua em seu debate ativo com o mundo, o homem reitera uma *práxis* já estabelecida” (Vazquez, 1977, p. 248). Existe assim um tesouro de conquistas sociais frequentemente reatualizados no processo histórico. Apenas na medida em que a realidade coloca novas exigências de diferentes ordens que a criação encontra o impulso de que necessita para relançar seu movimento.

Esse tesouro e esse impulso constituem, conjuntamente, o que Marx (2011a) chama de verdadeira riqueza humana, situada muito além da forma que assume nas sociedades regidas pelo modo de produção capitalista, em que aparece como mero acúmulo de mercadorias, especialmente a mercadoria-dinheiro. É a relação com essa riqueza como acervo sociossimbólico produzido ao longo do processo histórico, como uma totalidade que nunca se completa inteiramente, que determina o caráter produtivo ou reiterativo de uma prática. Recorreremos a uma citação um pouco mais longa de Marx para demonstrar esse ponto:

Se despojada da estreita forma burguesa, o que é a riqueza senão a universalidade das necessidades, capacidades, fruições, forças produtivas etc. dos indivíduos, gerada pela troca universal? [O que é senão o] pleno desenvolvimento do domínio humano sobre as forças naturais, sobre as forças da assim chamada natureza, bem como sobre as forças de sua própria natureza? [O que é senão a] elaboração absoluta de seus talentos criativos, sem qualquer outro pressuposto além do desenvolvimento histórico precedente, que faz dessa totalidade do desenvolvimento um fim em si mesmo, *i. e.*, do desenvolvimento de todas as forças humanas enquanto tais, sem que sejam medidas por um padrão *predeterminado*? [O que é senão um desenvolvimento] em que o ser humano não se reproduz em uma determinabilidade, mas produz em sua totalidade? Em que não procura permanecer como alguma coisa que deveio, mas é no movimento absoluto do devir? (Marx, 2011a, p. 646, grifos do autor)

Nesse sentido, discordamos parcialmente de Vazquez (1977) quanto a motivação da prática criativa, identificada por ele no plano da necessidade. É provável que o autor não se refira à acepção mais comum do conceito de necessidade, como simples carência de um objeto, mas sim às necessidades especificamente humanas, criadas no processo histórico e que não possuem, portanto, um objeto que os satisfaça *a priori*. Contudo, sem maiores especificações, sua afirmação pode se prestar a mal-entendidos. Assim, em concordância com outros autores (Costa-Rosa, 2013; Périco, 2021), propomos situar a motivação para a criação ou reiteração de uma prática na relação que os indivíduos e grupos estabelecem com a realidade social em sentido amplo e com

a riqueza especificamente humana, conforme definida Marx. Diremos, portanto, que se refere ao plano do carecimento-desejo, muito mais do que ao da carência-necessidade.

Passemos agora a caracterização propriamente dita dos diferentes níveis da *práxis*, começando pela criadora. A atividade inventiva implica no mais alto grau a interação cerrada entre o seu aspecto teórico e prático, entre a consciência e a realidade que se pretende transformar. O saber, nesse caso, está diretamente implicado no processo produtivo e o sujeito desempenha um papel ativo por excelência. “A consciência estabelece (...) uma finalidade aberta, ou um projeto dinâmico, e justamente por essa abertura e dinamismo há de permanecer – também ela – aberta e ativa ao longo de todo o processo prático” (Vazquez, 1977, p. 249). A relação entre a subjetividade do agente e a objetividade da matéria-prima não cessa em momento algum do processo.

Esse intercâmbio contínuo é devido às características imanentes de toda matéria-prima, seja ela de natureza física, social ou psíquica. Queremos dizer com isso que nenhum objeto se oferece passivamente à transformação, sem opor algum tipo de resistência. Eles jamais assumem a forma exata que os agentes criativos projetaram em sua consciência. De fato, colocam a todo momento novos problemas para o processo de criação, exigindo dos sujeitos um reposicionamento subjetivo constante para tentar solucioná-los. Daí o aspecto de abertura e o caráter dinâmico exigido por essa *práxis* (Vazquez, 1977). Trata-se de uma interação complexa, uma revisão constante da postura frente ao objeto, mais do que uma simples série enumerável de atos mentais que se duplicam na matéria.

Mesmo ao fim de processo, mantém-se sempre uma discordância entre o que foi concebido e o efetivamente realizado. Assim, o caráter do produto resultante é eminentemente imprevisível. Ainda que o saber esteja implicado em alto grau nesse tipo de prática, o que não é possível saber exatamente é qual será seu resultado. As leis que regem essa forma de atividade só podem ser estabelecidas *a posteriori*. A antecipação da forma do produto é uma característica da *práxis* reiterativa, não da criadora. Para criar algo de novo, é necessária certa abertura para o inesperado, para o que pode haver de surpreendente na experiência.

Quando tomadas em suas formas mais puras – os exemplos oferecidos por Vazquez (1977) são as *práxis* artística e revolucionária – os seus produtos – para seguir com os exemplos, a criação de uma obra de arte ou de novas relações sociais – são considerados irrepetíveis. Ainda que se tente reproduzir essas atividades em outros momentos e lugares, elas nunca se repetirão em sua totalidade, apenas parcialmente. Aqui retomamos o caráter particular e mesmo singular do saber implicado na criação e seu caráter refratário a processos exaustivos de universalização.

A *práxis* criadora, então, é caracterizada por três traços: a) pelo alto grau de implicação do saber; b) pelo dinamismo e imprevisibilidade de seu processo; c) pelo caráter irrepetível de seu produto.

A reiteração é outra das possibilidades da *práxis*. Ela consiste no reemprego de uma prática cujo processo já possui leis bem estabelecidas e conhecidas. Trata-se simplesmente de aplicá-las. O elemento inventivo, evidentemente, não comparece de maneira direta, exceto como herança de uma *práxis* criativa anterior. Não se produz nenhum elemento inédito na realidade, apenas se multiplica o que foi criado em momentos pretéritos. As transformações que implica são, portanto, de ordem quantitativa, nunca qualitativa. Seu valor consiste em expandir quantitativamente o campo do carecimento. Ela se define em oposição à *práxis* criadora: possui baixo grau de implicação do saber; baixo dinamismo e imprevisibilidade em seu processo e seu produto é uma repetição.

A reiteração, contudo, não deixa de ser uma *práxis*, uma vez que produz algo, ainda que não seja novo. Inclui uma relação com o saber, mesmo que de mera aplicação. E transforma

os indivíduos e grupos envolvidos em seu processo, mas exclusivamente de um modo determinado, unilateral. É o caso da prática corrente no modo de produção capitalista, em que predomina a produção de mercadorias em escala sempre crescente. Nessas condições, é óbvia a tendência à reproduzibilidade. O trabalho que a realiza só pode ser fonte de alienação, uma vez que se baseia *exclusivamente* na reiteração, salvo no caso de uma minoria de trabalhadores intelectuais, responsáveis pelas funções criativas no processo produtivo.

Sobre esse ponto, é importante enfatizar que a alienação não é uma condição absoluta nem um destino inescapável para os agentes da *práxis* reiterativa, especialmente se esse não é o único gênero de atividade que desempenham. Toda alienação no sentido marxista do termo pressupõe uma prática reiterativa, mas o contrário não é verdadeiro. A alienação é uma consequência de nossa sociabilidade precisamente na medida que se baseia na generalização das atividades reiterativas, na tendência de redução de toda a prática produtiva ao nível meramente imitativo (Marx, 2010). Além disso, essa tendência é efeito e não causa das determinações mais fundamentais da alienação, como a separação do trabalho dos pressupostos da produção e a própria lógica de acumulação do capital, que persegue *ad infinitum* sua própria valorização (Marx, 2017a).

Na *práxis* reiterativa a interação entre teoria e prática, bem como entre subjetividade e objetividade, é reduzida ao mínimo. Isso porque seu “projeto, finalidade ou plano pré-existe (sic) de modo acabado à sua realização. O subjetivo se dá como uma espécie de modelo ideal platônico que se plasma ou realiza, dando lugar a uma cópia ou duplicação” (Vazquez, 1977, p. 257). Sua lei de execução é dada *a priori*. Obviamente, o trabalho perde assim seu aspecto surpreendente, e o produto não pode ser imprevisível.

O exemplo máximo dessa *práxis* é o trabalho na modalidade taylorista, que consiste na elaboração minuciosa de um esquema prévio e no cálculo detalhado dos movimentos dos trabalhadores, para que tão somente se aplique o que já está projetado (Braverman, 1981). Em um contexto de disciplinamento tão rigoroso dos corpos, sobra pouco espaço para acontecimentos criativos. Tampouco há margem para qualquer reposicionamento subjetivo por parte dos agentes diretamente engajados no processo produção.

Outro exemplo possível é o da prática burocratizada, aliás bastante comum nos estabelecimentos institucionais onde um trabalhador pode pretender operar o Dispositivo Intercessor. Existe a burocratização de uma atividade quando ela se reduz a aplicação de um conjunto de procedimentos previamente concebidos e institucionalmente fixados. Suas condições particulares de existência são a presença de um corpo de funcionários especializados e a debilidade ou ausência de dinâmicas democráticas (Vazquez, 1977, p. 263). O seu agente é um “objeto da atividade burocrática”, cujo “espírito lhe é prescrito”, pois sua “finalidade existe fora dele”, na própria burocracia (Marx, 2011b, p. 66). Seu traço definidor é o formalismo levado às últimas consequências, no sentido da imposição de uma forma protocolar de exercer uma atividade, indiferente ao conteúdo específico que possua.

A posição do trabalhador intercessor quando opera em um estabelecimento institucional onde vigora o trabalho burocratizado é de questionamento, que pode se dar de maneira aberta ou mais sutil, dependendo das condições particulares em cada caso. “Seu papel é causar fissuras, interrogar os sentidos prévios e contribuir na construção de novos sentidos a partir do singular” (Galiego & Costa-Rosa, 2019, p. 249). Por exemplo, uma trabalhadora intercessora relata uma situação em um estabelecimento de saúde onde o processo de trabalho se mostrava burocratizado, especialmente em relação às regras que organizavam os grupos terapêuticos que atendiam a população (Galiego & Costa-Rosa, 2019). A postura da intercessora foi “lançar para a equipe, nos espaços coletivos de discussão, questionamentos acerca das regras que

normatizavam a passagem de um grupo para outro”, resultando na “alteração dessa regra” a partir de um “novo posicionamento dos trabalhadores, que passaram a considerar a escolha de cada sujeito na definição dos objetivos de seu tratamento” (p. 251-252). Esse fragmento ilustra como a crítica à burocratização, como modalidade da *práxis* reiterativa, pode ser parte do trabalho de quem opera com o Dispositivo Intercessor.

A função do trabalhador intercessor é ocupar uma posição que permita a construção um saber singularizado para e a partir de uma dada *práxis*, que só pode ser definida como criadora. A *práxis* reiterativa, especialmente quando generalizada, é objeto de questionamento do trabalhador assim posicionado, tanto por seus pressupostos epistemológicos quanto ético-políticos. Talvez seja o caso de afirmar que, da mesma forma que a burocratização é uma modalidade da *práxis* reiterativa, o Dispositivo Intercessor é uma modalidade da *práxis* criativa. Esse é outro dos sentidos que podemos compreendê-lo como uma “modalidade de operar na *práxis*”.

## ESPECIFICIDADES DO DI

Mas se o Dispositivo Intercessor é uma modalidade da *práxis* criadora, permanece a questão: em que consiste sua especificidade, o que o diferencia de outras formas de modalização desse nível da *práxis*? Para começar a encaminhar essa pergunta, será conveniente recorrermos a alguns exercícios de comparação.

Se considerarmos as *práxis* políticas criadoras, veremos que elas têm por finalidade produzir transformações nos processos de produção da vida social, no sentido da invenção de novas relações. Por sua vez, o trabalhador que opera a partir do Dispositivo Intercessor busca transformar especificamente o processo social de produção de saber. Com esse objetivo, propõe duas formas novas de relação social. A primeira é entre o trabalhador e o campo de sua prática, na qual se reconhece a existência de um saber imanente à sua execução. A segunda é entre o trabalhador e a universidade, na qual essa instituição possa ser um espaço de elaboração do saber próprio às intercessões que realizou em sua *práxis*.

Sobre a primeira das relações propostas, temos que o trabalhador que se posiciona como intercessor sustenta uma relação íntima com o saber. Como seus campos de ação pressupõem as formações sociais e subjetivas, resultando em uma espécie de “empuxo ao particular, quando não ao radicalmente singular” na produção de saber (Elia, 2023, p. 63), o intercessor parte da consideração de que o conhecimento universitário está de várias maneiras aquém dos principais impasses com que se defronta. Mais do que negar essa forma de conhecimento, trata-se de reconhecer seus limites. Ao mesmo tempo, de reconhecer a potência do saber que existe no próprio campo da ação prática. Assim, procura a todo momento se reposicionar a fim de criar as melhores condições para a produção e apropriação coletiva desse saber.

Já a proposição de uma nova relação entre trabalhadores e universidade é consequência da crítica que o Dispositivo Intercessor faz à divisão existente entre intelectuais e práticos, reproduzida pela instituição universitária. Marx e Engels (2007) propõe uma sociedade onde um indivíduo pode “caçar pela manhã, pescar à tarde (...), criticar após o jantar”, sem por isso se converter em “caçador, pescador (...) ou crítico” (p. 38). De maneira homóloga, o trabalhador intercessor propõe uma relação com a universidade na qual ele possa se apropriar desse espaço para elaborar o que se passou em sua prática, sem se tornar no processo um especialista do conhecimento acadêmico. Ao menos não no sentido de *se reduzir a isso*. No limite, trata-se de criticar radicalmente a universidade como instituição que reproduz a existência de trabalhadores e pesquisadores como *duas figuras separadas*.

Se a compararmos com a *práxis* política criadora, portanto, a *práxis* intercessora se diferencia pelo processo produtivo específico que pretende transformar, o do saber. Consequentemente, o trabalhador intercessor está diretamente relacionado a um contexto particular – que se refere ao estabelecimento institucional onde está operando – bem como aos momentos singulares em que sua prática se detém – os seus impasses. Assim, distingue-se claramente pela escala mais restrita em que atua. Parece certo, contudo, que também podem existir complementaridades importantes entre essas duas modalidades da *práxis* criadora.

O Dispositivo Intercessor se especifica ao propor uma “[...] variação radical: trata-se de produzir saber sobre os processos de produção de saber na *práxis*”, é dizer, “na ação/para a ação” (Costa-Rosa, 2019, pp. 14-15). Ainda que nos diferentes estabelecimentos institucionais onde opera se produzam coisas bastante diversas – pois é distinta a produção se considerarmos, por exemplo, uma instituição de saúde e outra assistência social – seu objetivo específico é sempre a criação de novas relações sociais cuja finalidade é modificar a forma social como produzimos saber na e para a prática.

Com efeito, essa é outra maneira de dizer diretamente uma diferença da *práxis* intercessora em relação aos seus pares criativos: não se trata de produzir um objeto específico. Isso a distingue imediatamente de outra das *práxis* criadora, a artística. O artista certamente produz um saber singular em sua prática. Mas essa não é sua finalidade e sim criar uma obra de arte, um objeto de valor estético único. O saber que para a *práxis* artística é um meio, é para o Dispositivo Intercessor uma finalidade. Mesmo que eventualmente produza algum objeto, que produza diferentes valores de uso, não é isso que permite defini-lo.

Nesse sentido, é possível compreender a *práxis* intercessora numa reaproximação do sentido original do conceito, sem prejuízo de suas dimensões poética – seu aspecto produtivo – e teórica – sua relação com o saber. Lembremos que para Aristóteles (1991) a *práxis* é uma atividade cujo fim se encontra em sua própria realização, não se caracterizando, portanto, pela produção de um objeto. Justamente, o saber de que se trata em uma intercessão é inseparável da atividade prática. Algo dele se consome no instante dessa atividade. Por isso sua passagem ao campo do conhecimento universitário é sempre parcial. Consequentemente, a reflexão que propõe não incide diretamente sobre um objeto determinado, mas sobre o próprio processo de criação do saber na prática. Entre seus efeitos está a produção de novos possíveis intercessores. A intercessão é assim uma *práxis* que produz novas intercessões, novas *práxis*. Parece haver, então, uma lógica curiosamente espiral em seu processo de realização, na qual ela se volta sobre si, mas sempre em um patamar renovado. Nessa perspectiva, talvez seja uma das formas da prática que responda mais diretamente à supressão marxiana da teoria aristotélicas das atividades humanas.

Obviamente, com essas breves considerações estamos longe de esgotar todas as características do Dispositivo Intercessor ou de defini-lo de maneira cabal. Mesmo porque ele ainda se encontra em franco processo de elaboração. Apesar de importantes avanços, muitos de seus aspectos ainda esperam determinações mais precisas. Neste trabalho, procuramos somente estabelecer algumas de suas diferenças em relação a outras formas da *práxis* e, assim, delineá-lo como uma de suas modalidades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tivemos em vista estabelecer as contribuições do conceito de *práxis* como uma das principais ferramentas conceituais herdadas pelo materialismo histórico para a elaboração do Dispositivo Intercessor. Nosso objetivo foi conferir maior precisão conceitual para o enunciado que toma

esse dispositivo como “um modo de operar na *práxis*”. Para tanto, investigamos alguns dos desdobramentos da discussão sobre esse conceito no interior da tradição marxista. Com isso, tentamos relacionar, ao longo de todo o texto, os termos desse debate com as formulações disponíveis sobre o Dispositivo Intercessor.

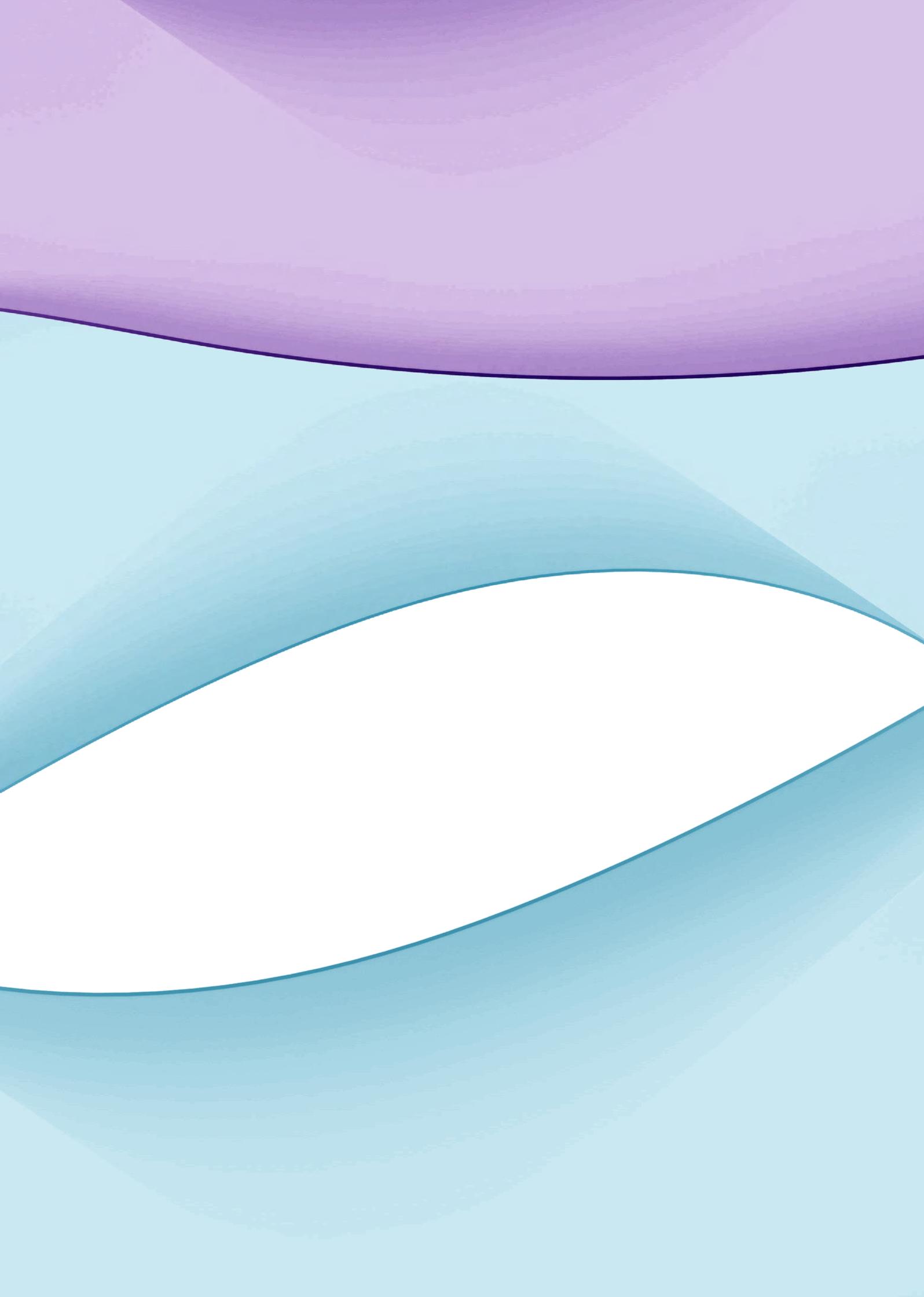
Abordamos as dimensões teórica e produtiva das atividades práticas. A partir disso, destacamos a importância da produção de saber como um dos aspectos da elaboração marxiana do conceito de *práxis*. Essa articulação entre prática, criação e saber configura uma das hipóteses fundamentais para a elaboração do Dispositivo Intercessor. Em seguida, evidenciamos a relação de unidade existente entre saber e prática, outro dos pressupostos básicos para se operar a partir desse dispositivo. Então, especificamos o conceito de *práxis* ao apresentá-lo em seus níveis criador e reiterativo, localizando o intercessor como uma modalização da *práxis* criadora.

O conceito de *práxis* pode ser considerado central, portanto, não apenas para o materialismo histórico, mas também para o Dispositivo Intercessor. Seus desdobramentos teóricos podem oferecer direcionamentos valiosos para a operacionalização da prática do trabalhador que se pretende intercessor, bem como para a elaboração conceitual de seu dispositivo.

## REFERÊNCIAS

- Antunes, R. (2003). *Os sentidos do trabalho*. Boitempo.
- Aristóteles (1991). *Os pensadores: Aristóteles* (4a ed., Vol. 2). Nova Cultural.
- Benelli, S. J. (2019). Problematizando a instituição pesquisa na universidade e nas práticas psicológicas: questões epistemológicas e éticas. *Revista de psicologia da Unesp*, 18(n. esp.), 88-120.
- Benelli, S. J. (2024). Operando com o DI na universidade. Inédito.
- Bottomore, T. (2012). *Dicionário do pensamento marxista*. Zahar.
- Braverman, H. (1981). *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Zahar.
- Costa, M. F., Périco, W., & Souza, W. A. (2019). Do dispositivo disciplinar ao dispositivo intercessor. *Revista de psicologia da Unesp*, 18(n. esp.), 161-178.
- Costa-Rosa, A. (2007). Intercessões e análise sobre o processo de produção saúde-adoecimento-Atenção no campo psíquico num território municipal. Mimeografado.
- Costa-Rosa, A. (2012). Contribuição a uma clínica crítica dos processos de subjetivação na saúde coletiva. In: G. H. Dionísio, & S. J. Benelli (Orgs.). *Políticas públicas e clínica crítica*. (pp. 15-31). Cultura acadêmica.
- Costa-Rosa, A. (2013). *Atenção psicossocial além da reforma psiquiátrica: contribuições a uma clínica crítica dos processos de subjetivação na Saúde Coletiva*. Unesp.
- Costa-Rosa, A. (2019). Intercessões e análise sobre o processo de produção saúde-adoecimento-Atenção no campo psíquico, num Território municipal: produção de novas tecnologias para a implementação da Atenção Psicossocial no Sistema Único de Saúde. *Revista de psicologia da Unesp*, 18(n. esp.), 09-36.
- Dionísio, G. H. *Práxis, Intercessão e Saúde Coletiva: Abílio da Costa-Rosa, ou das verdadeiras paixões pela Psicanálise*. *Revista de psicologia da Unesp*, 18(n. esp.), 01-04.
- Elia, L. *A ciência da psicanálise*. Edições 70.
- Engels, F. (2016). *Anti-Dühring*. Boitempo.
- Engels, F. (2020). *Dialética da natureza*. Boitempo.

- Galiego, A. H. B., Costa-Rosa, A. (2018). Saber e conhecimento: uma reflexão acerca do Dispositivo Intercessor como modo de produção de conhecimento (DImpc). In: R. F. Toledo, T. E. Costa-Rosa, T. M. Keinert, & C. T. Cortizo (Orgs.). *Pesquisa participativa em saúde: vertentes e veredas*. (pp. 265-292). Instituto de Saúde, SP.
- Galiego, A. H. B., Costa-Rosa (2019). Contribuições do Dispositivo Intercessor para a práxis da Atenção Psicossocial: relato de experiência vivenciada num CAPSad. *Revista de psicologia da Unesp*, 18(n. esp.), 243-260.
- Hacking, I. (2012). *Representar e intervir: tópicos introdutórios de filosofia da ciência*. EdUERJ.
- Lacan, J. (2003a). Ato de fundação da Escola Freudiana de Paris. In: J. Lacan. *Outros escritos*. (pp. 235-247). Zahar.
- Lacan, J. (2003b). Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In: J. Lacan. *Outros escritos*. (pp. 248-264). Zahar.
- Lacan, J. (2008). *O seminário livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (2a ed.). Zahar.
- Lacan, J. (1992). *O seminário livro 17: o avesso da psicanálise*. Zahar.
- Marx, K. (2008). *Contribuição à crítica da economia política*. Expressão Popular.
- Marx, K. (2010). *Manuscritos econômico-filosóficos*. Boitempo.
- Marx, K. (2011a). *Grundrisse*. Boitempo.
- Marx, K. (2011b). *Crítica à filosofia do direito de Hegel*. Boitempo.
- Marx, K. (2017a). *O capital: livro 1*. Boitempo.
- Marx, K. (2017b). *Miséria da filosofia*. Boitempo.
- Marx, K., Engels, F. (2007). *A ideologia alemã*. Boitempo.
- Monghine, I. D. (2024). Proteção ou punição? Ensaio sobre a práxis de uma trabalhadora social desenvolvida num Conselho Tutelar. [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”] Repositório UNESP.
- Périco, W. (2021). *Ensaio sobre psicanálise, instituições e luta de classes no campo da Saúde Mental Coletiva*. [Tese de Doutorado em Psicologia Universidade do Estado do Rio de Janeiro]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UERJ.
- Vazquez, A. S. (1977). *Filosofia da práxis*. Paz e terra.
- Vieira, B. R. S. (2023). As múltiplas dimensões do exercício profissional da Assistente Social: problematizando a práxis de trabalho no CRAS. [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”] Repositório UNESP.



# ANÁLISE MARXISTA DE UMA EXPERIÊNCIA COMO PSICÓLOGO INTERCEDENDO EM UMA SANTA CASA<sup>6</sup>

Maico Fernando Costa<sup>7</sup>  
Gustavo Henrique Dionísio<sup>8</sup>  
Silvio José Benelli<sup>9</sup>

## INTRODUÇÃO

A investigação das práticas de saúde se revela necessária, no instante em que operamos com um modelo de Atenção que tenha o intuito de escutar o sujeito em seus diversos meios de manifestação das demandas e distintos modos de produção de sociabilidade. Nestes termos, isto se aproxima da práxis sanitaria, na medida em que não reduzimos o sujeito ao indivíduo, não o classificamos a partir de uma doença e nem como parte indiferenciada de uma massa social.

O objetivo deste capítulo de livro é refletir, investigando, sobre a experiência de um psicólogo em uma Unidade hospitalar, tomando por objeto uma análise concreta marxista das práticas de saúde ancoradas na hegemonia do saber médico, principal representante do modo de produção do capital no Estabelecimento de Saúde.

A construção do texto foi baseada em uma revisão de literatura sujeitada as questões que a práxis nos colocou, recorreremos aos textos, sobretudo, no momento em que atuávamos no campo, mais como intercessores e orientadores éticos em nosso fazer cotidiano do que como um convencional perscrutar científico. Os pensadores sanitaristas foram os referentes de leitura que utilizamos e, do ponto de vista materialista e da ciência da história marxiana, eles abordam os problemas do trabalho de produção de práticas de saúde na instituição. Trata-se, portanto, de nos apropriar desses exercícios críticos-teóricos, relacionados ao âmbito da Saúde, em seu sentido universal, para destiná-los ao que é de particular nos Estabelecimentos hospitalares. No transcorrer deste capítulo, como modo de assegurar o sigilo dos trabalhadores e das pessoas atendidas, optamos por nomes fictícios na exposição de alguns casos.

6 Esse capítulo, com contribuições do Prof. Dr. Silvio José Benelli, deriva de nossa tese de doutorado, produzida a partir da estratégia do Dispositivo Intercessor, sendo orientada pelo Prof. Dr. Gustavo Henrique Dionísio e realizada com financiamento da Fapesp (Processo: 2017/06805-1).

7 Psicólogo, mestre e doutor em Psicologia pela Faculdade de Ciências e Letras, Assis, SP. Coordenador do Centro Compartilhado de Gestão do Cuidado e Desenvolvimento de Potenciais da FMUSP. Pós-doutorado pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Correspondente no Brasil da Associação Analyse Pratique Psycho-Sociale (Paris-França). Membro aspirante do Departamento de Psicossomática Psicanalítica do Instituto Sedes Sapientiae de São Paulo. Integrante do Laboratório transdisciplinar de Intercessão-Pesquisa em Processos de Subjetivação e Subjetividadessaúde (LATIPPSS), inscrito no CNPq.

8 Professor Associado do Departamento de Psicologia Clínica do curso de graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, SP. Doutor em Psicologia Social da Arte pelo IP/USP, com estágios na Pitié-Salpêtrière e na École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris/França; Docente no Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, SP, na linha de pesquisa “Políticas públicas e produção de subjetividades: processos clínicos e institucionais”. Vice Coordenador do Laboratório transdisciplinar de Intercessão-Pesquisa em Processos de Subjetivação e Subjetividadessaúde (LATIPPSS), inscrito no CNPq.

9 Professor Associado do Departamento de Psicologia Clínica do curso de graduação em Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, SP, linha de pesquisa Políticas Públicas e Produção de Subjetividades: processos clínicos e institucionais. Livre Docente em Psicologia Clínica pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) (2022). Coordenador do Laboratório transdisciplinar de Intercessão-Pesquisa em Processos de Subjetivação e Subjetividadessaúde (LATIPPSS), inscrito no CNPq.

## A INSERÇÃO EM UM CAMPO DE TRABALHO: ANÁLISE CONCRETA DE UMA UNIDADE HOSPITALAR

A inserção como trabalhador voluntário numa Santa Casa possibilitou reconhecer uma certa sintonia da Unidade de Urgência e Emergência com o que está preconizado pelo SUS enquanto instituição, como lógica normativa. No entanto, embora de maneira mais atenuada, quando comparamos com experiências de intercessões anteriores (Costa, Costa-Rosa & Amaral, 2016; Costa, 2016), levantamos ao menos dois problemas que precisam ser discutidos: 1) Uma Atenção em Saúde privilegiando unicamente a supressão da doença, desconsiderando a história e o lugar daquele que sofre neste processo; 2) A maior parte dos sujeitos que estavam internados era em decorrência da falta de acompanhamento da Atenção Básica em seu Território e da precária organização de Rede desse município. Preferimos, portanto, expor com situações cotidianas de trabalho, enquanto a materialização encarnada destes problemas.

Havia no hospital, internados nos leitos do setor de “Cirúrgicas”, uma quantidade considerável de sujeitos “diabéticos” aguardando para amputar partes de seus corpos, a principal causa se devia as dificuldades de seguir a dieta necessária recomendada e manter regulada a elevação da glicose no sangue.

Um dos sujeitos que escutamos enunciou que se na sua cidade as pessoas, sobretudo as mais humildes, fossem informadas e recebessem regularmente visitas dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e das ESF, elas poderiam ser conscientizadas a respeito do tratamento adequado à “Diabetes Mellitus” e, desse modo, não haveria tantas pessoas precisando amputar partes do corpo, como por exemplo, a perna, os dedos da mão, e outras. Resolvemos, após essa entrevista, ligar para a UBS referência do caso, localizada em seu município de origem. Ao telefone, a enfermeira responsável nos relatou as dificuldades estruturais que enfrentavam, a respeito do sucateamento do SUS, da escassez de recursos materiais, financeiros e da diminuição de funcionários na prefeitura, fatores prejudiciais, segundo ela, para atender toda a demanda do município. Disse a trabalhadora, “com essa situação da Saúde, não fazemos prevenção, fazemos somente curativos”. Considerando essa conjuntura problemática, entendemos que a lógica do curativismo predominava no Território junto às famílias. Na leitura que os trabalhadores da Santa Casa faziam, os muitos casos de Diabetes existiam pelo fato de as pessoas não saberem ao menos o mínimo a respeito do seu tratamento.

A regra preponderante a ser cumprida era a supressão da doença, sob a orientação hegemônica do discurso médico com relação às tomadas de decisões. Arouca (2003) esclarece que o discurso da Medicina, em especial a Preventiva, funda as práticas de produção de saúde na sociedade, representa o modo de produção dominante, notabilizando uma estrutura hierárquica em que o saber médico está no comando do poder. No discurso médico, considera-se a doença como decorrente dos “maus hábitos” de vida dos indivíduos, da desestabilização do organismo e da suscetibilidade dos corpos a elementos externos e nocivos à saúde.

As Ciências Médicas, ao enveredarem por este caminho, privilegiam o controle da doença e da morte, ao invés de partirem da vida e da saúde como critérios fundamentais. Conforme Donnangelo (2014), na redução da doença ao seu plano individual o modo de organização e dinâmicas das formações sociais não é considerado como contexto primordial na produção de saúde e dos processos de adoecimento, conseqüentemente, os indivíduos são enxergados como doentes que precisam ter os seus sintomas atenuados e/ou eliminados.

A razão medicalizadora induzia os trabalhadores ao hábito de banalizar a vida e a morte dos sujeitos internados. Sobre as pessoas que se recuperavam, dizia a equipe médica e de enfermagem: “o paciente do leito número 42, do quarto 3, está bom para voltar pra casa, logo

já poderemos ocupar este leito. Ufa, que bom, menos um caso”. Em relação às pessoas que faleciam, falavam: “aquele do quarto 5 teve alta celestial, morreu essa noite”. E sobre os que estavam em estado crítico, mas, conscientes de seu quadro, um colega médico se divertia ao descrever como relatava o prognóstico clínico às pessoas que estavam ao seu cuidado: “você não está apto para voltar para casa. E se não diminuir a comida e o álcool, quando sair daqui você vai morrer”. Complementou este colega, falando conosco em ambiente informal: “É simples assim, a pessoa vai ter que ouvir que ela vai morrer, não tem que ficar passando a mão na cabeça. E a morte é a morte, é isso mesmo, não tem o que fazer”.

Junto a isso, os fundamentos da produtividade, do descarte, do “apto” e do “não apto”, absurdamente propagados na cultura do consumo, apareciam com frequência nos discursos das equipes de trabalhadores ao se referirem sobre o prognóstico clínico das pessoas que atendiam.

De acordo com Arouca (2003, p. 226), a noção de saúde e doença intrínseca à Medicina Preventiva, está associada à ideologia liberal hegemônica do mais-valor: “[...] Portanto, em uma primeira análise, podemos dizer que a Medicina, atuando sobre valores que constituem o modo de andar a vida dos sujeitos, refere-se a dois valores de uso: o primeiro, que no processo de produção cria a mais valia [mais-valor], e o segundo, que, no mesmo processo, se apropria dela.”

Neste circuito lógico, o cuidado médico fica situado num lugar de consumismo, as ferramentas médicas e os seus serviços especializados, reunidos com os fármacos e os seus procedimentos-padrão, são utilizados para atender pedidos de uma população que aprendeu que saúde só se faz a “toque de caixa”, com a simples eliminação do mal-estar (Luz, 1979; Arouca, 2003).

Segundo Luz (1979), a Saúde com S maiúsculo, atrelada ao Estado, enquanto setor<sup>10</sup>, encarrega-se das doenças da população e atua conforme os valores das formações sociais capitalistas. O Estado, promovendo Saúde Pública, teria o intuito de suprir uma carência de saúde que é provocada pelo seu próprio modo de gerir as demandas sociais e criar relações de mercado. Ilustramos esse aspecto com um fragmento de experiência no qual os temas foram o dinheiro e a saúde vendida como mercadoria.

Notamos que o regime de trabalho da maior parte dos médicos que atuavam na Santa Casa era o autônomo, pois eram contratados como Pessoa Jurídica (PJ). Nessa modalidade de vínculo empregatício, o profissional tem uma empresa registrada em seu nome, responsabilizando-se por todas as implicações de seu trabalho e tem também a possibilidade de atuar em vários estabelecimentos públicos e privados concomitantemente. Diferente do vínculo por Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), o profissional, embora não tenha direito ao 13º salário e trinta dias de férias, não tem a obrigatoriedade de estar atuando nos mesmos períodos e turnos de trabalho que os demais. Sobre este tema, na sua tese de livre-docência em 1976, Cecília Donnangelo já analisava a defesa que os médicos faziam do trabalho autônomo, em favor dos valores liberais tradicionais de sua profissão (Donnangelo & Pereira, 2011).

Na Santa Casa, de um município do Interior Paulista, a maioria dos profissionais da medicina atendia os casos de modo pontual. Os médicos apareciam sempre de maneira furtiva, seja em cirurgias ou nas visitas aos leitos no setor público e no setor de convênios privados, quase todos trabalhavam em outros locais.

Outro fragmento da experiência revela o poderio do discurso médico, enquanto uma categoria representativa da ideologia capitalista. Uma das psicólogas que atendia os trabalhadores do hospital como voluntária, relatou-nos uma situação envolvendo uma mulher, de aproximadamente noventa e três anos. Ela foi internada no setor “Convênios”, tinha uma

<sup>10</sup> Essa esfera de organização da Atenção pode ser nomeada como “Saúde Pública” estatal, alinhada com a lógica capitalista da exploração e do consumo, que diferenciamos da “Saúde Coletiva”, cuja ética é avessa ao processo de mercantilização da Saúde da população.

cirurgia de fratura de fêmur agendada, contudo, um médico procurou a família dizendo que se a família tivesse interesse, poderia acompanhar o outro médico que realizaria a cirurgia, esse acompanhamento custaria dez mil reais. A família se recusou. Posteriormente a esse ocorrido, a cirurgia da idosa foi desmarcada. Em resumo, a cirurgia foi reagendada para uma nova data, o quadro clínico da idosa se deteriorou e ela veio a óbito.

Essa notícia desencadeou uma série de debates internos no Estabelecimento: 1) a prestação de serviços dos médicos na modalidade PJ; 2) os médicos não possuem um vínculo empregatício mais duradouro com a Santa Casa; 3) a ausência de uma relação afetiva do corpo médico com os trabalhadores e com os sujeitos em internação; 4) as confusões dos médicos nas mudanças de plantões (relacionadas ao conhecimento das demandas dos sujeitos), consequência da falta de troca de informações entre os médicos; 5) a concessão médica de atestados e procedimentos clínicos mediante a pagamentos de terceiros, por exemplo, nas situações em que familiares pagavam uma quantia em dinheiro aos médicos, sem o conhecimento da Santa Casa, para que oferecessem um tempo maior de atenção aos seus entes queridos que estavam internados.

Tendo em vista tais eventos, o último provedor da Santa Casa ameaçou denunciar os esquemas ilícitos e mercenários orquestrados pelo corporativismo médico local, entretanto, ele teria sido jurado de morte pelos envolvidos e aconselhado a desistir da denúncia. Os trabalhadores mais próximos da diretoria administrativa compartilharam essas informações como forma de nos advertir, quanto aos riscos de morte que corríamos caso decidíssemos ir adiante nas discussões internas sobre o ocorrido com a idosa de 93 anos.

As práticas calcadas no binarismo doença-cura, impulsionadas por interesses financeiros predatórios, respondem, ao passo que também produzem, a uma lógica dominante de relacionamento social baseada na exploração, tendo o dinheiro e os valores inerentes a ele, como a central moeda de troca. Frisamos e admitimos que essas abominações éticas não são restritas a classe médica, mas, estende-se a todas as categorias profissionais que sucumbem à produção de sociabilidade exploradora do MCP.

Fundamentados em Marx (1996), entendendo que o ser social é o que produz a consciência e não o contrário. É a vida concreta, as práticas de trabalho, que engendram as ideias e constituem a subjetividade dos sujeitos. Noutra linha de análise, recorremos à leitura dos paradigmas com o auxílio das teorizações de Mendes (2006), do movimento sanitarista (Teixeira, 1989) e de Costa-Rosa (2013a).

## **PARADIGMAS E OS SEUS MODOS DE PRODUÇÃO**

O campo da Saúde se apresenta como um lugar de onde pulsam e emergem os antagonismos, as diferentes noções de saúde operando segundo dois diferentes modos de produção (Mendes, 2006). De acordo com Costa-Rosa (2013b), os paradigmas se caracterizam como conjuntos de instrumentos teóricos e técnicos pautados em distintas éticas e propósitos, são utilizados nos processos de trabalho e cada qual pode ser apreendido pelos respectivos efeitos de saúde e de adoecimento que produzem.

Os paradigmas são os modelos de conduta dos trabalhadores, cunhados numa peculiar técnica e teoria, compartilhados entre si e aspirando a determinados efeitos. São definidos também pelo conjunto de valores e interesses que se materializam em dispositivos leves e pesados, eles convivem e estão em conflito por tempo indeterminados (Costa-Rosa, 2013b).

A discussão paradigmática do campo da Saúde foi incluída em nossa dissertação de mestrado, exploramos consideravelmente tal plano de análise (Costa, 2016). Desta maneira, para ilustrar

os modos de produção existentes na Saúde e sublinhar aquele no qual nos posicionamos, é importante caracterizarmos, segundo Mendes (2006), o Paradigma Flexneriano (PF) e o Paradigma da Produção Social da Saúde (PPSS).

O PF se expressa na aplicabilidade positivista das metodologias e de procedimentos médicos em saúde, baseia-se numa “fisiopatologização” do sofrimento humano. A doença é somente vista como ausência de saúde e a saúde estaria reduzida à ausência de doença, prevalecendo nessa configuração uma concepção binária: se está sadio ou doente. O corpo e a patologia são conceituados a partir de um entendimento essencialmente biológico.

Na Santa Casa, constatamos que para examinar o estado de saúde dos sujeitos, o principal procedimento adotado pela enfermagem e pelos médicos consistiria em avaliar se o corpo estava respondendo bem às intervenções medicamentosas. Os sujeitos eram conhecidos pelas equipes pelo nome da patologia ou da fratura que sofreu os seus órgãos, era comum serem lembrados pelo número de atendimento e de prontuário. Essas constatações também foram apreendidas em outras intercessões-pesquisas, as experiências de trabalho orientadas hegemonicamente pelo PF (Costa-Rosa, 2013a; Mendes, 2006; Arouca, 2003; Costa, Costa-Rosa & Amaral, 2016; Costa, 2019; Périco, 2014).

Entendemos que o modo de produção do capital impulsiona a materialidade dos conceitos de saúde e doença específicos do PF, sendo que suas produções estão entrelaçadas aos valores que interessam a formação social capitalista. Na Santa Casa, para se dirigir aos sujeitos internados, era corriqueira a utilização do termo “cliente” pelos trabalhadores do estabelecimento. Segundo Donnangelo (2014), a sociedade capitalista possui uma forma de organização básica, liberal e funcionalista, a partir da qual se criam condições-limite para formas específicas do processo saúde-doença: a doença é reconhecida como uma manifestação individual.

Portanto, para Mendes (2006, p. 238) o PF “[...] expressa-se por meio de um conjunto de elementos que coexistem, se complementam e se potenciam e que são”: o mecanicismo (o corpo como máquina); o biologicismo (a natureza biológica das doenças como preponderante); o individualismo (a exclusão dos aspectos sociais que contextualizam historicamente a vida dos sujeitos); a tecnificação (as dicotomias profissionais e doenças mediadas pelo ato médico instrumental); e o curativismo (a ênfase no aspecto curativo do problema, em detrimento da estética e de suas causas complexas). Acrescentamos, dentre esses elementos que coexistem, o oportunismo de classe revela o PF sendo impulsionado pelo modo de produção da sociabilidade capitalista, as vidas humanas são convertidas em números, em valores de troca, como meios para obtenção de dinheiro, sob a forma de mercadorias.

Em relação à doença, de acordo com Donnangelo (2014), interessa-nos mais subvertê-la da sua particularidade originária, que está ligada ao determinismo orgânico. A esse respeito, preferimos a compreensão de saúde não restrita ao individual, ou tão somente à queixa, descentramo-nos de uma naturalização/biologização do adoecimento, pois, “[...] o processo da saúde à doença [a saúde e a doença] são algo que deriva diretamente da forma de organização social” (Donnangelo, 2014, p. 55), ou seja, subordinarmos estes processos ao plano das formações sociais abre a possibilidade de questionarmos a noção médica de doença e a maneira como ela é produzida.

Compreendemos que inerente à práxis na Urgência e Emergência hospitalar, precisamos ter em vista as concepções de saúde que foram construídas pelo movimento da Reforma Sanitária<sup>11</sup>

<sup>11</sup> Estamos cientes da significação problemática do termo “Reforma”. A reforma poderia designar um retorno para o mesmo, como uma maneira atenuada de combater a exploração da força de trabalho ou o aperfeiçoamento do modelo estatal na manutenção dos interesses do capital (Luxemburgo, 1986). No entanto, a Reforma Sanitária como um movimento social, representado pelos trabalhadores da Saúde, marxistas assumidos, tem um sentido diferente da atenuação das forças sociais dominantes, consiste muito mais a eleição de uma nomenclatura

(Teixeira, 1989), considerando o horizonte da Saúde Coletiva (Campos, 2000). Portanto, é através da Saúde Coletiva que localizamos o sujeito a partir do seu Território – o lugar em que ele habita material e subjetivamente, incluindo suas redes afetivas, simbólicas, culturais e socioeconômicas.

O Movimento Sanitarista é um movimento revolucionário de luta pelo SUS, desde o seu início a pretensão era subverter a ordem hegemônica capitalista do Estado a partir da arena do campo da Saúde (Teixeira, 1989). De acordo com o relatório final da 8ª Conferência Nacional de Saúde, mesmo antes da Constituição de 1988 (Brasil, 1988), a Saúde já se inscrevia dentro dos ideários societários da Saúde Coletiva, fulgurava como o resultado das condições de Habitação, de Cultura, de Assistência Social, de Lazer, de Esporte, etc. (Brasil, 1986; Campos, 2000; Tambellini, 2003). Por isso, como propõe Costa-Rosa (2013c), consideramos a Atenção aos sujeitos do sofrimento a partir dos processos de produção de saúde-adoecimento-Atenção (s-a-A).

Diante dos efeitos perniciosos do PF nas políticas públicas de Saúde, sustentado pela lógica do capital, é importante considerar as possibilidades insurgentes do PPSS.

Essa teoria diz que, salvo a natureza intocada, tudo o que existe é produto da ação humana na sociedade. Assim, a produção social abrange a produção de bens e serviços econômicos e não-econômicos, tudo o que o ser humano cria a partir de suas capacidades ideológicas, cognitivas, econômicas, organizativas e culturais, como um processo de produção social que altera, por sua vez, essas próprias capacidades (Mendes, 2006, pp. 239-240).

O PPSS, então, emerge como a possibilidade paradigmática contraditória ao PF, caracterizando-se por ser sintônico ao ideário de saúde proposto pelos Sanitaristas no âmbito da Saúde Coletiva e é a partir horizonte que nos situamos em nossa práxis na Santa Casa. A Saúde é reconhecida como o cultivo de vida imanente ao social, circunscrita em processos históricos do sujeito incluído no seu Território e, ao mesmo tempo é produzida por meio da multiplicidade dos vínculos sociais que integram as vidas dos sujeitos (Costa-Rosa, 2008).

Mesmo que o PF implique numa ordem dominante na orientação do trabalho de Atenção em Saúde, que alcança proporções em escala mundial (Marx, 2011; Zizek, 2011), haveria brechas para a práxis pautada pelo PPSS. Durante o tempo em que estivemos atuando na Santa Casa enquanto trabalhador, encontramos porosidade para agir segundo uma ética outra, própria do PPSS. Em contrapartida às experiências anteriores que tivemos, malfadadas nestes aspectos, houve na Santa Casa algumas ações da parte dos trabalhadores alinhadas com os termos do PPSS (Costa, Costa-Rosa & Amaral, 2016; Costa, 2019).

Havia o acompanhamento dos sujeitos internados com uma preocupação para além da doença orgânica. Existia o esforço do Estabelecimento em diversificar as ofertas à população, não se limitando aos princípios curativistas ou preventivos. No processo de recebimento de alta, antes do retorno do sujeito que estava internado ao seu Território, eram promovidas reuniões mensais com as Unidades Básicas de Saúde (UBS) na tentativa de construir articulações de Rede e de envolver outros Equipamentos das políticas sociais: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); Academia da Saúde e Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF).

## **PRINCÍPIOS DE TRATAMENTO E A ANÁLISE DE UM CASO**

Durante o período de um mês, acompanhamos um homem de 73 anos, enquanto desenvolvíamos nossas intercessões. Diferente da maioria dos casos que escutamos como psicólogo, no caso de Benedito estivemos por perto nos posicionando de um outro lugar,

---

estratégica daquele momento histórico para subverter o Estado desde “dentro”, tendo como palco de luta o campo da Saúde, do que apenas um “retorno para o mesmo” (Teixeira, 1989; Giovanella et al., 2012).

enquanto um articulador de Rede e intercessor junto aos indispensáveis vínculos entre a família, o sujeito do tratamento e a equipe da Santa Casa.

No quarto com Benedito, depois de uns dias visitando-o, desvendamos porque ele falava pouco. Havia retirado um câncer de garganta há três anos, a cirurgia afetara as suas cordas vocais, impedindo-o de voltar a se expressar verbalmente como outrora. Todos os seus exames clínicos e neurológicos apontavam para um quadro estável, sem quaisquer complicações, no entanto, Benedito não respondia, parecia deprimido. Constatamos, por meio dos relatos de seu acompanhante (incumbido pela família para estar com Benedito) que com algumas pessoas ele interagiu com mais entusiasmo do que com outras. Por exemplo, parecia responder melhor aos estímulos produzidos por seu genro.

À vista disso, resolvemos adotar a estratégia, compartilhando a ideia com o assistente social, de investir em seus vínculos familiares, nas pessoas com quem Benedito possuía um laço de caráter sentimental, solicitando que viessem visitá-lo enquanto estava internado. Por anos, desde que parou de trabalhar como caminhoneiro, não tinha um lugar fixo para morar. Morou com uma de suas filhas, com o irmão e no momento residia no fundo da casa da ex-esposa e de seu atual companheiro. Benedito era um sujeito muito conhecido por uma considerável parte da equipe de enfermagem da Santa Casa. Devido à descoberta do câncer de garganta, havia sido internado várias vezes.

Numa manhã em que fomos ao seu quarto novamente, estava sozinho, não havia outras pessoas internadas por perto, estava somente o seu filho, Silvio, como acompanhante. Benedito continuava a olhar para a parede e sem movimentar os braços e as pernas. O filho disse que ele estava agitado nos últimos dias. Detalhe, ao dialogar com o enfermeiro responsável pelo setor, ouvimos que ele ficava mais agitado na presença de Silvio, ao passo que longe dele parecia ficar mais animado, esboçando até mesmo um sorriso para as técnicas de enfermagem. Silvio contou que por vezes o pai teve convulsões. Revelou que decidiram entre os irmãos que seria ele próprio quem iria morar com o pai, pois consideravam que dali em diante Benedito não poderia ficar mais sozinho.

Embora houvesse os dados alegados pelo enfermeiro, de que Benedito se agitava na presença do filho, escutamos uma história relatada por Silvio que nos deixou estupefatos e pensativos quanto ao desânimo e tristeza expressos por Benedito. Silvio nos confessou que um dos médicos disse para a família, próximo do leito de Benedito e com ele escutando tudo, que o seu estado era paliativo, ele poderia morrer a qualquer momento e não tinha mais o que fazer. Uma outra médica, ao ouvir o seu colega falando sobre este prognóstico, discordou imediatamente, ela o acompanhara noutras oportunidades, disse que pensava o contrário.

Após ter escutado o seu prognóstico e presenciado o debate entre os médicos, falando sobre a sua saúde, Benedito passou a não responder aos estímulos externos como antes. A conduta do médico, ao enunciar a “sentença”, nos pareceu brutal e era nítido que ele não conhecia bem o caso, uma vez que era visível o quanto Benedito estava progredindo em seu tratamento. Conversando com o assistente social, combinamos discutir na reunião de Rede as especificidades das demandas de Benedito.

Sem demora, encontramos Silvio e o orientamos sobre a existência da ESF, salientamos que esse estabelecimento seria a referência no Território para o acompanhamento de Benedito, no momento em que ele recebesse alta e estivesse em casa. Silvio pareceu interessado e ficou um pouco mais aliviado. Quando falava que seria ele quem ficaria com o pai, seus olhos lacrimejavam, pois relatava o seu desespero em se ver cuidando sozinho do pai.

Em conversa com o assistente social, ele nos disse que em dias anteriores foi falar com Silvio e ele estava um tanto desorientado, sob efeito de “Diazepam”. Silvio se medicou porque estava

nervoso, havia admitido ao assistente social. Ligamos para a ESF (de referência de Benedito) e a enfermeira responsável contou que conheciam o seu caso. Com isso, marcamos uma visita da ESF à Santa Casa para que pudessem ir acompanhando Benedito de perto, de modo que assim fôssemos capazes de tecer as devidas orientações à família e dar continuidade ao tratamento no Território. Depois de avaliá-lo, a enfermeira disse que iria acionar o NASF para que a equipe os auxiliasse nas condutas pertinentes.

Na semana posterior, Silvio nos encontrou nos corredores e disse ter conversado com a enfermeira responsável da equipe da ESF. Revelou que a enfermeira referiu que não havia fisioterapeuta e nem mesmo outros profissionais para atenderem as necessidades de Benedito. Retorquimos que insistisse na atenção devida que o município deveria disponibilizar ao seu pai e que, de último caso, procurasse o Conselho Municipal de Saúde para debater a realidade do atendimento precário que se apresentava.

Em outra ocasião, na qual nos encontrávamos próximos ao quarto de Benedito, Silvio explicou que havia recorrido ao Conselho de Saúde e que expressou aos conselheiros os limites e impasses da ESF com relação às necessidades de Benedito. Percebeu ter surtido efeito a sua solicitação junto ao Conselho, pois, a UBS foi acionada e, por conseguinte, o discurso da coordenação do Estabelecimento havia mudado, avaliando como possível pensar em outras estratégias de cuidado para o seu pai, que em breve precisaria ficar acamado por um tempo em seu próprio domicílio.

Em reunião com o assistente social da Santa Casa, chegamos a uma conclusão: o fato de a família estar bastante imbuída com os cuidados e de estarem se esforçando para que Benedito se recuperasse, era mais do que um motivo para estarmos com Silvio, propondo pensar um projeto de atendimento em Rede para seu pai. O assistente social se comprometeu em conversar com a equipe do CRAS, enquanto nos comprometemos a dialogar com a coordenadora da Atenção Básica do município. No que dizia respeito ao seu acompanhamento, quando Benedito estivesse de alta, todas as articulações em termos de Rede, entre a Assistência Social, os cuidados médicos básicos e a Rede hospitalar (Santa Casa), estariam articuladas.

Um fato surpreendente entre as articulações em Rede e os atendimentos foi a interação de um cuidador, Juliano. O cuidador estava acompanhando um outro sujeito em tratamento em um leito ao lado do de Benedito. Intencionalmente, escutando as dificuldades da equipe em encontrar meios para que Benedito saísse de seu estado depressivo, o próprio cuidador teve a iniciativa de buscar aproximação com ele. Depois de encontros diários, visitas aleatórias e espontâneas de Juliano, Benedito começou a sorrir, movimentar mais o corpo, as pernas e os olhos. Notamos que havia um investimento afetivo da parte de Juliano, pois o cuidador contava piadas, provocava risos, entoava músicas e dialogava com Benedito, apostando que ele estava respondendo.

A equipe ao perceber tal fenômeno permitiu que as interações de Juliano com Benedito tivessem prosseguimento. E de fato, Benedito parecia melhorar o seu quadro de saúde. Porém, com exceção de uma filha, os demais filhos planejavam conseguir uma vaga para o pai em uma instituição de longa permanência para idosos (mais conhecida como “asilo”). Segunda a filha que se opunha ao projeto dos seus irmãos, Benedito revelara no passado que preferia ser morto a ser internado em um “asilo”.

Os filhos cogitavam a possibilidade de conseguir uma internação para o seu pai por não chegarem a um acordo quanto a quem poderia cuidar dele, bem como, arcar com os gastos com fraldas e medicações. Era uma nova conjuntura que se colocava para a família naquele momento. Informamos que poderiam instar junto ao município para obter fraldas e medicação, como parte dos recursos indispensáveis aos cuidados básicos e tratamento de Benedito.

Em reunião com o assistente social, propomos pautar essa problemática na próxima reunião sobre os casos que teriam alta hospitalar. A reunião tinha uma frequência mensal, era o espaço que congregava a participação dos representantes da maior parte de instituições públicas referentes à Saúde e Assistência Social ao povo da cidade e região. Com o consentimento do assistente social, conversamos com a enfermeira que coordenava as equipes médica e de enfermagem da Santa Casa e, depois de obter sua concordância, debatemos o caso com os colegas dos demais Estabelecimentos institucionais.

A reunião foi satisfatória. Entre as equipes e os Equipamentos da Saúde e da Assistência Social, foram pactuadas as ações concernentes à particularidade da demanda de Benedito em sua alta hospitalar. Construimos um dossiê com uma significativa base de argumentação e acionamos a gestão municipal, como forma de apresentar as nossas reivindicações e requerer insumos necessários, incluindo fraldas, medicações e cama hospitalar, para a continuação do seu tratamento em casa. Ao receber uma resposta positiva da secretária de Saúde, em relação às solicitações apresentadas, informamos a família de Benedito sobre tais perspectivas, os filhos ficaram felizes com o desfecho de tudo e resolveram se organizar para se revezar no cuidado do pai.

Das notícias que tivemos após a alta hospitalar de Benedito, as coisas se sucediam conforme o planejado entre todos: a família, a equipe da Santa Casa, os demais Equipamentos da Rede e a gestão pública cumpriam com as pactuações. Os filhos decidiram contratar o cuidador Juliano para estar com Benedito alguns dias da semana. De acordo com relatos de Silvio, que retornava à Santa Casa apenas para tratar de assuntos administrativos, seu pai parecia estar reagindo bem em casa, voltando aos poucos ao curso de sua vida cotidiana.

A participação no tratamento de Benedito não se baseou em modelos *a priori* de ações, muito menos nos portamos como um especialista, aquele que detêm o saber a ser aplicado sobre o cuidado de outrem. A decisão de atuarmos em conjunto com a família e à equipe se baseou no que a realidade apresenta, em nenhum momento nos servimos de conhecimentos livrescos ou meramente intuitivos. Ao percebermos que aquele homem não verbalizava nada, mal conseguia se mover no leito e, por alguma razão, não se vinculava conosco, decidimos investir noutros atores, também sujeitos chaves importantes no processo do tratamento: a família, a equipe de enfermagem, o assistente social e a ESF. Com isso, descobrimos quais eram as pessoas que mais despertavam em Benedito o seu desejo de se relacionar socialmente, portanto, decidimos apostar nas suas escolhas singulares.

Até então não conhecíamos a sua história, tínhamos apenas fragmentos, partes disjuntas, entendíamos que era necessário que a equipe e a família percebessem que Benedito não poderia ser confundido com a doença e com o diagnóstico que o selava em seu período de internação. Desde a descoberta do câncer, da separação da esposa e da perda de um lugar para morar, Benedito se deprimira e passara a frequentar cada vez mais a Santa Casa. O genro era uma das poucas pessoas que o entusiasmava e, baseados neste dado, procuramos aproximá-lo do dia a dia de Benedito durante sua internação na Santa Casa, conjuntamente com o seu filho Silvio e o cuidador Juliano.

Nossas condutas de Atenção têm em sua raiz a saúde e o adoecimento considerados enquanto processos. O estado de saúde de Benedito estaria associado às suas formas de relacionamento social, aos seus hábitos de vida e às suas dificuldades de encontrar um lugar para ser chamado de seu. A lógica biológica, localizada no mau-funcionamento dos órgãos vitais, não foi ignorada, porém, não consistia no nosso foco essencial. Era flagrante como Benedito participava mais do tratamento ao estar mais disposto corporalmente, ao querer se levantar para ir ao banheiro, sem a exigência constante do uso de fraldas, e ao poder se alimentar sem a necessidade do uso de sonda. Ele esboçava uma melhora em seu estado de saúde no momento em que encontrava

as pessoas com quem conseguia se comunicar e se relacionar afetivamente, por exemplo, os encontros com o seu genro e o cuidador Juliano foram fundamentais. A mobilização da família e da equipe para incluir estes aspectos nas práticas de Atenção foi igualmente importante.

Para que se colocasse, ao seu modo, no papel de protagonista de sua terapêutica, o acompanhamento diário a Benedito não podia perder de vista outras dimensões cruciais. Perante a possibilidade levantada pelos filhos de interná-lo em um asilo, mesmo contra a sua vontade, precisávamos agir rápido e, mais do que nunca, considerar o Território e uma possível Rede de apoio. E, para um desfecho que estivesse à altura do que se escutava da demanda em questão, foram providenciais as operações táticas de articulação com a ESF, as reuniões com a equipe do hospital, com a secretária municipal de Saúde e com a Rede como um todo, as conversas com Silvio e seus irmãos, a indicação de que houvesse uma participação pontual do Conselho Municipal de Saúde, no sentido de garantir direitos para Benedito. A compreensão do caso de forma complexa exigia a produção de respostas éticas à altura do PPSS.

De um lado, tínhamos uma Rede precária com os seus Equipamentos desmobilizados. E do outro lado, havia uma gestão municipal descomprometida com a sua função de representar os interesses da classe popular, limitada ao cumprimento de protocolos. Mobilizar um trabalho coordenado em equipe, cuidando para que não houvesse superposição hierárquica de funções e escutando todos os colegas igualmente nas reuniões, facultou traçarmos planos de ação que transcendiam as disciplinas originárias de cada um: estávamos entre enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, assistentes sociais, psicólogos e fisioterapeutas. Todos reunidos para discutirem as principais demandas que precisavam ser atendidas pela Rede e, em especial, a situação de Benedito.

A empreitada foi efetivar uma verdadeira noção de Rede<sup>12</sup> de Atenção à Saúde e ao mesmo tempo criar condições para que os sujeitos pudessem produzir as suas próprias formas de contratualidade social, afetiva e simbólica. Para convocar a participação da gestão municipal, o representante do Estado nesta história, unindo de maneira inextricável as esferas: Atenção-População-Gestão, este caso singular exigiu que todos se mobilizassem igualmente (Costa-Rosa, 2008; 2013a).

No tripé “Atenção-População-Gestão”, está imbuído um viés de trabalho que preconiza um forte questionamento ao Estado capitalista, mantenedor dos privilégios da classe dominante. Em vista esse aspecto, o objetivo consiste em poder tomar a instituição de Saúde como palco de lutas, atuando decididamente em defesa dos interesses da classe social dominada – a classe trabalhadora. Vejamos a contradição que enfrentamos, de uma parte possuímos todo um aparato legal e legítimo conquistado por intermédio das lutas populares após a ditadura militar, enquanto de uma outra parte há o Estado capitalista promovendo a recuperação e destruição dessas conquistas com a sua política de extermínio da coisa pública (Luz, 1979).

Conforme Dâmaso (1989), o paradigma histórico-estrutural representa uma ruptura histórica com relação ao saber médico hegemônico, ao introduzir a doença como uma determinação social. Nesta lógica de apreensão do fenômeno, a doença é universalmente um traço constituído como uma verdade da qual o sujeito não pode ser apartado, enquanto algo que não lhe diga respeito, pelo contrário, aponta também para outras linhas de sua existência que a ela estão conectadas. Isso confere ao sujeito a singularidade que lhe cabe e o faz único, esta é a marca de sua própria criação.

12 Segundo Mendes (2011), a Rede se define por um sistema cujos componentes se relacionam sem qualquer tipo de organização rígida ou hierárquica, pautando-se na complexificação das questões sociais e na participação cidadã. As Redes têm como proposta administrar políticas e projetos, os quais se referem a problemas complexos e a recursos escassos. Elas representam uma outra forma de organização de trabalho, sem a qual dificilmente estes impasses e conflitos poderiam ser resolvidos.

Por conseguinte, ressaltamos que tomar a doença como parte de uma produção social, relacionada com a história particular de cada um, é o que possibilita encontrar significações diversas ao sofrimento que pode acarretar. O mutismo e a piora do estado de saúde de Benedito, depois de escutar do médico que o seu caso era sem solução, não foram um fato isolado em si mesmo, assim como não o foi a sua visível recuperação após a cotidiana presença de seu genro em seu quarto na Santa Casa e dos novos relacionamentos que estabeleceu, a exemplo de sua vinculação com o cuidador Juliano. A reviravolta no tratamento de Benedito talvez não teria sido efetiva, se os vetores histórico-estrutural e da normatividade não tivessem servido de base teórica para a orientação de nossa práxis.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso enfatizar que se as possibilidades do PPSS, e de quaisquer outros paradigmas que dele derivem, se manifestem na práxis dos trabalhadores da Saúde apenas de forma passageira, o PF ainda será o paradigma predominante no campo. A práxis que procuramos desenvolver na Santa Casa guiada pelo PPSS pode operar alguns efeitos interessantes em certos momentos localizados, quando aproveitamos as brechas do Estabelecimento que permitiam uma prática reversa à costumeira.

Outrossim, as intercessões em relação ao tratamento de Benedito e de outros casos que acompanhamos na Santa Casa, só foram factíveis por sabermos de que lugar estávamos partindo, por não estarmos inadvertidos quanto à nossa posição no campo. Neste sentido, a análise concreta dos modos de funcionamento do Estabelecimento institucional foi uma ferramenta preciosa. Perante a hegemonia do saber médico, grande representante do modo de produção do capital, nas práticas de atendimento às pessoas que procuravam o hospital, cumpre dizer que faltam produções bibliográficas que sinalizem para experiências outras de trabalho em Saúde.

Destacamos importância de que haja reflexões teóricas produzidas pelos próprios trabalhadores da Saúde abordando as suas vivências de campo. O confronto com a divisão social do trabalho capitalista implica atores institucionais imbuídos na causa de repensarem suas práticas, atentos quanto aos modelos distintos de tratamento que podem estar operando diversos efeitos numa dada Unidade Hospitalar.

## REFERÊNCIAS

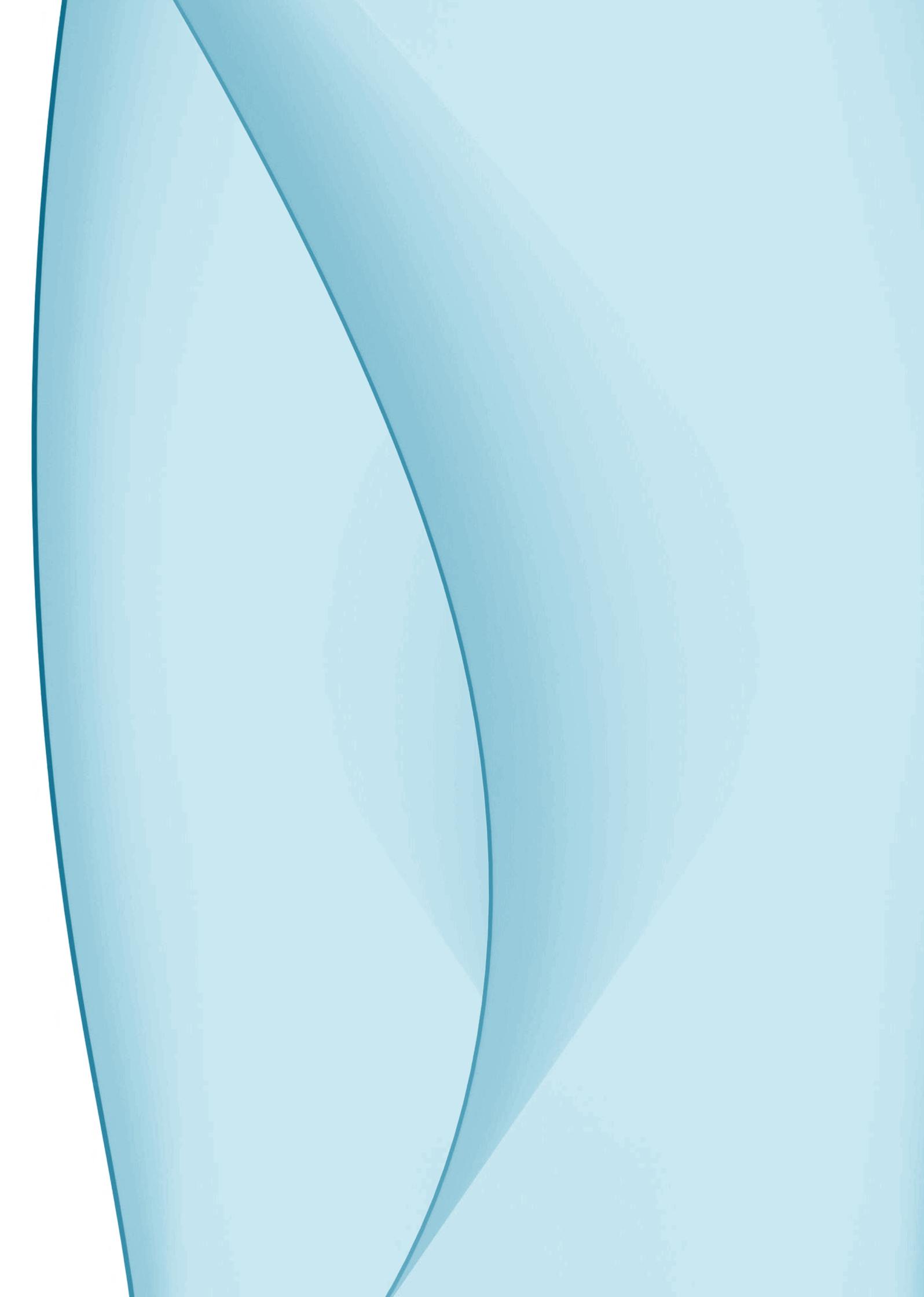
- Arouca, S. (2003). *O dilema preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva*. FIOCRUZ.
- Brasil. Ministério da Saúde. (1986). *8ª Conferência nacional de saúde, relatório final*.
- Brasil. (1988). Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm).
- Campos, G. W. S. (2000). Saúde pública e saúde coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(2), 219-230. <http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n2/7093.pdf>. Acesso em: 07 de junho de 2021.
- Costa, M. F. (2016). *A clínica da urgência na unidade de pronto atendimento: da privatização da saúde a uma aposta no sujeito do inconsciente*. [Dissertação de mestrado em Psicologia e Sociedade, Universidade

- Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”] Repositório UNESP. <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/214756>
- Costa, M. F. (2019). *Urgência e sujeito numa unidade hospitalar: ensaios sobre a práxis da psicanálise na instituição de saúde*. Eduel.
- Costa, M. F. (2021). *A clínica da urgência e o prelúdio às entrevistas preliminares: uma práxis entre a luta de classes e as formações do inconsciente*. [Tese de Doutorado em Psicologia, UNESP] Repositório da UNESP. <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/214756>
- Costa, M. F., Costa-Rosa, A., & Amaral, C. H. A. (2016). Uma psicologia precavida pela psicanálise: A clínica da urgência na unidade de pronto-socorro. *Revista de Psicologia da UNESP*, 15(2). <http://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/672/634>.
- Costa-Rosa, A. (2008). *Redes de contratualidade social em sujeitos do sofrimento psíquico grave: integrando a estratégia saúde da família e estratégia atenção psicossocial no território*. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho, Assis. (Trabalho não publicado).
- Costa-Rosa, A. (2013a). *Atenção psicossocial além da reforma psiquiátrica: contribuições a uma clínica crítica dos processos de subjetivação na Saúde Coletiva*. Unesp.
- Costa-Rosa, A. (2013b). A instituição de Saúde Mental como dispositivo social de produção de subjetividade. In: A. Costa-Rosa. *Atenção psicossocial além da reforma psiquiátrica: contribuições a uma clínica crítica dos processos de subjetivação na Saúde Coletiva* (pp. 55-90). Unesp.
- Costa-Rosa, A. (2013c). Modos de Produção das instituições na Saúde Mental Coletiva: efeitos na terapêutica e na ética. Ou a subjetividade capitalística e a Outra. In: A. Costa-Rosa. *Atenção psicossocial além da reforma psiquiátrica: contribuições a uma clínica crítica dos processos de subjetivação na Saúde Coletiva* (pp. 23-54). Unesp.
- Dâmaso, R. (1989). Saber e práxis na reforma sanitária – avaliação da prática científica no movimento sanitário. In: S. F. Teixeira (Org.). *Reforma Sanitária: em busca de uma teoria* (pp. 61-90). Cortez.
- Donnangelo, M. C. F., & Pereira, L. (2011). Medicina: prática técnica – prática social. In: M. C. F. Donnangelo & L. Pereira. *Saúde e sociedade* (pp. 15-28). Duas cidades.
- Donnangelo, C. (2014). A conceptualização do social na interpretação da doença: balanço crítico. In: J. R. Carvalheiro, L. S. Heimann, & M. Derbl. *O social na epidemiologia: um legado de Cecília Donnangelo* (pp. 47-84). Instituto de Saúde.
- Giovanella, L., Escorel, S., Lobato, L. V. C., Noronha, J. C., & Carvalho, A. (2012). *Política e sistema de saúde no Brasil*. (2ª ed.). Fiocruz.
- Luxemburgo, R. (1986). *Reforma Social ou Revolução?* Global. (Trabalho original publicado em 1900).
- Luz, M. T. (1979). *As Instituições médicas no Brasil*. Graal.
- Marx, K. (1996). *Contribuição à crítica da economia política*. Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1859).
- Marx, K. (2011). *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. Boitempo. (Trabalho original publicado em 1857-1858).
- Mendes, E. V. (2006). Um novo paradigma sanitário: a produção social da saúde. In: E. V. Mendes. *Uma agenda para a saúde* (pp. 233-300). Hucitec.
- Mendes, E. V. (2011). *As redes de atenção à saúde*, (2a ed.). Organização Pan-Americana da Saúde.
- Périco, W. (2014). *Contribuições da psicanálise de Freud e Lacan a uma psicoterapia outra: a clínica do sujeito na Saúde Coletiva*. [Dissertação de mestrado em Psicologia e Sociedade, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”] Repositório UNESP. <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/110673>

Tambellini, A. T. (2003). Questões introdutórias: razões, significados e afetos – expressões do “dilema preventivista”, então e agora. In: S. Arouca. *O dilema preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva* (pp. 48-58). Fiocruz.

Teixeira, S. F. (Org.). (1989). *Reforma Sanitária: em busca de uma teoria*. Cortez.

Zizek, S. (2011). *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. Boitempo.



# O TRATAMENTO DO SUJEITO DA PSICOSE NO CAPS: CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE DO CAMPO DE FREUD E LACAN À ATENÇÃO PSICOSSOCIAL<sup>13</sup>

Sara Mexko<sup>14</sup>  
Silvio José Benelli<sup>15</sup>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O movimento da Reforma Psiquiátrica brasileira (RPb) e a consolidação da Lei da Reforma Psiquiátrica-Lei 10.216/2001 (2001) estabeleceram um redirecionamento no modelo de Atenção<sup>16</sup> saúde Mental no país, operando uma mudança no estatuto dado aos sujeitos considerados loucos, que passaram a ter o direito de viver nas cidades e de ter a sua existência social reconhecida. Para a oferta de tratamento em estabelecimentos substitutivos aos hospitais psiquiátricos, foi construída a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)<sup>17</sup> (2011), tendo o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)<sup>18</sup> (Brasil, 2002a; Brasil, 2002b) como um importante componente. Esses estabelecimentos viriam representar um novo modo de operar a Atenção em Saúde, com configurações opostas às manicomiais, por meio de uma proposta de superação do Paradigma Psiquiátrico Hospitalocêntrico Medicalizador (PPHM) e da afirmação do Paradigma Psicossocial (PPS) (Costa-Rosa, 2013).

Entretanto, como concluem vários autores<sup>19</sup>, o Paradigma Psiquiátrico Hospitalocêntrico Medicalizador (PPHM), alicerçado no Discurso Médico, mantém, ainda, sua hegemonia,

13 Artigo produzido a partir da tese de doutorado que derivou de uma intercessão-pesquisa desenvolvida por Sara Mexko (2021) e orientada pelo Prof. Dr. Silvio José Benelli.

14 Psicóloga graduada em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá, praticante da Psicanálise do campo de Freud e Lacan. Mestre e doutora em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, SP. Professora substituta do Departamento de Psicologia Clínica do curso de graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, SP. Professora da Universidade Paulista (UNIP). Integrante do Laboratório transdisciplinar de Interação-Pesquisa em Processos de Subjetivação e Subjetividade da saúde (LATIPPSS), inscrito no CNPq.

15 Livre Docente em Psicologia Clínica pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Professor Associado do Departamento de Psicologia Clínica do curso de graduação em Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, SP, linha de pesquisa Políticas Públicas e Produção de Subjetividades: processos clínicos e institucionais. Coordenador do Laboratório transdisciplinar de Interação-Pesquisa em Processos de Subjetivação e Subjetividade da saúde (LATIPPSS), inscrito no CNPq.

16 Costa-Rosa (2013) propõe o termo Atenção, com inicial maiúscula, para aludir ao conjunto de ações no campo da Saúde Mental que geralmente recebem os nomes de cuidado, promoção, tratamento e mesmo de atenção.

17 Em razão das últimas mudanças na RAPS, realizadas entre 2016 e 2019, consideramos que nem todos os estabelecimentos que a compõem estão de acordo com o que propõe a ética da Atenção Psicossocial e as perspectivas fundamentais do próprio movimento da Reforma Psiquiátrica.

18 O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) – tributário das experiências históricas internacionais de contestação ao manicômio e da reforma da Psiquiatria Asilar, em particular da Psiquiatria Democrática italiana, da Psicoterapia Institucional francesa e da Antipsiquiatria inglesa – foi, desde seus primórdios, idealizado como um espaço de tratamento para sujeitos considerados loucos, substitutivo aos antigos manicômios. Sua função consiste em ofertar uma diversidade de atendimentos fundamentais, que podem ser individuais, em grupo, oficinas, familiares, acolhimento de crise, consultas e atividades recreativas e de socialização. Por meio desses atendimentos, busca-se permitir que os sujeitos vivam e convivam com sua família e a comunidade, circulando no território como cidadãos.

19 Cf.: Shimoguri (2019a; 2019b; 2016); Santos e Shimoguri (2019); Pagnano (2018); Devera e Costa-Rosa (2018); Goto (2018); Costa (2016; 2017); Shimoguri e Costa-Rosa (2017a; 2017b; 2017c); Périco e Costa-Rosa (2015); Shimoguri e Périco (2014); Périco (2014); Galiego (2013); Pereira e Costa-Rosa (2012); Pereira (2011); Mondoni e Costa-Rosa (2010); Yasui e Costa-Rosa (2008); Costa-Rosa (1987; 1999; 2000; 2011; 2012; 2013).

mesmo nos estabelecimentos institucionais em que uma nova política de saúde mental passa a figurar. Nesse sentido, o atendimento a esses sujeitos ainda enfoca a avaliação psiquiátrica e a prescrição/consumo de medicamentos como forma de apagar e/ou de corrigir, supostamente, as manifestações características da loucura. O Discurso Médico (Cravreul, 1983), sobretudo o da psiquiatria<sup>20</sup> nos moldes de Medicina Mental, que desconhece e desconsidera o processo de constituição do sujeito e suas modalidades clínicas, toma, sob o signo de fenômenos de adoecimento, aquilo que é mais singular na psicose, encarando-os como indícios da não-normalidade. Assim, a principal investida do Discurso Médico é a tentativa de apagar os fenômenos da loucura, por meio de uma ortopedia social. De modo geral, a hegemonia do Discurso Médico tem, como efeito, levar os trabalhadores a operarem a partir do viés da doença-cura<sup>21</sup>, segundo práticas que visam calar e desaparecer com os sintomas tidos como anormais. Por um lado, se, com a RPB, houve um avanço importante e necessário em direção à valorização da liberdade física dos sujeitos ditos loucos, considerando que eles possuem o direito de viver no seu território e de exercer suas possibilidades de contratualidade social, por outro lado, esses sujeitos passaram, cada vez mais, a ser contidos via fármaco mediante os avanços da indústria químico-farmacêutica. O manicômio, que antes tinha feições arquitetônicas, agora funciona como manicômio químico! Desse modo, os considerados loucos:

Podem conviver socialmente, se convenientemente diagnosticados, efetivamente medicados, sob a chancela de laboratórios farmacêuticos que alardeiam a eficácia de novas medicações chamadas de ressocializantes, como se fossem um tipo de laço social em pílulas! Os estranhos deixam de ser estranhos, têm um lugar reconhecido e claramente rotulado, porém devem, em troca, renunciar à categoria de sujeitos (Saggese, 2006, p. 78).

Sobre a dificuldade que os trabalhadores não-médicos apresentam ao executar um trabalho desvinculado da psiquiatria organicista e biologizante, nossa hipótese é a de que lhes faltam conhecimentos consistentes sobre a especificidade da realidade psíquica, sobre suas modalidades e impasses. Partimos, então, da afirmação de que existem outros modos de tratar esses sujeitos, a partir de uma outra clínica, que tem como referencial teórico, técnico e ético, a Psicanálise do campo de Sigmund Freud e Jacques Lacan, sendo, portanto, capaz de instrumentalizar os trabalhadores, sejam eles psicólogos, terapeutas ocupacionais, enfermeiros, assistentes sociais ou médicos, para operarem junto aos sujeitos da loucura (Benelli, 2020).

Neste ensaio, apresentaremos os contornos uma clínica da singularização na Saúde Mental Coletiva (SMC) e, por isso mesmo, evitamos promover aqui o apagamento da loucura. Tendo em vista que discutiremos a clínica da psicose, trataremos, especificamente, da constituição/estruturação do sujeito constituído por foraclusão<sup>22</sup> e sobre como operar nessa clínica. Os delírios e alucinações<sup>23</sup>, que são efeitos de um modo de gozo diferente do gozo fálico da clínica das neuroses, possuem especificidades notórias nos sujeitos constituídos por foraclusão. Portanto, não se trata de encarar as manifestações fenomênicas da psicose como uma possível

20 A psiquiatria atual, ao passo que desvaloriza o estudo da psicopatologia por meio da psicanálise, livrou-se da subjetividade se tornando organicista e adotando o princípio do determinismo bioquímico (COSTA-ROSA, 2013).

21 Não é por acaso que o termo “medicalização” não é aplicado apenas ao médico, mas a todo o trabalhador da equipe que consegue interpretar os impasses do sujeito somente sob um prisma médico ou, ainda, no trabalhador que tome ações baseadas na resposta-psicofármaco a priori (Costa-Rosa, 2013).

22 Inspirados por Costa-Rosa, falamos em sujeitos constituídos por foraclusão e não em psicóticos (tal como faz a psicopatologia), pois ser constituído por essa modalidade não significa estar em um estado psicótico: um sujeito pode passar a vida toda sem sequer vivenciar o desmoronamento da realidade psíquica, logo, sem manifestar os fenômenos típicos da psicose.

23 Os fenômenos de delírio e de alucinação podem estar presentes em sujeitos da histeria ou da neurose obsessiva com impasses graves, porém, são diferentes quanto ao seu estatuto e seu tratamento. Na neurose, a relação do sujeito com o significante surge de forma velada e o sintoma demanda decifração. Na psicose, o inconsciente se manifesta a céu aberto, numa tentativa de reconstruir uma realidade psíquica habitável.

doença ou um estado de espírito alterado, que qualquer pessoa poderia apresentar. Longe disso, a psicose diz respeito a uma estrutura psíquica específica, com lógica e rigor próprios, constituindo um modo particular de o sujeito estar no mundo.

Para a Psicanálise, o sujeito, que não se confunde propriamente com a pessoa ou com o indivíduo, não é inato e nem se desenvolve de modo evolutivo: ao contrário, ele se estrutura a partir de sua entrada na linguagem, no plano do Simbólico<sup>24</sup> e do significante (Elia, 2010), logo, a única coisa universal é justamente a necessidade de se estruturar como sujeito. A estruturação diz respeito ao modo particular pelo qual cada humano construirá sua realidade psíquica (Realität), pois é com ela que entrará na realidade compartilhada, respondendo às injunções da vida cotidiana que exigem elaboração psíquica. Um sujeito pode se constituir/estruturar em uma destas três modalidades: por recalçamento (na neurose), por renegação (na perversão) ou por foraclusão (na psicose), sendo que cada modalidade apresenta sobremodalizações que podem ser nomeadas como estilos clínicos. A modalidade da foraclusão tem, como sobremodalidades, a esquizofrenia, a paranoia e a melancolia.

Cada modalidade e sobremodalização constitui modos particulares de o sujeito estar no mundo e de processar psiquicamente os eventos da realidade. Elas são a verificação do processo de constituição universal, processado no particular da história de um sujeito específico, que terá um estilo singular como efeito de seu processamento subjetivo. Como, para a psicanálise do campo de Freud e Lacan, não existe um padrão de subjetivação, a modalização por foraclusão é uma possibilidade entre outras, tendo o mesmo estatuto de particularidade que a constituição por recalçamento ou renegação. Essas três modalidades dizem respeito à relação do sujeito com o significante, sendo que o Édipo é, justamente, o que divide esses dois campos. Vejamos brevemente as particularidades do processo de constituição do sujeito e seus impasses, e alguns apontamentos sobre a clínica, ilustrados pela vinheta de um caso clínico atendido pela primeira autora.

## **PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO POR FORACLUSÃO**

Ao tratar dos processos de constituição do sujeito a partir da releitura de Freud, Lacan (1999) descreve as operações constitutivas da alienação e da separação, demarcando o Complexo de Édipo em três tempos lógicos, que serão apresentados aqui de modo sumário, juntamente com suas operações e processos. Visto que o sujeito não nasce pronto e tampouco se desenvolve espontaneamente, o filhote do homem (infans) só chega a “falasser” (ou a falta a-ser) quando realiza sua entrada no campo da linguagem e da cultura pelas mãos de um semelhante sexuado e provido de linguagem. Sendo assim, é necessário que o infans atravesse os três tempos do Édipo para constituir-se como sujeito (do desejo) inconsciente.

O primeiro tempo, o da maternagem, é operado pela função materna e caracterizado pela aspiração do infans à completude, sendo, também, caracterizado como o tempo da construção do Imaginário. A função materna é a operação produtora da erogeneização do corpo da criança, configurando a primeira representação que o infans constrói sobre si (enquanto objeto de desejo do agente da maternagem). Ela é responsável, também, por promover a instauração do falo como objeto mítico( $\phi$ ). Para que um infans possa se tornar sujeito, é imprescindível

<sup>24</sup> De acordo com Garcia-Roza (2009, p. 184): “O simbólico é o mediador da realidade e ao mesmo tempo o que constitui o indivíduo como indivíduo humano”. Noutras palavras, o simbólico é uma ordem, diz respeito ao campo da linguagem, regido pela Lógica do Significante, e organiza a vida dos humanos em uma realidade significante. Na constituição do sujeito, o simbólico advém como o que estrutura o desejo como falta-a-ser, introduzindo o sujeito em uma estrutura de trocas simbólicas.

que o agente da maternagem – não necessariamente a mulher que lhe deu à luz – se ocupe, evidentemente, de atender suas necessidades fisiológicas e nutricionais, mas, sobretudo, que faça esse cuidado de modo a convocar o pequeno bebê a ocupar um lugar privilegiado no desejo materno, um lugar fálico. É o agente da função materna que irá significar cada choro, cada pedaço de carne, cada movimento da criancinha, antecipando ilusoriamente o que ela ainda não é. Para esse agente, o infans terá o estatuto particular de ser o objeto fálico, isto é, o objeto da sua completude e, por isso, ocupará o lugar de destinatário de suas demandas de satisfação e de seus investimentos de amor. Os três elementos estão presentes desde o início: mãe, criança e falo imaginário, havendo uma equivalência entre criança e falo (Quinet, 2006a).

Do lado da criancinha, ela poderá se identificar a um ideal materno a cada vez que o agente da maternagem lhe dirigir uma demanda e ela puder encarnar o objeto pulsional dessa demanda. Ser o falo (imaginário) materno é uma ilusão que, por um tempo, acompanhará o agente materno e seu bebê. E, nesse aspecto, o estádio de espelho (Lacan, 1998) constitui um momento fundamental na constituição do sujeito. Nele, o infans antecipa uma unidade corporal que ainda não sente e, a partir da confirmação do olhar do outro materno, experienciará uma identificação fundamental: a assunção de uma imagem (do corpo) que estrutura o eu imaginário (Eu ideal - [i(a)]). É esse olhar do Outro materno que lhe permite confirmar a imagem antecipada como totalidade, e que possibilita o reconhecimento do infans como sendo o objeto fálico.

Nesse primeiro tempo do Édipo, o agente da maternagem constitui um Outro absoluto para o infans. A pequena criança, uma vez identificada ao objeto de desejo da mãe (DM), o falo imaginário, assume esse desejo como sendo seu, ou seja, ela se aliena no desejo materno. E, para que esse processo de alienação da criança seja possível, o agente da função materna deve possuir a inscrição de um furo, uma falta-a-ser. A função-mãe promove a instauração do narcisismo, insere a pequena criança no campo humano, marcando-a com seu desejo ao passo que produz o significante do desejo da mãe (DM). Para que um bebê se torne um sujeito humano, inicialmente ele deverá estar alienado a esse Outro materno (Lacan, 2008), determinado pelo Significante primordial de estatuto imaginário (o significante DM). É imprescindível que haja, então, um momento inicial de fusão com o outro semelhante que encarna a função-mãe, sendo este o Outro para o bebê.

No segundo tempo do Édipo, em que a pequena criança se depara com o desvelamento do caráter cessível da realidade (*Wirklichkeit*), é quando se inaugura o “Complexo de Castração” (Lacan, 1995a). Nesse tempo da construção da intermediação, ao experimentar a alternância entre as presenças e ausências do agente da função materna, a pequena criança começa a notar que esse agente se interessa por outros objetos, isto é, que o desejo materno está alhures, comporta um para além dela. O que convoca o desejo do agente materno? Eis a questão que surge para o bebê. A percepção da diferença presença-ausência enquanto operador coloca em cena a instância terceira, que não depende da lei materna. É essa instância que opera a função paterna ao interditar o agente da maternagem e frustrar a criança em ser esse objeto fálico. A Metáfora paterna não precisa, necessariamente, ser representada pelo pai da criança, mas por “aquilo que no discurso da mãe representa o pai: o Nome-do-Pai” (Quinet, 2006a, p. 11), podendo ser, por exemplo, o trabalho, o lazer, um outro filho etc. O significante Nome-do-Pai tem por função significar à criança que o Desejo da mãe (DM) se encontra em outro lugar e que o agente materno é submetido a uma lei. No jogo do Fort-da descrito por Freud (2010), a criança, servindo-se de um brinquedo, repete ludicamente as idas e vindas do outro da maternagem, assim, esse jogo fornece indícios do seu ingresso no campo do simbólico. Isso ocorre quando o agente da função materna passa do estatuto de objeto primordial ao de signo e a criança pode, então, simbolizar

esse agente por meio de uma palavra. A partir daí, a relação da pequena criança com o Outro materno deixa de ser imediata, pelo fato de existir a mediação simbólica por meio da palavra. A inscrição do significante Nome-do-Pai, de estatuto propriamente simbólico, tem como efeito o recalque do DM, isto é, dos significantes do narcisismo. A criança é deslocada da posição de “ser o falo” para uma posição de “falta-a-ser”, abrindo-se para o acesso ao próprio desejo, ainda que isso lhe custe uma divisão subjetiva, pois uma parte de si mesmo se torna inconsciente<sup>25</sup>.

O terceiro tempo do Édipo, momento de seu declínio, tem como marca a simbolização da lei e o agente paterno como operador principal, uma instância terceira. Para Lacan (1995a, p. 216) o fim do complexo de Édipo “[...] é correlativo da instauração da lei como recalçada no inconsciente, mas permanente”. Por deixar de ver o pai o como um rival junto à mãe, a criança abandona a problemática de ser (o falo) e ingressa na dialética do ter, sendo convocada a entrar no jogo das identificações (Dor, 1989). Mobilizada por esse jogo, e de acordo com seu sexo, a pequena criança se inscreve de modo distinto na lógica identificatória: o menino acaba por se identificar com o agente da função paterna, que supostamente possui o falo; a menina deixa a posição de objeto do DM e ingressa na dialética do ter sob a forma do não-ter, encontrando, na mãe (que não possui o falo), uma possível identificação para si.

Utilizando uma repetição inevitável, consideramos que o significante Nome-do-Pai funciona como ponto de basta ao fazer emergir a significação fálica e permitir à criança, em processo de constituição subjetiva, a significantização de seus significantes e a formação do Ideal de eu (I(A)). Em outras palavras, a criança finaliza o processo de metaforização dos significantes do desejo que a marcaram no tempo do narcisismo (denominados significantes do DM), sendo, portanto, de estatuto imaginário, e os eleva a significantes dos ideais socioculturais (denominados significantes do Nome-do-Pai), de estatuto propriamente simbólico. A metáfora paterna que inaugura o acesso da criança ao campo do simbólico também lhe confere o status de sujeito desejante, ao possibilitar que escolha objetos fora da célula narcísica, sustentada no modelo do I(A).

A entrada no campo do simbólico corresponde ao que Lacan (2008) nomeou operação de Separação. Já Freud (1996a) nomeia de Recalcamento Primário (Urverdrängung) o processo de suprassunção dos objetos do narcisismo (de estatuto imaginário) e sua elevação ao nível de objetos de desejo, localizados no contexto sociocultural, sendo o Édipo o “preço que se paga para advir como sujeito da linguagem” (Quinet, 2006a, p. 15). A resolução desse complexo tem, como efeito essencial, a divisão subjetiva (Spaltung) em consciente e inconsciente. O resultado do processo de constituição subjetiva poderia ser o de um sujeito (ainda criança) constituído por recalqueamento (\$). Nesse sentido, por consequência, tendo uma parte de si tornada inconsciente – a saída neurótica –, os sujeitos jamais quebrarão sua realidade psíquica, ou seja, não terão uma crise psicótica, ainda que sofram abalos que demandem respostas de teor simbólico. É preciso ter condições estruturais, de constituição subjetiva, para enlouquecer, sendo exatamente esse o caso dos sujeitos constituídos por foraclusão.

O que confere, ao sujeito da psicose, a sua estrutura? O significante Nome-do-Pai, organizador do conjunto dos significantes para os sujeitos, é estrutural, sua inscrição subjetiva possui amplas consequências. “É o significante que dá esteio à lei, que promulga a lei. Esse é o Outro no Outro” (Lacan 1999, p. 152). Para que a neurose se manifeste, é imprescindível que o sujeito possua a inscrição do significante Nome-do-Pai e (como efeito dessa inscrição) tenha

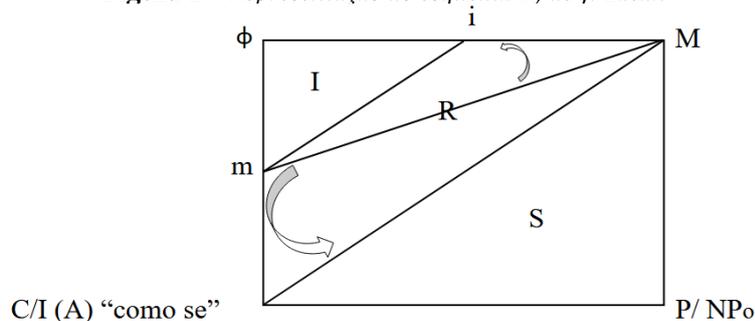
25 O inconsciente é um conceito cunhado a partir daquilo que opera para constituir o sujeito, isto é, do discurso do Outro como conjunto de significantes que marcam o sujeito, sendo estruturado como uma linguagem. Para Lacan (2008, p. 126), “O inconsciente é a soma dos efeitos da fala, sobre um sujeito, nesse nível em que o sujeito se constitui pelos efeitos do significante”.

metaforizado os significantes do tempo do narcisismo (do DM). Desse modo, o que confere ao sujeito da psicose a sua estrutura é, justamente, a foraclusão do significante Nome do-Pai no Outro, e o conseqüente fracasso da inscrição da metáfora paterna.

Lacan (1999) toma o termo foraclusão do vocabulário jurídico, noção que faz referência a uma situação judicial cuja causa está perdida, prescrita, fora do prazo de recurso. Ao se apropriar dela, cunha, assim, o conceito operatório de foraclusão (*Verwerfung*) para caracterizar um tipo de modalização da realidade psíquica, diferente da modalização por recalçamento. A particularidade do sujeito cuja constituição se deu por foraclusão é que, para ele, o significante Nome-do-Pai, organizador central do conjunto dos significantes para qualquer falasser (*ser-de-fala*), está foracluído do campo do simbólico, não se encontra inscrito nele, o que determina particularidades singulares nos seus processos de subjetivação. Segundo esse modo específico de constituição da realidade psíquica, os agentes que encarnam as funções subjetivadoras (maternagem e paternagem) apresentam, ao infans, um campo simbólico caracterizado pela ausência de um significante em particular: o significante Nome-do-Pai (NPo). É justamente isso o que impossibilita a inscrição desse significante e faz a metáfora paterna fracassar em sua operação de barrar o DM. O fracasso da metáfora paterna impede, então, que a pequena criança metaforize os significantes relativos ao tempo do narcisismo, por meio do processo de substituição desses significantes (via recalçamento/*Verdrängung*) pelos significantes dos ideais socioculturais, de estatuto propriamente simbólico. Ou seja, para esses sujeitos, há a passagem do narcisismo para o campo do simbólico, mas, de modo particular: sua posição estrutural é a de ser objeto do gozo do Outro (QUINET, 2006a).

A hipótese fundamental<sup>26</sup> da qual partimos é a de que o sujeito constituirá um Imaginário<sup>13</sup> que possui uma potência simbolizante. Isso lhe permitirá habitar a realidade social compartilhada “como se” fosse um sujeito constituído por recalçamento, mas talvez apresentando algumas características sutis e singulares. Vejamos a representação de como acontece o processo de constituição por foraclusão por meio do esquema R, de Lacan (1999):

**Figura 1** – Representação do esquema R, de J. Lacan



Nota: Figura adaptada de Lacan (1999, p. 234).

Nesse esquema, “M” corresponde à função materna ou ao agente da maternagem, “i” representa a imagem de corpo (imagem virtual), “(φ)” representa o falo imaginário, “m” corresponde ao eu ideal “[i(a)]”, “C/I” representa a criança/infans e “P” corresponde à Metáfora Paterna ou, mais precisamente, à sua ausência, por isso foi grafada como “NPo”. O trapézio formado pelos pontos “imCM” corresponde à realidade psíquica (*Realität*). A linha “iM” representa a primeira fronteira do corpo, a linha “mi” corresponde ao suporte imaginário da realidade, a linha “mC” representa a fronteira do significante de estatuto imaginário simbolizante e a linha “CM” corresponde ao suporte simbólico da realidade. No processo de

26 Nossa afirmação está fundamentada nos avanços teóricos produzidos por Costa-Rosa tanto em suas aulas e supervisões como nos textos curso escritos por ele para a disciplina, mas que não tiveram tempo de ser publicados.

subjetivação por recalçamento, o infans percorre os pontos “M”, “i”, “(φ)”, “m” até chegar no ponto “C/I(A)”, em que é sustentado por “P/NP”. Já para o sujeito que se constitui num campo em que o significante “NP” está foracluído, isto é, “NPo”, o ponto de sustentação do campo do simbólico não existe e então o estatuto do campo significante (linha mC) é modificado, impedindo a amarração do ponto “C/I(A)”, de estatuto propriamente simbólico.

Os sujeitos constituídos por foraclusão habitam uma realidade psíquica cujas balizas são dadas pelos planos “miM”, “mMC”, “(φ)mi” e “PCM”, com a particularidade de que a constituição dos ideais socioculturais permanece situada a partir de horizontes de estatuto imaginário. Esse sujeito realiza uma metaforização dos significantes do narcisismo, nomeada de “suplência da metáfora paterna”, com a particularidade de ser uma metáfora de estatuto imaginário-simbólica, capaz de operar efeitos dessa mesma ordem. Assim, o sujeito constitui uma realidade psíquica cujas balizas são regidas pela potência do Imaginário. Entretanto, como o campo do significante (mC) é um campo imaginário-simbólico, a produção de respostas de subjetivação para as injunções (da realidade compartilhada), que impactam sua realidade psíquica, terá estatuto imaginário-simbolizante.

Em virtude da prevalência do Imaginário, esses sujeitos tendem a se identificar com as imagens-padrão da realidade social compartilhada, sendo impelidos a viver “como se” fossem constituídos por recalçamento. Os sujeitos constituídos por foraclusão podem viver vários anos – alguns, até por toda a vida – em um arranjo imaginário que lhes dá certa consistência subjetiva, podendo habitar a realidade social comum – trabalhar, estudar, casar, ter filhos etc. Enquanto soluções subjetivas, esse arranjo imaginário pode se constituir na forma de uma metáfora delirante ou da invenção, por parte do sujeito, de seu Sinthoma, o que, em outras palavras, equivale à construção de uma suplência sintomática.

Lacan (1988), durante um tempo de seu ensino, considerou a constituição de um delírio como a única via possível como suplência ao Nome-do-Pai. No texto “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose” (Lacan, 1998), ao abordar a clínica enquanto uma “clínica da pergunta”, Lacan refere que, na foraclusão, trata-se de uma pergunta pelo pai, para qual não se tem resposta. Na década de 1970, ao construir elaborações sobre a Clínica do Sinthoma, Lacan (2007) inaugurou uma nova compreensão dos fenômenos da foraclusão, servindo-se da teoria borromeana<sup>27</sup> (teoria dos nós). Nessa clínica, que não se pauta no paradigma da neurose, há um deslocamento da ordem fálica como normalizadora de um ideal geral de normalidade, ou seja, a neurose passou a representar apenas mais um dentre outros modos possíveis de subjetivação. Em lugar de uma única versão do Nome do pai, há vários Nomes do pai (Lacan, 2005) que permitem diferentes formas de enlaçamento com a realidade, segundo o tipo de psicose de que se trate – esquizofrenia, paranoia ou melancolia.

Nessa nova perspectiva de construção de uma suplência ao Nome do Pai, podemos vislumbrar uma variação maior quanto às soluções subjetivas por meio da invenção de um Sinthoma, isto é, de sua forma singular de gozo (Lacan, 2007). A metáfora delirante passa a ser considerada como uma solução excepcional que não está necessariamente ao alcance de todos. Além disso, na perspectiva borromeana, uma psicose pode não ter necessariamente um desencadeamento tão evidente, demandando um maior rigor ao realizar um diagnóstico diferencial. De acordo com Nieves Soria Dafunchio, “as psicoses implicam reparações do nó que não são borromeanas, de modo que a característica da estrutura psicótica é que as soluções não são borromeanas” (2008, p. 67, tradução nossa).

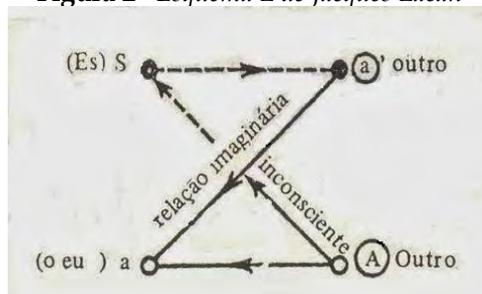
<sup>27</sup> Para formalizar seu ensino sobre a psicose, Lacan se serve da topologia borromeana. O nó borromeano é composto por três anéis entrelaçados de modo que, se um dos anéis se soltam, os outros dois se desconectam. Estes três nós correspondem, na teoria lacaniana, aos registros do Imaginário, do Simbólico e do Real.

Ao longo da vida de um sujeito, pode haver um conjunto de eventos capazes de impactar a realidade psíquica (Realität), exigindo respostas de sentido. Diante desses acontecimentos, o sujeito pode responder com (alguma) potência simbolizante, servindo-se de seu Imaginário. Essas respostas, que podemos denominar efeito-sujeito, podem se situar na sintomática da vida cotidiana, tal como nas modalidades de sublimação artística – que englobam da produção do mais simples artesanato até as mais conhecidas obras de arte (pintura, literatura, cinema, escultura etc.) – enquanto possibilidades de construção de si. Assim, ser constituído por forclusão não significa que o sujeito está fadado a viver o tempo todo apresentando os fenômenos típicos da psicose, momento conhecido como “surto”. Esses momentos de impasses radicais podem acontecer, em circunstâncias específicas, e geralmente são nomeados com os termos esquizofrenia, paranoia e melancolia-mania, devido a suas especificidades oriundas do próprio processo de constituição enquanto sujeito.

## OS IMPASSES RADICAIS E O DESMORONAMENTO DA REALIDADE PSÍQUICA

Quais seriam, então, as condições para que ocorra um impasse crítico a ponto de o sujeito só conseguir dar como resposta um efeito-sujeito, ou seja, o desmoronamento da realidade psíquica e o conseqüente trabalho de reconstrução? Isto é, sob quais condições e eventos se manifestam os fenômenos da psicose? Vejamos um pouco mais detalhadamente este processo nos servindo do Esquema L de Lacan:

Figura 2 – Esquema L de Jacques Lacan



Nota: Figura retirada de Lacan (1998, p. 58).

No esquema, “a” representa o sujeito, “a’” representa o Outro e “A” corresponde ao evento crítico vindo do campo do simbólico. Em primeiro lugar, o sujeito precisa ter constituído sua realidade psíquica num campo de subjetivação (apresentado pelos agentes que encarnam as funções materna e paterna) no qual o significante do Nome-do-Pai não está prenhe, impossibilitando a inscrição da metáfora paterna no campo do simbólico. Por causa de seu modo de constituição, esse sujeito (a) permanece numa relação absolutamente imaginária com um semelhante (a’) que, conforme o caso, é amado e/ou odiado.

Em segundo lugar, é imprescindível que um evento crítico, vindo da realidade e originado no campo do simbólico (A), produza uma injunção capaz de pressionar o sujeito a responder simbolicamente, de modo a ultrapassar o limite de suas possibilidades imaginárias. Esse evento, denominado por Lacan (1998) de “Um-pai”, pode ter dois sentidos: de ganho – o nascimento de um filho, o casamento, uma promoção no trabalho, a conquista de uma posição ou a obtenção de algo esperado etc.; ou pode ter o sentido de perda – uma demissão, o término de uma relação amorosa, a morte de um semelhante que ocupava a posição de outro especular

para aquele sujeito etc. O “Um-pai” – em posição terceira com relação ao eixo Imaginário no esquema R – terá essa potência crítica justamente em virtude de o sujeito estar em uma relação estritamente imaginária (a - a’), fusional por conta de sua constituição por foraclusão. Para Lacan (1998, p. 584) “Basta que esse Um-pai se situe na posição terceira em alguma relação que tenha por base o par imaginário a-a’, isto é, eu-objeto ou ideal-realidade, concernindo ao sujeito no campo de agressão erotizado que ele induz”.

Nessa situação, o sujeito responde com um “acontecimento-sujeito”<sup>15</sup> (Costa- Rosa, 2019, p. 43), desmoronando sua realidade ao passo que desamarra os pontos fixos – ponto do imaginário ou eu ideal [i(a)] e ponto do simbólico ou Ideal do eu “como se” [I(A)/ NPo] – que havia construído. Em outras palavras, o sujeito responde com o desprendimento de um dos registros (Imaginário, Simbólico ou Real), a depender da submodalidade estrutural. As características singulares desse desmoronamento dependerão da sobremodalização (esquizo, paranoia ou melancolia) e das condições particulares (familiar, social e histórica) de cada sujeito. Após o estilhaçamento de sua realidade, restará como possibilidade de saída da crise a reconstrução da própria realidade psíquica, que jamais será igual a anterior.

## JOÃO E SEU DUPLO: BREVE PERCURSO DE UMA ESCUTA

Para enriquecer a discussão, apresentaremos uma vinheta de um caso clínico atendido por nós no CAPS. Trata-se do acompanhamento de um adolescente de aproximadamente quinze anos que, para preservar sua identidade, nomearemos como João. Ele morava com os pais e uma irmã mais velha. O primeiro contato com João foi por meio de uma visita domiciliar, após procura por parte da escola, referindo preocupação com ele. Na visita, João e sua mãe receberam a mim e a assistente social da equipe. Quando perguntamos à mãe sobre João, ela referiu que recentemente o filho havia parado de ir à escola e deixou de estar com seus amigos, disse estar preocupada, pois seu comportamento havia mudado. No início da visita, ele preferiu ficar no quarto. Após insistência da mãe, aceitou falar conosco. Sem a presença da mãe, disse que quase não estava saindo de casa, por não se sentir confortável em espaços coletivos. Comentou não assistir mais televisão, pois as pessoas da televisão não queriam vê-lo feliz. Disse também saber que as pessoas das cidades vizinhas não queriam vê-lo feliz. Explicou que, quando começava a se sentir feliz, já lembrava que as pessoas não queriam vê-lo assim e passava a se sentir mal. A partir do seu relato e da fala de sua mãe, realizamos o combinado de João e sua família irem até o CAPS no dia seguinte.

Conforme combinado, João e sua mãe compareceram ao estabelecimento. Após conversa inicial com a mãe, convidei João para um atendimento individual. Nesse atendimento, João repetiu os mesmos ditos na visita domiciliar acerca de saber que as pessoas da televisão e da cidade não querem vê-lo bem. Contou sentir falta dos estudos, mas não se sentir confortável no espaço escolar, por conta do mal estar que sentia com as interações sociais, o que também o estava impedindo de jogar bola com os amigos no bairro em que morava. Diante da gravidade do caso, tendo em vista os impasses relatados por João e a família, pactuamos com eles a inclusão em alguns atendimentos: acompanhamento familiar com a assistente social, consulta psiquiátrica e atendimento individual com a psicóloga, ou seja, comigo. Havíamos convidado João para participar de uma oficina, porém ele relatou não desejar, motivo pelo qual propus atendê-lo individualmente durante certo tempo.

João foi atendido individualmente por mim por cerca de um mês, após esse tempo, passou a participar de uma oficina pela qual eu era a responsável. Nos atendimentos individuais, o adolescente repetiu o quanto estava difícil sua vida, pois as pessoas da televisão e das cidades vizinhas não gostavam de vê-lo feliz. Em nenhum momento, colocou em dúvida aquilo que dizia. No segundo atendimento, perguntei a João a partir de quando passou a sentir que as pessoas não queriam o ver feliz. Ele referiu ter sido após um episódio ocorrido na escola. Contou que se interessou por uma garota e pediu para ficarem. A garota aceitou e foram para um espaço mais reservado do pátio, mas não sabia o que fazer com ela. Na ocasião, percebeu que os colegas olhavam para eles e, por não saber o que um garoto deveria fazer num relacionamento com uma garota, vivenciou uma angústia intensa.

Na sua primeira participação na oficina, ofertada para sujeitos da psicose no CAPS, João realizou o desenho do rosto de um adolescente com características que se assemelham às suas. Surpresa com tal semelhança eu o convidei para falar sobre o desenho. Em tom de segredo comigo, João referiu ter tido uma “intuição” (sic) de que havia outro João na cidade, sendo que esse outro conhecia e visitava seus familiares nos momentos em que ele próprio não estava em casa, mas a família isso escondia dele. Relatou não se sentir confortável com essa situação, acreditava que a família deveria ter lhe contado, mas nunca falou com os familiares sobre o assunto. Com relação ao desenho, apesar de poder levá-lo, preferiu deixar guardado no CAPS.

Na semana seguinte, João retornou para participar da oficina, bem como nas semanas posteriores. Realizou outra produção artística, desta vez o desenho de um carro, e falou da relação com o pai. Tornou a dizer da “intuição” (sic) de que o outro João circula pela cidade e também ia à sua casa, mas desta vez afirmou não mais se sentir incomodado com isso. Nesta ocasião, referiu que nos últimos dias conseguiu sair de casa para jogar bola com os amigos, bem como pôde permanecer na sala com a família, mesmo que a televisão estivesse ligada.

Na oficina da semana posterior, João começou a fazer uso de tintas coloridas - até então os desenhos não tinham cores. Neste dia, pintou um lago e relacionou a imagem com um tio com quem gostaria de ter mais proximidade. Ao longo das oficinas, João produziu desenhos e pinturas, falou de sua história, e passou a dialogar mais com os demais participantes, inclusive auxiliando-os. Após algumas semanas sendo acompanhado, referiu ter começado a pensar no retorno à escola, pois sentia falta das aulas. Como expressou ainda não se sentir tão preparado, dialogamos que a volta seria no tempo dele, o que foi feito posteriormente.

Apesar de sabermos da importância de um adolescente frequentar a escola, isso não foi colocado por mim ou pelo CAPS como uma meta do seu tratamento. Do mesmo modo, o tratamento farmacológico não foi colocado como o principal meio de ação. Na avaliação do psiquiatra, em colaboração com a equipe, entendeu-se que não havia porquê o adolescente fazer uso de antipsicótico, sendo receitado apenas medicação ansiolítica, pois partimos da compreensão de que ele poderia se beneficiar de outras modalidades de tratamento que eram ofertadas no estabelecimento.

Minha hipótese de trabalho é de que a realidade psíquica de João estava estruturada na forclusão e sub-modalizada na paranoia. O evento marcante para a deflagração da psicose parece ter sido a tentativa de ficar com a garota, sob os olhares dos colegas. Como ele referiu, apesar de ter observado o que os colegas faziam com outras meninas, não sabia o que fazer. Ter de se posicionar frente à sexualidade funcionou para João como uma injunção que demandava uma resposta de teor simbólico, mas como em seu processo de constituição psíquica não houve a inscrição do significante Nome-do-pai, não havia como acessar o significante fálico e por

consequência, não podia se situar na partilha dos sexos. A resposta possível naquele momento foi a quebra da sua realidade psíquica.

Tivemos notícias do trabalho de reconstrução de sua realidade psíquica quando João explicitou, na visita domiciliar, sobre sentir que as pessoas da televisão e das cidades vizinhas se incomodavam em vê-lo feliz. Em nenhum momento, ele cogitou que essas pessoas sequer sabiam tanto da sua existência quanto do modo como se sentia. O que havia era da ordem de uma certeza delirante. Para Quinet (2006a), o delírio representa “uma tentativa de cura de uma falha aberta na relação do sujeito com a realidade, permitindo ao sujeito a reconstrução de sua realidade e uma atenuação do gozo que o invade, pois se encontra localizado no Outro” (p. 110).

Quando na oficina João desenhou o rosto de um adolescente com seus traços físicos e disse intuir haver um outro João (também adolescente e com aparência semelhante a sua), que, inclusive, se fazia presente sua na família em momentos em que ele próprio não estava presente, situação que o angustiava, dá indicativos de uma regressão tópica ao Estádio de Espelho. Lacan (1998), ao teorizar sobre o Estádio de Espelho, explicitou que a constituição do eu [i(a)] como imagem se dá por meio da identificação a uma imagem vinda de fora e que a criança assume como sendo sua. Por meio da assunção a essa imagem, há a constituição do Imaginário.

Desenhar seu duplo especular e falar dele, longe de ser apenas uma atividade artística, funcionou como um trabalho psíquico por meio do qual João pôde tratar de sua relação com o Outro e prosseguir com o seu trabalho de construção de uma metáfora delirante: ter um outro dele mesmo que circula pelos mesmos espaços. O efeito disso foi que, apesar de continuar a falar da existência do outro João, desapareceram os fenômenos da psicose relatados por ele na visita domiciliar. João pôde voltar a assistir televisão sem se angustiar, bem como retomou a convivência com os amigos, como os jogos de futebol na quadra do bairro.

Durante o tempo em que trabalhei no CAPS, João e sua família continuaram em acompanhamento. Ele pôde permanecer no laço social. A internação sequer foi cogitada pela equipe e a medicação ficou restrita ao ansiolítico. Ou seja, pudemos nos aproximar do que propõe a perspectiva da Atenção Psicossocial e sua ênfase no sujeito. Com relação ao seu tratamento, João inicialmente não o havia demandado, mas isso não o impediu de se servir dos espaços ofertados no estabelecimento.

Nos atendimentos comigo, em nenhum momento solicitou interpretação de suas produções e não as fiz. Do mesmo modo, não tentei convencê-lo de que sua intuição sobre o outro João não era verdadeira, pois como ressalta Quinet (2006a, p. 100) “Se o delírio é o que corresponde ao sintoma na psicose, sua função de suplência na estrutura nos indica que a direção da cura com o sujeito psicótico não está na suspensão do sintoma”. Meu trabalho consistiu em secretariá-lo em suas produções sem a pretensão de apagar os fenômenos próprios da psicose, visto que partimos da aposta freudiana que o delírio é uma tentativa de cura.

## **O TRABALHADOR COMO SECRETÁRIO DO ALIENADO, POSSIBILIDADE DE UMA CLÍNICA SINGULAR**

Quando um sujeito, cuja realidade psíquica tenha desmoronado e esteja em franco processo de reconstrução delirante, procura ou é levado para atendimento nos estabelecimentos da Rede de Atenção Psicossocial, inclusive nos CAPS, é comum os trabalhadores suporem que dispõem de basicamente três recursos para calar o sujeito: a (i) negativa em escutá-lo (inclusive encaminhando para uma internação hospitalar); a (ii) tentativa de convencê-lo de que seu

discurso – seu delírio ou alucinação – não possui relação com a realidade e, por fim – e, às vezes, principalmente – a (iii) introdução e administração (a priori) do fármaco. O elevado (para não dizer gigantesco) número de consultas psiquiátricas, a (ainda) significativa quantidade de internações hospitalares<sup>28</sup> e, principalmente, a excessiva medicamentação são efeitos do funcionamento institucional, de práticas de equipe de trabalhadores balizadas pelo PPHM e seu corolário, o Discurso Médico. O manicômio clássico, que possuía feições arquitetônicas, agora se tornou predominantemente químico!

Os fenômenos típicos da foraclusão – conhecidos pelos trabalhadores, usualmente, como sendo meras manifestações da psicose – consistem, de fato, no trabalho efetivo que o sujeito já está fazendo, na tentativa de reconstruir a realidade psíquica que havia desmoronado diante de si. Em outras palavras, trata-se de um trabalho de reenganchamento dos registros – Imaginário, Simbólico ou Real. Não se trata de uma doença, mas sim de uma posição subjetiva singular na existência, incluindo os intensos sofrimentos que comporta. Portanto, não é o caso procurar uma possível cura e nem de pretender extinguir suas manifestações por meio dos fármacos. Alucinação, delírio e os mais diversos fenômenos elementares, por mais estranhos que aparentam ser, incluem aspectos particulares da história de vida daquele sujeito e dizem respeito à sua verdade.

Por se tratar de um trabalho de elaboração psíquica empreendido pelo sujeito, na busca da reconstrução de sua máquina humana de subjetivar (*Realität*), ele precisa ser escutado e não calado, pois calá-lo significaria obstruir a via de produção dos significantes de estatuto imaginário e, assim, construir uma metáfora ou invenção de seu *Sinthoma* que sirva como suplência ao significante Nome-do-Pai que está foracluído. Trata-se, portanto, de um trabalho que permita enlaçar novamente os registros Imaginário, Real e Simbólico, ou seja, de reparação sintomática. Por isso Dafunchio ressalta que podemos falar em tratamentos possíveis, de modo que “[...] serão tantas as soluções possíveis, que farão também diversificar o tratamento possível das psicoses” (2008, p. 74, tradução nossa).

É importante tomar as manifestações da psicose a título de enigmas que precisam ser equacionados e ofertar ao sujeito um espaço onde ele tenha condições de fazer um trabalho psíquico e sua loucura possa ser dita. Trata-se de acompanhá-lo nesse processo. Isso parece pouco, com relação ao sofrimento que há na loucura? A clínica psicanalítica alerta os trabalhadores: a vontade onipotente de curar o outro leva à impotência diante desse impossível, depois a frustração do trabalhador o leva a reagir com dureza, rispidez e até com violência, de forma que “[...] a impotência em sustentar autenticamente uma práxis reduz-se, como é comum na história dos homens, ao exercício de um poder” (Lacan, 1988a, p. 592).

Na oferta de tratamento ao sujeito constituído por foraclusão, é imprescindível que não se procure, a todo custo, promover o apagamento dos fenômenos que não estão de acordo com o que é considerado socialmente “normal” (Benelli, Périco & Costa-Rosa, 2017). Tentar abolir os sintomas mais evidentes por meio do fármaco dificulta ou até impede o trabalho subjetivo em andamento. O desafio colocado ao trabalhador da Saúde Mental é, justamente, o de poder realizar uma escuta do sujeito ao invés de tentar normalizá-lo, isto é, de fazer a ortopedia da sua conduta. Devido ao inconsciente do sujeito se mostrar sem a barreira do recalque, sem censura, escancarado a “céu aberto” (Soler, 2007), essa escuta pode provocar intensa angústia no trabalhador, dificultando o manejo da transferência. Por outro lado, o tratamento somente

28 Supomos que a internação per si, sem trabalhadores que possam escutar o sofrimento de tais sujeitos, é muito prejudicial para eles. A internação manicomial e o uso indiscriminado de medicamentos só fazem piorar o estado desses sujeitos: cronificação, institucionalização, carreira moral psiquiátrica e medicamentosa.

poderá ocorrer efetivamente por meio do manejo da transferência, que é diferente em cada estrutura (recalcamento, foraclusão ou renegação).

Em se tratando do manejo da transferência com os sujeitos constituídos por foraclusão, essa deve seguir a via do apaziguamento de um Real que invade (Lacan, 2001). Broca e Duprat (1989) nomeiam a modalidade de transferência como “erotomania da transferência, a erotomania sendo propriamente falando a modalidade do amor de transferência na psicose” (p. 188). Nessa modalidade transferencial, o trabalhador-intercessor (2019), em um primeiro momento, fica como lugar de mensagem, enquanto o sujeito da psicose está em “posição de objeto vocal enunciando um saber” dirigido a ele. Por meio do chamado do sujeito ao discurso, opera-se uma mudança, um momento de balança. Num segundo instante, o sujeito fica na posição de sujeito alienado (aos significantes), e o trabalhador/analista na posição de objeto. Com o engajamento do sujeito na alienação da metonímia significativa, opera-se, em alguma medida, um esvaziamento do gozo. Quanto à interpretação, essa possui outro estatuto: não se refere à uma interpretação significativa – “que traria o risco de produzir um delírio de interpretação, até um delírio a dois – mas, antes, de uma manobra da transferência visando à moderação do gozo” (Broca & Duprat, 1989, p. 189).

Com relação à direção do tratamento, há duas premissas em Lacan (1988). A primeira consiste em assegurar um lugar de endereçamento para criar condições de o sujeito encontrar um lugar de existência. Já a segunda implica que o trabalhador, na transferência, não ocupe a posição de objeto de desejo ou de grande Outro esmagador, e sim de objeto dejetivo (Monteiro et al., 2016). Ao apostarmos em sua produção discursiva, o sujeito poderá dizer sua verdade e construir uma metáfora delirante singular ou um Sinthoma que servirá como ponto de amarração de sua realidade psíquica, ainda que esse seja de estatuto imaginário com potência simbolizante e, por isso mesmo, algo instável, que poderá sofrer novos abalos e desmoronamentos. Isso significa que as produções delirantes e inventivas não devem ser suprimidas de modo algum.

O posicionamento do trabalhador deve ser o de “suposto não saber” (Zenoni, 1998, p. 14), visto que ocupar o lugar de quem sabe (sobre o sujeito) é uma atitude que inviabilizará o tratamento. Lacan (1988), no Seminário “As psicoses”, propôs o posicionamento de “secretário do alienado” que consiste em sustentar, de um lado, um lugar de parceria, dando crédito à fala do sujeito e, de outro, um polo de endereçamento para as suas produções, assistindo suas criações e tomando literalmente o que for dito, a fim de oferecer ao sujeito um campo de elaboração psíquica para que ele prossiga com o trabalho de reconstrução de si:

Vamos aparentemente nos contentar em passar por secretários do alienado. Empregam habitualmente essa expressão para censurar a impotência dos seus alienistas. Pois bem, não só nos passaremos por seus secretários, mas tomaremos ao pé da letra o que ele nos conta – o que até aqui foi considerado como coisa a ser evitada. Não é por ter estado longe o bastante na sua escuta do alienado que os grandes observadores que fizeram as primeiras classificações tornaram sem vigor o material que lhes era oferecido? (Lacan, 1988, p. 235).

Como secretário, é importante escutar o sujeito, atendo-se à relação que busca estabelecer conosco. Para isso, é preciso saber em que posição ele está e, igualmente, qual posição nós ocupamos no tratamento, posto que a transferência na foraclusão pode ser desencadeante. Com isso em mente, é possível realizar manobras transferenciais – de vínculo frouxo e de “trivialização da transferência” –, intervenções para auxiliá-lo na reconstituição do enganchamento do Imaginário, do Real ou do Simbólico, a depender de qual dos registros tenha se soltado. Assim, (co)operamos para que o sujeito crie uma suplência subjetiva.

É imprescindível que o trabalhador tenha clareza de que o sujeito constituído por foraclusão não mudará de estrutura, portanto, jamais poderá se tornar um sujeito do recalcamento. Ainda

que possa viver “como se” fosse do recalçamento quando está estabilizado, esse sujeito não estará inscrito na norma fálica, em virtude de não haver inscrito o Nome-do-Pai no Outro. Caso encontre um trabalhador que o escute, o sujeito poderá fazer um trabalho psíquico que envolva encontrar significantes e construir metáforas delirantes ou até mesmo construir o que Lacan (2007) chamou de *Sinthoma*, a partir de um saber-fazer com o Real, capaz de viabilizar a montagem de um certo arranjo (imaginário) e a reconstrução da realidade psíquica. Consequentemente, poderá retornar à realidade compartilhada, estabelecer laço social, trabalhar, formar uma família etc.

A Ética do desejo (Lacan, 1995b), como é nomeada a ética da psicanálise, coloca o compromisso do trabalhador em não ocupar uma posição de mestre, de modo a propiciar que os sujeitos tomem posse de seu próprio discurso e assim digam sua verdade – que será sempre singular. Não tomar o sujeito como objeto de poder/saber, mais que uma técnica, trata-se de um posicionamento ético! A psicanálise, assim como o PPS, compartilha do mesmo horizonte: a produção de subjetividade singular, motivo pelo qual a psicanálise é um dos referenciais teórico, técnico e ético deste paradigma no campo da SMC.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da Atenção Psicossocial, sob inspiração dos pressupostos mais radicais da Reforma Psiquiátrica, exige mais do que tirar os sujeitos dos hospitais psiquiátricos e dos velhos manicômios, ou seja, a conhecida desospitalização. A RAPS, principalmente o CAPS, tem papel essencial na oferta de tratamento aos sujeitos constituídos por foraclusão, conhecidos como psicóticos. Formar-se e operar com a clínica psicanalítica, na qual o sujeito é o protagonista do seu tratamento, coloca a necessidade de que os trabalhadores não o reduzam, bem como as suas manifestações fenomênicas, ao conjunto cada vez maior de categorias psiquiátricas e do seu catálogo de doenças – Código Internacional de Doenças (CID-10). Insistir nessa redução significa continuar a reproduzir práticas manicomiais mesmo que em meio aberto, transformando um CAPS em um “Capscômio”.

Concordamos com Costa-Rosa (2013) quando afirma que a luta antimanicomial nos tempos atuais também necessita de ser uma luta antimedicalização. Isso não significa abdicar radicalmente do uso medicamentoso e sim que a resposta farmacológica não poderá ser dada a priori e nem configurar o principal tratamento. Há alguns casos pontuais em que a medicação é importante, como nos casos em que o sujeito está momentaneamente colocando sua vida em risco ou em estado de catatonia (especialmente neste último, o fármaco poderá contribuir para auxiliar o sujeito a falar), mas, mesmo assim, a prescrição do remédio deverá ser reavaliada com vistas a sua retirada.

A clínica com os sujeitos constituídos por foraclusão não acontecerá apenas em momentos em que houve uma quebra de realidade psíquica e sua reconstrução, ela poderá existir também nos momentos em que ele se encontra estabilizado, já que alguns acontecimentos podem produzir angústias, fazendo-lhes necessitar de um espaço de escuta para produzir um trabalho psíquico de criação de significantes de estatuto imaginário simbólico, que lhes dê condições de se manter no laço social. Nessas situações, essa escuta clínica servirá como um espaço de continência nos casos em que a demanda for de reequilíbrio (Hainz & Costa-Rosa, 1999, p. 410). As oficinas terapêuticas, por exemplo, podem ofertar condições de um tratamento da pulsão que invade o sujeito por meio da “construção de uma outra superfície para localização

desse gozo – seja o objeto ou o próprio oficinairo, ou mesmo o espaço da oficina” (Guerra, 2008, p. 53), promovendo um certo apaziguamento para o sujeito.

Uma das principais tarefas do CAPS, na perspectiva da reabilitação psicossocial, é a promoção da reinserção dos sujeitos através do “acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários” (2004). Tarefa importante, que exige considerar a pertinência da dimensão clínica, pois os sujeitos constituídos por forclusão costumam ser refratários ao laço social. O trabalhador não deve antecipar a demanda do sujeito em se reinserir e não deve pretender reconstruir os laços sociais por ele (ainda) não demandados, pois essa reinserção depende do trabalho clínico (subjetivo) realizado por cada um. Segundo Quinet, o trabalhador “deve estar atento não só ao seu furor sanandi, mas ao seu furor includenti, ele deve se precaver contra seu desejo de inclusão do louco nos jardins da polis no intuito de retirá-lo do jardim das espécies da nosografia” (2006b, p. 50).

Propostas de intervenção que visam reabilitar o sujeito, a partir de demandas que não lhes são próprias, desconsiderando seu modo singular de estar no mundo e sua palavra, reforçam sua posição de objeto do Outro, de modo que o seu retorno à sociedade “se resumirá a um adestramento para o laço social que não poderá ser sustentado de forma ativa por esse sujeito. Ou pior, poderá levar ao agravamento de seu quadro clínico” (Rinaldi, 2010, p. 133). O risco de uma proposta reabilitadora que desconsidere a clínica, ou melhor, os diferentes modos de constituição do sujeito, é o de funcionar por meio de uma perspectiva ortopédica. Não se trata de negar o compromisso da RPb com a reabilitação e reinserção social, mas de não pretender realizá-la a todo custo, violentando o sujeito. Aprendemos com a psicanálise a necessidade de sustentar uma posição de escuta para que um trabalho possa ser realizado pelo próprio sujeito, sem expectativas de reinseri-lo socialmente a todo custo. Se a reinserção ocorrer, será um efeito de um trabalho capaz modificar a posição de sujeito.

Quando recebemos um sujeito constituído por forclusão para tratamento no CAPS, estamos num cenário institucional onde ocorre o embate entre duas crenças que têm, cada qual, sua própria certeza: a do Discurso Médico, sobre a doença denominada psicose e a do sujeito, sobre sua loucura. No que diz respeito à psicanálise, sua perspectiva de trabalho está centrada na verdade do sujeito, portanto numa verdade sempre singular. Essa verdade só pode ser dita pelo próprio sujeito, o que nos coloca diante da necessidade de escutá-lo em sua singularidade, fazendo o papel de secretariar o louco. Exatamente por ser uma prática do singular, na qual o sujeito é o protagonista do seu tratamento, a psicanálise do campo de Freud e Lacan está em consonância com os princípios mais caros da Reforma Psiquiátrica e da Atenção Psicossocial e pode se constituir como um referencial teórico, técnico e ético do PPS (Costa-Rosa, 2019).

## REFERÊNCIAS

- Benelli, S. J., Périco, W. & Costa-Rosa, A. (2017). Por um psicólogo não normalizador no contexto das instituições públicas. *Revista de Psicologia da UNESP*, 16(1). 1-17. <https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/841/822>.
- Brasil. (2004). *Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial* / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. [http://www.ccs.saude.gov.br/saude\\_mental/pdf/SM\\_Sus.pdf](http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/SM_Sus.pdf).
- Broca, R., & Duprat, C. (1989). JCV: uma psicose sob transferência. In: M. B. Motta (Org.). *Clínica Lacaniana: casos clínicos do campo freudiano*. (pp. 180-196). Jorge Zahar.

- Clavreul, J. (1983). *A ordem médica: poder e impotência do Discurso Médico*. Brasiliense.
- Costa, M. F. (2016). A clínica da urgência na unidade de pronto atendimento: da privatização da Saúde a uma aposta no sujeito do inconsciente. [Dissertação de Mestrado em Psicologia e Sociedade, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"]. Repositório da Unesp. <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/148827>.
- Costa, M. F. (2017). Concepções de rede e estratégia na atenção psicossocial: diferenças, contradições e (inter)conexões. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, 9 (22), 98-112. <http://stat.elogo.incubadora.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/3369/5005>
- Costa-Rosa, A. (2019). Por que a Atenção Psicossocial exige uma clínica fundada na psicanálise do campo de Freud-Lacan? *Revista de Psicologia da Unesp*, 18(n. esp.), 37-54. <http://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/1542/1352>.
- Costa-Rosa, A. (2012). Contribuição a uma clínica crítica dos processos de subjetivação na saúde coletiva. In: G. H. Dionísio & S. J. Benelli (Orgs.). *Políticas públicas e clínica crítica*. (pp. 15-31). Cultura Acadêmica.
- Costa-Rosa, A. (2011). Ética e Clínica na Atenção Psicossocial: contribuições da psicanálise de Freud e Lacan. *Revista Saúde e Sociedade*, 20(32), 743-757. <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v20n3/18.pdf>
- Costa-Rosa, A. (2019). Por que a Atenção Psicossocial exige uma clínica fundada na Psicanálise do campo Freud-Lacan? *Revista de Psicologia da Unesp*, 18(n. esp.), 37-54. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S198490442019000200004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198490442019000200004).
- Costa-Rosa, A. (2013). Atenção Psicossocial além da Reforma Psiquiátrica: contribuição a uma Clínica Crítica dos Processos de Subjetivação na Saúde Coletiva. UNESP.
- Costa-Rosa, A. (1999). Modo Psicossocial um novo paradigma nos Tratamentos Psíquicos na Saúde Coletiva. *Revista Vertentes*, 1(5). 11-22.
- Costa-Rosa, A. (2000). O Modo Psicossocial: um paradigma das práticas substitutivas ao Modo Asilar. In: P. Amarante (Org.). *Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade*. (pp. 141-168). Fiocruz.
- Costa-Rosa, A. (1987). Saúde Mental Comunitária: análise dialética das práticas alternativas. [Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade de São Paulo] Instituto de Psicologia.
- Dalfunctionio, N. S. (2008) *Confines de las psicosis*. Del Bucle.
- Devera, D., & Costa-Rosa, A. (2007). Marcos históricos da reforma psiquiátrica brasileira: transformações na legislação, na ideologia e na práxis. *Revista de Psicologia da UNESP*, 6 (1), 60-79. <http://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/1010>
- Dor, J. (1989). *Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem*. Artes Médicas.
- Elia, L. (2010). *O conceito de Sujeito*. Zahar.
- Freud, S. (2010). Além do princípio de prazer (1920). Companhia das Letras. (Título publicado originalmente em 1920).
- Freud, S. (1996). Repressão (1915). Imago. Título publicado originalmente em 1915).
- Galiego, A. H. B. (2013). O dispositivo intercessor como modo de produção de conhecimento: construção do saber na práxis de um Centro de Atenção Psicossocial de álcool e outras drogas. [Dissertação de Mestrado em Psicologia, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"] Repositório da Unesp. <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/97528/000721719.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Goto, C. S. (2018). A Reforma Psiquiátrica no Brasil Contemporâneo: ensaios da psicanálise lacaniana e da crítica da economia política. [Dissertação de Mestrado em Psicologia, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"] Repositório da Unesp. [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/153085/goto\\_cs\\_me\\_assis.pdf?sequence=4](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/153085/goto_cs_me_assis.pdf?sequence=4)

- Guerra, A. M. C. (2008). Oficinas em saúde mental: percurso de uma história, fundamentos de uma prática. In: C. M. Costa, & A. C. Figueiredo, (Orgs.). *Oficinas em saúde mental: sujeito, produção e cidadania*. (pp. 23-58). Contra Capa.
- Lacan, J. (1998). *Escritos*. Zahar.
- Lacan, J. (1988). *O seminário, livro 3: As psicoses. (1955-56)*. Jorge Zahar.
- Lacan, J. (2008). *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Zahar.
- Lacan, J. (1999). *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Zahar.
- Lacan, J. (1995a). *O seminário, livro 4: a relação de objeto*. Zahar.
- Lacan, J. (1995b). *O seminário, livro 7: a ética do desejo*. Zahar.
- Lacan, J. (2007). *O seminário, livro 23: o sinthoma*. Zahar.
- Lacan, J. (2005). *Nomes-do-pai*. Zahar.
- Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. (2001). Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial Eletrônico. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110216.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm).
- Mexko, S. (2021). *Uma psicóloga psicossocial no CAPS: contribuições da Psicanálise do campo de Freud e Lacan e do Materialismo Histórico*. [Tese de doutorado em Psicologia, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”] Repositório da Unesp. <http://hdl.handle.net/11449/213964>
- Mondoni, D., & Costa-Rosa, A. (2010). Reforma Psiquiátrica e Transição Paradigmática no Interior do Estado de São Paulo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26 (1), 39-47. <http://hdl.handle.net/11449/28860>.
- Monteiro, C. P., Linhares, L. A., Barreto, E. K. M., & Nascimento, Z. A. (2016). Soluções psicóticas e intervenções analíticas. *Ecos: Estudos contemporâneos de subjetividade*, 6 (2), 188-196. <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/viewFile/2110/1324>
- Pagnano, J. R. C. (2018). O hospital psiquiátrico como analisador da saúde mental de um município de médio porte do interior do estado de São Paulo. [Dissertação de Mestrado em Psicologia, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”] Repositório da Unesp. [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/153958/pagnano\\_jrc\\_me\\_assis\\_int.pdf?sequence=7&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/153958/pagnano_jrc_me_assis_int.pdf?sequence=7&isAllowed=y). Acesso em: 19 set. 2020.
- Pereira, E. C. (2011). Ensaio de intercessão institucional em um CAPS – Centro de Atenção Psicossocial. [Dissertação de Mestrado em Psicologia, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”] Repositório da Unesp. <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/97597>
- Pereira, E. C., & Costa-Rosa, A. (2012). Problematizando a Reforma Psiquiátrica na Atualidade: a saúde mental como campo da práxis. *Saúde Soc.*, 21 (4), 1035-1043. <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v21n4/v21n4a20.pdf>
- Périco, W. (2016). Contribuições da psicanálise de Freud e Lacan a uma psicoterapia Outra: a clínica do sujeito na Saúde Coletiva. [Dissertação de Mestrado em Psicologia, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”] Repositório da Unesp. <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/134191>.
- Périco, W., & Costa-Rosa, A. (2015). Do Terapêutico Alienante ao Analítico Singularizante: contribuições da psicanálise de Freud e Lacan e do Materialismo Histórico à clínica da Atenção Psicossocial. *aSEPHallus (Online)*, 10 (19), 16-42. [http://www.isepol.com/asephallus/numero\\_19/pdf/do\\_terapeutico\\_alienante.pdf](http://www.isepol.com/asephallus/numero_19/pdf/do_terapeutico_alienante.pdf)
- Portaria nº 189, de 20 de março de 2002. (2002a). Saúde Mental no SUS: os Centros de Atenção Psicossocial. Ministério da Saúde, 2002a.

- Portaria nº 336/GM, de 19 de fevereiro de 2002. (2002b). Saúde Mental no SUS: os Centros de Atenção Psicossocial. Ministério da Saúde.
- Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. (2011). Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União.
- Quinet, A. (2006a). *Teoria e clínica da psicose*. Forense Universitária.
- Quinet, A. (2006b). *Psicose e laço social: esquizofrenia, paranoia e melancolia*. Jorge Zahar.
- Rinaldi, D. L. (2015). Micropolítica do desejo: a clínica do sujeito na instituição de saúde mental. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(2), 315-323. <https://www.scielo.br/pdf/csc/v20n2/1413-8123-csc-20-02-0315.pdf>
- Saggese, E. (2006). Psicanálise e clínica da psicose: o que não tem sossego, nem nunca terá. In: A. C. Figueiredo. (Org.). *Corpo, sintoma e psicose: leituras do contemporâneo*. (pp. 73-81). Contra Capa Livraria.
- Shimogui, A. F. D. T., & Costa-Rosa, A. (2017a). A prática de atenção à saúde nos estabelecimentos psicossociais: efeitos do modo capitalista de produção. *Psicologia USP*, 28(3), 389-395. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0103-65642017000300389&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-65642017000300389&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)
- Shimogui, A. F. D. T., & Costa-Rosa, A. (2017c). Contribuições do materialismo histórico para a terapia ocupacional: uma análise dialética do fazer e da genericidade humana. *Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup.*, 1(5), 704-720. <https://revistas.ufrj.br/index.php/ribto/article/view/9655/pdf>
- Shimogui, A. F. D. T., & Costa-Rosa, A. (2017b). Do tratamento moral à atenção psicossocial: a terapia ocupacional a partir da reforma psiquiátrica brasileira. *Interface Comunicação, Saúde e Educação*, 21(63), 845-856. <http://www.scielo.br/pdf/icse/v21n63/1807-5762-icse-1807-576220160202.pdf>.
- Shimogui, A. F. D. T. (2016). Contribuições da psicanálise de Freud e Lacan e do materialismo histórico para a terapia ocupacional: uma clínica do desejo e do carecimento na saúde coletiva. [Dissertação de Mestrado em Psicologia, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"] Repositório da Unesp. [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/134320/shimogui\\_afdt\\_me\\_assis.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/134320/shimogui_afdt_me_assis.pdf?sequence=3&isAllowed=y).
- Shimogui, A. F. D. T., & Périco, W. (2014). O Centro de Atenção Psicossocial como dispositivo social de produção de subjetividade. *Revista de Psicologia da UNESP*, 13(1), 33-51. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-90442014000100004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-90442014000100004).
- Shimogui, A. F. D. T. (2019a). O Paradigma Psicossocial: parâmetros mínimos para as práticas substitutivas ao Paradigma Psiquiátrico Hospitalocêntrico Medicalizador. *Revista de Psicologia da UNESP*, 18(n. esp.), 198-216. <http://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/1549/1359>.
- Soler, C. (2017). *O inconsciente a céu aberto da psicose*. Jorge Zahar.
- Yasui, S., & Costa-Rosa, A. (2008). A Estratégia Atenção Psicossocial: desafio na prática dos novos dispositivos de Saúde Mental. *Saúde em debate*, 32(78/80), 27-37. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=406341773003>.

# OPERANDO COM O DISPOSITIVO INTERCESSOR PARA A MEDIAÇÃO DA LUTA DE CLASSES NO CAMPO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL<sup>29</sup>

Hellen Halivercy de Souza Janegitz<sup>30</sup>  
Prof. Dr. Silvio José Benelli<sup>31</sup>

## INTRODUÇÃO

Quando assumimos o cargo público de psicóloga na Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) de uma prefeitura do interior do Estado de São Paulo não tínhamos uma compreensão muito clara da representação dessa função no contexto maior da luta de classes, menos ainda da contribuição do servidor público no âmbito da estrutura produtiva do capital. O sentimento pessoal era de satisfação por termos sido aprovados num concurso público, acreditávamos que havia segurança e estabilidade nos cargos públicos municipais e considerávamos que o cargo de psicóloga num Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) nos permitiria atuar com as políticas públicas no desenvolvimento do bem-estar social, pois esse era o campo de trabalho que despertava nosso interesse desde o período da graduação em psicologia.

Quando tomamos posse do cargo e começamos a atuar não tínhamos referenciais suficientes para fazer uma análise crítica do papel que os trabalhadores da Política de Assistência Social ocupam na reprodução da sociabilidade capitalista, tampouco tínhamos uma base teórico-política sólida para entender criticamente as razões da rivalidade existente entre os integrantes da equipe de profissionais da SMAS, assim como no conjunto mais amplo dos trabalhadores da prefeitura municipal. Havíamos adentrado num campo de trabalho em que os trabalhadores públicos não se reconheciam na mesma condição de exploração vivenciada pela classe trabalhadora em geral, portanto a solidariedade intraclasse era quase que inexistente. Essa situação nos gerou um profundo incômodo, pois não compreendíamos as razões dos profissionais viverem em constante disputa e isso nos levou a problematizar por meio de uma análise metodológica do Materialismo Histórico-dialético (MHD), os impasses que vivenciamos em campo e a entender que essa realidade é produto da sociabilidade capitalista, na qual impera a competição entre os indivíduos.

Partimos do singular para o universal, considerando as especificidades da nossa realidade: o contexto institucional do CREAS, no âmbito da prefeitura de um município de médio porte

29 Artigo produzido a partir da dissertação de mestrado que derivou de uma intercessão-pesquisa desenvolvida por Hellen Halivercy de Souza Janegitz (2022), enquanto psicóloga e trabalhadora de um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e orientada pelo Prof. Dr. Silvio José Benelli.

30 Graduada em Psicologia (Fap), Especialista em Saúde Mental (Famema), Mestra em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, SP. Militante e trabalhadora do SUAS, atuando no CREAS entre 2018 a 2022, na área da Assistência Social do município de Assis e a partir de 2023 atua como trabalhadora do SUS num Centro de Atenção Psicossocial InfantoJuvenil (CAPSij) no município de Assis. Integrante do Laboratório transdisciplinar de Intercessão-Pesquisa em Processos de Subjetivação e Subjetividade da saúde (LATIPPSS), inscrito no CNPq.

31 Professor Associado do Departamento de Psicologia Clínica do curso de graduação em Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, SP, linha de pesquisa Políticas Públicas e Produção de Subjetividades: processos clínicos e institucionais. Livre Docente em Psicologia Clínica pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) (2022). Coordenador do Laboratório transdisciplinar de Intercessão-Pesquisa em Processos de Subjetivação e Subjetividade da saúde (LATIPPSS), inscrito no CNPq.

no interior do Estado de São Paulo, para uma compreensão ainda mais ampla da estrutura institucional da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no contexto capitalista brasileiro. Nos pareceu importante identificar as possíveis causas dos conflitos entre os trabalhadores, uma vez que, assim, poderíamos buscar saídas inovadoras, tendo em vista que atuar numa instituição como a Assistência Social, enquanto trabalhadora-intercessora, pressupõe que tenhamos a capacidade de driblar os obstáculos impostos pelos conflitos institucionais, os quais envolvem o funcionamento da prefeitura, do estabelecimento assistencial e, especialmente, os efeitos da luta de classes.

Uma das maiores dificuldades que observamos para reinvidicação dos nossos direitos enquanto trabalhadores estava relacionada com a fragmentação do coletivo de profissionais que atuavam na SMAS. A maioria dos trabalhadores não se identificavam enquanto classe e a desarmonia das equipes ocorriam por diversos fatores, dentre eles: as diferenças das categorias profissionais (assistente social, psicólogo, advogado, educador social, auxiliar administrativo e outros), os diferentes níveis de cargos (administrativo, técnico ou coordenador), os regimes de contratação (concursado, comissionado, celetista) e as diferenças significativa de salários. Os conflitos entre os profissionais da SMAS eram bastante frequentes, improdutivos e repercutiam na nossa baixa capacidade de organização e de reivindicação geral, bem como na qualidade dos atendimentos ofertados para a população.

Ressaltamos que o interesse por desenvolver essa discussão teve origem no cerne do nosso cotidiano, nos impasses vivenciados no processo de trabalho desenvolvido no CREAS e no desejo de construir uma reflexão sobre a necessidade da articulação dos trabalhadores para a efetivação da práxis, no âmbito de execução da PNAS. Acreditamos que a análise dessa questão no campo da Assistência Social municipal, teve uma contribuição importante ao nosso processo de intercessão, bem como poderá vir a ser útil aos novos intercessores.

No desenvolvimento do texto recorreremos à categoria “classe trabalhadora” e, através dela contemplamos nosso lugar de psicóloga, servidora pública, atuante num CREAS, do mesmo modo que buscamos abranger o conjunto de servidores públicos com os quais nos relacionamos no contexto da prefeitura municipal e os usuários que atendemos por meio da Política de Assistência Social. Afirmar essa categoria e utilizá-la como uma espécie de identificação representa um objetivo muito importante, o qual busca validar e resgatar o caráter de classe junto àqueles que vivem do trabalho, enquanto coletivo que precisa se reconhecer para conjuntamente confrontar a classe dominante.

Nesse sentido, consideramos que historicamente houve uma desapropriação da categoria classe trabalhadora e foram aplicadas substituições de termos que colaboraram com os interesses da burguesia. O uso do termo cidadão, por exemplo, uniformizou no plano teórico, os lugares sociais entre aqueles que operam o trabalho e aqueles que se beneficiam dele, resultando numa homogeneização social e política, por isso, insistimos no impacto que a categoria classe trabalhadora causa e na sua potencialidade revolucionária. De acordo com Mattos (2019, p. 23): “muito da dificuldade em reconhecer hoje o potencial emancipatório do proletariado como sujeito revolucionário relaciona-se ao uso de uma concepção demasiado estreita do que venha a ser essa classe”.

Nesse ensaio, pretendemos delinear algumas questões, sem o intuito de esgotá-las, uma vez que se trata de um debate extremamente complexo e profundo. Não podemos negar que há no texto uma espécie de chamamento à organização política dos trabalhadores da prefeitura, junto aos quais atuamos, pois partimos do princípio de que será por meio da luta coletiva que teremos a oportunidade de construir melhores e mais justas condições de trabalho.

## A REMUNERAÇÃO COMO ELEMENTO PARA A FRAGMENTAÇÃO DA CLASSE DOS TRABALHADORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

Conforme fomos nos apropriamos da lógica de funcionamento do serviço público, sentimos uma profunda inquietação com a fragilidade das relações estabelecidas entre os profissionais que compõem a SMAS, frequentemente, perpassadas por conflitos, rixas, rivalidades e “picuinhas”. A interação com os servidores municipais, em especial, com os profissionais da SMAS nos revelou que a falta de reconhecimento profissional por parte da equipe gestora quanto ao trabalho realizado pelos técnicos, assim como a disparidade de salário existente entre os funcionários efetivos e comissionados, eram fatores determinantes para o enfraquecimento das relações de equipe no campo de trabalho. Nossos colegas relataram que a prefeitura não ofertava perspectivas de crescimento aos servidores efetivos, não havia plano de carreira e nenhuma metodologia de incentivo que pudesse motivar esses trabalhadores a dar continuidade na sua formação e no seu aprimoramento profissional. Diziam que o único meio de ascensão institucional era o arranjo político, ou seja, para ganhar um pouco melhor seria necessário firmar uma relação de politicagem, pois somente assim, haveria a chance de obter e ocupar, por nomeação, uma posição de poder, ocupando algum cargo de chefia e obter um aumento salarial.

Penariol (2017, p. 166) apresentou na sua pesquisa aspectos da complexidade dessa relação institucional e revelou que “[...] os chefes são nomeados pelo prefeito para ocupar os cargos comissionados ou as funções de confiança, que em sua maioria são parentes de parentes, amigos, pessoas que o auxiliaram em sua campanha política ou ainda alguém para quem precisa retribuir um favor”.

Isto é, comumente, os melhores cargos e salários de uma prefeitura são distribuídos a partir da lógica do favoritismo, em que se concedem compensações ou privilégios por uma relação de influência e/ou afinidade política.

A impressão inicial que nos foi comunicada pelos servidores públicos municipais, nossos colegas atuantes na área da Assistência Social, foi confirmada a partir da intercessão-pesquisa que desenvolvemos no CREAS. A dimensão econômica se mostrou um elemento importante para a perpetuação da alienação dos trabalhadores da prefeitura municipal, privando-os do sentimento de pertencimento à sua classe, a classe trabalhadora assalariada, tornando-os alienados de sua natureza, de si mesmo e da sua própria categoria social.

Passamos a compreender por meio da nossa inserção no campo institucional da SMAS que a maior parte daqueles que recebem os maiores salários numa prefeitura não são remunerados, necessariamente, por sua capacidade produtiva nem por sua competência técnica junto ao processo de trabalho, mas sim por exercerem uma função de apaziguamento junto às possíveis ou efetivas agitações sociais, resultantes das contradições do Modo de Produção Capitalista (MPC). Os ditos chefes de setores e/ou coordenadores dos estabelecimentos socioassistenciais desfrutam dos maiores salários e geralmente não representam os interesses de sua equipe de trabalho, menos ainda, contribuem com a eficiência e eficácia dos serviços. Eles costumam ocupar postos chaves para desestimular os funcionários municipais e a classe operária em geral ao possível movimento de luta e de reivindicação de direitos.

A seleção desses sujeitos que frequentemente ocupam os cargos de chefia é realizada a partir da relação de confiança estabelecida com a figura política em exercício no poder executivo e, apesar deles também pertencerem ao segmento de pessoas que precisam vender a força de trabalho para garantir sua própria sobrevivência, decidiram vender sua capacidade de ideologizar, ocupando o papel de “agentes da repressão”, tal como descrito por Althusser (1974,

p. 65) como sendo aqueles que precisam “[...] saber mandar e ser obedecido ‘sem discussão’ ou saber manejar a demagogia da retórica dos dirigentes políticos”, atuando assim, a favor da manutenção dos interesses da classe dominante.

Esses profissionais também constituem a classe trabalhadora e, apesar de suas funções serem improdutivas no sentido material da produção, são necessários para manutenção da racionalidade capitalista, pois operam a favor do silenciamento da classe trabalhadora em geral, incluindo seus colegas de prefeitura. São verdadeiros “cães de guarda” (Bihar, 1998, p. 46), adestrados pelos gestores locais, os quais mantêm uma aliança direta com o poder de Estado. Apesar de também serem chamados de funcionários públicos, tendem a atender os interesses e prioridades do prefeito e não os da população. Iasi (1999, p. 40) referiu que “[...] uma parte da própria classe passa a ter um status, uma estabilidade e um poder que não tinha, para submeter-se [...]. Abrimos mão de nosso desejo para rendermo-nos à satisfação da sobrevivência imediata” e “alguns ganham muito bem para isto”.

A partir do processo de intercessão-pesquisa desenvolvido na SMAS, mais especificamente no CREAS, fomos dispostos de ferramentas sofisticadas para compreender os impasses vivenciados nesse campo institucional. Por meio do MHD percebemos que é estratégico do MPC possibilitar que uma pequena parte dos trabalhadores tenha certa ascensão socioeconômica e isso se reproduz nas prefeituras municipais. O retorno financeiro ofertado a um pequeno grupo de profissionais é uma forma de concessão, típica do capitalismo, que visa a manter privilégios nas mãos de poucos, ou seja, costuma-se pagar bem um pequeno conjunto de sujeitos para que seja garantida a reprodução da racionalidade capitalista. Os profissionais que recebem um pouco mais, em relação a grande massa, estão incumbidos de fazer com que os “trabalhadores funcionalistas” permaneçam aliados e submetidos aos interesses da classe dominante, difundindo a ideologia hegemônica e fazendo com que a população apoie a manutenção da ordem do capital, sem questioná-la. Desse modo, é comum que a camada social denominada de classe média ou “aristocracia operária” ocupe uma posição ético-política reacionária. Lessa (2015, p. 10) considerou que:

Desde o final do século 19, a burguesia vai se dando conta de que há um setor do proletariado com o qual ‘se pode conversar’ e buscar acordos. Diferente do restante dos trabalhadores, esse setor é ‘civilizado’, ‘cidadão’ e ‘responsável’. A burguesia percebe, ainda mais, que uma aliança com a aristocracia operária enfraqueceria o restante da classe, tornando mais fácil o controle de todos os trabalhadores pelo capital.

Os instrumentos utilizados pela classe dominante para manter a disciplina e a ordem, assim como a desagregação da classe trabalhadora, especialmente nos setores públicos, perpassam o Estado. São os impostos que garantem o salário desses “agentes da repressão”, que dentro de uma Prefeitura ocupam os cargos de chefias municipais (prefeito, secretários, diretores de departamentos, chefes de divisão, coordenadores e outros), fazendo com que o proletariado seja duplamente explorado, pois além de terem que vender sua força de trabalho num regime de exploração, o assalariamento, eles também são contribuintes dos impostos que pagarão os agentes que irão reprimi-los e condicioná-los ao lugar de subalternização. Esse imposto também paga o salário dos servidores públicos funcionais (assistentes sociais, psicólogos, advogados, médicos, enfermeiros etc.), aqueles que atuam nos estabelecimentos institucionais, comumente executando a norma vigente sem questioná-la, os funcionários tarefeiros. Mas, esses trabalhadores recebem salários condizentes com os preços do mercado, valores que por sua vez também reproduzem a lógica da exploração, pois “o salário forja uma ilusão na qual a troca entre não-equivalente apareça como uma troca entre equivalente e, portanto, fundamentada os princípios da igualdade entre trabalhador e capitalista” (Prado, 2011, p. 108).

Esse segmento de trabalhadores, servidores públicos, também estão submetidos à exploração do capital, mesmo que em níveis diferentes. Eles até tentam lutar por melhores condições de trabalho e de salário, mas com isso, seguem dando continuidade à lógica da acumulação.

Como efeito dessa fragmentação intraclasse, percebemos um conflito endossado pelos aparelhos ideológicos, que difundem a ideia de que o problema econômico do país se deve ao custeio dos serviços públicos, considerando esses serviços como pouco eficientes e muito onerosos. Trata-se de um verdadeiro pretexto criado pela burguesia para invisibilizar a rapinagem operada por ela mesma e impor a necessidade de reestruturação do serviço público, revelando seu principal interesse, a privatização de serviços estratégicos, os quais ainda restaram sob o controle e gestão do Estado. Ribeiro e Mancebo (2013, p. 199) consideraram a existência de

[...] uma verdadeira campanha caracterizada por atitudes de desprezo, discriminação, descrédito e desvalorização direcionada a esse setor. Por público, considera-se tudo o que é ineficiente, associado ao desperdício, à corrupção, à falta de controle e coordenação, e o privado é apontado como o lugar de eficiência e de excelentes resultados. O serviço público carrega consigo características depreciativas atribuídas tanto aos órgãos em si quanto aos servidores que neles trabalham.

Esse discurso ideológico é extremamente perigoso e se adequa muito bem aos anseios proletários, que é a classe que mais sofre com o efeito da expropriação, e, portanto, anseia por um culpado que se apresente personificado para que possa canalizar toda a sua revolta. Desse modo, é comum nos depararmos com sujeitos da classe trabalhadora que disseminam a ideia de que os servidores públicos são um verdadeiro peso para a sociedade. O avanço teórico alcançado por meio dessa discussão nos possibilitou reconhecer que há uma dependência econômica do serviço público para com o mercado, contudo não é necessário muito esforço para entender que a verdadeira riqueza produzida pela classe proletária não está distribuída entre os servidores públicos, mas que permanece restrita ao desfrute da burguesia, que dela se apropria de modo privado.

## **OS EFEITOS POLÍTICOS ADVINDOS DA POSIÇÃO DE TRABALHADORA-INTERCESSORA INSERIDA NO CREAS**

O efeito da depreciação do serviço público, bem como do próprio trabalhador, atinge as instituições e seus agentes. A partir da nossa intercessão-pesquisa, observamos que a população atendida na Assistência Social sofre uma tendência ideológica por subestimar os serviços públicos e os profissionais que atuam nos estabelecimentos assistenciais. Diversas vezes presenciamos ou tivemos ciência de situações em que os sujeitos-usuários dos serviços socioassistenciais se queixaram da pouca efetividade das ofertas, mas na elaboração dessa reclamação, percebemos que a população tendia a nos identificar com os estabelecimentos, isto é, os trabalhadores da SMAS passam a ser confundidos com as ofertas institucionais do estabelecimento, mistura-se os serviços e os programas com os trabalhadores que estão operando essa oferta. Nesse sentido, se os programas e serviços são insuficientes para o atendimento das problemáticas extremamente complexas sofridas pela população, os trabalhadores também são tidos como ineficientes e, com isso, a fragilidade da estrutura institucional da Assistência Social no município permanece encoberta e pouco discutida, uma vez que os profissionais são tidos como os únicos culpados pelas respostas insuficientes do Estado.

A população atendida pelo CREAS e por outros estabelecimentos assistenciais da SMAS vivencia situações extremamente críticas de violência e de pauperização e reconhecemos que as ações ofertadas pela Política Pública de Assistência Social possuem limites. Não é possível

atender todas as demandas que chegam até os estabelecimentos, mas o direcionamento dessa revolta à figura dos trabalhadores assistenciais contribui para a fragmentação intraclasse, ou seja, alimenta ainda mais a desavença forjada entre os trabalhadores. Pois, apesar de representarmos o Estado e a sua ineficiência na execução das políticas públicas não somos nós quem construímos as leis, visto que enquanto servidores públicos também somos atravessados por elas e pela imposição dos seus limites.

Procuramos entender que quando nos tornamos alvos da fúria de alguns sujeitos-usuários dos estabelecimentos socioassistenciais, isso ocorre pelo fato de representarmos a figura do Estado, o qual se constitui ideologicamente como um elemento abstrato e despersonalizado. Nesse sentido, é compreensível que a população se revolte contra nós, que estamos personificados na sua frente e que muitas vezes portamos às más notícias, como por exemplo, a impossibilidade de ofertar uma renda básica que possa suprir as necessidades vitais de uma família que vivencia a fome. No entanto, dentro do campo institucional cada profissional maneja essa transferência de raiva de uma forma muito específica, sendo que alguns respondem a partir da contratransferência, alimentando um ciclo infundável de revolta e resignação, pois além da violação operada pelo Estado, o usuário pode vir a ser atingido pela hostilidade do profissional que o atende e que não conseguiu fazer essa distinção.

A exposição vivenciada pelos profissionais no campo de trabalho possui efeitos subjetivos e acarreta uma série de desgastes, os quais implicam de forma negativa sobre a nossa saúde mental e, muitas vezes, nos desestimula a continuar atuando e militando no campo público, pois o reconhecimento não vem de nenhum dos lados, nem dos gestores (a chefia imediata), nem da população. Somos postos à prova com as contradições do MPC. As situações práticas vivenciadas no cotidiano de trabalho nos colocam numa encruzilhada, percebemos os limites das ofertas institucionais, mas também não temos força e/ou autonomia para requerer outras possibilidades de trabalho que nos permitam fazer outras ofertas. A pressão é exercida por todos os lados, pela população que demanda soluções permanentes e efetivas para seus impasses e pela estrutura política, composta pelos gestores municipais, que nos determinam limites intransponíveis.

A participação em espaços coletivos de crítica social contribuiu para que nos repositonássemos ético-politicamente, para que nos engajássemos com a luta emancipatória e fundamentalmente, para que manejassemos os sentimentos advindos da implicação institucional. Tais inserções colaboraram para analisarmos os sentimentos oriundos do processo de trabalho e dos seus efeitos. Costa-Rosa (2019, p. 49), assertivamente, considerou que

Do atravessamento do trabalhador-intercessor pelos efeitos da própria análise é importante destacar, ainda, aquilo que a teoria da psicanálise define como “destituição subjetiva”. Esta tem relação direta com as possibilidades de posicionar-se sob transferência: *emprestar o corpo e a subjetividade* (sua própria realidade psíquica) *sem ter que pagar em excesso*, em narcisismo e em gozo (sob as formas comuns da angústia ou do regozijo bondoso); isso vale tanto diretamente no trabalho com os sujeitos que se queixam, quanto no contato com os *efeitos advindos da posição de trabalhador dos coletivos institucionais* (grupos de trabalho diversos) e *da própria instituição* (grifos nosso).

O processo de intercessão-pesquisa, composto pela atuação em campo, pelo percurso de análise pessoal, supervisão e de formação política contribuiu para um melhor dimensionamento do nosso papel enquanto servidora pública na luta de classes. Mas, para termos clareza quanto a nossa posição na estrutura produtiva foi necessário reconhecer alguns pontos fundamentais, dentre eles, que os trabalhadores públicos também “[...] vivem da riqueza produzida pelos operários”, já que seus salários têm “origem no capital produzido pelos proletários”, portanto “compartilham com a burguesia o fato de serem integrantes da porção da sociedade que parasita

o trabalho proletário” (Tonet & Lessa, 2012, p. 43). Essa descoberta trouxe um incômodo inicial, pois como psicóloga, atuante no CREAS, parte do grupo de servidores públicos municipais, também sentíamos o peso da exploração do MPC. Sendo assim, como poderíamos ocupar esse lugar de “parasitas do trabalho proletário”? A partir de algumas reflexões e interlocuções com outros intercessores reconhecemos que existem diferenças significativas na forma como a precarização e a exploração afeta a classe trabalhadora, determinando posições diferentes aos membros de uma mesma classe, tendo em vista que há um fracionamento importante no âmbito da classe trabalhadora.

Quando se souber que todo esse pessoal é *assalariado*, portanto, por um motivo ou outro “explorado”, mas que existem diferenças muito grandes entre os diferentes salários e as diferentes condições de trabalho (os operários submetidos a ritmos extenuantes, enquanto os engenheiros trabalham em condições completamente diferentes), sem falar da diferença fundamental entre as funções de produção pura e a combinação muito variada das funções de exploração, produção e repressão, concordar-se-á com a *extrema complexidade das formas*, inconscientes e conscientes, da *luta de classes* que reina no próprio âmago do processo de produção. (Althusser, 1999, p. 65 – grifos do autor).

A práxis desenvolvida no CREAS, junto aos colegas de campo e com a população usuária da Assistência Social, nos possibilitou perceber que os conflitos intraclasse além de atingir a relação entre os profissionais da SMAS, também atravessa a relação com o público atendido nos diversos estabelecimentos assistenciais. Fomos nos dando conta por meio da experiência em campo, que há uma distinção entre os profissionais e os sujeitos atendidos, essa diferenciação se sustenta por condições materiais e subjetivas, as quais determinam lugares diferentes na estrutura reprodutiva do capital para o servidor público e para o sujeito usuário da política de Assistência Social.

Os trabalhadores dos estabelecimentos assistenciais não se identificam com as demandas da população atendida e isso produz efeitos significativos ao processo de trabalho.

Chauí (2008, pp. 73-74) considerou que a ideologia burguesa faz com que:

[...] os homens creiam que são desiguais por natureza e por talentos, ou que são desiguais por desejo próprio, isto é, os que honestamente trabalham enriquecem, e os preguiçosos empobrecem. Ou então faz com que creia que são desiguais por natureza, mas que a vida social, permitindo a todos o direito de trabalhar, lhes dá iguais chances de melhorar – ocultando, assim, que os que trabalham não são senhores de seu trabalho e que, portanto, suas “chances de melhorar” não dependem deles, mas de quem possui os meios e as condições do trabalho. Ou, ainda, faz com que os homens creiam que são desiguais por natureza e pelas condições sociais, mas que são iguais perante o Estado, escondendo que a lei foi feita pelos dominantes e que o Estado é instrumento dos dominantes.

Ambos os grupos (servidores públicos e usuários das políticas públicas) pertencem à “classe-que-vive-do-trabalho” (Antunes, 2009, p. 101), portanto precisam vender sua mão de obra para garantir sua sobrevivência, porém operam essa “venda” sob condições diferentes. A experiência vivenciada como psicóloga, trabalhadora do CREAS, nos permitiu legitimar a tese de que “se todo proletário é um trabalhador, nem todo trabalhador é um proletariado” (Lessa, 2012, p. 57). Os sujeitos atendidos pelos estabelecimentos da Assistência Social são expostos às situações muito mais brutais, seus corpos são levados ao limite da exaustão, tendo em vista que o lugar que ocupam na estrutura reprodutiva da sociedade, apesar de ser fundamental para a reprodução do MPC, é ideologicamente desvalorizado, enquanto que os trabalhadores que operam a mediação das políticas públicas, junto aos estabelecimentos socioassistenciais e na gestão política, desfrutam de uma pequena e relativa liberdade, considerando que as “funções repressivas”, exercidas pelos “funcionários assalariados”, tais como “os soldados, os policiais, os magistrados, os funcionários públicos, etc.”, possuem maior valor e estima nesse sistema de classes – o capitalismo (Lessa, 2012, p. 53).

A partir do trabalho intercessor desenvolvido no campo da SMAS, observamos que vários dos nossos colegas, trabalhadores dos diversos estabelecimentos assistenciais não legitimam e até negam os direitos sociais garantidos pela legislação (Política Nacional de Assistência Social PNAS, 2004) à classe trabalhadora. Essa posição política reacionária está sintonizada com a ideologia dominante, operada por meio de uma manipulação subjetiva, implantando nesses sujeitos valores morais como a ideia do mérito individual, o qual nega a essência e a estrutura de uma sociedade de classes. A partir de uma análise crítica tornou-se evidente que nossos colegas, profissionais na SMAS desconsideravam as propostas da PNAS, levando em conta o seu lugar na estrutura produtiva do capital, a sua posição e o seu relativo conforto na luta de classes, ou seja, por desfrutar de uma condição socioeconômica relativamente diferenciada e não demandar no plano imediato os direitos garantidos pela PNAS, tendem a negar a situação de carência vivenciada pelo outro, associando à condição socioeconômica a uma questão de escolha pessoal.

Durante o processo de intercessão tivemos que lidar com colegas do nosso convívio diário, trabalhadores do CREAS e de outros estabelecimentos assistenciais, que desconsideravam o efeito, mesmo que paliativo, das ofertas institucionais e com isso reproduziam discursos contraditórios, que trazem na sua essência, a individualização da pobreza, a qual é um fenômeno coletivo e produzido pela dinâmica social capitalista. Eles não conseguiam reconhecer que as migalhas ofertadas pelo Estado são as únicas possibilidades de sobrevivência do proletariado, tendo em vista, que no acirramento da luta de classes, aqueles que vivem do trabalho, sentem no corpo o efeito devastador do pauperismo, estando expostos à fome, à violência, às iniquidades e às mais diversas exclusões sociais.

Benelli (2014a, p. 108) fez uma análise crítica da atuação de alguns trabalhadores no cotidiano institucional da Assistência Social e também localizou a negação do pertencimento de classe nos discursos desses profissionais. O autor associou esse posicionamento reacionário ao efeito da ideologia dominante, que “[...] os ‘desclassa’ no plano imaginário, mas não no financeiro, alinhando-os com o pensamento, os interesses e valores da classe média, à qual não chegam a pertencer”. Essa determinação ideológica é estratégica ao capitalismo, que busca dissolver a ideia de pertencimento de classe e negar as diversas opressões operadas pela classe dominante, pois se o sujeito não reconhecer a sua condição de explorado e se identificar com os ideais de outra classe social, a dita classe média, ele não irá se engajar com o movimento coletivo e organizado da classe trabalhadora. A desidentificação do sujeito com o seu meio é imprescindível para a manutenção e reprodução do capital.

A partir da análise política das formações sociais capitalistas, passamos a perceber que existem elementos estruturais que justificam essa fragmentação vivenciada pela classe trabalhadora, tendo em vista que “a vitória da burguesia é muito facilitada quando ela consegue isolar os operários do conjunto dos trabalhadores” (Tonet & Lessa, 2012, p. 43) ou conforme escrito por Paulo Freire (2019, p. 190): “Na medida em que as minorias, submetendo as majorias a seu domínio, as oprimem, dividi-las e mantê-las divididas são condição indispensável à continuidade de seu poder”, uma vez que a classe dominante não pode “dar ao luxo de consentir na unificação das massas populares”, pois isso “significaria, indiscutivelmente, uma séria ameaça à sua hegemonia”. A falta de solidariedade e de engajamento entre os membros de uma mesma classe os torna dispersos, conseqüentemente, mais vulneráveis às ações de opressão da classe dominante.

Essa pauta é fundamental e decisiva ao nosso processo de intercessão-pesquisa, considerando que o ideário revolucionário pressupõe a organização e a coletividade da classe que vive do trabalho. É urgente o debate público sobre os mecanismos utilizados para a fragilização do

poder popular, isto é, precisamos tomar consciência das razões e das estratégias utilizadas por esse sistema e por suas instituições para alimentar a disputa e a rivalidade entre os trabalhadores nos mais diversos campos, inclusive, no campo institucional da Assistência Social. O processo de consciência crítica nos permitiu identificar o efeito desses conflitos na oferta dos serviços, bem como na dificuldade de organização dos profissionais da SMAS, os quais se viram inúmeras vezes impossibilitados de reivindicar seus direitos por não conseguirem alinhar seus interesses e por não se identificarem como membros de uma mesma classe social.

Entendemos que enquanto não forjarmos meios para unir forças e reconstruir a aliança entre os trabalhadores, especialmente no campo da Assistência Social, considerando a necessidade da articulação dos profissionais com a população atendida, não faremos grandes avanços, se permanecermos na posição de disputa e rivalidade, continuaremos sendo orquestrados pela burguesia/Estado e se não desmascarmos o verdadeiro inimigo, lutaremos contra aqueles que estão ao nosso lado, mesmo que em posições diferentes.

## **O EFEITO DA DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO NA ORGANIZAÇÃO DA LUTA DE CLASSES**

A partir das intercessões realizadas no CREAS e na SMAS identificamos que há uma reprodução da racionalidade capitalista implicada nas práticas ofertadas nos estabelecimentos assistenciais. Está incutido nessa instituição – a Assistência Social – formas muito específicas de agir, pensar, sentir e viver, que são peculiares ao MPC. Nossa intercessão-pesquisa exercida no CREAS de um município de médio porte no interior do estado de São Paulo, somada a análise da bibliografia (Senra & Guzzo, 2012; Faleiros, 2014; Ros, 2014; Silveira et al., 2018, Pauli et al., 2019) nos permitiu identificar que nessa pequena amostra institucional são reproduzidos os mesmos instrumentos ideológicos (a rivalidade, a disputa, o reducionismo, a individualidade e a meritocracia), forjados pelo capital para operar a desarticulação dos membros da classe que vive do trabalho no contexto mais amplo.

Como profissional inserida no CREAS e na lógica de funcionamento de uma prefeitura municipal sofremos uma tendência para operar a favor da reprodução do capital, vigiando, controlando e difundindo uma determinada organização de vida aos sujeitos atendidos nos estabelecimentos socioassistenciais. Isto é, somos “encarregados de impor na vida cotidiana a ordem a submissão dos operários à ordem burguesa” (Lessa, 2012, p. 53). Mas, consideramos que é possível em alguma medida subverter essa posição por meio do processo de consciência da luta de classes e do pertencimento e engajamento com os movimentos da classe trabalhadora. No campo da SMAS, observamos a possibilidade de reivindicar nossos direitos através de ações coletivas, as quais envolvem a articulação entre profissionais e usuários dos serviços socioassistenciais por meio de espaços como reuniões de equipe, assembleias, conselhos municipais e conferências.

A lógica difundida na formação dos trabalhadores que atuam tecnicamente nas instituições sociais (assistentes sociais, advogados, pedagogos e psicólogos) incute a ideia de que somos detentores de um conhecimento pleno e de que estamos aptos a impor um modo de vida para a população. Para além da formação profissional, temos também a determinação sociocultural que reforça essa posição autoritária. Existe a proposição de um imaginário social de que somos especialistas e detentores de um saber-poder e com isso, atuaríamos na resolução imediata

de problemas que são altamente complexos e estruturais. Com o objetivo de ilustrar essa consideração, tomamos como exemplo, o recorte de um atendimento realizado no CREAS.

Dolores entrou em contato com o estabelecimento através de uma ligação telefônica e pediu para falar com a assistente social, a atendente que é uma “trabalhadora não especialista” insistiu que poderia atendê-la e orientá-la, mas Dolores se apresentou irritada, afirmando que quem resolveria o caso dela seria a assistente social. Diante da insistência e da hostilidade de Dolores, a atendente nos transferiu a ligação, tendo em vista que a assistente social não estava naquele momento. Atendemos e esclarecemos que não se tratava de uma assistente social, mas sim de uma psicóloga e nos colocamos a disposição para entender o motivo do contato. Dolores de forma muito sucinta, determinou que tínhamos que ir até seu endereço, pois na frente da sua casa havia um homem em situação de rua e “a assistência social deveria tirar ele de lá e levá-lo para um asilo”.

Apesar de já termos recebido contatos com exigências semelhantes, o pragmatismo, a personificação da Política de Assistência Social sobre nós e a determinação na fala de Dolores nos causou grande impacto. A primeira imposição feita por ela torna evidente um dos aspectos culturais difundidos entre a população, de que apenas o trabalhador “técnico” se encontra qualificado para ofertar o atendimento socioassistencial necessário, uma vez que quem resolveria o seu problema seria – a assistente social. A expectativa de Dolores representa a percepção da população em geral, que considera que o profissional do CREAS irá solucionar de forma imediata as questões de alta complexidade que estão postas na sociedade. O pedido para que a ligação telefônica fosse direcionada à assistente social do estabelecimento revelou outro aspecto difundido no imaginário popular, o qual considera que o trabalho desenvolvido na Política de Assistência Social é realizado exclusivamente pelo profissional formado em Serviço Social. Foram raras as vezes que atendemos sujeitos que tivessem uma demanda direcionada aos demais trabalhadores dos estabelecimentos socioassistenciais como: o psicólogo, o orientador social ou o advogado. Consideramos que esse ponto carece de uma discussão aprofundada, pois é significativo o fato de a população não ter clareza de que existem outros profissionais/saberes que atuam no SUAS, mesmo essa política tendo sido consolidada há mais de vinte anos.

Dolores depositou sobre nós, trabalhadores do CREAS, a responsabilidade em resolver uma questão que é coletiva, mas que foi particularizada. Ela tornou pessoal o fato de ter um sujeito na frente da sua casa, o qual aparentava estar em situação de rua. Dolores, que naquele momento foi usuária da Assistência Social, requisitando a atuação da política pública, entrou em contato com o estabelecimento institucional com uma conduta preestabelecida e desconsiderou outras dimensões daquela “questão-problema”. Dolores objetificou o sujeito que estava na frente da sua casa e determinou que tínhamos de retirá-lo de lá e levá-lo para um asilo, sem ao menos saber à vontade e as condições daquela pessoa. Sua fala sintetizou a forma que a população socializada no MPC adota para resolver as questões sociais, fazendo uso do “esquema político-moral do isolamento individual”, através da lógica da internação (Benelli, 2014b, p. 71). Uma estratégia que tira o “problema” de cena, marginalizando-o e incluindo-o em um estabelecimento de reclusão, fora do campo de visão dos ditos “cidadãos de bem”. Fizemos a tentativa de esclarecer sobre o papel do CREAS junto à população em situação de rua, mas Dolores se mostrou indisponível para escutar nossas orientações e nos repreendeu de forma muito enfática: “Vocês não estudaram para resolver os problemas das pessoas?” e por fim, desligou o telefone abruptamente.

A célebre frase do Freud (1905/2020): “Qual a sua responsabilidade na desordem pela qual você se queixa?”, se articula muito bem a essa ilustração vivenciada na trama social, que é

também subjetiva. Afinal, Dolores expressa uma posição ético-política e o imaginário de uma população que é ideologicamente orientada a transferir para o outro a responsabilidade pelos problemas que possuem uma dimensão singular, política, coletiva, complexa e estrutural.

## **AS ESTRATÉGIAS DA SMAS PARA A DESARTICULAÇÃO DOS PROFISSIONAIS**

Matos (1994, p. 30) discorreu sobre a alienação da autonomia dos profissionais no serviço público e expôs que:

Raros são os peritos que têm autonomia e competência de ofício para se pronunciar, enquanto profissionais, sem a tutela dos dirigentes. Os riscos de emitir opiniões pessoais, contrariando o pensamento dos dirigentes, são vividos como ameaças significativas sobre os cargos e sobre a carreira. Observa-se, por exemplo, como sintoma desse sentimento de ameaça, o emperramento dos sistemas de comunicações nas organizações públicas, onde nem os gerentes se arriscam a repassar informações pelos circuitos oficiais, preferindo os circuitos informais da “rádio corredor”.

A alienação é uma categoria desenvolvida por Marx que nos possibilita ter uma melhor compreensão de como o poder do capital opera no campo institucional. A alienação é um processo de alteração da consciência e serve muito bem para a manutenção da opressão capitalista, pois determina que o sujeito se sinta isolado do seu coletivo e que não reconheça a potencialidade da sua organização política. Existe no processo de alienação uma violência simbólica, uma força que fragmenta a solidariedade de classe, reduzindo o nível de autonomia e de consciência dos trabalhadores.

A alienação no serviço público é constituída pela expropriação do saber-fazer, pois conforme observado por Matos (1994, p. 31) os gestores de uma prefeitura expropriam o trabalho desenvolvido pelos servidores públicos, em outras palavras, os chefes “assumem os louros do trabalho de suas equipes, deixando no anonimato aqueles que realmente produziram”. Um exemplo material dessa consideração são as campanhas políticas que se sustentam naquilo que foi elaborado e construído pelos servidores dos estabelecimentos públicos. Os profissionais políticos (prefeitos, vereadores e secretários) amparam seus discursos no trabalho desenvolvido pelos servidores, porém não fazem referência a esses profissionais, executores das ações de mudança, essa expropriação reforça a invisibilidade da classe trabalhadora no campo público. Nesse caso, o trabalho coletivo é mais uma vez apropriado por um pequeno grupo que desfruta dele, inclusive no campo ideológico por meio do marketing eleitoral.

Dentre os meios utilizados para desarticular os trabalhadores e fragmentar a relação entre os profissionais da SMAS, podemos tomar como exemplo, um impasse criado pela Secretária da Assistência Social municipal que identificou a potência das reuniões de equipe, as quais podem dar oportunidade para que os trabalhadores se organizem na reivindicação de melhores condições de trabalho e na articulação dos casos atendidos.

Houve uma situação marcante, na qual a Secretária precisou lidar com o enfretamento dos profissionais que se opuseram a fazer a entrega de cestas básicas fora das determinações legais. Os trabalhadores se reuniram através desses espaços de discussão de equipe e se posicionaram de forma coletiva e contrária a ordem da gestora, embasados numa argumentação técnica. Como forma de retaliação ao movimento dos profissionais, foi criado um impedimento para a realização das reuniões de equipe. A gestora da SMAS enviou um documento a todos os estabelecimentos socioassistenciais municipais determinando que não era mais autorizada a suspensão do atendimento ao público durante o horário da reunião, ou seja, apesar de não

ordenar diretamente o fim das reuniões de equipe, essa nova diretriz colocou um impasse lógico e ético para os trabalhadores, pois como viabilizaríamos o atendimento ao público e ao mesmo tempo discutiríamos o processo de trabalho e os casos atendidos? Essa decisão por parte da gestora da SMAS foi certa ao pretender sabotar o espaço de reunião de equipe, que em alguma medida se constitui como um espaço potencialmente forte de produção de trabalho criativo e cooperado. A decisão da gestão reafirmou seu interesse por uma lógica de trabalho individualizada, isolada e sem planejamento coletivo.

A perspectiva ideológica que pressupõe um modelo de trabalho fragmentado, integra a formação profissional dos trabalhadores do campo socioassistencial e faz com que a grande maioria desses profissionais não tenha uma disposição espontânea para compor os espaços coletivos de reflexão e discussão. É comum observarmos certa resistência por parte dos técnicos em compreender os espaços de reunião de equipe como um momento para a troca de saberes e de articulação para o desenvolvimento do processo de trabalho e para o encaminhamento dos casos. A concepção de alguns trabalhadores sobre a reunião de equipe carrega a ideia de que esse é um espaço burocrático, hierarquizado, antidemocrático e esvaziado de sentido. Certamente, isso deriva das suas experiências concretas e frustrantes com os espaços de reunião, além de terem sido ensinados a uma produção individual e desarticulada do coletivo.

As estratégias para enfraquecer os trabalhadores e deslegitimar a potência do trabalho transdisciplinar determina uma inércia e se apresenta condizente com a lógica dominante. No entanto, consideramos que é necessário persistirmos na organização dos profissionais enquanto uma estratégia de resistência política. As contradições que se apresentam cotidianamente no campo da SMAS são essenciais para que possamos operar nos elos frágeis do MPC e fazer emergir uma nova produção de sentidos. Em vez de cairmos na impotência, na resignação e no fatalismo, precisamos juntar forças para fazer insurgir uma posição radicalmente nova e necessária de luta e de enfrentamentos políticos. De acordo com Mattos (2019, p. 56) “[...] há um potencial revolucionário nas contradições inerentes ao capitalismo, ainda que tal potencial dependa da subjetividade (consciência de classe e ação como sujeito histórico/social revolucionário) da classe trabalhadora”.

Nossas considerações podem expressar certo idealismo, contudo o trabalho de intercessão nos permitiu vivenciar transformações reais, experimentamos na prática tensionamentos indispensáveis para a articulação dos trabalhadores, sejam eles atuantes no CREAS, ou, no campo maior da SMAS e da prefeitura. O percurso intercessor nos fez ter consciência de que se nos organizarmos enquanto classe e nos mantivermos sintonizados com o mesmo ideal revolucionário deixaremos de ser uma “classe em si” e passaremos a ser uma “classe para si” e, com isso, teremos condições de agenciar o nosso próprio processo emancipatório.

A experiência cotidiana no CREAS, somada aos estudos sobre a ideologia nos mostrou que os servidores públicos sofrem uma tendência ideológica para não reconhecer e legitimar aquilo que nos une com o público atendido: a condição comum de exploração, imposta pelo MPC. Em razão da falsa ideia de que pertencemos à outra classe social – de que os técnicos são parte da dita “camada média” e/ou “aristocracia operária” –, tendemos a fragilizar e enfraquecer o movimento conjunto pela luta revolucionária. Antunes (2009, p. 102) destaca que “a classe-que-vive-do-trabalho engloba também os trabalhadores improdutivos, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para uso público ou para o capitalista, e que não se constituem como elemento diretamente produtivo”.

O processo de compreensão das razões das disputas entre os próprios trabalhadores nos fez perceber que há um pano de fundo que se estrutura a partir dessa dispersão dos profissionais

e que favorece o desenvolvimento e a reprodução do capital. Competimos uns com os outros, inclusive entre os campos de saberes e nos apartamos da questão central, produtora das mazelas sociais, – a luta de classes (a luta em que a classe trabalhadora é explorada e oprimida pelos interesses da burguesia/Estado) – com isso, nos desviamos da ideia de que pertencemos a um mesmo campo de luta política e dessa forma, sofremos com a imposição de um senso de rivalidade, totalmente prejudicial para gestão do trabalho, servindo apenas para intensificar a degradação dos laços de solidariedade entre os trabalhadores.

Através do processo de tomada de uma consciência crítica, identificamos a possibilidade de enfraquecer essa lógica perversa imposta pelo capital, renunciando ao jogo competitivo que impera nos estabelecimentos institucionais. Buscamos operar uma revolução discursiva, isto é, driblar o lugar de saber-poder por meio da recusa em exercê-lo e assim, recuperar a ideia de pertencimento com a classe trabalhadora. Sustentar essa posição que questiona o instituído não é fácil, nem sempre conseguimos mantê-la, mas o processo de formação da consciência política nos permite identificar a hipocrisia e irracionalidade do sistema social do qual fazemos parte.

## **O DISPOSITIVO-INTERCESSOR COMO REFERENCIAL ÉTICO-POLÍTICO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO/ORGANIZAÇÃO POPULAR**

O Aparelho Ideológico Escolar, segundo Althusser (1999) é o aparelho dominante na sociedade capitalista, isso porque somos submetidos a ele desde a mais tenra idade, fator que potencializa seu poder. A escola atua no nosso desenvolvimento psíquico, opera na constituição da nossa primeira consciência e através dela somos determinados a cumprir um papel específico na sociedade. O Aparelho Ideológico Escolar tem uma função muito particular na reprodução das relações de exploração, que é garantir a formação-educação da população e assujeitá-la à dinâmica social capitalista, viabilizando mais mão de obra produtiva.

O processo de formação-educação tem início na infância, mas segue por toda a vida. A universidade é um estabelecimento institucional de educação e como tal, opera ideologicamente. As propostas de educação em serviço dispostas na Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (2013), na sua maioria, também carregam o viés escolar de uma “educação bancária”, ou seja, estão organizadas de acordo com os interesses da classe dominante, utilizando as mesmas estratégias, sendo a principal delas – “a prescrição” – considerada por Freire (2019, p. 46) como um mecanismo de alienação, pois transforma “[...] a consciência recebedora no que vimos chamando de consciência “hospedeira” da consciência opressora. Por isto, o comportamento dos oprimidos é um comportamento prescrito. Faz-se à base de pautas estranhas a eles – as pautas dos opressores”.

A escola, enquanto aparelho ideológico busca castrar nossa capacidade criativa, nosso poder de transformação, tenta silenciar as contradições da relação opressor-oprimido e evitar a politização dos sujeitos, mas foi também por meio da educação no nível universitário que conseguimos iniciar o processo de intercessão no campo institucional da Assistência Social e, conseqüentemente, tivemos a possibilidade de nos reposicionarmos ética e politicamente, portanto reconhecemos que há potência nas contradições. Apostamos no processo de formação-educação como uma perspectiva orientadora para os processos de organização da classe trabalhadora, reconhecendo também os seus limites. A partir da nossa experiência particular, consideramos o processo de formação-educação como algo imprescindível para elaboração coletiva de novas estratégias e caminhos para a emancipação da classe oprimida, que vive do trabalho.

O Dispositivo Intercessor (DI) se tornou uma referência de trabalho e horizonte ético, o qual foi acessado a partir do nosso retorno à universidade. O movimento de voltar para a universidade, através da pós-graduação, considerava que seria na universidade que encontraríamos as respostas necessárias para as questões emergentes do nosso campo de trabalho, mas ao conhecermos a proposta ética do DI fizemos uma subversão desse ideal e entendemos que o saber desejado estava contido no nosso próprio campo de atuação, no nosso fazer e no desenvolvimento da nossa experiência.

Destacamos que o trabalhador-intercessor não precisa necessariamente estar vinculado a uma instituição-escolar como um pesquisador, quer dizer, não é um requisito para ocupar a posição intercessora que a práxis do trabalhador-intercessor seja sintetizada numa dissertação ou tese. Existem muitos trabalhadores-intercessores inadvertidos que se organizam por meio de outros espaços, como por exemplo, os grupos de trabalho desenvolvidos por iniciativas autônomas e informais, nos quais buscam aprimorar coletivamente o saber intrínseco e necessário para operar no campo de trabalho. Esses grupos têm se apresentado com grande potencial para a formação-educação de novos trabalhadores-intercessores. Mas, então, o que caracteriza particularmente o trabalhador-intercessor com relação aos demais trabalhadores?

Um dos determinantes da posição intercessora é a disponibilidade e o interesse do trabalhador em analisar a sua própria experiência em campo, mediada por referenciais teóricos críticos. De acordo com Mexko, Souza e Benelli (2019, p. 265): “O trabalhador-intercessor não é um intelectual (nos moldes cartesianos) que vai a campo para ensinar aos trabalhadores como estes devem operar. Ele é, essencialmente, um trabalhador que já está inserido no estabelecimento institucional”. Isto é, um trabalhador que se implica com as suas próprias questões e que tomado por uma forte incidência ideológica analisa o seu saber-fazer amparado em referenciais críticos que colaboram para uma reflexão sobre a especificidade do seu campo de atuação no contexto maior da materialidade, com isso, relaciona aspectos da história, política e cultura aos efeitos do seu trabalho. Não há um enquadramento limitante, mas o DI tem como referências teóricas fundamentais: o Materialismo Histórico Dialético (MHD), a Psicanálise do campo de Freud e Lacan, a Análise Institucional e aspectos da Filosofia da Diferença.

Nossa intercessão-pesquisa realizada no campo da Assistência Social, com a especificidade de um tempo histórico, posterior ao golpe de Estado de 2016, num governo de extrema direita, durante uma intensa crise política, sanitária e econômica, fez com que desprendêssemos maior tempo e esforços visando a nossa apropriação do MHD, todavia contamos com a contribuição dos outros referenciais.

O objetivo central do DI é driblar de modo dialético os efeitos da divisão social do trabalho e consideramos que o nosso processo de intercessão-pesquisa contribuiu para subvertermos, em alguma medida, a fragilização e a fragmentação que opera no cerne da classe trabalhadora.

Os trabalhadores-intercessores, estão em sua grande maioria, localizados numa fração da classe trabalhadora que possui uma qualificação básica, normalmente uma graduação, e ocupam a função de trabalhadores assalariados nos serviços públicos. Porém, através da sua práxis, podem se reposicionar politicamente, subvertendo a posição determinada pelo Estado, que tende a concebê-los como reprodutores acríticos da racionalidade capitalista. Esse reposicionamento ético e político coloca em xeque nossa formação educacional básica, pois como a maior parte dos sujeitos socializados no MPC, nós, trabalhadores-intercessores também somos frutos de uma educação bancária (Freire, 2019), que nos determinou um lugar específico na reprodução ideológica.

Quando iniciamos a pós-graduação em Psicologia não conhecíamos a perspectiva do DI e concebíamos a ideia ingênua de que a Política de Educação Permanente no Sistema Único de

Assistência Social (PNEP-SUAS) seria suficiente para promover transformações radicais em nosso campo de trabalho. Nosso projeto de pesquisa inicial tinha como objetivo usar o campo institucional da Assistência Social para desenvolver uma pesquisa-ação, que pretendia formar grupos de formação permanente. Essa proposta inicial, apesar de considerar uma posição crítica, ainda se concentrava numa premissa da “consciência racional e uma valorização do poder da informação e do conhecimento – como instrumentos de superação da alienação” (Benelli, 2019, p. 95). Acreditávamos que a criação de um grupo de educação permanente junto aos trabalhadores da SMAS seria suficiente para gerar mudanças no *modus operandi* da instituição da Assistência Social. Ainda, que o desenvolvimento de nossa intercessão-pesquisa tenha nos levado a superar essa proposta, consideramos necessária a efetivação da Política de Educação Permanente no SUAS. Porém, reconhecemos que o processo de formação precisa estar na vanguarda da institucionalidade e orientar-se para além do capital, pois somente assim teremos a oportunidade de alcançar efeitos estruturais, levando em conta que a PNEP-SUAS (2013) é uma proposta do Estado, inclui os interesses da classe dominante.

O trabalho de educação-formação que defendemos como imprescindível no campo das políticas públicas, e no da Assistência Social em particular, nos permite associar a função do intelectual na vida social com a posição ética do trabalhador-intercessor, tomando como ponto de partida a relação desse intelectual/trabalhador-intercessor com o campo de produção da vida social. No imaginário social mais comum e também no horizonte universitário hegemônico, um trabalhador normalmente é um técnico e um intelectual seria considerado um tipo de especialista diferente do trabalhador técnico. Gramsci (2002, p. 93) apresentou interessantes formulações sobre o tema:

Por intelectuais, deve-se entender não só aquelas camadas comumente compreendidas nesta dominação, mas, em geral, todo o estrato social que exerce funções organizativas em sentido lato, seja no campo da produção, seja no da cultura e no político-administrativo. [...] Para analisar a função político-social dos intelectuais, é preciso investigar e examinar sua atitude psicológica em relação às classes fundamentais que eles põem em contato nos diversos campos: têm uma atitude “paternalista” para com as classes instrumentais ou se consideram uma expressão orgânica destas classes? Têm uma atitude “servil” para com as classes dirigentes ou se consideram, eles próprios, dirigentes, parte integrante das classes dirigentes?

O fato de nos vermos como sujeitos pertencentes à classe trabalhadora é fundamental para que possamos por meio da nossa atuação na área da Assistência Social operar conjuntamente com os usuários das políticas públicas a estruturação de um projeto político emancipatório. Não se trata de fazer *por* eles, mas sim *com* eles, reconhecendo as particularidades e especificidades de cada segmento social. É necessária uma catalisação de forças entre os membros da mesma classe e para isso se faz indispensável que os intelectuais se posicionem como agentes dispostos a formar “uma nova consciência, de uma nova forma de pensar e agir na vida social por parte das classes subalternas” (Duriguetto, 2014, p. 273).

O projeto revolucionário pressupõe uma mudança de posição ético-política e exige a participação ativa da população, sendo esse o princípio básico da luta de classes. Como trabalhadora-intercessora o que poderíamos fazer para colaborar com esse reposicionamento político, tendo em vista que a ideologia dominante determina uma condição de submissão e de subordinação intelectual? Consideramos que existe uma força hegemônica que aparta a teoria da prática e condiciona os sujeitos a uma determinada condição de existência, mas também apostamos no potencial da consciência da luta de classes, no engajamento coletivo e na mobilização popular.

Inicialmente, partimos do pressuposto de que a oferta cria a demanda, portanto precisamos reconhecer que, como trabalhadores de um estabelecimento público também somos

articuladores da Política de Assistência Social e precisamos superar essa postura de distinção com a população atendida. Precisamos sair do lugar hierárquico de saber-poder, subverter o pedido por respostas imediatas, considerando as particularidades de cada situação e atuar para que haja a implicação do sujeito no processo da transformação social. A relação estabelecida entre os trabalhadores (mediadores e usuários da política pública) precisa assumir o *status* de interlocução, superando a sobreposição graduada e estratificada, para que assim, o encontro com os sujeitos que demandam atenção assistencial possa ser singularizado e cooperado. O reposicionamento ético-político crítico precisa ser iniciado por um dos lados para que possa desestabilizar a lógica social imposta pelo capital.

A organicidade da interação entre os membros da classe trabalhadora é imprescindível para o processo de formação-educação popular. A identificação e a conexão afetiva favorecem um levante coletivo e autêntico reunindo os intelectuais e a massa, pois se parte do princípio que a opressão incide sobre todos os membros da classe trabalhadora, mesmo que em níveis diferentes, o que a torna ainda mais perversa, pois sob essa diferenciação opera a fragilização dos laços intraclasse. Reconhecer as diferenças dessa opressão não deve servir para alimentar a rivalidade, mas para elucidar o quanto o MPC é perspicaz. Esse sistema atua através da micropolítica, por meio dos discursos identitários, que quando deslocados da luta de classes podem desagregar a verdadeira causa revolucionária, bem como distanciar o verdadeiro ideário emancipatório – a consciência da luta de classes como parte intrínseca da realidade social. Além de determinar a divisão social entre os subalternos (proletários e subproletários), o capitalismo também opera separações hierárquicas dentro do mesmo grupo subalternizado, distinguido mulheres, negros, pessoas LGBTQIAP+, entre outros. É imprescindível que saibamos que nem “as condições objetivas de exploração são idênticas para a totalidade da classe nem as identificações coletivas de sua consciência trabalham sempre de maneira convergente” (Mattos, 2019, p. 57).

Os desafios impostos pela divisão social do trabalho revelam que o projeto revolucionário contará com momentos de avanços e recuos, de expansão e de limites. Operar com essa perspectiva de formação-educação de base revolucionária, a partir do nosso campo de trabalho, a Assistência Social, pressupõe que reconheçamos que as instituições forjadas no MPC estão aliadas aos interesses da classe dominante, portanto possui limites evidentes. Mas, partimos do pressuposto de que a instituição é um “intermediário necessário [...], neste momento histórico” (Costa-Rosa, 2013, p. 83).

Nesta perspectiva, também recuperamos a mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas, na qual Marx e Engels (1850, p. 5) afirmaram que “mesmo onde não existe esperança de sucesso, devem os operários apresentar os seus próprios candidatos para manterem a sua democracia, para manterem a sua autonomia, contarem as suas forças, trazerem a público a sua posição revolucionária [...]”. Dessa forma, reafirmamos que a ideia de um projeto que contribua para a formação e organização da classe trabalhadora pode ser iniciada nas instituições que compõem o campo das políticas públicas: Educação, Saúde, Assistência Social, etc., mas não se encerra nelas.

O processo educativo e de transformação social, que defendemos permeia a cooperação entre intelectuais-massa, instituição-território, servidores públicos-população e pressupõe uma participação popular ativa, que não se reduza apenas aos seus representantes e líderes. A partir dessa perspectiva, interrogamos: quais são as brechas institucionais possíveis nos estabelecimentos assistenciais que permitam a expressão dos interesses das camadas populares? O CRAS e/ou o CREAS teriam condições objetivas de ofertar atividades que colaborem para a emancipação dos sujeitos?

## ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A FORMAÇÃO CRÍTICA DOS TRABALHADORES/MEDIADORES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Através da experiência como psicóloga e trabalhadora de um CREAS, consideramos a possibilidade de desenvolvermos uma prática de caráter emancipatório por meio dos estabelecimentos institucionais da Política Pública de Assistência Social, apesar dos seus limites. As ofertas realizadas nos estabelecimentos socioassistenciais podem servir para instrumentalizar e mediar a organização política da classe trabalhadora, todavia ressaltamos que a Assistência Social, constituída como uma política pública que institui direitos sociais para aqueles que dela vierem necessitar não é em si revolucionária, pois como instituição estatal possui contornos evidentes quanto à impossibilidade de agir a favor da superação da ordem social vigente que é capitalista. Nossa aposta consiste em trabalhar com as situações-limites que compõe esse contexto institucional, as quais fazem emergir a luta de classes e revelam a contradição fundamental do MPC, a relação: capital-trabalho. Pois, conforme considerou Freire (2019, p. 126):

Esta é a razão pela qual não são as 'situações-limite', em si mesmas, geradoras de um clima de desesperança, mas a percepção que os homens tenham delas um dado momento histórico, como um freio a eles, como algo que eles não podem ultrapassar. No momento em que a percepção de esperança e confiança que leva os homens a se empenharem na superação das 'situações-limite'.

Reconhecemos que a PNAS institui direitos sociais fundamentais e traz melhorias imediatas para a vida dos proletários, porém como estratégia constitucional perpassada pelo Estado renuncia a necessidade de superar o capitalismo. Isso configura uma contradição estrutural nessa política pública, pois como seria possível garantir seguridade social num sistema baseado na exploração? Nosso ideário tem como horizonte a transformação radical das estruturas sociais capitalistas. Afinal, de acordo com Marx (2006, p. 28): “[...] sem uma reforma total da ordem social de nosso tempo, todas as tentativas de mudança seriam inúteis”.

Não localizamos na estruturação política e discursiva oficial da PNAS (2004) o interesse revolucionário. É sabido que os direitos garantidos pela política de Assistência Social são, na verdade, resultado da renúncia dos trabalhadores ao movimento revolucionário e como efeito dessa abdicação, a classe trabalhadora obteve a garantia de algumas condições mínimas para a sua sobrevivência (Lessa, 2013). Porém, essas concessões são instáveis e sua estrutura fica associada aos interesses do governo, sua cobertura e efetividade oscilam de acordo com a posição política dos governantes, sendo que os anos de 2018-2022 foram marcados por um total retrocesso e por um intenso desmonte dos serviços públicos, inclusive, os serviços e programas instituídos pela PNAS.

Contudo, visualizamos no campo socioassistencial uma grande potência para a organização da classe trabalhadora, bem como uma chance, mesmo que restrita e residual, de subverter uma parte da ideologia dominante, que engendra uma posição política alienada. Nossa atuação como trabalhadora-intercessora nos permitiu observar a reprodução de uma racionalidade capitalista através das ofertas institucionais da Assistência Social e a oportunidade de uma mediação com perspectiva revolucionária.

Consideramos que é possível relativizar e/ou insurgir outro modo de atuação, sintonizado com a perspectiva do trabalho cooperado e com uma singularização das ofertas institucionais. Se a Assistência Social, enquanto instituição do Estado foi forjada para funcionar como um aparelho ideológico sintonizado com o ideal dominante, a partir das nossas intercessões na SMAS, identificamos a possibilidade de disputar esse aparelho, ocupando as brechas disponíveis nos estabelecimentos assistenciais e buscando trabalhar a favor do empoderamento

e do protagonismo da classe trabalhadora. Para instruir nosso horizonte lógico e fundamentar nossa práxis no trabalho assistencial buscamos apoio em outros intercessores que também vislumbram o potencial revolucionário no campo da Assistência Social, dentre eles, destacamos a contribuição de Benelli (2014a, p. 158) que considerou “a Educação Popular como alternativa aos paradigmas da Assistência Social, visando à transformação social e à invenção da vida”.

A instituição é sempre um palco de luta política, desse modo é concebível que haja disputas e a possibilidade de reinvenção das ofertas institucionais. O reconhecimento das possibilidades instituintes e dos limites do instituído são imprescindíveis, tendo em vista que estamos num terreno de alto risco, um espaço constituído pelo Estado e, conseqüentemente, por seus termos de uso. Saber até onde será possível avançar por meio da instituição e dos seus dispositivos é primordial, assim como ter clareza de que não se trata de uma ação isolada, o movimento da luta institucionalizada deve estar articulado a outros movimentos de base, como são os movimentos populares autônomos.

Apesar das dificuldades para executar uma ação de outra ordem – intencionalmente subversiva e subversora – nos estabelecimentos socioassistenciais, consideramos que:

Reproduzir o discurso generalizado de impossibilidade de transformação societária significa contribuir para a produção de uma cultura de passividades e conformismos, diretamente incidente no cotidiano da classe trabalhadora, resultando em um evidente reforço da alienação, em detrimento de projetos de natureza coletiva (Guimarães & Guerra, 2013, p. 64).

A população atendida nos estabelecimentos dessa política reconhece sua condição de oprimido e entende, em alguma medida, a causa da luta emancipatória, bem como a considera justa e necessária, mas sob o efeito da estrutura e superestrutura do capital, o proletariado não tem dimensão histórica de como ocorre a expropriação do seu saber, da sua força de trabalho e do seu potencial criativo, pois a ideologia opera um falseamento da história. Dessa maneira, os sujeitos são levados a acreditar que essa condição de vida pautada na exploração e opressão é imposta por uma força natural e não histórica, consideram que são pobres devido ao destino, por vontade divina ou até mesmo por uma condição de injustiça, mas sempre compreendida como algo natural e a-histórica. Martin Baró denominou esse fenômeno de fatalismo (Ansara & Dantas, 2010). Chauí (2008, p. 72) expôs que “a relação dos indivíduos com a classe lhes aparece imediatamente como uma relação com algo já dado e que os determina a ser, agir e pensar de uma forma fixa e determinada”.

Nossa atuação não pressupõe que a desalienação do sujeito seria promovida por meio de um discurso teorizado, pois a classe trabalhadora possui um conhecimento vivido da perversidade e da irracionalidade do capitalismo – “os pobres têm consciência do massacre que sofrem” (Dowbor, 2020, p. 102), porém o fantasma do ideal meritocrático resiste em assombrar e dispersar a raiva e a revolta da população. Os proletários sentem na própria pele o efeito da desigualdade social, contudo na sua constituição enquanto ser social sofre os efeitos dos aparelhos ideológicos e se posicionam a favor dos interesses daqueles que os exploram, eis o maior paradoxo desse sistema. Os aparelhos ideológicos, empregados pelo capital criam justificativas para as contradições do capitalismo, formando nos oprimidos um pensamento condizente com o do opressor, mantendo a reprodução desse modo de organização de vida, pautado no Estado, na família e na propriedade privada.

A pobreza e/ou a violência são fenômenos com os quais lidamos diretamente na prática desenvolvida nos estabelecimentos institucionais da Assistência Social e demandam aprofundamento histórico crítico, por isso, afirmamos a contribuição da teoria marxista para a leitura estrutural dos elementos com os quais atuamos no cotidiano de trabalho.

As formulações teóricas desenvolvidas por intercessores implicados com a luta de classes colaboraram para elaborarmos uma prática de caráter emancipatório no campo da Assistência Social. Reiteramos a contribuição especial de Mauro Iasi, que formulou um ensaio teórico de grande importância para compreendermos como se constitui a formação da consciência política nos sujeitos - “Processos de Consciência” (1999). Nessa obra, o autor retomou Marx (2008, p. 47): “Não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas, pelo contrário, seu ser social é que determina sua consciência” e considerou que há uma dinâmica inconsciente implicada na elaboração da nossa visão de mundo, o que torna ainda mais difícil a emancipação dos sujeitos, pois não se trata apenas de uma consciência verdadeira ou falsa, ou seja, não basta acessar a ciência da história para nos engajarmos no processo revolucionário, mesmo que isso seja imprescindível, já que existem também aspectos recalcados e dialéticos que estão implicados na conscientização primária do sujeito.

Iasi (1999) também considerou que as vivências secundárias podem contribuir para a transformação da consciência primária, constituída pela parte que absorvemos no processo de subjetivação original ou conforme Costa-Rosa (2012, p. 21) descreveu, a experiência psíquica cotidiana possibilita um processo de “subjetivação secundária” que acontece através das novas relações, implicações e experiências estabelecidas no decorrer da nossa trajetória de vida, já que nossa constituição psíquica permanece em sucessiva formação. O processo de subjetivação secundária pode contribuir para que o sujeito reconheça a necessidade da revolução social e estabeleça uma atitude de atenção contínua às injunções, aos desafios e impasses da realidade.

Os sujeitos que são atendidos pelas políticas públicas, bem como toda a classe trabalhadora possui uma consciência original, que é servil aos interesses dominantes, pois foi constituída pelos aparelhos ideológicos do capital e isso se torna evidente através da compreensão da dinâmica familiar, espaço no qual as crianças ocupam uma posição de submissão com relação aos adultos. Essa posição vai sendo reproduzida nas outras relações sociais estabelecidas, na própria extensão de família, que tende a condicionar a mulher e os filhos ao lugar de oprimido; na igreja em que o sujeito ocupa o lugar de fiel, portanto aquele que não pode conhecer outras referências de vida; na escola, o sujeito assume o lugar de aluno, ou seja, aquele que não possui luz; por fim, o mercado de trabalho determina ao sujeito o lugar de obediência, docilidade e utilidade. Todas essas posições se sustentam na condição de subalternização original, reafirmando o lugar de alguém que depende e que se constitui no plano da carência. A reprodução desse modo de vida ocorre por meio da transmissão ideológica, que carrega uma série de concepções naturalizadas, dentre elas, a hierarquização do poder, que por sua vez concebe o racismo e o machismo como fenômenos naturais da humanidade.

Tudo isso vai sendo repassado de geração em geração, a partir do entendimento de que é assim que o mundo opera e de que não é possível nenhuma mudança, constituindo um ciclo de tradições conservadoras. Segundo Marx (2008, p. 47):

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência.

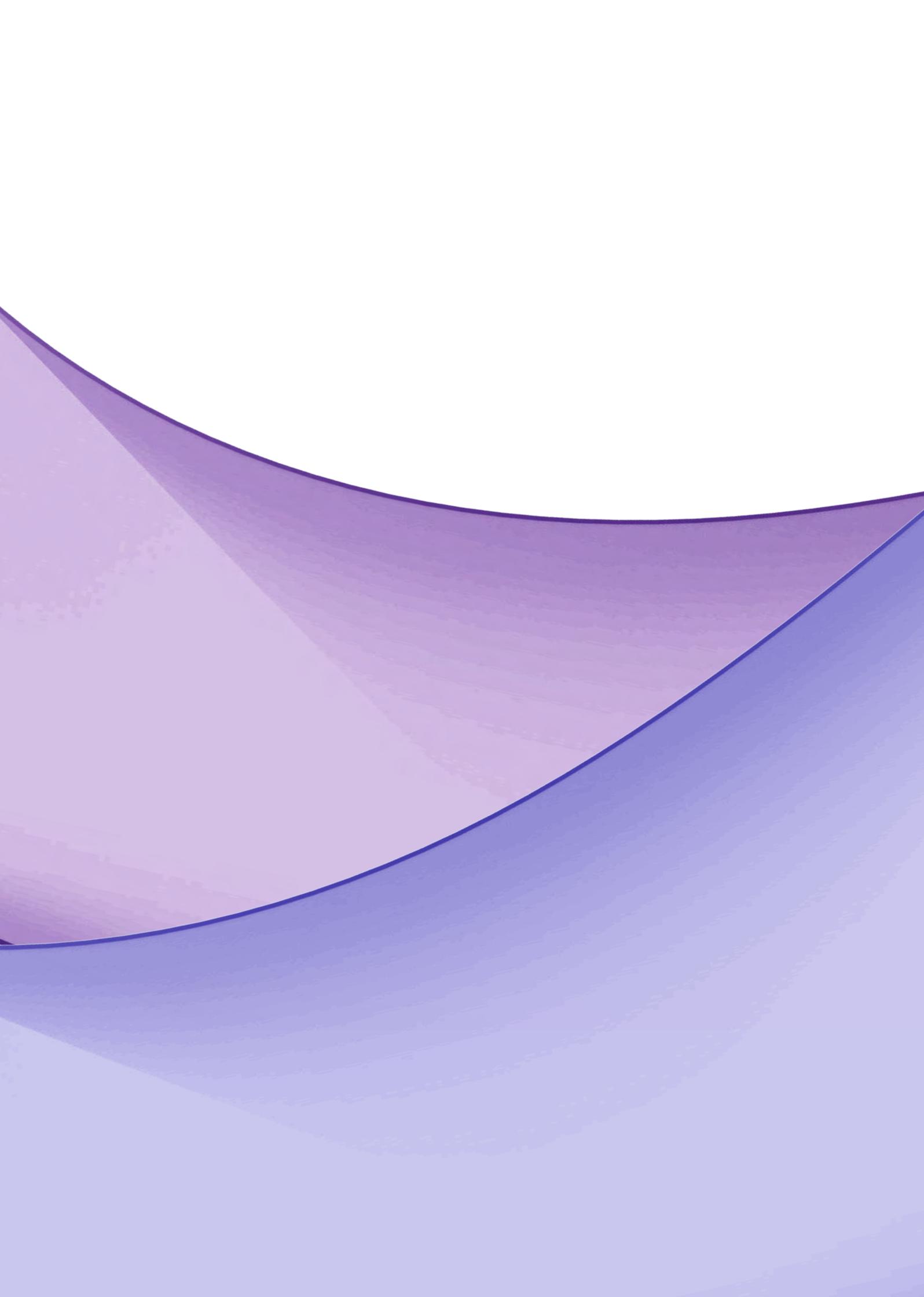
Apostamos na superação do modo de produção social capitalista, o que inclui um processo complexo de transição, no qual construímos uma nova consciência política, que transita do individual para a coletividade. Mas, para a transformação acontecer precisamos acreditar que ela é possível, carecemos de materialidade, de histórias reais que demonstrem que o caminho

já foi iniciado e de que não estamos sozinhos nessa luta. Afinal, “ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (Freire, 2019, p. 71).

## REFERÊNCIAS

- Althusser, L. (1974). *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Editorial Presença.
- Althusser, L. (1999). *Sobre a reprodução*. Vozes.
- Ansara, S., & Dantas, B. S. A. (2010). Intervenções psicossociais na comunidade: desafios e práticas. *Psicologia e Sociedade*, 22(1), 95-103. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000100012>.
- Antunes, R. L. C. (2009). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. Boitempo.
- Benelli, S. J. (2014a). *Entidades assistenciais socioeducativas: a trama institucional*. Vozes.
- Benelli, S. J. (2014b). *A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des)educativas*. Editora Unesp Digital.
- Benelli, S. J. (2019). Problematizando a instituição pesquisa na universidade e nas práticas psicológicas. *Revista de psicologia da Unesp*, 18(spe), 88-120. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-90442019000200006&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-90442019000200006&lng=pt&tlng=pt).
- Bihl, A. (1998). *Da grande noite à alternativa*. Boitempo.
- Chauí, M. (2008). *O que é ideologia?* (Coleção Primeiros Passos, volume 13). Brasiliense.
- Costa-Rosa, A. (2012). Contribuição a uma clínica crítica dos processos de subjetivação na saúde coletiva. In: G. H. Dionísio, & S. J. Benelli (Orgs.), *Políticas públicas e clínica crítica*. (pp. 15-31). Cultura Acadêmica.
- Costa-Rosa, A. (2013). *Atenção Psicossocial além da Reforma Psiquiátrica: contribuições a uma clínica crítica dos processos de subjetivação na Saúde Coletiva*. UNESP.
- Costa-Rosa, A. (2019). Por que a Atenção Psicossocial exige uma clínica fundada na psicanálise do campo Freud-Lacan? *Revista de Psicologia da UNESP*, 18(n. esp.), 37-54. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-90442019000200004&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-90442019000200004&lng=pt&tlng=pt).
- Dowbor, L. (2020). *O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais*. Edições Sesc São Paulo.
- Duriguetto, M. L. (2014). A questão dos intelectuais em Gramsci. *Serviço Social & Sociedade*, (118), 265-293. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282014000200004>
- Faleiros, V. de P. (2014). O Serviço Social no cotidiano: fios e desafios. *Serviço Social & Sociedade*, (120), 706-722. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.006>
- Freud, S. (2020). *Fragmento de uma análise de histeria [O caso Dora]*. L&PM Editores. (Trabalho original publicado em 1905).
- Freire, P. (2019). *Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.
- Gramsci, A. (2002). *Cadernos do cárcere*. (Volume 5), Civilização Brasileira.
- Guimarães, M. C. R., & Guerra, E. C. (2013). Movimentos sociais e transformação societária: concepções teóricas presentes na tradição marxista. *Revista Katálisis*, 16(1), 63-71. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802013000100007>
- Iasi, M. (1999). *Processo de Consciência*. CPV.
- Janegitz, H. H. S. (2022). Uma psicóloga trabalhando na Assistência Social: problematizações da práxis num Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). [Dissertação de mestrado em

- Psicologia e Sociedade, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”] Repositório UNESP. <https://repositorio.unesp.br/items/bc3d1391-d088-42ec-bd3a-4387c332f4a9>
- Lessa, S., & Tonet, I. (2012). *Proletariado e sujeito revolucionário*. Instituto Lukács.
- Lessa, S. (2012). *Serviço social e trabalho: porque o serviço social não é trabalho*. Instituto Lukács.
- Lessa, S. (2013). *Capital e estado de bem-estar: o caráter de classe das políticas públicas*. Instituto Lukács.
- Lessa, S. (2015). A aristocracia operária. *Espaço Socialista*, (82). <http://espacosocialista.org/portal/wp-content/uploads/2015/09/jornal-82.pdf>.
- Marx, K. (2008). *Contribuição à crítica da economia política*. Expressão Popular.
- Marx, K. (2006). *Sobre o suicídio*. Boitempo.
- Marx, K., & Engels, F. (1850). *Mensagem do comitê central à liga dos comunistas*. <https://www.marxists.org/portugues/marx/1850/03/mensagem-liga.htm>
- Matos, A. G. de. (1994). Alienação no serviço público. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 14(1-3), 28-33. <https://doi.org/10.1590/S1414-98931994000100006>
- Mattos, M. B. (2019). *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*. Boitempo.
- Mexko, S., Souza, W. A., & Benelli, S. J. (2019). Contribuições do Dispositivo Intercessor para o trabalho no campo da Assistência Social. *Rev. Psicol. UNESP* 18(spe), 261-279. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-90442019000200014&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-90442019000200014&lng=pt&tlng=pt).
- Pauli, C. G., Traesel, E. S., & Siqueira, A. C. (2019). A precarização do trabalho dos psicólogos temporários no CREAS. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 39. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003188301>
- Penariol, M. P. (2017). *Análise institucional da prefeitura municipal: desvendando a lógica de funcionamento da gestão pública*. [Dissertação de mestrado em Psicologia e Sociedade, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”] Repositório UNESP. <http://hdl.handle.net/11449/149909>
- Política Nacional de Assistência Social. (2004). PNAS/2004. MDS. [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf)
- Política Nacional de Educação Permanente do SUAS. (2013). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. MDS. [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/Politica-nacional-de-Educacao-permanente.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/Politica-nacional-de-Educacao-permanente.pdf)
- Prado, C. (2011). Marx e a crítica à forma salário. *Revista Espaço Acadêmico*, 11(124), 06-116. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12651>
- Ribeiro, C. V. S., & Mancebo, D. (2013). O servidor público no mundo do trabalho do século XXI. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 33(1), 192-207. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000100015>
- Ros, A. C. P. *Violência familiar, pauperismo e sociabilidade burguesa: a vida das famílias atendidas no CREAS II em Ribeirão Preto - SP*. [Dissertação de mestrado em Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”] Repositório UNESP. <https://repositorio.unesp.br/items/787910fa-1628-42f4-a941-aa6f5c8fca9f>
- Senra, C. M. G., & Guzzo, R. S. L. (2012). Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 293-299. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000200006>
- Silveira, C. W., Champe, D. S., Chiapinotto, L., Moreira, R. M., Silva, S. S., Guasque, V. M., & Pereira, V. T. (2018). O fazer profissional no CREAS: ilhas, travessias e descaminhos possíveis. *Revista Polis e Psique*, 8(3), 246-264. <https://doi.org/10.22456/2238-152X.81033>



# O DISPOSITIVO INTERCESSOR E ALGUMAS EXPERIÊNCIAS COM OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL<sup>32</sup>

Virgílio Paulo da Silva Alves<sup>33</sup>  
Silvio José Benelli<sup>34</sup>

## INTRODUÇÃO

Nos estudos que estamos desenvolvendo no âmbito de nossa Intercessão-Pesquisa identificamos que há um conjunto variado de práticas de processos formativos dos trabalhadores da Assistência Social (AS) disponíveis na atualidade, representando, inclusive, uma avalanche de ofertas de treinamentos e assessorias por empresas especializadas. Essas ofertas podem estar sendo operadas de modo disciplinar, em contradição ao próprio discurso oficial da AS presente na Política Nacional de Educação Permanente (PNEP) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (Brasil, 2013). Nosso questionamento aqui representado se refere à temática dos dispositivos de trabalho escolhidos como operadores do trabalho formativo na AS, oportunizado pelas empresas.

Buscamos, neste ensaio, problematizar o trabalho com os processos de formação dos trabalhadores da AS, procurando demonstrar nossa tentativa de nos posicionarmos como sujeito promotor de interseção e produtor de práticas coletivas, por meio da apropriação do Dispositivo Intercessor (DI).

Esse ensaio propõe discutir algumas perspectivas conceituais e técnicas para operarmos com o DI e alguns analisadores oriundos da nossa Intercessão-Pesquisa que estamos desenvolvendo no curso de doutorado, tomando a nossa própria práxis como material de análise por meio do DI. Em um primeiro momento de trabalho-intercessão buscamos nos posicionar como intercessores no desenvolvimento de processos de formação dos trabalhadores em alguns estabelecimentos socioassistenciais. Questionamos se uma empresa de assessoria privada se pauta pelos valores éticos do SUAS (direitos sociais, cidadania, democracia, participação popular, transformação social) e como ela se posiciona diante da exigência do contratante de responder a encomenda solicitada. Será que as empresas problematizam a demanda<sup>35</sup> implícita na encomenda, procurando contemplar as pulsações instituintes da realidade social, dos

32 Ensaio produzido a partir da tese de doutorado em andamento oriunda da intercessão-pesquisa em desenvolvimento por Virgílio Paulo da Silva Alves, enquanto trabalhador que se ocupou de processos de formação dos trabalhadores da AS e orientado pelo Prof. Dr. Silvio José Benelli.

33 Psicólogo, doutorando no Programa de Pós-graduação em Psicologia e Sociedade da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, SP, linha de pesquisa “Políticas públicas e produção de subjetividades: processos clínicos e institucionais”. Integrante do Laboratório transdisciplinar de Intercessão-Pesquisa em Processos de Subjetivação e Subjetividadessaúde (LATIPPSS), inscrito no CNPq. Email: virgilio\_paulo@yahoo.com.br

34 Professor Associado do Departamento de Psicologia Clínica do curso de graduação em Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, SP, linha de pesquisa Políticas Públicas e Produção de Subjetividades: processos clínicos e institucionais. Livre Docente em Psicologia Clínica pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/2022). Coordenador do Laboratório transdisciplinar de Intercessão-Pesquisa em Processos de Subjetivação e Subjetividadessaúde (LATIPPSS), inscrito no CNPq.

35 Lourau (1995) problematiza que toda forma social se constitui de uma unidade funcional que na perspectiva de Hegel sobre singularidade, se forma de um modo negativo. A encomenda corresponde a solicitação do trabalho realizada pelo grupo-cliente ao analista institucional. Por meio da problematização da encomenda junto ao grupo-trabalhadores, o analista opera tentando explicitar a demanda que estava oculta. A demanda é a parte negativa do

estabelecimentos e das equipes de trabalhadores do SUAS? Como os trabalhadores aprendem os conhecimentos e as práticas necessárias para realizar seu trabalho no SUAS? Como são os processos de formação de trabalhadores no contexto da sociedade capitalista que está promovendo intensos processos de precarização das relações trabalhistas?

O DI nos possibilitou outro modo de trabalhar com processos de formação dos trabalhadores na AS, se configurando como uma estratégia robusta e complexa de subversão da lógica disciplinar presente nas ofertas de Educação Permanente no SUAS. A nossa experiência com o DI pode inspirar outros trabalhadores que desejem confrontar os processos disciplinares instituídos na AS, bem como contribuir para a problematização das desigualdades de classe social, gênero e raça presentes na população atendida.

Do lugar de trabalhador, buscamos localizar as brechas institucionais para que pudéssemos confrontar as forças instituídas nos estabelecimentos socioassistenciais e estimular as forças pulsantes instituintes presentes na equipe de trabalhadores e nos sujeitos atendidos por eles. Apresentaremos algumas cenas das nossas experiências com processos de formação dos trabalhadores buscando abarcar as relações de poder e os seus efeitos.

As experiências de intercessão-pesquisa que realizamos referem-se aos processos de formação que desenvolvemos junto aos trabalhadores da AS em um município de grande porte e uma metrópole, ambos do interior do estado de São Paulo, ao longo dos anos de 2020 e 2023.

O interesse em analisar criticamente as práticas operadas nos municípios consiste na possibilidade de problematizarmos o que estávamos desenvolvendo no âmbito dos processos de formação dos trabalhadores da AS, incluindo na análise o nosso processo de apropriação e as tentativas de nos reposicionarmos na prática com as ferramentas conceituais-teórica, éticas e políticas do DI para a produção de outro modo de trabalho com os processos formativos dos trabalhadores da AS.

Ao longo do desenvolvimento do doutorado, em conjunto com nosso orientador e com as diversas experiências compartilhadas pelos colegas do Laboratório Transdisciplinar de Intercessão-Pesquisa em Processos de Subjetivação e “Subjetividades Saúde” (LATIPPS), encontramos no DI a possibilidade de operar na práxis<sup>36</sup>, inspirados, orientados, avisados, prevenidos e precavidos pelo Materialismo Histórico (MH) de Marx, pela Psicanálise do campo Freud e Lacan, pela Análise Institucional (AI) de Lourau e Lapassade, pela Filosofia da Diferença de Deleuze e Guattari e por Foucault sobre instituições na Sociedade Disciplinar e na Sociedade de Segurança, considerando o plano das relações de poder. Esse conjunto de dimensões conceituais-teóricas constituem para o DI ferramentas teórico-técnicas, éticas, políticas e socioculturais que podem ser táticas e estratégicas para que possamos criar práticas, desenvolver ações e justificar o que estamos tentando fazer no plano da práxis. Esses foram os intercessores conceituais importantes para a produção da problematização da nossa práxis.

## **O DI E OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DA AS**

Desenvolvemos a Intercessão-Pesquisa considerando a AS como nosso campo de trabalho institucional e o DI como estratégia para nos posicionarmos no campo de trabalho e de análise para as produções de intercessões e de conhecimentos.

que foi explicitamente solicitado ao analista que poderá emergir a partir da sua problematização junto ao coletivo de trabalhadores e não apenas ao grupo-cliente que solicitou o trabalho (Proença, 2020).

<sup>36</sup> A práxis pressupõe um fazer autônomo, desenvolvido por meio do exercício da cidadania e pela consciência do que se está fazendo, o que diferente da mera aplicação de conhecimentos (Castoriadis, 2000). Podemos pensar a práxis como a “[...] ação pensada e teoria praticada [...]” (Benelli, 2022a, p. 181).

O DI, estratégia adotada para o desenvolvimento desta intercessão-pesquisa, se refere a uma modalidade de produção de saber e de conhecimento, elaborado pelo Prof. Dr. Abílio da Costa-Rosa e que vem sendo desenvolvido como campo de trabalho-intercessão e análise por meio do projeto de pesquisa intitulado “Projeto de Pesquisa Temática 2: O Dispositivo Intercessor e a intercessão-pesquisa: transformar para conhecer” (Benelli, 2023a) organizado e orientado pelo Dr. Silvio José Benelli. Essa perspectiva assume um posicionamento que visa a superação da ruptura da divisão do trabalho, tal como ela se encontra instituída na sociedade capitalista. O DI visa operar com estratégias que podem possibilitar a superação da dicotomia entre aqueles que pensam e aqueles que executam. As produções sobre o DI estão sendo elaboradas também no contexto do LATIPPSS da UNESP<sup>37</sup>.

A partir do Modo Capitalista de Produção (MCP), consolidou-se a divisão do trabalho, gerando a diferenciação entre o fazer e o pensar (Andrade, 2013; Mexko, 2017; Souza, 2015, 2016). Dessa forma, nossa apropriação do DI ocorreu a partir do lugar de trabalhador que ocupávamos, uma vez que já estávamos inseridos num dado estabelecimento no qual desenvolvíamos nossa atuação profissional.

O DI pressupõe o desenvolvimento de dois momentos, sendo o primeiro caracterizado pela realização da intercessão propriamente dita. Essa é realizada pelo trabalhador a partir da adoção de algumas estratégias e das condições materiais e subjetivas para o trabalho que podem possibilitar a ocupação de uma posição intercessora, contribuindo para a organização dos trabalhadores e para a produção de ações coletivas que fortaleçam as lutas sociais que se constituem em ações que buscam confrontar o poder que se exerce como abuso e opressão para a manutenção da exploração capitalista. Foucault (2022, p.141) em diálogo com Deleuze em os “Intelectuais e o Poder” afirmou:

[...], mas, se é contra o poder que se luta, então todos aqueles sobre quem o poder se exerce como abuso, todos aqueles que o reconhecem como intolerável, podem começar a lutar onde se encontram e a partir de sua atividade (ou passividade) própria. E iniciando esta luta - que é a luta deles - de que conhecem perfeitamente o alvo e de que podem determinar o método, eles entram no processo revolucionário. Evidentemente como aliado do proletariado [...].

A posição intercessora contribui para que os trabalhadores problematizem as práticas que compõem o trabalho social. A partir da problematização do trabalho propusemos a mobilização do não-saber inconsciente, dos conhecimentos e das práticas para a promoção da problematização do fazer-saber, visando a abertura de um campo dialético de análise. A posição de intercessão refere-se a tentativa, por intermédio de ações, de transpor a realidade objetiva ou a razão econômica para uma práxis intercessora, ou seja, potencializar o fazer-saber a partir de determinados elementos teórico-técnicos e ético-políticos (Souza, 2016).

Ainda durante o trabalho-intercessão construímos um diário de intercessão que teve como objetivo contribuir para o processo de repensar a nossa própria práxis, buscando nos reposicionarmos para a produção da práxis. Entendemos que esse momento ainda não era o da pesquisa, pois o diário se constituiu como uma ferramenta para orientar e reorientar

37 O Dispositivo Intercessor consiste numa formulação original do Prof. Dr. Abílio da Costa-Rosa, docente do Departamento de Psicologia Clínica e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Sociedade da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, São Paulo, infelizmente falecido em 26/11/2018. A “Carta de fundação do LATIPPSS” escrita pelo Prof. Abílio, bem como trabalhos inéditos sobre o tema foram publicados num número especial da Revista de Psicologia da UNESP organizado pelo coletivo do Laboratório. Cf. em: <http://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/issue/view/88>. As várias intercessões-pesquisas orientadas por Costa-Rosa que se plasmaram em dissertações de mestrado e em teses doutorado, em artigos científicos e em trabalhos apresentados em congressos. O Dr. Silvio José Benelli continua trabalhando com o DI, compondo um grupo de trabalhadores que desenvolvem intercessões-pesquisa nas diferentes áreas da Saúde, da Saúde Mental, da AS e da Política Nacional para Crianças e Adolescentes.

as intercessões, permitindo sistematizar a autoanálise sobre o que estávamos fazendo, nos indagando e nos reposicionando na práxis (Souza, 2016).

O segundo momento da nossa intercessão-pesquisa, denominado de Dispositivo Intercessor de Modo de Produção de Conhecimento (DIMPC), se refere ao momento de elaboração teórica sobre a práxis da intercessão que vivenciamos, sendo que a produção do conhecimento sobre a práxis é operada e constituída por meio de nossas produções escritas em formato de ensaios (Souza, 2016).

A partir do DI pretendíamos desenvolver um trabalho transdisciplinar e produzir uma crítica ao modo naturalizado e coisificado que, baseado na dicotomia entre o saber e o fazer, reduz o trabalhador social a um tarefeiro e o sujeito de direitos a um objeto de intervenção. Queríamos contribuir para a criação de condições institucionais que fomentassem um trabalho dialético de articulação do saber-fazer como práxis, problematizando a inclusão funcionalista dos sujeitos sociais no MCP.

Com o DI tentamos produzir um saber-fazer singular com os sujeitos interessados e implicados na construção de respostas próprias para seus problemas e demandas. Como trabalhador-intercessor buscamos assumir um posicionamento que contribuísse para explicitar as relações de poder, com o fomento da autonomia dos sujeitos na produção de seus próprios saberes para operar na práxis.

As demandas existentes nos processos de formação eram constituídas por meio das contradições presentes no discurso institucional da AS e pelas ações realizadas pelos trabalhadores nos estabelecimentos socioassistenciais. A AS em seu discurso oficial pretenderia enfrentar a desigualdade social por meio de programas, projetos, serviços e benefícios, promovendo a garantia de direitos, da participação e da cidadania, porém as suas formas estabelecidas contradizem tais intenções. Isso se verifica dada a precarização dos serviços socioassistenciais tipificados, com a quantidade insuficiente de trabalhadores concursados e a terceirização, camuflada pelo discurso da complementariedade, pelos baixos salários para os trabalhadores. Além disso, são encontradas outras tantas formas de inconsistências tais como a precariedade dos recursos e financeiros para a criação de condições materiais ínfimas para o desenvolvimento do trabalho social necessário.

Trabalhar com o DI foi uma opção ética e política buscando contribuir para transformar a realidade social, sendo uma tentativa de confrontação aos processos capitalistas instituídos na instituição da AS. Isso nos exigiu a estruturação de uma estratégia pujante e complexa que pudesse, de fato, contribuir para o nosso posicionamento diante de uma realidade institucional também complexa.

O DI consiste numa estratégia que se localiza na dimensão transdisciplinar. A transdisciplinaridade foi uma exigência para a nossa lida com os problemas advindos do próprio trabalho. Não escolhemos a transdisciplinaridade por acaso. Será que estávamos lidando de modo ingênuo com os processos de formação de trabalhadores, sem calcularmos os efeitos do nosso trabalho? Para responder tal questionamento, trabalhamos com um campo conceitual, ético e político diverso, tomando diferentes contribuições da AI, do MH, da psicanálise do campo de Freud e Lacan e da Filosofia da Diferença para a construção de uma grade analítica que nos possibilitasse compreender a realidade institucional da AS.

A articulação das diferentes contribuições não constitui um ecletismo teórico, pois estamos avisados dos limites epistemológicos dos diferentes autores que são intercessores no DI. Não nos ocupamos em problematizar essas diferenças e muitos menos equacioná-las, mas sim em articular diferentes contribuições que possam constituir uma potência e força para a luta de classes (Benelli, 2020).

Nos processos de formação dos trabalhadores da AS procuramos criticar a administração do acesso aos direitos sociais por meio das práticas sociais disciplinares e identificar as inadequações cotidianas bem como as oportunidades/brechas para contribuir para promover processos de transformação pessoais, institucionais e sociais. Isso significa problematizar coletivamente a dicotomia entre as verdades do sujeito e a verdade dos relatórios, o vínculo entre o trabalhador e o sujeito usuário, operando em rede, não para enredar os sujeitos e reduzi-los a posição de objeto, mas para fomentar a criação de processos de produção de subjetividades singularizadas implicadas com a transformação social das desigualdades sociais, o que passa obrigatoriamente pelo confronto ao MCP na AS.

O DI como estratégia de subversão do modo disciplinar do Trabalho Social pressupõe a organização do trabalho de modo coletivo e, para isso, torna-se importante o nosso embasamento em dois conceitos chave da AI: autoanálise<sup>38</sup> e autogestão<sup>39</sup>. Essas duas estratégias contribuem para que as equipes de trabalhadores possam adotar posicionamentos políticos e éticos que lhes permitem discernir os discursos explícitos e implícitos que colaboram com a manutenção do MCP.

O posicionamento crítico dos trabalhadores sociais diante da realidade problemática social pode gerar uma implicação com a realidade psíquica dos usuários-sujeitos, possibilitando movimentos em direção da produção de outras conexões, ainda não experimentadas ou inventadas sobre a realidade social, e também o desenvolvimento de ações que buscam o enfrentamento necessário para a modificação das desigualdades sociais.

Na relação com os trabalhadores podemos identificar os discursos explícitos, mas também os não ditos, explicitando-os quando das brechas institucionais para a produção de saber. Todo trabalho inclui uma simultânea produção de saber e de conhecimento, que podemos chamar de autoconhecimento, isto é, o saber pela e na práxis. O trabalhador-intercessor-pesquisador busca saber da práxis na práxis e saber sobre o saber na práxis (Benelli, 2020).

O DI trabalha com o campo simbólico por meio da linguagem, em que o intercessor empresta o corpo e a subjetividade, sem ter que pagar em excesso, com narcisismo e gozo, um dos motivos da produção do sofrimento inerente ao trabalho (Costa-Rosa, 2019).

O trabalhador-intercessor atua inspirado pela posição do analista, que não é fixa e nem linear, pois depende das condições necessárias para que possamos, na relação com o outro, conceber o sujeito do inconsciente que pode aparecer e rapidamente desaparecer. Por isso, procuramos aproveitar os instantes em que as condições materiais e subjetivas eram favoráveis para que intercessor e o outro, na relação sujeito-sujeito, pudessem se posicionar como sujeito do inconsciente.

## **PERSPECTIVAS CONCEITUAIS E TÉCNICAS PRESENTES NA ATUAÇÃO COM O DI EM PROCESSOS DE FORMAÇÃO NA AS**

De acordo com Souza (2015, 2016) o trabalhador-intercessor pode assumir algumas estratégias, tais como: a interrogação, sublinhamentos, assinalamentos, escansões, proposições,

38 Autoanálise: “Reger-se por si mesmos, dando sua própria definição dos problemas” (Baremlitt, 1996, p. 90). Trata-se de um processo em que o sujeito busca produzir crítica a sua própria práxis. Seu contrário consiste na heteroanálise, realizada pelo especialista externo.

39 De acordo com Baremlitt (1996) autogestão refere-se ao movimento de sujeitos, organizados em grupo, que buscam gerenciar e resolver os próprios problemas. Os trabalhos autogestivos buscam tomar as suas próprias escolhas e decisões, na posição do poder coletivo, de modo que o outro não venha decidir pelo grupo. Seu avesso é a heterogestão, ou governo do outro.

dentre outras. Essas técnicas possibilitam o desenvolvimento dos processos desejantes no coletivo de trabalho no qual atua em um dado estabelecimento assistencial.

Para operarmos com o DI é necessário adequarmos a instituição AS à psicanálise, criando condições para nos posicionarmos como trabalhador-intercessor e, assim, operarmos com as formações sociais e subjetivas inconscientes. Ocupar essa posição exige o conhecimento sobre alguns conceitos da psicanálise. Apreendemos, pela atuação como intercessor, as noções conceituais de continuidade, contiguidade e interpretação no campo simbólico e imaginário, o que exige a apropriação das teorias fundamentais de Freud e Lacan, explorando os processos de constituição subjetiva primária e subjetivação secundária (Costa-Rosa, 2008).

Para que haja a implicação singularizada precisamos trabalhar com o sujeito de desejo e do carecimento. As noções de acontecimentos-sujeito e de transferência da psicanálise em intensão contribuem para que o trabalhador se posicione em um lugar tático, numa estratégia ética e política específica e não disciplinar.

A análise das transferências permite identificar as projeções de sentimentos e emoções dos sujeitos integrantes das equipes de trabalhadores dos estabelecimentos assistenciais no trabalhador-intercessor que geram pistas para a compreensão de seus impasses psíquicos. A transferência possibilita ao trabalhador-intercessor desenvolver processos de destituição subjetiva junto aos trabalhadores, contribuindo para aumentar a autonomia deles. Esses conceitos inerentes ao trabalho com o DI oportunizam, de acordo com Costa-Rosa (2008), a criação das condições necessárias para sustentar o posicionamento do trabalhador-intercessor e a emersão do sujeito do inconsciente.

Postulamos que algumas noções da psicanálise articuladas com outras conexões conceituais, políticas e éticas podem contribuir para a Política nacional de AS – PNAS atingir seus objetivos emancipadores. Na posição de trabalhador-intercessor, suportamos várias demandas e encarnamos diversas suposições de saber/poder. Ao identificarmos os impasses/sofrimentos/enigmas e sintomas por meio da realidade psíquica consciente e inconsciente, incluindo o corpo pulsional, foi possível, de modo coletivo, operarmos para promover uma construção em conjunto, fomentada pela busca de transformar a realidade social por meio do desenvolvimento de diversas ações no campo institucional (Costa-Rosa, 2008).

A busca pela singularização da ação é um dos posicionamentos do intercessor, que pode repensar e reposicionar o seu próprio fazer e o conhecimento instituído, buscando a superação dialética da divisão social do trabalho. O intercessor-trabalhador é um sujeito precavido pela dialética que trabalha com a transferência do trabalho coletivo, produzindo conhecimento sobre os impasses que atravessam os sujeitos (acontecimentos-sujeito) e se constitui no campo consciente como situação problema na realidade social (demanda). Ele busca se posicionar como um sujeito político e ético, operando a partir da ética do carecimento e do desejo, o que possibilita a implicação com as suas próprias demandas decorrentes da práxis, produzindo saberes para as construções coletivas singularizantes.

No campo institucional toda demanda carrega a oportunidade para acessarmos a encomenda, gerando um saber novo. Diante desse novo saber podemos escolher e decidir sobre nossas ações. O conhecimento sobre os pressupostos básicos dos processos grupais também contribui para que o trabalhador-intercessor possa operar com o desenvolvimento da autogestão para o enfrentamento das demandas dos próprios coletivos, operando com a produção das redes de contratualidade (Costa-Rosa, 2008).

Para Costa-Rosa (2008) o conceito de redes de contratualidade se refere a uma Tecnologia Social que representa uma multiplicidade de vínculos que podem abrir possibilidades efetivas de conexões econômico-produtivas, socioculturais, afetivo-relacionais e subjetivas. Nos

processos de construção de rede, quanto mais ela for articulada com autonomia, maior será a sua complexidade (Costa-Rosa, 2008).

Consideramos o conceito de rede de contratualidade de Costa-Rosa (2008) como uma estratégia para a problematização dos acontecimentos, possibilitando explicitar as relações de poder e buscando fomentar a capacidade organizativa, inventiva e criativa dos trabalhadores para a singularização de suas práticas sociais por meio de movimentos rizomáticos<sup>40</sup> (Deleuze & Guatarri, 1997).

Nas redes criadas pelos estabelecimentos socioassistenciais de cada município – tais como a Rede da Proteção Social Básica, a Rede da Proteção Social Especial, a Rede da Proteção Integral às Crianças e Adolescentes, a Rede de Proteção da Mulher Vítima de Violência, a Rede de Proteção do Idoso, a Rede de Proteção às Pessoas com Deficiência, a Rede de Proteção à População em Situação de Rua etc.– aparecem elementos de organização e trabalho como metas, desejos e necessidades (enunciadas). Na análise dos discursos explícitos dos integrantes dessas redes podemos buscar acessar os discursos não explícitos, os não ditos, que se constituem no modo negativo dos discursos grupais, para problematizar a complexidade das problemáticas que constituem as demandas sociais. No DI as intercessões buscam o enfrentamento das demandas sociais para a transformação da realidade e a produção do sujeito ético e político singularizado.

Os trabalhadores que atuam a partir do modo tradicional e disciplinar do trabalho e da pesquisa operam a partir de um saber colonizador. Como subverter esse saber estabelecido como guia orientador sobre o qual não se pensa, na direção de uma implicação singularizante nas práticas e nos processos de formação dos trabalhadores da AS?

A colonialidade se refere aos arrolamentos dessa lógica no plano econômico e político que continuaram a se desenvolver mesmo depois do período colonial contribuindo para a expansão do capitalismo. A decolonialidade pressupõe o enfrentamento da colonialidade, problematizando as formas coloniais de dominação e submissão ainda existentes na sociedade (Ballestrin, 2013).

O MCP se constitui da colonialidade como modo de dominação e está presente a partir da hipótese de Althusser (2023) de que os aparelhos ideológicos do Estado têm como papel único de reprodução das relações de produção, se expressando também nas práticas sociais disciplinares do Trabalho Social.

Foucault (2022) não propõe “delimitar os efeitos do poder no nível da ideologia” (p. 238). Para o autor seria mais materialista “[...] problematizar o corpo e os efeitos do poder sobre ele” (p. 238). A disputa de forças e poder precisa ser confrontada no campo das lutas sociais, pois para o fortalecimento das lutas sociais, não se pode excluir, como no esforço estruturalista, os acontecimentos. Se não conseguimos sustentar uma posição intercessora o tempo todo, assim como ocorre também na posição de analista, devemos, rizomatizar, no confronto de forças, para construirmos as linhas de fuga (Deleuze & Guatarri, 1997).

## **ALGUMAS CENAS DA EXPERIÊNCIA DE TRABALHO-INTERCESSÃO EM PROCESSOS DE FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DA AS**

As práticas sociais nos estabelecimentos socioassistenciais produziam efeitos nos sujeitos. Uma das expressões desses efeitos se caracteriza pela queixa em relação as dificuldades de desenvolver um trabalho que vislumbressem uma mudança mais efetiva da realidade social.

<sup>40</sup> Deleuze e Guatarri (1997) conceituaram o rizoma como a potência e força de conexões de traços, para além do traço linguístico. Para os autores o rizoma constitui de cadeias semióticas diversas que podem se conectar a uma variedade de outras cadeias (biológicas, políticas, econômicas, culturais, dentre outras).

O contexto de pandemia de Covid-19<sup>41</sup> justaposto a uma governamentalidade neoliberal contribuiu para uma significativa desorganização com ausência de comando único no SUAS, sendo que autoridades públicas passaram a atacar o próprio discurso oficial da AS como política pública de Proteção Social do Estado brasileiro, ignorando parte de sua normativa, contradizendo e criando ações desvinculadas, fragmentadas e típicas do assistencialismo. Os estados e municípios se viraram como puderam, alguns se alinhando, na perspectiva da gestão neoliberal, outros se posicionaram de modo a enfrentar os problemas locais buscando se diferenciar.

O que observamos nas equipes de trabalho no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no qual atuamos como Supervisor Técnico foi a volumosa quantidade de atendimentos *online*, focalizados em concessão de benefícios ou na inclusão em programas de transferência de renda. Nesse período, incluindo os demais estabelecimentos como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e o Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro Pop), observamos nas equipes de trabalho que as queixas tinham ocupado o lugar da problematização crítica das práticas que realizam com as famílias, caracterizadas por um forte reducionismo das ações atreladas à obtenção de renda e às demandas materiais. As queixas dos trabalhadores eram relacionadas principalmente com as dificuldades em lidar com as demandas da Educação, considerando que as escolas estavam no modelo remoto, e da Saúde, devido à sobrecarga do atendimento e os desencontros com os trabalhadores dos Centros de Saúde.

Diante da nossa inquietude com as queixas que conotavam o trabalho social como difícil ou impossível, questionávamos como poderíamos contribuir para que esses trabalhadores se implicassem de outro modo com o trabalho, enfrentando as dificuldades que relatavam quanto aos insucessos da comunicação e encaminhamentos às outras políticas públicas. Indagamos os trabalhadores sobre o que poderiam desenvolver na AS, como campo de trabalho exclusivo, para além das demais políticas públicas.

### **As Redes que Enredam os Sujeitos**

Em um CRAS de um município de grande porte, no qual desenvolvíamos uma Supervisão Técnica, os trabalhadores problematizando as quantidades de Rede de Proteção que foram formadas – Rede das gestantes, Rede dos Idosos, Rede de Acolhimento Institucional, dentre outras – e, após estarem avisadas das contradições inerentes a sua criação, identificaram que a Rede de Proteção à Gestante, por exemplo, foi criada por determinação judicial pela alegação das dificuldades dos estabelecimentos públicos de políticas públicas em acompanhar os casos compreendidos como complexos que chegavam ao Ministério Público (MP).

Os casos chegavam ao MP com divergências entre o Conselho Tutelar (CT), CREAS e do próprio CRAS, quanto às formas de sua condução. Essa rede foi criada com o discurso de contribuir para o fortalecimento do diálogo e do acompanhamento social. Com o passar do tempo ela se transformou em um espaço para discutir casos de acolhimento institucional de bebês que ainda estavam sendo gestados pelas mães.

Essas situações eram determinantes para o acolhimento institucional de nascituros e derivaram de discussões de casos como, por exemplo, a de Mani, uma mulher de pele preta com histórico de situação de rua e uso de Substâncias Psicoativas (SPA) que já havia tido uma experiência de ruptura de vínculo devido ao acolhimento institucional do seu primeiro filho, mas que estava gestante novamente e a Rede de Proteção à Gestante se organizava,

41 Coronavírus é uma família de vírus que causa diversas infecções respiratórias. O novo agente SARS-CoV-2 descoberto em 31/12/19 após casos registrados em Wuhan, na China, ocasionou a proliferação da doença chamada de Covid-19 (COVID-19). Fonte: <https://Covid-19.saude.gov.br/>

com o protagonismo do CT, para realizar o acolhimento institucional do novo bebê, assim que nascesse, já na maternidade, antes mesmo da alta médica. Problematizamos o caso da Mani em um encontro de supervisão técnica do CRAS. De acordo com os trabalhadores do CRAS, o posicionamento dos trabalhadores do CREAS era pelo acolhimento do bebê, o que era endossado pelo CT, mas o posicionamento do CRAS, que estava acompanhando a família pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) era divergente, pois avaliavam que diferente da outra gestação, a Mani nesse momento estava organizando a vida para receber esse bebê. A Mani havia alugado um pequeno barraco. Em visita domiciliar os trabalhadores identificaram que havia um movimento de preparação dela para cuidar desse bebê, com organização de roupas, lavadas e dobradas, além de outros alguns itens de cuidado (mamadeira, potes, fraldas), porém considerando a situação precária da moradia, o histórico de situação de rua e o uso de substância psicoativa, o CT já havia solicitado ao MP o acolhimento institucional do bebê, o que foi acatado e determinado pelo órgão.

A brecha que havia para a manutenção do vínculo afetivo de Mani para com o seu bebê era que ela mudasse de cidade, como ela já havia sinalizado para a equipe que faria. E, de fato, foi o que ocorreu conforme notícias que tivemos tempos depois. A discussão desse caso específico se constituiu como a oportunidade para problematizarmos a finalidade não dita da Rede Proteção às Gestantes daquele município caracterizada pelo seu viés disciplinar, controlador e punidor. Esse debate que antes estava restrito a supervisão técnica de um CRAS foi levada como pauta dos trabalhadores a um outro espaço de troca com os demais CRAS e o CREAS, o que possibilitou uma maior capacidade organizativa dos trabalhadores para realizarem alguns posicionamentos e encontros nessa rede em particular.

Nos encontros seguintes de supervisão ao CRAS os trabalhadores relataram que problematizaram na Rede de Proteção às Gestantes os processos de objetificação dos sujeitos por meio das discussões de caso, tornando evidente a finalidade restrita de acolhimento institucional como única forma de proteção. Diante das reflexões provocadas, os diferentes participantes da rede decidiram que fariam a próxima discussão de caso convidado o sujeito interessado a participar. No entanto, o que a equipe relatou foi que a reunião com a presença do sujeito se caracterizou em um verdadeiro Tribunal do Júri, em que o inqueriam e julgavam suas ações de modo moral, o que produziu como efeito mais objetificação, efeito não desejado. O sujeito recebia as perguntas, respondia com poucas palavras “sim ou “não”, silenciando muitas vezes, ou seja, essa tática não contribuiu para fortalecer o sujeito na participação da própria história.

### **A Ética e a Resistência nas Práticas do Trabalho Social**

As contradições nas ações das equipes dos estabelecimentos socioassistenciais também podem ser verificadas na prática da visita domiciliar, dentre outras. Praticamos a visita domiciliar como trabalho social para impor modelos de vida, não levando em consideração a história, os arranjos da família e seus próprios processos inventivos?

A visita domiciliar como tecnologia social dos dispositivos de governamentalidade da Sociedade de Segurança (Foucault, 2008) foi realizada como um instrumento impositivo que acabou por produzir práticas higienistas, orientando como as pessoas deviam viver, caracterizando inclusive práticas policiais. Na sociedade de segurança os corpos e as multidões são alvos de mecanismos de controle e de práticas realizadas sem crítica e reflexão e a AS funcionaria como um desses mecanismos (Benelli, 2022b).

Na perspectiva da economia política liberal busca-se governar o mínimo para manter unidas as forças que compõe o Estado. A economia política surgiu da regulação a partir do

lugar do mercado, em que se articularam os processos de produção com as necessidades da população. Com o liberalismo o soberano tornou-se plenamente um governador da população quando deixou de querer governá-la, pautado em atos intervencionistas que caracterizavam o totalitarismo. Já no neoliberalismo, forma liberal contemporânea, acentuou-se a concorrência e os sujeitos sociais foram caracterizados como empreendedores e empresas, assim como os próprios trabalhadores (Farhi Neto, 2010).

Sob os efeitos de uma governamentalidade econômica e política, a AS configura um aparelho de Estado e não deixa de ser mais um aparato de controle social, embora tenha sido produto de uma confrontação de forças antagônicas, constituindo-se como um direito daqueles a quem dela precisarem, em resposta às demandas da população em suas lutas sociais.

Duas cenas da nossa experiência com os processos de formação foram importantes para a problematização que propomos a fazer para exemplificar alguns efeitos éticos de práticas sociais nos sujeitos atendidos em alguns estabelecimentos socioassistenciais. A primeira cena refere-se a uma das discussões de caso realizada em um CREAS. A assistente social esboçou um caso em que tinha realizado uma visita domiciliar a uma família chefiada por Marlúcia<sup>42</sup>, uma mulher preta. Segundo ela na visita identificou que a família não possuía condições materiais (geladeira, fogão, guarda-roupa etc.). A assistente social reportou a situação para a Isabella, a coordenadora, que era uma mulher branca, e essa disse que possuía um grupo de apoio que havia criado no aplicativo do *Whatsapp* e ao se deparar com a situação trazida pela assistente social, acionou o grupo e conseguiu a doação de fogão e geladeira. A Isabella mobilizou sua rede e mandou entregar esses objetos à casa de Marlúcia. A família ao receber as doações teria reclamado das doações, pois não havia solicitado nada, concluindo que agora com a geladeira e o fogão teria um aumento na conta de energia que não conseguiria pagar. A Isabella julgou a posição de Marlúcia como ingratidão, não se sentindo reconhecida diante da resistência da família em não assumir a posição do pobre necessitado que deveria agradecer ao Estado pela esmola dada por um suposto cidadão de bem, neste caso, ação deflagrada por uma funcionária pública que ocupava a gestão de um estabelecimento público que visava garantir direitos.

A segunda cena trata-se do trabalho social desenvolvido em um Centro Pop. Os sujeitos-cidadãos atendidos e cidadãos-trabalhadores vivenciaram momentos difíceis, constituídos das sobreposições do crescente do número de sujeitos em situação de rua, aumentando a necessidade de ações do estabelecimento, ao mesmo tempo em que o número de trabalhadores estava reduzido, havia a insuficiência de recursos materiais e o sofrimento psíquico de alguns trabalhadores.

Desde os primeiros encontros com essa equipe de trabalhadores a possibilidade de alguns deles para sustentarem uma posição reflexiva e crítica, era escassa. A equipe era dividida entre os profissionais de nível superior, nomeados de técnicos (assistentes sociais e psicólogos) e do outro lado os trabalhadores de nível médio, que possuíam um cargo similar ao de orientador social. Se de um lado os técnicos desenvolviam ações de atendimento e acompanhamento, os orientadores sociais cuidavam de controlar e monitorar o horário de entrada dos sujeitos, o guarda volume, o espaço de lavagem de roupas, os banheiros, a sala de estar, o lanche e o vale almoço, este último garantia o acesso dos sujeitos atendidos a um outro estabelecimento em que era servido o almoço em um intervalo de horas pré-definido.

Nos encontros de supervisão técnica, os trabalhadores denominados técnicos traziam casos para serem discutidos, enquanto apresentavam e discutiam os seus saberes sobre o que conheciam dos sujeitos, os orientadores ficavam em silêncio. O vazio de palavras dos trabalhadores orientadores

42 Nome fictício atribuído ao sujeito do estabelecimento que operamos com a Intercessão-Pesquisa com o intuito de preservar a identidade. Os demais nomes que surgirem adiante (sujeitos atendidos e sujeitos trabalhadores) também são fictícios com a mesma finalidade.

sociais era constrangedor ao ponto, de a cada encontro, os técnicos passarem a afirmar que gostaria que esses trabalhadores falassem, participassem. No começo, alguns trabalhadores se posicionaram afirmando não compreender o objetivo daquela reunião. Eles sentiam que estavam perdendo tempo. A visão dos orientadores, de modo geral, era que alguns técnicos e a coordenação do estabelecimento passavam a mão na cabeça dos sujeitos atendidos, pois eles não tomavam atitudes mais disciplinares, acreditando que assim manteriam um controle sobre a convivência dos sujeitos no interior do estabelecimento. Alguns trabalhadores chegaram a falar, se posicionaram, mas a retórica dos técnicos era de que o trabalho exigia tempo e dedicação, pois precisavam escutar, desenvolver um trabalho para ver se teria alguma mudança nos usuários. Os encontros de supervisão tendiam a virar uma conversa entre técnicos que também discordavam entre si. Um trabalhador sugeriu que o estabelecimento deveria possuir combinados internos do que fazer em situações difíceis. No meio desses encontros às vezes silenciado, em outros momentos intenso, havia um trabalhador que literalmente dormia.

A nossa inquietação como trabalhador que tenta operar com o DI se constituía pela dificuldade de contribuir para a superação dialética da divisão sociotécnica do trabalho, que nesse caso não estava camuflada mais, era dita e explícita, o que gerava uma angústia nos participantes.

Como os processos de trabalho de formação dos trabalhadores da AS podem contribuir para a superação dialética da dicotomia entre saber-fazer, quando os trabalhadores acreditam que o conhecimento não contribuiria em nada no fazer?

Em um dos encontros, por meio da tentativa de exercitar a posição intercessora, buscamos destampar a situação, tocando na ferida e discutindo as dificuldades de sustentar um lugar de trabalhador implicado naquele estabelecimento. Depois, quando a palavra pode circular foi apresentado o relato de uma violência que Elza, uma trabalhadora-orientadora social do estabelecimento, mulher de pele preta, havia sofrido por parte de Bianor, um sujeito em acompanhamento pelo estabelecimento, homem de pele branca. Ao monitorar o banho do sujeito, que estaria demorando e extrapolando o tempo determinado para tal, ela questionou-o e solicitou que o finalizasse. O sujeito desligou o chuveiro e ao sair, mostrou o pênis e insinuou com raiva que ela o manipulasse.

A Elza ao contar a situação de violência sexual que havia sofrido, relatando outras violências que sofreu com falas racistas de Bianor contra ela, cobrava da equipe e coordenação uma postura disciplinar de proibição da entrada dele no estabelecimento, posição apoiada pelos demais trabalhadores orientadores sociais. Já a coordenação e a maioria da equipe técnica, sustentava a necessidade de acompanhar o Bianor e problematizar a situação a partir da sua trajetória histórica, mas um dos técnicos destoou da equipe, para ele a prática realizada por Bianor se configurava como crime e sustentava que o estabelecimento deveria registrar queixa policial para que ele fosse responsabilizado e punido.

O conflito explícito, o acontecimento-sujeito, que constituía a situação problema que teriam que enfrentar, levou a equipe a realizar alguns encontros de debates. A equipe havia chegado à conclusão deveriam organizar um fluxo interno de como processar as situações de conflito e de não cumprimento dos combinados, pactuados inclusive com os sujeitos, por meio de uma assembleia da população em situação de rua.

A demanda identificada pelos trabalhadores gerou um processo de construção coletiva com os trabalhadores por meio da elaboração de um fluxo de procedimentos para situações indisciplinadas. Ao longo dos encontros seguintes a equipe formulou o fluxograma, mediada pelo processo de supervisão técnica, sendo escrito um documento demarcando a necessidade de escuta, de responsabilização e acompanhamento dos sujeitos atendidos. O interessante dessa

cena foi que a situação problema desse grupo levou os trabalhadores dialogarem, rompendo o silêncio e trazendo uma implicação maior dos trabalhadores técnicos e trabalhadores orientadores sociais para com aquele trabalho, embora sem deixar de reproduzir práticas disciplinares.

As duas cenas foram mobilizadas e apresentadas para problematizarmos a ética e as possibilidades de resistência dos trabalhadores e dos sujeitos usuários da AS. Na primeira cena a Isabella por meio de uma prática assistencialista produz como efeito a ética da tutela, porém temos a resistência do sujeito que não se submete a posição de necessidade como julgava a trabalhadora.

Na segunda cena, temos uma prática de controle disciplinar do banho, que gerou como efeito no Bianor a resistência por meio de sua subversão, ao resistir em obedecer às regras do estabelecimento, reproduzindo falas racistas e não aceitando se submeter ao controle do tempo de banho. Na discussão de caso que realizamos sobre a reação do Bianor ficou evidenciado que ele havia passado a manhã inteira aguardando para ser atendido por um trabalhador técnico que não o atendeu, alegando que havia outros atendimentos urgentes, porém o não atendimento não apareceu no discurso da orientadora social que inclusive não sabia dessa situação do não atendimento pelo outro técnico. A situação do banho teria ocorrido no período da tarde, embora não justificasse a produção de violências, mas evidenciava os problemas e efeitos próprios da divisão sociotécnica do trabalho.

As duas cenas que vivenciamos explicitam a resistência dos sujeitos. Embora a resistência conote a problematização da própria ação dos trabalhadores, os sujeitos atendidos por esses estabelecimentos resistiram, porque não deixaram de ocupar a posição de sujeito, sofrendo inclusive os efeitos dessas situações objetificadoras e tuteladoras.

## **ALGUNS ANALISADORES A PARTIR DO DI PARA A PRÁXIS NA AS**

Operar com o DI exigiu de nós a prática da busca por uma posição intercessora já no momento da apresentação da demanda do trabalho a ser realizado por nós, solicitada por parte das equipes de trabalhadores da AS. Da perspectiva da procura pela posição intercessora não levaríamos saberes prontos, mas buscávamos escutar analiticamente e nas oportunidades que se abriam, realizávamos perguntas e questionamentos sobre as diversas contradições que estavam presentes entre as demandas da população atendida, incluindo as dos trabalhadores da AS.

Em um contexto político neoliberal de crise econômica, social e sanitária, as práticas dos trabalhadores diante dos problemas do cotidiano do trabalho podem se afastar ainda mais do próprio discurso oficial da AS de proteção social, cidadania, participação e acesso aos direitos.

Operamos com os processos de formação dos trabalhadores sociais por meio de encontros em que desenvolvemos práticas de leitura, discussão de casos, problematizações dos acontecimentos do cotidiano dos estabelecimentos, produções de documentos dentre outras ações e reflexões buscando não objetificar os sujeitos e contribuir para a organização dos trabalhadores no sentido de construções coletivas.

Essa jornada pela busca de uma posição intercessora nos desafiou a nos desvencilhar das armadilhas que nos víamos submetidos, constituídas pela exigência dos trabalhadores por respostas prontas, simples, eficazes e aplicáveis, que pudessem resolver os problemas do seu cotidiano. Antes de nossa apropriação das perspectivas do DI buscávamos responder a elas de algum modo, embora sem deixar de gerar incômodos nas equipes de trabalhadores. Porém, com a nossa apropriação paulatina de outro modo de trabalhar, já avisados dos efeitos de nosso trabalho nos sujeitos, fomos buscando não dar respostas imediatas e passamos a instigar

os trabalhadores a produzirem movimentos que pudessem desembocar na potência inventiva de soluções para os seus próprios problemas.

Não conseguimos, em todos os encontros e momentos de formação que desenvolvemos com os trabalhadores, a posição intercessora. Mas em alguns momentos, considerando as condições possíveis, nos reposicionamos de modo intercessor buscando gerar efeitos de maior capacidade de sustentação de diálogos e organização em direção as lutas sociais necessárias a serem travadas. Como possibilitar condições de convivência democrática e afetiva, sem objetificar para disciplinar e punir o sujeito?

Do lugar de trabalhador-Intercessor, buscamos nos localizar no processo de viver os acontecimentos no interior dos estabelecimentos assistenciais articulando os planos social, político e subjetivo dos sujeitos. O trabalhador-intercessor busca fazer o exame das encomendas sociais que se encontravam no lugar de alienação, endereçadas a ele como demandas sociais. A busca pela posição intercessora nos situou no campo existencial, social e subjetivo cotidiano, exercitando o poder da contratualidade social, ouvindo as demandas-necessidades-desejos do sujeito, assumindo um papel de coadjuvante, o mais-um (+1), produzindo o suporte para que os trabalhadores construíssem saber-fazer na própria práxis. Muitas vezes os trabalhadores não percebiam o lugar que ocupam nas contradições e nos conflitos institucionais e acabavam por contribuir para que o sujeito atendido nos estabelecimentos socioassistenciais ficasse no lugar de objeto passivo (Costa-Rosa, 2008).

Com a nossa apropriação do DI começamos a nos indagar sobre a finalidade das discussões de caso, das visitas domiciliares, dos atendimentos, dos acompanhamentos, dos encaminhamentos, dentre outras práticas, muitas vezes contraditórias. Essas indagações rompiam os limites dos nossos diários de intercessão, ampliando-as e sendo compartilhadas com os trabalhadores, sem apresentar respostas aos problemas. Nosso intuito não era de deslegitimar as práticas de trabalho social desenvolvidas pelas equipes, mas questioná-las de forma que pudesse contribuir com novos movimentos na lida com as práticas, para que os trabalhadores pudessem refletir e melhor posicioná-las, implicando-as à produção de ações singularizadas.

Nos estabelecimentos socioassistenciais que conseguimos, em alguns momentos, superar as demandas e ânsias pela discussão de casos, abrindo novos temas e problemas a serem enfrentados para além dos casos, culminando para reflexões sobre os acontecimentos-sujeito, revelavam outras situações problemáticas do cotidiano do estabelecimento, o que de fato, caracterizavam as demandas sociais.

Nos estabelecimentos socioassistenciais que insistiam nas discussões de casos passamos a ampliar nossas estratégias buscando radicalizar a posição de não objetificação do sujeito, o que nos levava a questionar junto aos trabalhadores elementos que pudessem fortalecer a problematização dos casos a partir do envolvimento do próprio sujeito do caso na solução dos problemas que vivenciava. Nossas discussões problematizaram os espaços de exercício da cidadania e participação dos sujeitos atendidos buscando enfrentar as condutas éticas que insistiam em moralizar, julgar e tutelar o sujeito.

Para a produção de práticas singularizadas, por meio de nossas práticas sociais, precisamos saber o que estamos fazendo e analisá-las criticamente, bem como calcular quais são os efeitos éticos e políticos delas em nós trabalhadores e nos sujeitos atendidos no cotidiano dos estabelecimentos socioassistenciais.

Os trabalhadores dos estabelecimentos socioassistenciais podem operar com diferentes tipos de dispositivos de trabalho. Um deles é o dispositivo intromissor autoritário que se caracteriza pela apropriação do conhecimento científico, no plano positivista, posicionado como um especialista,

título fornecido pelas instituições de ensino, que lhe daria o poder, pelo saber, de intrometer de maneira autoritária sob o discurso de uma prática neutra, técnica, imparcial, dotada de uma racionalidade científica, objetificando o sujeito e lhe endereçando uma verdade (Benelli, 2023b).

Outro tipo de trabalho pode se constituir de práticas do dispositivo interventor, em que os trabalhadores tentam diferenciar suas práticas do dispositivo intromissor, incluindo o plano social e a subjetividade, porém não as diferenciam de modo radical e dialeticamente do dispositivo intromissor. Esses trabalhadores por conceberem a subjetividade restrita ao campo de registro da linguagem no imaginário produzem processos lacunares e acabam por fortalecer, de forma desavisada, as forças institucionais hegemônicas. O dispositivo interventor abarca mais de uma submodalidade tais como a terapêutico pedagógica e a político pedagógica (Intervenção crítico dialético). Inclui no dispositivo interventor as atuações dos trabalhadores que se orientam pelo discurso oficial da AS (Benelli, 2023b).

Já os trabalhadores que operam com práticas intercessoras constituem o dispositivo de pesquisa intervenção cartográfico ou o DI que se diferenciam de modo radical e dialeticamente dos dispositivos intromissor e interventor. No dispositivo cartográfico o trabalhador realiza a crítica à ciência e à subjetividade, concebendo suas ações como ato político, a partir da clínica da diferença/esquizoanálise. O sujeito na perspectiva cartográfica é concebido no plano sócio-histórico, com diversas formas de subjetivação que podem culminar em processos de serialização e/ou singularização do sujeito (Benelli, 2023b).

No DI, que constitui nossa perspectiva de análise e trabalho, o sujeito é concebido nos planos social, político e da realidade psíquica pautada nos registros de linguagem que envolve o imaginário, o simbólico e o real, de acordo com Freud e Lacan. O trabalhador orientado pelo DI busca produzir o saber pela práxis com o intuito da superação por meio da subversão e superação das dicotomias clássicas presentes no dispositivo intromissor típico do MCP, tais como o saber-fazer, o objetivo-subjetivo, o normal-anormal e o objeto-sujeito (Benelli, 2023b).

Em nossa intercessão-pesquisa junto aos estabelecimentos socioassistenciais identificamos um conjunto de tecnologias que caracterizaram o trabalho social. A partir das demandas oriundas dos processos de formação dos trabalhadores colocamos à crítica o conjunto dessas tecnologias, os motivos de suas escolhas como forma de trabalho e os efeitos éticos e políticos que elas poderiam gerar, o que possibilitou a realização de algumas reflexões e problematizações das práticas dos trabalhadores da AS.

As tecnologias sociais que constituem o trabalho social na AS podem ser operacionalizadas de modo que se produza um processo de subversão dos instrumentos, a partir de uma implicação singularizada. Nesse sentido, as experiências com instrumento da visita domiciliar, do atendimento, da produção de relatórios e das discussões de casos podem ser operadas pelos trabalhadores da AS buscando uma ruptura com os modos de trabalho presentes nos dispositivos intromissor e interventor, que podem contribuir, dessa forma, para o enfrentamento e o confronto da manutenção das hierarquias institucionais e das forças hegemônicas de normalização social.

A partir da posição intercessora na práxis podemos tentar subverter os efeitos éticos e políticos disciplinares mais comuns, nos deslocando, como trabalhador, da posição de mestres e detentores de saber sobre o outro e buscando operar de modo a que o próprio sujeito se implique de forma singularizante no enfrentamento de suas demandas. Isso pode ser realizado, por meio, por exemplo, da realização de visitas às famílias não para fiscalizá-las, penalizá-las ou culpá-las, mas para implicá-las, produzindo singularidades como efeito de articulação entre saber-fazer-poder.

Ou seja, não se trata de negar o uso das tecnologias sociais existentes na AS, mas sim de implicá-las com outra concepção de sujeito para que contribuam para efeitos éticos e políticos que fortaleçam as forças pulsantes instituintes, na perspectiva das lutas sociais das classes populares.

Os trabalhadores ao não se questionarem criticamente sobre os efeitos éticos e políticos de suas práticas sociais podem operar a partir de uma modalidade disciplinar autoritária, mandando, decidindo pelo outro e produzindo efeitos éticos na perspectiva da tutela ou da punição.

De acordo com Benelli (2014) as possibilidades éticas e seus efeitos que podem ser encontrados nas práticas sociais dos psicólogos, dentre outros trabalhadores no campo da AS, não são necessariamente realizadas com a intenção deliberada. Elas podem ser produtos de práticas que normalmente não foram calculadas pelos trabalhadores.

Os problemas com os quais lidam os trabalhadores do SUAS são complexos e exigem uma abordagem transversal e transdisciplinar, bem como o trânsito do trabalhador pelos planos da política, da economia, da administração pública, da Saúde, da AS, da Educação, da Segurança Pública, do Judiciário e das Ciências Sociais e Humanas (Benelli, 2014).

A complexidade advém do próprio trabalho coletivo e porque os problemas relacionados com a questão da pobreza-cidadania estão atravessados por uma diversidade de fatores determinantes dos processos de exclusão-exploração-marginalização que o capitalismo globalizado inflige aos brasileiros pertencentes às classes populares em geral, constituindo a questão social e suas expressões no corpo, como pudemos identificar no corpo da mulher negra, como sujeito atendido e com sujeito trabalhador. Visivelmente as expressões de gênero e raça estão presentes nos sujeitos dos estabelecimentos socioassistenciais, mas permanecem invisíveis ao discurso oficial da AS presente em suas regulamentações e normativas

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com o nosso movimento de apropriação do DI e operacionalização com ele nos processos de formação dos trabalhadores da AS procuramos realizar uma outra forma de trabalho social não disciplinar. A Educação Permanente do SUAS se configurou como uma proposta que levou muitos trabalhadores a procurarem empresas de assessoria para que ofertassem ações formativas diversas, que tivessem como público prioritário as equipes dos seguintes estabelecimentos socioassistenciais: o CRAS, o CREAS), o Centro Pop, o Acolhimento Institucional etc. As ações desenvolvidas por esses trabalhadores consistiam em tentativas de responder às demandas que carregavam de modo implícito as encomendas decorrentes dos problemas emergentes no cotidiano do trabalho.

Efetuamos uma progressiva apropriação do DI e da AI, bem como dos desafios institucionais concretos, sendo que as condições nem sempre eram favoráveis para a intercessão. A partir dos nossos esforços em construir uma perspectiva crítica sobre a AS que nos possibilitassem uma vivência intensa do processo de qualificação das nossas práticas enquanto formador de equipes de trabalhadores - constituídas pelos desafios que o nosso posicionamento produzia quanto aos problemas identificados na realidade social -, buscamos nos posicionar no cotidiano dos processos formativos de modo que esses esforços fossem coerentes com a nossa práxis.

Consideramos que a intercessão representa uma possibilidade para qualquer trabalhador que busca operar na AS, caso ele vise produzir efeitos éticos e políticos singularizados a partir de certa implicação com o trabalho que realiza, adotando a perspectiva do DI. Entendemos que as ações de Educação Permanente que são ofertadas pelas empresas produzem nos

trabalhadores efeitos éticos e políticos que podem estar atrelados ao fortalecimento das forças instituídas e a manutenção das desigualdades sociais como a não problematização das desigualdades de gênero e raça nos estabelecimentos socioassistenciais e no discurso oficial da AS caracterizado em seus documentos oficiais que compõem esse campo institucional (Leis, Resoluções, Portarias, Decretos, Cadernos temáticos de orientação técnica) em que não se discute as desigualdades de gênero e raça.

Nossa apropriação dos elementos teóricos-assistenciais, técnicos-assistenciais, jurídicos-políticos, socioculturais e éticos do DI possibilitou que buscássemos, ao longo de nossas práticas de formação junto aos trabalhadores da AS, forjar estratégias de subversão à lógica disciplinar que estaria presente nas ofertas mais comuns de Educação Permanente do SUAS.

## REFERÊNCIAS

- Althusser, L. (2023). *Aparelhos ideológicos de Estado*. Paz e Terra.
- Andrade, M. C. (2013). *Encontro da Loucura com o Trabalho na Economia Solidária: a produção da práxis de pré-incubagem através do Dispositivo Intercessor na Saúde Mental*. [Tese de Doutorado em Psicologia e Sociedade, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis-SP/UNESP] Repositório da UNESP. <https://repositorio.unesp.br/items/8248a3bf-8408-4b20-850c-b21c7aeba085>
- Ballestrin, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira De Ciência Política*, (11), 89-17. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>
- Baremblytt, G. (1996). *Compêndio de análise institucional e outras correntes*. (3a ed.) Rosa dos Tempos.
- Benelli, S. J. (2014). As éticas nas práticas de atenção psicológica na assistência social. *Estudos de Psicologia*, 31(2), 269-287. <https://doi.org/10.1590/0103-166X2014000200012>
- Benelli, S. J. (2020). *Psicologia e Assistência Social: interfaces políticas, clínicas e éticas*. CRV.
- Benelli, S. J. (2022a). *Entidades assistenciais para crianças e adolescentes no município: impasses institucionais e possibilidades*. Unesp Digital.
- Benelli, S. J. (2022b). A Assistência Social no contexto da sociedade de segurança. In: V. Furlan, P. R. S. Oliveira & A. F. Lima (Orgs.). *Psicologia política e políticas públicas*. (pp. 39-76). CRV.
- Benelli, S. J. (2023a). Perspectivas transdisciplinares de investigação: intercessões institucionais. In: S. J. Benelli, & G. H. Dionísio. (Orgs.) *Perspectivas de pesquisa na pós-graduação: psicologia e sociedade*. (pp.13-28). Gradus. <https://www.graduseditora.com/perspectivasdepesquisa>
- Benelli, S. J. (2023b). *Problematizações das figuras da Psicologia Clínica: olhar, cuidar e escutar*. Unesp Digital.
- Castoriadis, C. (2000). *As Encruzilhadas do Labirinto VI - Figuras do Pensável*. Instituto Piaget.
- Costa-Rosa, A. (2008). *Redes de contratualidade social em sujeitos do sofrimento psíquico grave: integrando a estratégia saúde da família e estratégia atenção psicossocial no território*. UNESP, (Trabalho não publicado).
- Costa-Rosa, A. (2019). Por que a Atenção Psicossocial exige uma clínica fundada na psicanálise do campo Freud-Lacan. *Revista de Psicologia da UNESP*, 18(spe), 37-54. [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-90442019000200004](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-90442019000200004)
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1997). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Ed. 34.
- Farhi Neto, L. (2010). *Biopolítica: as formulações de Foucault*. Cidade Futura.
- Foucault, M. (2008). *Segurança, Território, População*. Curso no Collège de France (1977-1978). Martins Fontes.
- Foucault, M. (2022). *Microfísica do poder*. (15a ed.), Paz e Terra.

Lourau, R. (1995). *A análise institucional*. Vozes.

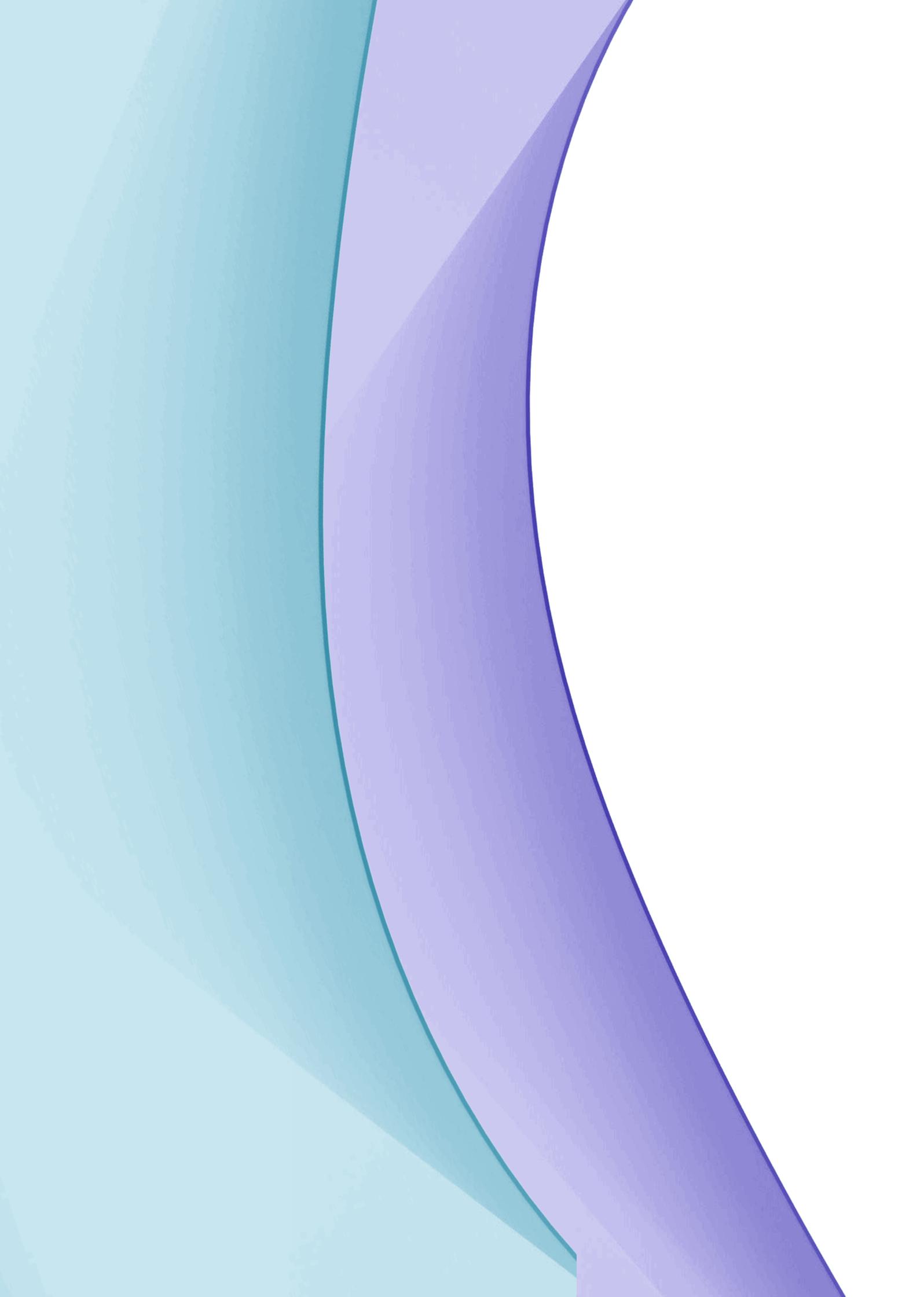
Mexko, S. (2017). *Psicologia e assistência social: contribuições da psicanálise de Freud e Lacan e do materialismo histórico*. [Dissertação de Mestrado em Psicologia e Sociedade, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis-SP/UNESP] Repositório da UNESP. <https://repositorio.unesp.br/items/62ffee99-f31b-4b0f-99e9-aa15683e1843>

Política Nacional de Educação Permanente do SUAS. (2013). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/Politica-nacional-de-Educacao-permanente.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/Politica-nacional-de-Educacao-permanente.pdf)

Proença, F. A. (2020). *Análise Institucional da Assistência Social como política pública de direito social: desafios e impasses discursivos*. [Dissertação de Mestrado em Psicologia e Sociedade, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis-SP/UNESP] Repositório da UNESP. <http://hdl.handle.net/11449/192446>

Souza, W. A. (2015). *A assistência social e o trabalho com as pessoas em situação de rua no CREAS: um campo de intercessão*. [Dissertação de Mestrado em Psicologia e Sociedade, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis-SP/UNESP] Repositório da UNESP. <https://repositorio.unesp.br/items/eebddd6-14cf-46d3-b09d-7c343ec60358>

Souza, W. A. (2016). O dispositivo intercessor na Assistência Social: um modo de transformação da realidade. *Revista de Psicologia da UNESP*, 15(1), 53-69. [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1984-90442016000100005&lng=pt&nrm=iso](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1984-90442016000100005&lng=pt&nrm=iso)



## O TRABALHO DO PSICÓLOGO NA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO: UMA INTERCESSÃO-PESQUISA<sup>43</sup>

Helder Barros e Souza<sup>44</sup>  
Prof. Dr. Silvio José Benelli<sup>45</sup>

O presente capítulo resultante da nossa dissertação de mestrado (Souza, 2019) busca apontar alguns pontos importantes discutidos na literatura acadêmica sobre o trabalho realizado na execução das Medidas Socioeducativas em Meio aberto (MSEMA), utilizando para isso uma revisão de literatura de pesquisas situadas nos anos posteriores ao advento do SINASE (Lei nº. 12.594, 2012), na década de 2010. Embora nosso recorte valorize a atuação do psicólogo, não temos o interesse em isolá-lo da dinâmica institucional, abarcando as MSEMA como um conjunto de práticas que são executadas multidisciplinarmente e interdisciplinarmente, compreendendo diversos personagens e instâncias, assim como tecnologias diversas ministradas a partir de uma multiplicidade de leituras possíveis. O que pretendemos é levantar algumas questões envolvidas na prática socioeducativa, tomando como partida pontos de regularidade e pontos de distanciamento, com o objetivo de localizar as práticas e as problematizações que delas surgem, encaminhando uma discussão construtiva sobre algumas atuações possíveis, seus fundamentos e fragilidades.

Como afirma Pereira (2017), é difícil encontrar o papel do psicólogo na socioeducação, sobretudo pela impossibilidade de utilizar a clínica tradicional como única estratégia. Mas algo que devemos tornar patente na discussão sobre a atuação profissional do Psicólogo, na execução da política socioeducativa, é que sua prática está diretamente ligada aos fundamentos teóricos que embasam a formação profissional deste sujeito, o que determina em larga escala as ações desenvolvidas, a visão de mundo operada, assim como as problematizações que serão efetuadas na leitura mais ou menos crítica do dispositivo socioeducativo. Isso, claramente, também diz respeito à forma como o profissional faz uso de suas ferramentas teóricas, de modo inovador ou conservador, assim como a que correntes internas às escolas teóricas ele se inspira para compor sua abordagem conceitual, preocupadas ou não com os efeitos éticos de suas práticas na produção ou reprodução de modelos de subjetivação. De acordo com Benelli (2014a, 2020), ainda que se sintam perfeitamente apropriados daquilo que fazem, da forma como executam seu trabalho e do motivo pelo qual realizam suas ações, muitos trabalhadores desconhecem os efeitos políticos e éticos daquilo que estão operando.

Há muito se discute a inexistência de uma excelência científica, que venha a desvelar uma essência objetiva, uma verdade baseada em modelos imutáveis, totais, de ambição mecanicista ou moderna. Podemos sustentar que a ciência, ou os saberes, bem como os modelos de

43 Artigo produzido a partir da dissertação de mestrado que derivou de uma intercessão-pesquisa desenvolvida por Helder Barros e Souza (2019) e orientada pelo Prof. Dr. Silvio José Benelli.

44 Psicólogo, trabalhador da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Mestre em Psicologia e Sociedade Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, SP. Integrante do Laboratório transdisciplinar de Intercessão-Pesquisa em Processos de Subjetivação e Subjetividade da saúde (LATIPPSS), inscrito no CNPq.

45 Livre Docente em Psicologia Clínica pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Professor Associado do Departamento de Psicologia Clínica do curso de graduação em Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, SP, linha de pesquisa Políticas Públicas e Produção de Subjetividades: processos clínicos e institucionais. Coordenador do Laboratório transdisciplinar de Intercessão-Pesquisa em Processos de Subjetivação e Subjetividade da saúde (LATIPPSS), inscrito no CNPq.

investigação científica, são produções humanas, de inspiração humana, relativas a contextos históricos e modelos sociais, compondo divergências que disputam politicamente a narrativa sobre o mundo (Santos, 2010, 2012; Latour, 2011; Law, 2004; Foucault, 2015). Entendemos, portanto, que as diversas abordagens, em um campo de pluralidade metodológica, cada qual ao seu modo, apoiadas nos seus fundamentos e em fecundos debates e processos de constituição do conhecimento dos quais se servem, são possivelmente legítimas. Nos referimos a saberes e conhecimentos fruto do labor de pessoas e grupos coesos, dedicados a se aprofundar, discutir, pesquisar e se formar em suas respectivas linhas teóricas, as quais são devidamente apropriadas para formar um profissional precavido e avisado.

Tomando como lógica a afirmação de que toda produção institucional é igualmente produção de subjetividade (Benelli, 2003), não nos absteremos de uma profunda preocupação com os efeitos éticos potencialmente produzidos pelos discursos e práticas. Entendemos, assim como Costa-Rosa (2013), que se faz necessário interrogar quais são as modalidades de subjetivação que vão se desdobrando como efeitos das práticas de atenção e de cuidado, reflexão que pensamos ser especialmente devida à socioeducação, destacada sua característica disciplinar e compulsória. Nesta direção, independente da abordagem, manifestaremos oposição aos casos em que o modelo de atuação esteja voltado a promover subjetivações serializadas (Guattari & Rolnik, 1996), a reproduzir um estado de coisas baseado na manutenção e mistificação da desigualdade social, assim como a justificar e legitimar práticas excludentes, independente da suposta boa intenção vinculada ao discurso oficial. Essa escolha parte do entendimento de que toda prática é política, incluídas as investigações científicas e, destacadamente, o trabalho social, como veremos.

### **A SOCIOEDUCAÇÃO ENQUANTO INSTITUIÇÃO SEGMENTAR: ABORDAGENS TEÓRICAS, MULTIPLICIDADES DE PRÁTICAS E ALGUMAS INTERPRETAÇÕES SOBRE O FENÔMENO DO CONFLITO COM A LEI**

Na Socioeducação, encontramos modelos diversos de atuação socioeducativa, alguns diametralmente opostos. Podemos, por exemplo, citar práticas derivadas de abordagens psicanalíticas mais clássicas (Silva, 2016; Zeitoune, 2010; Almeida, 2014), assim como atuações voltadas para uma clínica do comportamento behaviorista (Gallo, 2008; Gomide, 2011), até mesmo abordagens psicodramáticas (Cordovio, 2011; Jefferies, 1992; Willis, 1992). Será esse lastro teórico que, em geral, indicará qual a concepção sobre o fenômeno do conflito com a lei que baseará a prática efetiva, seja o atribuindo ao campo social ou interpretando-o nos termos de uma etiologia<sup>46</sup>. É a partir destes fundamentos que se descortinará a defesa de tal ou qual prática de cuidado que será necessária ou efetiva para a intervenção junto a adolescentes em conflito com a lei, assim como questionamentos sobre a política socioeducativa e a denúncia de seus supostos limites. Essas narrativas sobre o conflito com a lei também dirão respeito a possíveis expectativas quando a seus efeitos éticos.

De acordo com Paula (2011), para compreender e intervir sobre os aspectos da transgressão juvenil, os operadores da justiça, trabalhadores sociais e pesquisadores trabalham com variados esquemas de interpretação de condutas, entre os quais ela apresenta os três mais recorrentes em sua pesquisa de campo.

46 Raniere (2014, p. 148) oferece pistas sobre estas duas possibilidades: “[...] se ele nasceu com uma essência má que deve ser capturada, pedagogicamente corrigida, para que progressivamente seja extirpada; se ele é resultado de uma série de negligências, abandonos e maus tratos sociais que o forcem a desenvolver uma personalidade infratora”.

No esquema de interpretação de Matriz Psiquiátrica, há a tendência de privilegiar a dimensão biológica, enfatizando o conceito de natureza individual e investindo na classificação psicopatológica, tipificando transtornos de personalidade e produzindo escalas que pretendem mensurar níveis de periculosidade.

No esquema de Matriz Sociopsicológica, as interpretações psiquiátricas podem também estar presentes, mas há um alargamento de campo, havendo a consideração de outros aspectos da vida social, como os contextos familiar e econômico, propondo elos de causalidade entre o conflito com a lei e a incapacidade das famílias de ofertar condições materiais e morais para um bom desenvolvimento psicológico e social. Para a autora, é nesse esquema que se inserem as interpretações com base em noções como as de ‘família desestruturada’, muito difundidas ao longo do século XX a partir do acúmulo de saberes psicológicos e assistenciais e da inserção de Psicólogos e Assistentes Sociais como especialistas nas instituições socioeducativas.

No esquema de Matriz Socioassistencial, ainda que mantido o foco na interpretação familiar, privilegia-se as carências resultantes dos efeitos sociais da pobreza, de modo que a “precariedade de condições de vida, pela ausência ou limitação de recursos públicos de infraestrutura e serviços, e pelo enfraquecimento das solidariedades entre vizinhos, transforma-se na principal causa a ser combatida, propondo-se como intervenção a promoção social do adolescente e sua família” (Paula, 2011, p. 4). Ainda segundo Paula (2011, p. 3), cada “esquema de interpretação desdobra-se em prescrições de tratamento, isto é, em um esquema de intervenção que propõe um conjunto de técnicas a serem desenvolvidas”.

Deste modo, a partir do esquema de matriz psiquiátrica, de inteligibilidade anatomoclínica, seriam buscadas opções de tratamento e cura, ou, quando inexistentes, restaria a segregação permanente. Com base no esquema de matriz sociopsicológica, privilegiando a culpabilização individual da família, haveria a necessidade de reorientações externas para regular as relações internas e disfuncionais da família, assim como a internação temporária do adolescente em estabelecimentos socioeducacionais onde se poderia ajustar suas condutas por meio de técnicas como a psicoterapia, a terapia de grupo e a profissionalização. Por fim, na matriz socioassistencial as intervenções abrangeriam não somente o grupo familiar, mas alcançariam a relação que a família estabelece com a comunidade local, aplicados os saberes e as tecnologias da Assistência Social.

Portanto, podemos afirmar que no interior do campo da Socioeducação, atualmente formatado pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), serão possíveis atuações diversas – aproximando-se ou se afastando umas das outras – que dizem respeito a objetos quase que diferentes, na medida em que interpretam o sujeito a partir de suas modalidades particulares de atuação. Haverá modos diversos de interpretar os sujeitos e a prática socioeducativa, ainda que respondendo a um mesmo arcabouço legal, o que denota que não há uma positividade ou uma totalidade na instituição socioeducativa, que é segmentar (Lourau, 2014). Essas possibilidades práticas poderão ser mais ou menos críticas, mais ou menos individualizantes. Para ilustrar esse cenário múltiplo, podemos apresentar alguns exemplos específicos de diferentes modelos de interpretação do contexto infracional e sobre os sujeitos envolvidos na infração.

Silva (2016), em sua proposta psicanalítica sobre o acompanhamento de adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa de Liberdade assistida (LA), interpreta o ato infracional como um sintoma frente ao sentimento de desamparo. O conflito com a lei derivaria da falta de recursos pessoais para lidar de outro modo com esse sofrimento, mas também estaria relacionado a uma falha na função paterna ao longo do desenvolvimento do adolescente, o que resultaria em dificuldades no respeito aos limites da lei. Esse ponto de vista mobiliza

a autora a pensar estratégias que, ainda que não localizadas na prática clínica, privilegiam a esfera do cuidado no acompanhamento socioeducativo, tema no qual nos deteremos mais adiante. Embora focalizada em aspectos psicodinâmicos, a autora complementa sua leitura com fragmentos materiais e sociais:

O desamparo fomenta o excesso de excitação interna no adolescente, intensificado pela precariedade das condições sociais e econômicas da periferia em que vive, além da ausência de vínculos de confiança e de amor necessários para o apacramento das pulsões, de maneira que permanecem impossibilitados de encontrar suportes para elaborar esse contingente que instaura a violência em ato (Silva, 2016, p. 31)

É semelhante o caminho percorrido por Almeida (2014), que aponta para questões intrasubjetivas, como os sentimentos de menos valia, a raiva e o ódio mal elaborados, como prevalentes na motivação das práticas infracionais. Apega-se ao conceito de falta de limites, não deixando de pontuar aspectos de ordem social que tornariam os jovens mais vulneráveis a experiências infracionais, tal como a ausência de proteções e a desigualdade social, bem como a composição de subjetivações baseadas no consumismo e na lógica da virilidade. Em sua análise, as MSEs apoiam-se nas questões econômicas e na condição social, desconsiderando questões mais importantes de ordem intrasubjetiva, motivo pelo qual apresenta uma sugestão conciliadora: dever-se-ia tomar o cuidado para não se ater nem no social, nem no íntimo, levando em conta ambos.

Rauter (2003a), por outro lado, questiona a ideia de que a violência juvenil se produz na medida das faltas, seja na falha da função paterna, na carência de limites ou na ausência da repressão. Essas teses se alicerçariam em conceitos psicanalíticos para sustentar práticas em socioeducação, que moldariam uma clínica dos limites que, mesmo em meio aberto, reproduz uma lógica prisional. Para a autora, “não há necessidade de postular um instinto de morte ou qualquer outra tendência constitucional para compreender a imensa produção social do negativo que o capitalismo como formação social é capaz de engendrar” (Rauter, 2003a, p. 14). Questiona, sobretudo, o investimento dos saberes Psi na construção de uma base criminológica que sustente um espaço de intervenção junto às práticas de controle social, em especial a instância jurídica (Rauter, 2003b). Birman (2006) também opera a tentativa de deslocar a psicanálise do campo meramente intrasubjetivo, contemplando decorrências sociais e políticas para realizar a análise da criminalidade e da violência no país. Reflete sobre o mal-estar da brasilidade, marcado pela ‘desigualdade na distribuição do gozo’, com fortes críticas à inexistência de um modelo de estado que promova a partilha dos gozos possíveis e a efetivação de um Estado de bem-estar.

Gomide (2011), por sua vez, opera em um sentido diferente, declinando da interpretação de questões de origem interna, mas ocupando-se ainda de uma perspectiva individualista. Baseada no conceito de Comportamento Moral, corolário de concepções de base behaviorista, entende que o comportamento pró-social é aprendido por meio de condicionamentos, modelos de reforçamento, e aprendizagem por observação e imitação. Para a autora, o desenvolvimento do Comportamento Moral é baseado no ensinamento de virtudes e valores, realizado pelos pais em um processo de exemplos, experiências e relações afetivas no interior do ambiente familiar. Nessa concepção, o comportamento antissocial é derivado de uma falha no processo de aprendizagem do comportamento pró-social, o que pode ser atenuado por esquemas de treinamento desenvolvido a partir do ensinamento de valores positivos tais como a obediência e a empatia. A autora não se ocupa da discussão sobre o contexto social mais amplo, nem mesmo sobre as dimensões econômica e política, aparentemente tomados como esferas coadjuvantes no processo de aprendizagem. Nas intervenções psicodramáticas (Jefferies, 1992; Willis, 1992), tampouco observa-se os contextos econômicos e políticos mais amplos, intervindo por meio da

atualização dramática de relações pregressas, em geral familiares, revivendo vínculos internos, com o objetivo de trabalhar questões internas.

Nas práticas inspiradas pela Psicologia Sócio-histórica, a concepção parte de um fenômeno de origem multideterminada, com “múltiplas interfaces individuais, econômicas, sociais e culturais no processo de construção das suas trajetórias de vida e no processo de subjetivação de seus contextos” (Silva, 2015, p. 181). Como a visão de sujeito é baseada na construção histórico-social, a tendência é compreender o fenômeno da autoria infracional a partir do questionamento das condições materiais e econômicas que o faz emergir. Dessa forma, as problematizações estão muito mais relacionadas à dimensão da função do estado na prevenção e intervenção junto aos adolescentes em vulnerabilidade social, sobre a oferta de políticas públicas e a garantia de direitos (Silva, 2015; Pereira, 2017).

Bocco (2006), igualmente, aponta a esfera social e multideterminada do fenômeno do conflito com a lei, fazendo referência à filosofia da diferença de Deleuze e Guattari. Para a autora:

Falar da infração juvenil não é falar de um fato isolado, muito pelo contrário. É analisar como funcionamos enquanto sociedade, como produzimos infâncias e juventudes desiguais, como criminalizamos os pobres, como organizamos o mundo do trabalho, do ensino, da cultura, como judicializamos as relações entre pais e filhos, homens e mulheres, vizinhos e colegas, e também pensar como podemos construir redes solidárias que somem esforços para lidar com os tensionamentos que o projeto neoliberal nos coloca (Bocco, 2006, P. 92)

O trabalho socioeducativo proposto pela autora é baseado numa metodologia do encontro, sustentado pela autoanálise e pela autogestão, conceitos do movimento institucionalista (Baremlitt, 1998). Isso significaria acompanhar os adolescentes, sobretudo coletivamente, ampliando a possibilidade do reconhecimento de suas necessidades e desejos, de forma a elaborar estratégias e criar dispositivos que melhorem suas condições de vida. A preocupação está em não capturar ou normatizar os devires em curso, em uma crítica às lógicas punitivas e à criminalização da juventude.

Assim, podemos compreender a existência de uma miríade de orientações e idiosincrasias teóricas possíveis na Socioeducação, que se inspirarão em uma abordagem particular, ou que, mesmo sem denunciar uma teoria majoritária, apresentarão uma dimensão de saber constituído ou uma visão de mundo que orientará sobre a maneira na qual se pretenderá intervir. Essas intervenções preenchem, portanto, as brechas da instituição socioeducativa formada pelo SINASE, composto por estabelecimentos, normas e uma tecnologia prescrita. Nosso interesse nesse texto não é resenhar as possibilidades idiosincráticas das práticas particulares, ou operar uma cartografia da aplicação de uma ou outra teoria no contexto socioeducativo. Vamos tentar apresentar, a seguir, aquilo que é mais ou menos comum, aspectos que dizem sobre a formação de uma tecnologia socioeducativa, problematizações que não estão restritas às abordagens teóricas, mas que se apresentam na prática e que revelam pistas sobre os modos de atuação e subjetivação na instituição socioeducativa. Pensaremos categorias importantes, que se apresentam na literatura e que refletem o modo como é possível a execução do SINASE em meio aberto: suas ofertas, as relações possíveis, e, sobretudo, o trabalho efetuado.

## **OS OBJETIVOS DA SOCIOEDUCAÇÃO E A AMBIVALÊNCIA ENTRE PROTEÇÃO E PUNIÇÃO: A FÓRMULA PEDAGÓGICO-POLÍTICO-CORRECCIONAL**

Começamos por salientar aqueles que emergem na literatura como possíveis objetivos do trabalho socioeducativo, das medidas socioeducativas e do SINASE posto em prática, para

em seguida problematizarmos algumas questões sobre o objeto e os processos que se formam. É como se perguntássemos a que se dirigem os esforços na execução das MSEs, o que está em foco, norteando as ações, e que mobiliza e justifica as intervenções efetuadas junto aos adolescentes atendidos e a suas famílias. As justificativas sobre a que se objetiva com o trabalho socioeducativo estabelecem uma noção sobre qual é a oferta e, conseqüentemente, sobre qual é a demanda desta Política Pública. Essas mesmas problematizações podem oferecer possíveis parâmetros para a avaliação da efetividade daquilo que se pretende na execução do SINASE.

Algumas finalidades podem ser consideradas muito amplas, até mesmo genéricas, como aparece em Silva (2016), mas também em Nardi e Dell'agilo (2013), pensando a MSE com o objetivo de construção, reconstrução ou estruturação do 'projeto de vida' dos atendidos. Para Bocco (2006), o objetivo é cartografar e co-produzir trajetórias, mas buscando escapar dos especialismos, que controlam, centralizam ou normatizam os sujeitos. Na pesquisa de Munhoz (2013), aparecem como objetivos questões de critério bastante subjetivo, como o 'amadurecimento' e a 'responsabilização' dos adolescentes, mas também finalidades mais observáveis, como 'mudar o comportamento' dos adolescentes. Em Silva (2016), um dos objetivos é o acompanhamento técnico do adolescente, visando inclusão na escola e no trabalho. Busca-se, por consequência, uma transformação do sujeito, que o reposicione ou reconduza sua trajetória, pois a MSE tem a "função de possibilitar aos adolescentes atividades que lhe permitam repensar a vida e criar um novo projeto com autonomia e singularidade" (Conselho Regional de Psicologia [CFP], 2012a, p. 19). Assim, os profissionais operadores das MSEs atuarão como mediadores na formação dos adolescentes, em um processo pedagógico e também político. A fórmula que se repete é o "acompanhamento, auxílio e a orientação" (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente [CONANDA], 2006, p. 44), especialmente na Liberdade Assistida. Para Munhoz (2013, p.68), o "objetivo é orientar, sensibilizar e encaminhar", trabalhando com os adolescentes outras oportunidades e possibilidades.

A dimensão política se apresenta sobretudo na vinculação entre o trabalho socioeducativo e a lógica da garantia de direitos, ou seja, com a "[...] perspectiva de que o adolescente pode ter outras ações, inclusão na sociedade com direitos garantidos" (Pereira, 2017, p. 110). Conforme Silva (2015), as medidas devem resguardar o acesso aos direitos como educação, saúde, esporte, programas sociais, cultura, lazer e profissionalização, já previstos em lei. As MSEs devem oferecer o acesso a direitos garantidos, mas que por variados motivos estão sendo negligenciados (Munhoz, 2013). Para Moraes e Malfitano (2014), os técnicos realizam o acompanhamento das medidas promovendo socialmente o adolescente por meio da articulação entre setores sociais tais como o judiciário e a educação, entre outros. Um híbrido político-pedagógico, portanto, posto que a MSE "deve primar pelo acesso do adolescente a direitos e às oportunidades de superação de sua situação de vulnerabilidade, de ressignificação de sua trajetória e de participação social" (Silva, 2015, p. 71). De um lado, as oportunidades, de outro, a expectativa de que se faça um bom proveito destas ofertas, de forma que o sujeito possa se ressignificar, reorientar-se.

Mas esta intenção político-pedagógica também pode tomar o caminho inverso, velando aspectos disciplinares e normalizadores. É nesse sentido que Munhoz (2013, p. 145) apresenta o termo "imposição dos direitos" para dar luz àquela dimensão de encaminhamentos e 'proteções' estabelecidas a priori pelo juiz de direito - ou interpretadas pelo técnico - que passam a ser obrigatórios, irrecusáveis pelo adolescente, como, por exemplo, a realização de atividades de profissionalização, historicamente vinculado ao atendimento de crianças e adolescentes pobres, ou mesmo quando o direito ao cuidado em saúde é deslocado para uma 'obrigação de tratamento de drogadição' (Munhoz, 2013). Há, ainda, aquilo que a autora nomeia de Individualização

Emoldurada, que é esta antinomia formada pela coexistência entre o princípio de individualização e a padronização do atendimento que é instituída pelos instrumentos legais e pelas expectativas do que seria um bom Plano Individual de Atendimento (PIA). Assim, as MSEs disponibilizam um acervo mais ou menos uniforme de encaminhamentos (escola, trabalho, cursos, serviços de convivência) que podem ter muito mais proximidade com as expectativas hegemônicas de uma boa socialização do que com as necessidades individuais daqueles adolescentes atendidos. Não por acaso, a autora refere que a Liberdade Assistida é entendida pelos técnicos como um “conjunto de tarefas que devem ser cumpridos ao longo da medida” (Munhoz, 2013, p. 54). Mais ainda, afirma que “a condição para que os adolescentes em LA estejam em liberdade é justamente a vigilância e controle de suas ações e de suas famílias, através da inserção em variados serviços públicos” (Munhoz, 2013, p. 69).

Esse ângulo de análise permite-nos destacar a furtiva faceta da ambiguidade entre proteção e punição que caracteriza as MSEs. Segundo Silva (2015), a MSE é sanção aplicada ao adolescente, mas que deve ser composta de ações pedagógicas e de responsabilização, possibilitando a reconstrução de seu projeto de vida. Para Almeida (2014), a MSE é uma resposta sancionatória do estado a um adolescente que comete uma prática infracional, cumprindo o papel de controle social e executando uma sanção jurídico-penal. São objetivos bem assentados em instrumentos oficiais de orientação, como o do Conselho Federal de Psicologia, que afirma que a MSE “[...] abrange aspectos educacionais e sancionatórios” (CFP, 2012a, p. 20), ou o do antigo Ministério do Desenvolvimento Social, para o qual as MSEs “são respostas do Estado, restritivas de direitos e impostas ao adolescente em razão de uma conduta ilícita” (Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário [MDSA], 2016, p. 29).

Como afirma Paula (2011), a MSE representa um investimento de poder sobre a socialização dos adolescentes atendidos, exercido especialmente em instâncias pré-estabelecidas tais como a família, a escola e o mundo do trabalho. Esse poder é dosificado por meio de uma multiplicidade de estratégias refinadas, redesenhadas de modo a dissimular seu papel como instrumentos de controle. De acordo com Munhoz (2013), os técnicos responsáveis pelas MSEs colecionam saberes sobre os jovens e suas famílias, que devem se submeter a uma série de questionamentos e encaminhamentos, assim como cumprir atividades e propostas, colocadas não apenas pela equipe de atendimento, mas pelo juiz responsável pela sentença. Essa dinâmica difusa do controle infracional remete àquilo que é apresentado por Donzelot (1980), quando afirma que a substituição da ação do judiciário pela intervenção educativa pode ser também entendida como uma extensão do tribunal, uma ramificação de seus poderes a cargo do trabalho social. Essa intersecção é também aludida por Munhoz (2013, p.63), quando refere que “os objetivos das medidas são disputados cotidianamente entre os técnicos e os juízes”. O SINASE aproxima e converge duas esferas de trabalho diferentes, que operam em uma ruidosa sintonia. Segundo Silva (2015), o acompanhamento é realizado junto ao adolescente em seu processo de formação e educação, por pessoa designada pelo poder judiciário, geralmente um trabalhador social incumbido da tarefa socioeducativa, um pedagógico-político-correcional. Essa função demarca um lugar antinômico, um ponto de conversão de intervenções ambíguas, pendidas entre os esforços de proteção e a margem da sanção. Esse contexto socioeducativo ressoa nas falas dos Psicólogos e Assistentes Sociais entrevistados na pesquisa de Pereira (2017), evidenciando um questionamento sobre a função ocupada no exercício da Socioeducação, a contradição profissional entre os papéis de mediadores na formação dos adolescentes e o de fiscais. Algo semelhante aparece no trabalho de Munhoz (2013, p. 76), havendo o relato de um curso realizado pela equipe de uma unidade de MSEMA, no qual as medidas socioeducativas

eram descritas “como intermediárias entre o sistema protetivo oferecido às crianças e o punitivo e preventivo oferecido aos adultos”.

A parcela correcional das MSEs pode até mesmo se sobrepor à esfera educativa, o que é observado em relatos sobre concepções profundamente questionáveis que persistem na práxis de algumas equipes operadoras do SINASE. Silva (2016), por exemplo, menciona profissionais da rede de atendimento que entendem o ato infracional pelo viés criminal, avaliando os respectivos adolescentes como criminosos em potencial. Também se verifica a intolerância dos profissionais da própria Assistência Social, que se apegam a expectativas de que os adolescentes atendidos devam ser dóceis e obedientes. Para a autora, há trabalhadores que se portam frente aos adolescentes e as suas famílias como detentores de um saber superior, reproduzindo atitudes higienistas e autoritárias. Silva (2015), por sua vez, menciona ideias conservadoras nos discursos dos profissionais da Socioeducação, mormente de cunho controlador e disciplinador. Refere sobre relações de poder e de autoritarismo na convivência entre técnicos e jovens, havendo ameaças e punições como mobilizadores do cumprimento das MSEs. Por outro lado, existem também equipes descritas como comprometidas, unidas, qualificadas e éticas (Moreira et al., 2014), embora na literatura verifique-se mais espaço para críticas do que para elogios.

## **ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO: ESTRATÉGIAS INDIVIDUAIS E GRUPAIS**

Não poderíamos afirmar que seja comum na literatura a descrição minuciosa daquilo que é propriamente realizado nos chamados atendimentos. Nas execução das MSEs, os atendimentos podem ser individuais ou grupais, internos ou externos, semi-estruturados ou livres, geralmente dedicados aos adolescentes, mas também realizados com suas respectivas famílias (separados ou em conjunto). Entretanto, com base nos exemplos fornecidos pela literatura, poderíamos arriscar destacar três direções que norteiam os usos do atendimento enquanto ferramenta de trabalho. A via Pragmática seria aquela na qual as atividades são realizadas com um objetivo prático ou pedagógico claro, de modo que a intervenção é objetiva e direcionada. Na via Reflexiva, o objetivo é subjetivo, havendo a expectativa direta de um trabalho de si que promova transformações na pessoa, repercutindo tanto internamente quanto na relação dela com o mundo. E, por fim, a via Relacional, na qual a expectativa é a convivência e a construção de vínculos, livre e aberta aos desdobramentos possíveis. São direções que não se opõem como modelos necessariamente distintos, visto que se atravessam e inter-relacionam na execução do atendimento, embora sempre se incline mais a uma ou outra direção.

Nas MSEMAs, boa parte do trabalho é realizado ao longo dos chamados atendimentos técnicos, que possivelmente acompanharão o adolescente por todo o percurso socioeducativo no qual está inscrito. Esses atendimentos podem ser semanais, quinzenais ou até mesmo mensais, caso o adolescente esteja estudando, trabalhando ou fazendo algum curso (Silva, 2016). A modalidade atendimento técnico não é uma exclusividade de nenhuma das profissões que compõem a Socioeducação. Ainda que exista a ocorrência de certos atendimentos exclusivos, como seria a Entrevista Social, realizada pelo Assistente Social (Pereira, 2017), os atendimentos são uma ferramenta interdisciplinar exercida por quase todos os técnicos socioeducativos. Na revisão de literatura realizada por Moreira et al (2014), a escuta se apresentou como a prática mais privilegiada no campo da execução das medidas socioeducativas, sendo descritas modalidades diversas de atendimento e escuta psicológica, sejam psicanalíticas,

comportamentais, baseadas em abordagens sociológicas, assim como métodos derivados de sistemas tais como a Epistemologia Genética ou a teoria das Representações Sociais. No caso específico dos atendimentos do profissional Psicólogo, não há muitas preocupações quanto à escuta reservada aos adolescentes que cumprem medida de internação (CFP, 2010; CONANDA, 2006), ao passo que no meio aberto são constantes as ressalvas de que os atendimentos não devem ser da ordem de uma clínica psicoterapêutica (CFP, 2012a), ainda que sejam espaços de escuta. Portanto, parece haver pouco espaço nas MSEMA para o que poderia se denominar atendimento psicológico, ao menos no sentido *stricto sensu*.

Na realidade apresentada por Munhoz (2013), é no espaço dos atendimentos que se melhor orienta e sensibiliza as famílias para participar de atividades, além de possibilitar a inserção dos adolescentes em oficinas, nos passeios e nos serviços estipulados pelo judiciário, bem como em outros encaminhamentos. Nesse modelo pragmático, os atendimentos são obrigatórios e não duram mais do que 30 minutos. Os técnicos acompanham o cumprimento das tarefas do PIA, orientando e sensibilizando os adolescentes sobre a importância de cumprir a determinação judicial, para evitar sanções e para promover transformações em suas vidas. Levantam também informações sobre o adolescente e suas famílias, dados que não raro já foram repetidas vezes revelados a outros técnicos de diferentes estabelecimentos e organizações. A partir dessas informações, é possível encaminhá-los para uma série de serviços, “[...] fazê-los circular nos lugares considerados certos e agir da maneira considerada adequada” (Munhoz, 2013, p. 69). Os temas tratados nos atendimentos são registrados pelos técnicos, com ênfase naqueles encaminhamentos sugeridos e que em geral remetem à inserção escolar, aos interesses em profissionalização ou a busca por oportunidades de emprego. Dessa forma, os atendimentos seriam também um espaço importante para a produção das informações que levam à escrita do PIA e que subsidiam a escrita dos relatórios.

Outro exemplo bastante pragmático é oferecido por Silva (2015), que relata atendimentos nos quais os adolescentes apenas respondiam perguntas realizadas pelos assistentes sociais, não sendo desenvolvidas quaisquer outras atividades com os adolescentes, o que teria relação direta com a falta de um sentimento de pertença dos adolescentes com o espaço institucional. O envolvimento das famílias no atendimento também seria limitado, estando restrito ao oferecimento de informações durante o processo de acolhida e ao cumprimento dos encaminhamentos propostos.

Para Silva (2016, p.12 e p. 15), esse trabalho prático é motivo de indagação sobre o papel do psicólogo:

Não me confortava exercer um papel orientador, direcionando os jovens que passavam por mim para participar de oficinas culturais e cursos profissionalizantes, regularizando a situação deles na escola, providenciando a documentação, dentre outras alternativas práticas. Considero essa parte importante no processo socioeducativo, porém [...] temos a oportunidade de transformar essa prática em algo mais, como uma ferramenta do conhecimento do sujeito sobre si e sobre as condições que o cercam, auxiliá-lo para que ele consiga sair de uma condição alienante para uma postura mais crítica a respeito de como ele vem construindo sua história

A autora aponta para uma linha mais reflexiva, pensando a Liberdade Assistida como um espaço de escuta e de promoção da palavra por meio dos atendimentos individuais, assim como por intermédio de outros recursos, tais como as artes, que também seriam meios pelos quais os adolescentes poderiam apresentar seus conflitos. Referenciada pela teoria psicanalítica, a escuta do psicólogo nas MSEMA permitiria aos adolescentes ampliarem o autoconhecimento, facilitando a vivência dos sentimentos de amor e ódio, raiva e impotência, elaborando questões internas e contornando melhor suas exigências pulsionais, evitando as expressões violentas.

Percebe-se nos relatos da autora uma aproximação da clínica com o espaço das MSEMA, embora apresentada não como acompanhamento psicoterapêutico, mas como um expediente de esforço criativo na direção do surgimento de significados e de organização simbólica. Ainda que o adolescente não seja voluntário, mas obrigado a cumprir com as sessões de atendimento, o espaço de promoção da palavra estará direcionado ao trabalho interno de si, de autoconhecimento e de desmobilização do sintoma infracional, com a expectativa de que ele possa sair de uma suposta imobilidade. O acompanhamento, deste modo, deveria ultrapassar a função de promoção e acesso a direitos, implicando o sujeito e permitindo o reposicionamento da forma como ele se coloca no mundo.

Zeitoune (2011) oferece duas possibilidades de atendimento<sup>47</sup>, a clínica individual e a conversação clínica, que é uma estratégia coletiva na qual, ofertada a livre exposição da fala, o discurso circula, promovendo debates, reflexões e a discussão viva entre os participantes, produzindo algo novo. A autora afirma que:

É importante criar condições para que eles reflitam sobre a sua realidade, contem suas histórias, formulem suas questões, se impliquem, se posicionem em relação ao seu dizer e que não fiquem, simplesmente, capturados em seus destinos, sem saídas e sem escolhas (Zeitoune, 2011, p. 131)

Na opinião de Bocco (2006), o atendimento pode ser transversal a atividades diversas, seja individualmente ou em grupo. Segundo a autora:

Para acompanhar os processos em curso, não podemos esperar em uma sala-consultório que alguém venha contar os eventos do dia, ou venha pedir atendimento; se o fizermos, corremos o risco de perder a intensidade dos acontecimentos. Dizer que o encontro é possível em qualquer lugar significa que temos de produzi-lo em qualquer lugar, circulando pelos corredores, estando com o jovem fora do espaço instituído com a psicologia ou criando atividades fora dos prédios onde normalmente ficamos (Bocco, 2006, p. 111)

Essa estratégia se fez presente no relato de Bocco e Lanzarotto (2004), no qual um grupo foi constituído para a preparação de adolescentes em cumprimento de MSE antes de uma experiência de intercâmbio no Canadá, promovida por um acordo entre governos. Essa modalidade transcorreu pela via relacional, na qual as reuniões do coletivo eram chamadas de ‘encontros’, não havendo necessariamente uma preparação prévia de atividades, nem a obrigação do comparecimento. Embora esses encontros tivessem como objetivo específico o planejamento da viagem, o grupo era aberto à discussão de temas emergentes, servindo para refletir sobre aquilo que se apresentava no desejo de fala, assim como para discutir o cotidiano dos jovens, fortalecendo os laços entre os participantes.

Munhoz (2013) também apresenta algumas possíveis modalidades de atendimento em grupo. Os ‘Grupos de Famílias’ podiam ser palestras, grupos temáticos ou festas em datas comemorativas, assim como reuniões realizadas com a presença da equipe e da coordenação. Nesses espaços, em geral, eram trabalhadas questões pragmáticas como a autoridade paternal, as responsabilidades com a escola e com o acompanhamento dos filhos, assim como a necessidade de resiliência frente às dificuldades enfrentadas.

Outra modalidade grupal eram as terapias comunitárias, também chamadas de ‘Grupos de Apoio às Famílias’. Estes grupos pretendiam ser espaços de troca de experiências entre as mães, com a expectativa de que por meio do compartilhamento de vivências os participantes poderiam buscar recursos internos para lidar com a situação na qual seus filhos se encontravam, ainda que instruídas a não se aconselhar mutuamente. A participação das famílias nesses grupos se dava por meio de convite, embora existissem casos nos quais o Juiz a determinasse judicialmente (Munhoz, 2013).

<sup>47</sup> Embora citado por Silva (2016) para contribuir com o acompanhamento em meio aberto, o trabalho de Zeitoune (2011) refere-se ao atendimento de medidas socioeducativas de Internação e Semiliberdade.

Uma terceira estratégia grupal seriam as oficinas, como por exemplo as arte-educativas. Realizadas por educadores oficinairos, estas surgem como espaços onde linguagens variadas, tais como o grafite e o artesanato (Munhoz, 2013), o esporte (Antunes & Silva, 2018) e a música (Moraes & Malfitano, 2014), são utilizadas como estratégia. Essas abordagens não necessariamente representam o objetivo precípua da oficina, pois sua função seria promover a convivência e a coletivização, assim como trabalhar transversalmente outros possíveis objetivos educativos. No trabalho de Silva (2015), há o relato de oficinas e palestras como estratégia coletiva e educativa, girando em torno de temas variados, como por exemplo saúde, orientação sexual e vínculos familiares. Essas atividades tinham como foco os adolescentes, mas também podiam alcançar a seus familiares. Em Antunes e Silva (2018, p. 173), o esporte podia ser aplicado de duas maneiras:

No caso da LA, o esporte serve como um mecanismo auxiliar na ressocialização, uma vez que é inserido na medida como uma oficina educativa. Já na PSC, uma das opções de que a unidade dispõe atualmente para o cumprimento da medida é a inserção do jovem em um projeto esportivo, no qual o esporte assume a condição central na ressocialização

Segundo o autor, os profissionais das MSEMA classificavam o esporte como dotado da potência de formação ética e moral, assim como sendo uma atividade possível para a ocorrência de interações sociais as quais possibilitariam o trânsito de valores. O jogo esportivo formaria uma homologia com a vida social, havendo papéis, funções, regras e normas de conduta, exigindo o trabalho em equipe e o respeito aos intervalos de atividade e descanso. Prevendo punições a infrações, representaria um treinamento para o exercício cívico.

Na narrativa de Munhoz (2013), os adolescentes eram convidados a participar de oficinas, embora os técnicos também pudessem decidir sobre a obrigação da presença de algum de seus atendidos nessas atividades. Com a difícil tarefa de manter os adolescentes por tempo suficiente no estabelecimento, os oficinairos só liberavam os adolescentes no final das aulas, quando então ocorria a distribuição dos vales-transportes. A recusa em participar das oficinas era punida com a ausência do registro de presença, o que era constantemente debatido em equipe, problematizando a oposição entre as práticas de 'obrigar' e de 'convencer'. Portanto, ao mesmo tempo em que a experiência coletiva possa potencializar-se como um dispositivo grupal<sup>48</sup> (Barros, 2009), há também o risco de carregar consigo o investimento em um aparato disciplinar.

## **O TRABALHO EXTERNO: ALARGAMENTO DO CAMPO DE INTERVENÇÃO**

Encontrando-se os jovens no gozo de suas liberdades, um agenciamento coletivo muito comum nas MSEMA são os eventos externos aos estabelecimentos de atendimento. Em boa parte, as saídas se relacionam com a realização dos encaminhamentos mediados pelos técnicos, mas também são visadas para a realização de atividades mais lúdicas. Para Bocco (2006), uma estratégia coletiva importante eram as saídas sistemáticas pela cidade, produzindo a circulação dos jovens. Em Silva (2015), por exemplo, os passeios estavam vinculados ao Eixo Esporte, Cultura e Lazer e ocorriam por meio de visitas lúdicas, pelo acesso a eventos culturais ou esportivos, assim como pela organização de atividades recreativas. Na experiência de Munhoz, (2013), os passeios tinham função educativa. Eram eventos externos agendados esporadicamente, geralmente visitas a pontos turísticos ou interessantes da cidade, com o objetivo de possibilitar aos adolescentes explorarem lugares que não conheceriam sozinhos.

<sup>48</sup> Barros (2009) propõe que o grupo seja um espaço de experimentação, de trocas, de uma abertura que promova processos de subjetivação em modos múltiplos e não individualizantes.

Os técnicos controlavam quais adolescentes seriam convidados e o crivo comumente era a previsão daqueles que seriam capazes de se comportar nessas saídas.

A abertura de possibilidades do acompanhamento de medidas a céu aberto (LIMA, 2009) faz também com que o limite de intervenção, proteção e fiscalização se alargue. O ambiente no qual o adolescente vive, assim como as relações familiares e comunitárias que estabelece no território deixam de ser apenas uma fonte para o inquérito e a formulação de saberes:

Se, na internação, os procedimentos institucionais totalizadores se opunham à vida familiar, impedindo sua transformação em objeto privilegiado de tratamento, as barreiras por eles colocadas não aparecem nas intervenções da liberdade assistida, uma vez que ela não se contrapõe à vida doméstica do assistido. Assim, suas intervenções se estendem em direção às famílias e às relações que o adolescente estabelece com seu contexto de origem, fazendo delas não somente fonte de produção de saberes sobre as condutas infracionais, mas também alvos da intervenção (Paula, 2011, p. 11).

O trabalho externo faz-se necessário para dar conta desse alcance institucional que abrange a rede de serviços e os territórios onde os adolescentes vivem. Boa parte destas ações são representadas pelas visitas domiciliares, realizadas sistematicamente como importante ferramenta da tecnologia socioeducativa e uma das principais tarefas dos técnicos dos serviços (Moraes & Malfitano, 2014).

No relato de Munhoz (2013), as visitas domiciliares eram realizadas para verificar se o PIA estava de fato sendo cumprido, ou seja, tinham caráter fiscalizatório. O recebimento de visitas era obrigatório, o que era esclarecido às famílias tão logo iniciavam a MSE. Além de contemplar o PIA, as visitas objetivavam conhecer a dinâmica familiar na medida em que “[...] uma série de saberes e registros sobre a “dinâmica familiar” do adolescente passa a ser fundamental para o andamento da medida socioeducativa” (Munhoz, 2013, p. 78). As visitas podiam ser realizadas com o intuito de convocar para atendimento aqueles adolescentes que estivessem faltando às atividades, porém eram realizadas de qualquer forma, ainda que estivessem cumprindo idealmente as disposições da MSE. Não eram agendadas e nem anunciadas com antecedência, sendo que, por questões de segurança, os profissionais nunca as operacionalizavam sozinhos.

No relato de Silva (2015), na maioria das vezes as visitas encarnavam a função de um procedimento de busca ativa<sup>49</sup>, motivada por faltas consecutivas dos adolescentes. A periodicidade variava de acordo com os recursos humanos e materiais disponíveis em cada polo de atendimento, podendo ser semanais ou quinzenais. Em pelo menos um dos polos investigados, as visitas eram realizadas sem aviso prévio.

Segundo a investigação de Paula (2011), via de regra, uma visita era realizada no início da MSE e outra no final do acompanhamento. Ao longo desse tempo, outras visitas podiam ser empregadas de acordo com a frequência dos adolescentes e dos seus familiares no atendimento. Isso formava uma correlação: quanto menor a frequência dos usuários no serviço, maior o número de visitas que seriam recebidas. As incursões ao território eram concentradas em um único dia da semana, separados os outros para as demais atividades. Eram sempre realizadas em duplas, o que era justificado pelo argumento técnico de permitir a troca de impressões sobre a realidade verificada, mas também pela necessidade de melhor garantir a segurança dos trabalhadores. As visitas domiciliares serviriam para ter real acesso a como os adolescentes e suas famílias viviam.

Nas MSEMA, há também a constante necessidade de se realizar visitas institucionais, o que é especialmente retratado por Feltran (2011), quando descreve uma abordagem etnográfica em meio à rede de atendimento para adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida na cidade de São Paulo. Acompanhando um dia de trabalho da equipe de uma unidade de

<sup>49</sup> Denomina-se Busca Ativa os esforços mobilizados por iniciativa do serviço de atendimento a fim de acessar um usuário e vinculá-lo ao acompanhamento, seja por que ele se distanciou dos atendimentos ou pelo fato de que ainda não está sendo atendido.

execução de MSEMA, o autor transita entre organizações diversas, tais como escolas públicas, unidades de internação e até mesmo delegacias, além de outros espaços comunitários. Essa peregrinação é um reflexo da aposta metodológica do SINASE. O trabalho em meio aberto se baseia no princípio da incompletude institucional, de modo que os adolescentes devem ser atendidos em diferentes programas e serviços públicos (CONANDA, 2006), mediante a integração com as redes intersetoriais e socioassistenciais do município. Essa tarefa é desempenhada em movimento, visto que para materializar as relações interinstitucionais e operar o atendimento extramuros é necessário o deslocamento efetivo da equipe. O estabelecimento de parcerias entre as equipes do SINASE e as equipes das demais políticas é considerado imprescindível para o trabalho socioeducativo (MDSA, 2016), sendo esperado dos operadores da Socioeducação a “sensibilização e a mobilização das equipes de educação, assistência social, saúde, segurança etc., para lidarem com os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa” (Silva, 2015, p.103). Para Silva (2015), ainda, é importante haver um plano de marketing social para divulgação do programa e promover o envolvimento da comunidade com o processo socioeducativo, o que é previsto nas normativas oficiais para ser operado junto aos meios de comunicação (CONANDA, 2006).

Parte dessa estimulação de parcerias está vinculada a uma exigência legal, que é o conveniamento de espaços que acolham os adolescentes para a realização das PSCs. Observa-se na literatura uma diversidade de campos possíveis, tais como Unidades Básicas de Saúde, unidades escolares (Munhoz, 2013), hospitais, delegacias, Igrejas católicas e evangélicas, policlínicas, Conselhos Tutelares (Silva, 2015), hortas, projetos comunitários, viveiros municipais, secretarias de governo e em estabelecimentos da própria Assistência Social (Pereira, 2017). Esse trabalho de abertura e manutenção das parcerias pode ser árduo, pois há dificuldades em encontrar unidades dispostas a receber os adolescentes, devido ao preconceito e à falta de interesse dos gerentes locais em se tornarem referências socioeducativas (Silva, 2015). Os profissionais das MSEMA mantêm um acompanhamento regular das atividades de prestação, visitam o local onde os adolescentes exercem suas obrigações, produzem relatórios sobre o número de horas cumpridas e sobre o comportamento dos jovens nos ambientes onde estão inseridos (Munhoz, 2013).

## **ENCAMINHAMENTOS: ADAPTAÇÃO EM NOME DA PROTEÇÃO**

Outra parte do acompanhamento socioeducativo está ligada aos chamados encaminhamentos. Segundo Silva (2015), estes se dão de duas formas, por orientação e por acompanhamento. Na primeira, os adolescentes e familiares são constantemente mobilizados a realizar os procedimentos necessários a algum encaminhamento, como, por exemplo, a matrícula escolar e a obtenção da documentação pessoal. A segunda forma é o acionamento dos serviços pelos próprios profissionais da Socioeducação, acompanhando os adolescentes, geralmente quando os familiares encontram dificuldades de acesso a rede pública.

Segundo Munhoz (2013), as intervenções “são fortemente direcionadas ao oferecimento de encaminhamentos, apresentados como oportunidades” (Munhoz, 2013, p.146), de modo que mais da metade do tempo técnico é dispendida nessas tentativas de encaminhar os seus adolescentes. Incluir os adolescentes nos serviços intersetoriais e socioassistenciais torna-se um termômetro do bom trabalho desenvolvido, pois acredita-se que a proteção dependerá dos encaminhamentos que serão efetivados. Neste sentido, o atendimento socioeducativo nas MSEMA é em boa parte

estruturado por meio de ações de inclusão dos seus usuários nas diversas ofertas de políticas públicas. Essa dimensão é institucionalizada de variadas formas no cotidiano de trabalho, seja pela existência de documentos específicos para encaminhamentos junto a rede de serviços (Pereira, 2017), na previsão de atividades de profissionalização exigidas no Plano Individual de Atendimento (Lei nº. 12.594, 2012; Lei nº. 8.069, 1990) ou na construção de metodologias baseadas em fluxos de encaminhamentos, como foi relatado por Silva (2015, p. 72):

O polo desenvolve o atendimento de acordo com o Plano de ação anual. Essas atividades estão organizadas em eixos temáticos de Educação, Saúde, Profissionalização, Empregabilidade, Esporte, Cultura e Lazer conforme preconiza o ECA. No primeiro eixo, os esforços do Polo se direcionam para viabilizar a inserção escolar dos adolescentes. No segundo, são oferecidas oficinas à família e aos adolescentes correlacionadas à temática. No terceiro e quarto são viabilizadas a inserção de alguns adolescentes que se encaixem no perfil dos programas de profissionalização ofertados pela iniciativa do Governo Federal, ou SENAI, ou mesmo o Governo do Estado por meio do CETAM. Já em relação aos demais eixos, o polo viabiliza a visita dos adolescentes ao Zoológico ou Bosque da Ciência e acesso aos programas ou eventos culturais, esportivos nas quadras das escolas dos bairros adjacentes à unidade socioeducativa, que são promovidos pelo Governo Estadual ou Prefeitura. Além disso, a unidade desenvolve dois projetos: o Projeto Saúde e Vida, que trabalha no controle do uso de substâncias psicoativas; e o Projeto Minha Horta Cidadã, cujo objetivo é promover qualidade de vida e sustentabilidade para as famílias atendidas pela unidade

Dentre os encaminhamentos, a escolarização e a profissionalização se destacam. No cenário pesquisado por Munhoz (2013), por exemplo, os técnicos se dedicavam todas as semanas à difícil tarefa de enfrentar a ausência de vagas escolares e matricular seus adolescentes, um exercício que englobava não somente o trato com a rede de ensino, mas também o convencimento dos próprios adolescentes quando apresentavam oposições a retomar o ensino formal. Privilegiava-se do mesmo modo a profissionalização, que envolvia diligenciar na busca de oportunidades e demover resistências, tais como as exigências formais dos cursos disponíveis ou a falta de interesse dos próprios adolescentes. Havia o caso de adolescentes que se interessavam por uma graduação em curso superior ou por cursos que não estavam no leque de possibilidades de encaminhamentos, baseados em ofertas de qualificação para o trabalho braçal ou operacional. Essas possibilidades parecem estar fora da alçada das MSEs, de modo que os técnicos os viam como objetivos distantes e irreais.

Benelli (2014b) discute a lógica da profissionalização em entidades assistenciais socioeducativas, interrogando precisamente a natureza daquilo que geralmente se oferta às populações pobres. Para o autor, nas entidades assistenciais, o mercado de trabalho é extremamente valorizado como estratégia de integração, seja pelo complemento financeiro na economia doméstica das famílias, seja pelo imperativo moral do labor ou sobre as expectativas educativas quanto ao exercer laboral. Isso dificulta a problematização dos efeitos dessas práticas, assim como a possibilidade de vislumbrar outras perspectivas. Os educadores sociais pouco se questionam sobre o fato de que necessariamente seja ofertado aos jovens pobres quase que apenas a alternativa de se preparar para ser mão de obra semiqualficada (Benelli, 2014b; Benelli & Ribeiro, 2014), reproduzindo a divisão social do trabalho e investindo em um modelo no qual a expectativa é formar trabalhadores para ocupações precárias, informais e de pouca rentabilidade. No limite, a oferta de formações pseudoprofissionalizantes retroalimenta a produção de adolescências desiguais, na medida em que o ensino ao jovem pobre objetiva sua açodada inserção no mercado de trabalho, ao passo que a expectativa quanto aos demais jovens, de classe média ou alta, é a de que se dediquem a escolarização e ingressem no ensino superior. Problematização semelhante é apresentada por Nascimento e Scheinvar (2005), que apontam para a disparidade entre as possibilidades educacionais das famílias mais abastadas, educadas tendo a relação familiar como referência e com expectativas pedagógicas relacionadas

ao sentido lúdico, psicomotor e afetivo de sua formação, sem preocupação direta com o mercado de trabalho, ao contrário da proteção filantrópica que é destinada ao jovens pobres, na qual a expectativa é a de educar para a inserção precoce e imediata no mundo do trabalho.

Porto Filho (2012), ao investigar as produções de sentido verificadas no trabalho de diversos atores sociais do SINASE, revela que em geral os profissionais incentivam a oferta da qualificação profissional e entendem que a aproximação com o mercado de trabalho é uma aposta importante para a transformação da vida de adolescentes em conflito com a lei. Silva (2016, p. 19) também classifica o retorno à escola e a inserção laboral como uma “mudança da realidade social” do adolescente, embora conclua que esta não é suficiente para o abandono de trajetórias infracionais. Juntamente com o retorno escolar, o direcionamento dos adolescentes a cursos profissionalizantes é entendido como um aspecto fundamental do acompanhamento, representando um dos principais papéis da MSE no contexto de vida dos jovens atendidos (Nardi & Dell’aglio, 2013). Não por acaso, tomando como exemplo o estado de São Paulo, os dois principais encaminhamentos realizados na realidade do SINASE em meio aberto são justamente direcionados a cursos de profissionalização e à educação (Morais & Malfitano, 2014).

Como decorrência disso, observa-se que nas MSEM não é raro que os profissionais dediquem parte significativa de seu tempo a tarefas relacionadas à formação profissional e a empregabilidade dos adolescentes, seja estabelecendo parcerias com entidades profissionalizantes (Silva, 2015), seja organizando, atualizando e cultivando um rol de oportunidades disponíveis de cursos e atividades (Pereira, 2017), de maneira que esse expediente se torna parte do fluxo de trabalho. Essa dedicação à qualificação e à colocação profissional não apenas emerge de concepções particulares sobre os aspectos positivos ou pedagógicos da dimensão laboral, mas é diretamente prescrito às entidades socioeducativas pelas normativas oficiais:

[...] 3) oferecer ao adolescente formação profissional no âmbito da educação profissional, cursos e programas de formação inicial e continuada e, também, de educação profissional técnica de nível médio com certificação reconhecida que favoreçam sua inserção no mercado de trabalho mediante desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes. A escolha do curso deverá respeitar os interesses e anseios dos adolescentes e ser pertinente às demandas do mercado de trabalho; 4) encaminhar os adolescentes ao mercado de trabalho desenvolvendo ações concretas e planejadas no sentido de inserilos no mercado formal, em estágios remunerados, a partir de convênios com empresas privadas ou públicas, considerando, contudo, o aspecto formativo (CONANDA, 2006, p. 64)

Encaminhar e garantir que os jovens estejam cumprindo as recomendações é parte significativa do trabalho realizado e um indicativo do avanço da medida socioeducativa, dado que os encaminhamentos se endereçam à garantia de acesso a direitos e, conseqüentemente, à proteção social. Aquilo que será eleito como um direito a ser devidamente acessado pode ser algo imposto pelo juiz ou avaliado pelo técnico. Essas metas de acompanhamento nem sempre são reconhecidas e acatadas pelo adolescente, ainda que por rebeldia ou imaturidade, mas tornam-se irrecusáveis no contexto de exigências do acompanhamento socioeducativo. O acatamento desses direcionamentos que vão surgindo nos atendimentos é tomado como uma demonstração do amadurecimento do adolescente atendido, o que é interpretado a partir do seu comprometimento ou de sua iniciativa (Munhoz, 2013). Evidencia-se a relação ambígua entre a imposição e a proteção “(...) a difícil tarefa dos técnicos é a de manejar essas duas formas de inteligibilidade em seus argumentos e ações: a da imposição punitiva, e a da oportunidade transformadora - ora nas conversas com os meninos, ora na elaboração de documentos ao Judiciário” (Munhoz, 2013, p. 89)

Um reflexo dessa relação pode ser visualizado na constante problematização da expressão ‘assinar a medida’, muito comumente utilizada pelos adolescentes quando se referem aos

atendimentos das MSEs. A expressão “assinar a medida” negaria todo o esforço empreendido e a qualificação que se acredita estar presente na tecnologia do acompanhamento socioeducativo. Por um lado, soa aos trabalhadores sociais como uma minimização daquele trabalho que é realizado: atendimentos, grupos, encaminhamentos etc. Por outro, há uma preocupação sobre os efeitos embaraçosos que essa expressão poderia causar quando ao alcance dos ouvidos dos operadores do judiciário – no ensejo de uma audiência, por exemplo. Deve-se corrigir essa expressão, pois “uma medida socioeducativa, dizem os técnicos aos meninos, deve ser mais do que assinar um papel ou comparecer semanalmente ao núcleo” (Munhoz, 2013, p. 67).

Esta dupla inteligibilidade não representa uma contradição de objetivos, mas sim uma aliança, uma estratégia. As práticas desenvolvidas, ainda que bem-intencionadas e afetuosamente disponibilizadas, não escondem o seu apelo disciplinar:

Estas intervenções se dão in loco, através de uma aliança entre repressão e assistência, que capilariza e ramifica os investimentos aos adolescentes e às suas famílias [...] se pulveriza em uma série de outras instituições que se apresenta como a rede de atendimentos (Munhoz, 2013, p. 16)

## **CONCLUINDO: A INVISIBILIDADE REPRESSIVA DA SOCIOEDUCAÇÃO**

O vínculo é uma categoria importante na Política de Assistência Social, entendido como um atributo da existência humana e um resultado direto da relação de convivência (Ministério do Desenvolvimento Social, 2017). Espera-se que, em uma relação, as pessoas se afetem, deixem marcas recíprocas, mobilizem-se e produzam transformações. A concepção de convivência e fortalecimento de vínculos tem como direção favorecer a coesão familiar e comunitária, beneficiando a mútua ajuda e a superação de dificuldades, assim como a composição de forças políticas a partir da potencialização dos encontros entre usuários. Ao mesmo tempo, a formação de vínculos entre o profissional e o usuário é encarada como uma composição de laço de afeição e confiança que permite configurar uma relação de referência, de um ‘contar com’ que facilite a aproximação e a intervenção no grupo familiar. Estabelecer confiança, interessar-se, dedicar-se e ter disponibilidade para o adolescente compõe, portanto, uma ferramenta tomada como condição para o sucesso das atividades, uma chave para abrir a porta de entrada dos direitos, de forma que seria função do profissional se deixar afetar pelo sofrimento do outro (Munhoz, 2013).

Portanto, o vínculo com o usuário contempla essas duas expressões. Por um lado, supõe uma categoria humana, contratransferencial, que surge na relação com o usuário e deve ser manejado apropriadamente pelo profissional. Por outro lado, é uma ferramenta de grande utilidade prática no atendimento, uma estratégia de contato, de acesso ao usuário, que permite a confiança necessária para operar as intervenções que serão exigidas ao longo do processo de acompanhamento. O vínculo é contágio, assim como uma ação política, uma estratégia que mescla o poder e o afeto, justificando e atenuando a percepção de controle e intromissão que marca as MSEMAs.

Boa parte das estratégias referidas neste texto se assemelham com práticas antecessoras ao SINASE (Lei nº. 12.594, 2012) e até mesma ao ECA (Lei nº. 8.069, 1990). De acordo com Paula (2011), com o surgimento da FEBEM-SP em 1976, a Assistente Social Ruth Pistori, uma das 04 profissionais então responsáveis pelo acompanhamento da medida de Liberdade Vigada em todo o território da cidade de São Paulo, teve o ensejo de conciliar a sua prática socioeducativa com a militância na Igreja Católica. Com o apoio da Arquidiocese de São Paulo, iniciou-se em 1977 a experiência da Liberdade Assistida Comunitária (LAC), que naquele primeiro

ano realizou a orientação de 82 adolescentes, utilizando para isso a mão de obra de casais missionários do que viria a se tornar a Pastoral do Menor.

A LAC combinava aspectos caritativos e a ênfase no trabalho com uma tecnologia social inovadora. Os casais eram apresentados como amigos da família que os ajudariam a conseguir emprego, a retomar a escolarização e a melhor utilizar os recursos da comunidade. O princípio do trabalho consistia na aproximação e no estabelecimento de uma relação de confiança junto aos adolescentes. Sustentava-se uma dimensão de trabalho missionário, no qual os orientadores deslocavam-se de seus meios sociais de origem para incursionar pela pobreza, estabelecer vínculos, mediar reivindicações e transferir experiências próprias, assumindo um lugar de referência. Havia a obtenção e gestão de doações de vestuário e de itens domésticos, objetivando minorar os impactos da pobreza. Ao mesmo tempo, empenhavam-se na obtenção de vagas de trabalho para os adolescentes, mantendo uma rede de relações com empregadores. Inovavam no sentido de estabelecer uma metodologia de intervenção comunitária, que envolvia a aproximação e leitura do contexto territorial onde as famílias viviam, com o levantamento dos recursos e serviços disponíveis. Deste modo, havia uma alçada política, na qual os orientadores deveriam “articular os serviços existentes em redes, reivindicar a criação de novos serviços e a ampliação dos recursos” (Paula, 2011, p. 91).

Além da lógica de território, a execução da LAC continha outros precursores de estratégias contemporâneas, tais como o esclarecimento e a orientação sobre o motivo da medida aplicada (atual interpretação da medida) e a construção de um projeto educativo individual (hoje, Plano individual de atendimento). Seus objetivos também traduzem aspirações contemporâneas, como o desenvolvimento do potencial do jovem, a reconstrução de seu projeto de vida e o fortalecimento do seu relacionamento familiar, comunitário e social (SANTOS, 2006).

A profissionalização do SINASE, com a utilização do conhecimento técnico-científico da Psicologia e das Ciências Sociais para o aperfeiçoamento das práticas socioeducativas não significa, por si só, rupturas com modelos interventores e correccionais que estão historicamente vinculados ao trabalho social. Amainar e diluir a visibilidade repressiva das MSE, ainda hoje, é uma estratégia não apenas direcionada ao usuário, mas presente na própria auto-percepção do trabalho realizado na Socioeducação. As ações e intervenções dos trabalhadores sociais estão protegidas em um modelo lógico no qual a Proteção Social justifica o acompanhamento, ainda que, no limite, possa ser invasivo e normalizador. Deste modo, a dimensão repressiva da execução das MSE não é facilmente reconhecida por aqueles que a executam.

Os adolescentes em cumprimento de MSEs estão submetidos a uma planificação e a uma captura de seus modos de viver pelos diversos campos de saber, a Psicologia, o Serviço Social, a Pedagogia, o Direito, que assumem para si o exercício de um controle sobre seu futuro (Silva & Hünning, 2013). Quanto mais o adolescente apropriar-se daquilo que está programado, quanto mais participar da rotina de atendimentos, menos receberá intervenções (Paula, 2011) e mais longe estará de uma possível punição. Por meio de um escopo pedagógico-assistencial, gerencia-se a vida, regula-se o cotidiano, cuida-se para que o devir permaneça dentro de um projeto.

Sem a devida autocrítica, a metodologia da Socioeducação reencena um tácito e pragmático conservadorismo que parece entender que, para a juventude pobre, todo tempo é perdido se não estiver voltado a algum tipo de estratégia de formação/normalização que aponte para o futuro próximo. Existe nisso um inconfessável receio de que, sem a devida vigilância, os contextos e convívios vivenciados por adolescentes pobres os colocará em risco, cedo ou tarde. A saída possível torna-se fazer convergir vigilância, exame e rotina, por meio das inscrições Disciplinares, “vigiá-los, durante o período estipulado na medida e, paralelamente, conduzi-

los a zonas de maior vigilância, tais como escola, trabalho etc. Essas zonas de vigilância substituem gradativamente ao final da medida o pedagogo judicial” (Saliba, 2006, p. 121).

Por isso é necessário rediscutir continuamente o trabalho realizado na operacionalização do sistema socioeducativo, de modo a colocar o SINASE entre parênteses, buscando não apenas reproduzir as violências que oficialmente ele se propõe a intervir.

## REFERÊNCIAS

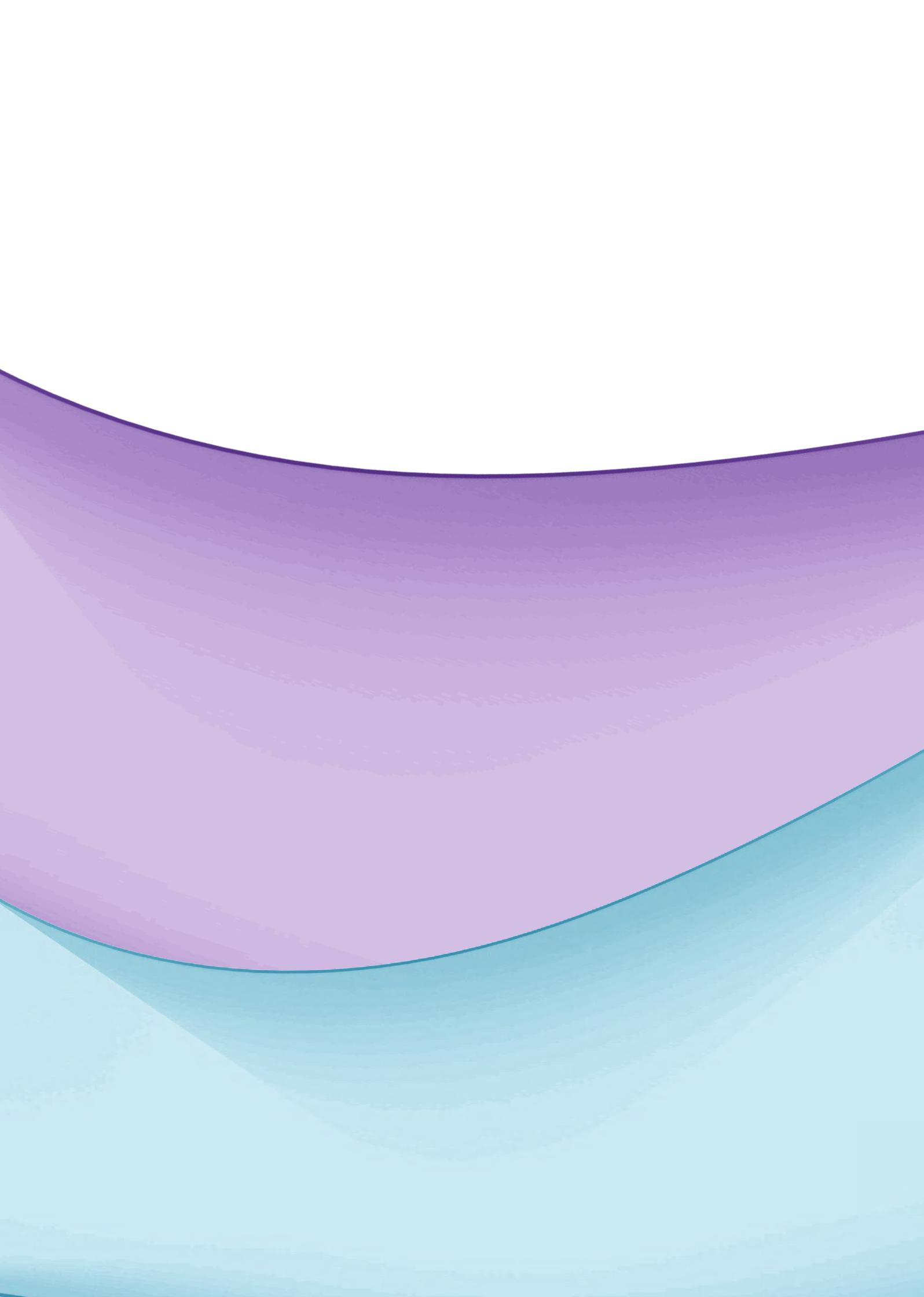
- Almeida, R. M. M. (2014). *O elaborar da vergonha e da raiva: desatando nós para o trabalho socioeducativo*. [Tese de Doutorado em Psicologia, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-10112014-164652/publico/almeida\\_corrigida.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-10112014-164652/publico/almeida_corrigida.pdf)
- Antunes, S. E. & Silva, O. G. T. (2018). Entendimentos e concepções dos profissionais do Creas sobre o papel do esporte nas medidas socioeducativas PSC e LA. *Rev. Bras. Ciênc. Esporte*, 40(2), 170-176. <https://www.scielo.br/j/rbce/a/jwxvxPNtnKjydFHnq5FkDS/abstract/?lang=pt>
- Baremlitt, G. (1998). *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática*. (4a ed.). Record/Rosa dos Ventos.
- Barros, R. B. (2009). *Grupo: a afirmação de um simulacro*. (2a ed.). Sulina/Editora da UFRGS.
- Benelli, S. J. (2003). *Pescadores de homens: a produção da subjetividade no contexto institucional de um seminário católico*. [Dissertação de Mestrado em Psicologia, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis]. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP\\_b78c4e014d7e1f15631ddaeb37ce2ec1](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_b78c4e014d7e1f15631ddaeb37ce2ec1)
- Benelli, S. J. (2014a). As éticas nas práticas de atenção psicológica na assistência social. *Estudos de Psicologia*, 31(2), 269-287. <https://www.redalyc.org/pdf/3953/395335440012.pdf>
- Benelli, S. J. (2014b). *Entidades Assistenciais Socioeducativas: a trama institucional*. Vozes.
- Benelli, S. J. (2020). O campo socioassistencial e as figuras diversas do trabalhador social. In: S. J. Benelli. *Psicologia e Assistência Social: interfaces políticas, clínicas e éticas*. (pp. 139-161). CRV.
- Birman, J. (2006). Sobre o mal-estar, na modernidade e na brasilidade. In: J. Birman. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. (pp. 57-78). Civilização Brasileira.
- Bocco, F. (2016). *Cartografias da infração juvenil*. [Dissertação de Mestrado, Centro de Estudos Gerais, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense]. Portal Domínio Público. [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=29195](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=29195)
- Bocco, F. & Lazzarotto, G. D. R. (2004). (infr)atores juvenis: artesãos de análise. *Psicologia & Sociedade*, 16(2), 37-46. <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/19855>
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. (2006). *Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo – SINASE*. Conanda. [https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/acoes-e-programas/sinase\\_integra.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/acoes-e-programas/sinase_integra.pdf).
- Conselho Federal de Psicologia. (2010). *Referências técnicas para atuação de psicólogos no âmbito das medidas socioeducativas em unidades de internação*. Conselho Federal de Psicologia.
- Conselho Federal de Psicologia (2012). *Referência Técnica para Atuação de Psicólogos(os) em Programas de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto*. Conselho Federal de Psicologia.
- Cordovio, F. (2011). Adolescentes em conflito com a lei, supostamente autores de ofensas sexuais. In: J. M. C. M. Motta, & L. F. Alves. *Psicodrama: Ciência e arte* (pp. 130-142). Ágora.

- Costa-Rosa, A. (2013). *Atenção Psicossocial além da Reforma Psiquiátrica: contribuições a uma Clínica Crítica dos processos de subjetivação na Saúde Coletiva*. Editora Unesp.
- Donzelot, J. (1980). *A Polícia das famílias*. Edições Graal.
- Feltran, G. S. (2011). Diário intensivo - a questão do adolescente em conflito com a lei em contexto. *Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade*, 4(1), 01-44.
- Gallo, A. E. (2008). Atuação do psicólogo com adolescentes em conflito com a lei: a experiência do Canadá. *Psicologia em Estudo*, 13(2), 327-334. <https://www.scielo.br/j/pe/a/yXFSNY5DYf9rJ7KDTgQLmgg/abstract/?lang=pt>
- Gomide, P. I. C. (Org). (2011). *Comportamento Moral: uma proposta para o desenvolvimento das virtudes*. Juruá.
- Guattari, F. & Rolnik, S. (1996). *Micropolítica: Cartografia do desejo*. (4a ed.). Vozes.
- Foucault, M. (2015). *Microfísica do poder*. (2a ed.). Paz e Terra.
- Jefferies, J. (1992). O que estamos tentando fazer aqui é desarmar bombas: psicodrama com delinquentes graves. In: P. Holmes, & M. Karp. *Psicodrama: Inspiração e Técnica* (pp. 223-236). Ágora.
- Latour, B. (2011) *Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. (2a ed.). Editora Unesp.
- Law, J. (2004). *After Method: Mess in social science research*. Routledge.
- Lei nº. 8.069, de 13 de junho de 1990. (1990). *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. [http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Leis/L8069.htm)
- Lei nº. 12.594, de 18 de Janeiro de 2012. (2012) *Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional*. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm)
- Lima, C.B. (2009). *Jovens em conflito com a Lei: liberdade assistida e vidas interrompidas*. Eduel.
- Lourau, R. (2014). *A Análise Institucional*. (3a ed.). Vozes.
- Ministério do Desenvolvimento Social. (2017). Secretaria Nacional de Assistência Social. *Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos*. Secretaria Nacional de Assistência Social. [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/concepcao\\_fortalecimento\\_vinculos.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/concepcao_fortalecimento_vinculos.pdf)
- Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. (2016). *Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto*. Secretaria Nacional de Assistência Social. [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/caderno\\_MSE\\_0712.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/caderno_MSE_0712.pdf)
- Morais, A. C & Malfitano, A. P. S. (2014). Medidas Socioeducativas em São Paulo: os serviços e os técnicos. *Psicologia & Sociedade*, 26(3), 613-621. <https://www.scielo.br/j/psoc/a/bFZwzX3x57dtCLW4G3CpGZh/abstract/?lang=pt>
- Moreira, J. O., Souza, J. M. P., Melgaço, P., Guerra, A. M. C. & Peixoto, M. L. V. (2014). Os Desafios da Aplicação das Medidas Socioeducativa no Brasil: Uma Reflexão sobre Diferentes Relatos de Experiências. *Psychologia Latina*, 5(1), 1-10. [https://psicologia.ucm.es/data/cont/docs/29-2014-07-29-01%20OLIVEIRA%20\(2\).pdf](https://psicologia.ucm.es/data/cont/docs/29-2014-07-29-01%20OLIVEIRA%20(2).pdf)
- Munhoz, S. R. (2013). A construção do atendimento em um núcleo de medidas socioeducativas em meio aberto. [Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos]. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/SCAR\\_ff11a41f75b9289089401ca77e9b7c73](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/SCAR_ff11a41f75b9289089401ca77e9b7c73)
- Nardi, F. L. & Dell'aglio, D. D. (2013). Reflexões acerca do ato infracional e da medida socioeducativa: Estudos de caso. *Revista Interamericana de Psicologia*, 47(1), 33-42. <https://www.redalyc.org/pdf/284/28426980005.pdf>

- Nascimento, M. L. & Scheinvar, E. (2005). Infância: Discursos de Proteção, Práticas de Exclusão. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 5(2). 51-66. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812005000200007](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812005000200007)
- Paula, L. (2011). *Liberdade assistida: punição e cidadania na cidade de São Paulo*. [Tese de Doutorado em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-07102011-145637/pt-br.php>
- Pereira, F. C. S. C. (2017). *Análise do processo de construção do plano individual de atendimento para efetivação das medidas socioeducativas*. [Dissertação de Mestrado em Psicologia, Faculdade de Ciências e Letras de Assis]. Repositório Institucional UNESP. <https://repositorio.unesp.br/items/4a1d85dc-4f1e-4598-97f9-66f1cf190b75>
- Porto Filho, C. (2012). *A produção de sentidos e o ato infracional: significações construídas no diálogo com os atores sociais com atuação na área da criminalidade juvenil*. [Dissertação de Mestrado em Serviço Social e Política Social, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina]. Repositório Institucional UEL. <https://repositorio.uel.br/items/ca394d04-e06b-4f18-8bd1-e7e8747abd32>
- Raniere, E. *A Invenção das Medidas Socioeducativas*. (2014). [Tese de Doutorado em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/87585/000911217.pdf?sequenc>
- Rauter, C. (2003a). *Criminologia e subjetividade no Brasil*. (2a ed.). Revan.
- Rauter, C. (2003b). Produção Social do Negativo: Notas Introdutórias. In: *Psicologia Clínica*, 15(1), 107-120. <https://app.uff.br/slab/uploads/texto40.pdf>
- Saliba, M. G. (2006b). *O olho do poder: análise crítica da proposta educativa do Estatuto da Criança e do Adolescente*. Editora UNESP.
- Santos, B. S. (2012). *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Graal.
- Santos, B. S. (2010). *Um discurso sobre as ciências*. (7a ed.). Cortez.
- Santos, T. S. (2006). Liberdade Assistida: uma tolerância intolerável. *Verve*, 1(9), 115-128. <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/5132>
- Silva, A. K. & Hünning, S. M. (2013). O plano individual de atendimento como um analisador de políticas públicas no sistema socioeducativo. In: L. R. Cruz, L. R. Rodrigues, & M. F. Guareschi (Orgs.). *Interlocuções entre a psicologia e a política nacional de assistência social* (pp. 149-160). EDUNISC.
- Silva, F. P. P. (2015). *A Rede de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto e os Processos de Subjetivação de Adolescentes*. [Dissertação de Mestrado em Psicologia, Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus] Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Amazonas. <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5029>
- Silva, J. A. (2016). *Uma experiência do acompanhamento técnico psicológico ao adolescente em liberdade assistida (LA): contribuições psicanalíticas*. [Dissertação de Mestrado em Psicologia, Faculdade de Ciências e Letras de Assis] Repositório Institucional UNESP. <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/142000>
- Souza, H. B. (2019). *O psicólogo no cenário do Sistema Socioeducativo em Meio Aberto: problematizando saberes e fazeres*. Assis, 2019. 268 f. [Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras] Repositório Institucional da UNESP. <http://hdl.handle.net/11449/191001>
- Zeitoune, C. M. (2010). *A Clínica Psicanalítica do ato infracional - Os impasses da sexuação na adolescência*. [Tese de Doutorado em Teoria Psicanalítica, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. Portal Domínio Público. [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=194727](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=194727)

Zeitoune, C. M. (2011). A clínica psicanalítica do ato infracional: os impasses da sexuação na adolescência. *Psicanálise & Barroco em revista*,9(2), 117-134. <https://seer.unirio.br/psicanalise-barroco/article/view/8731>

Willis, S. T. (1992). Quem vem lá? Psicodrama grupanalítico para adolescentes problemáticos. In: P. Holmes, & M. Karp. *Psicodrama: Inspiração e Técnica*. (pp. 145-168) Ágora.



# PROTEGER OU PUNIR, EIS A QUESTÃO: A PRÁXIS DE UMA TRABALHADORA-INTERCESSORA NO CONSELHO TUTELAR<sup>50</sup>

Isabela Dias Monghine<sup>51</sup>  
Silvio José Benelli<sup>52</sup>

## REFLEXÕES DE UMA CONSELHEIRA NÃO TÃO TUTELAR

Refletir a respeito de um estabelecimento social apresenta algumas nuances delicadas, tais como: qual o intuito do serviço? Atende efetivamente as pessoas às quais é destinado? Analisando essas perspectivas, a principal motivação para que buscássemos o mestrado em Psicologia, mesmo tendo a graduação em Direito, veio por intermédio do desejo em percorrer um percurso de elaborações teóricas após nossa atuação como conselheira tutelar, isso logo no primeiro caso. Com essa observação foi notado como as percepções de ordem legal se sobressaem a estrutura de bem-estar biopsicossocial defendida por normativas e leis que asseguram tais pressupostos as Crianças e adolescentes (Brasil, 1990). A maneira como o Conselho Tutelar (CT) e demais órgãos da Rede Municipal de Proteção entendeu e conduziu o caso, resultando na internação psiquiátrica de um adolescente de 13 anos numa Clínica de Reabilitação para dependentes químicos, nos trouxe muitas indagações, principalmente porque esse adolescente não fazia uso de drogas. Na fala dos profissionais era patente que a “negligência dos pais” impossibilitava qualquer ação, por isso, o acolhimento institucional era a medida que se impunha. A palavra dos genitores não possuía credibilidade. O único posicionamento contrário à internação foi o nosso, porém, mesmo após ter produzido um relatório embasado nos preceitos da Reforma Psiquiátrica brasileira, os quais repelem a internação, não obtivemos êxito.

Em nossa compreensão havia muitas vulnerabilidades envolvidas neste caso, inclusive questões que vinham se perpetuando nas famílias dos genitores, até se materializarem também na vida daquele adolescente, como vulnerabilidades transgeracionais e não apenas individuais. A situação exigia uma compreensão mais ampla e crítica, pois culpabilizar os pais e/ou o adolescente é cruel e reducionista. A internação, assim como a prisão, afasta a pessoa do seio familiar e social, deveras, é um evento potencialmente traumático, e para nós a internação figurou como uma medida de punição. Naquele momento o que a rede e os demais membros do CT, em nome do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) chamavam de “medida de proteção”, parecia ter fortes ressonâncias com o Procedimento Interno Disciplinar (PID). Esse oriundo de um regimento característico de instituições carcerárias que objetivam a punição dos infratores.

Este caso nos gerou grandes inquietações e insatisfação com o trabalho, uma vez que a lógica do Sistema Prisional estava sendo reproduzida também no CT. Os pais depois de serem

50 Artigo produzido a partir da dissertação de mestrado que derivou de uma intercessão-pesquisa desenvolvida por Isabela Dias Monghine (2024) e orientada pelo Prof. Dr. Silvio José Benelli.

51 Formada em Direito pela Faculdade de Presidente Epitácio-SP (FAPE). Professora Universitária dos cursos de Direito e Pedagogia da Faculdade São Paulo de Presidente Venceslau - SP. Conselheira Tutelar do Município de Caiuá, SP entre 2023 e 2024. Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, SP. Integrante do Laboratório transdisciplinar de Interação-Pesquisa em Processos de Subjetivação e Subjetividade da saúde (LATIPPSS), inscrito no CNPq.

52 Livre Docente em Psicologia Clínica pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Professor Associado do Departamento de Psicologia Clínica do curso de graduação em Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, SP, linha de pesquisa Políticas Públicas e Produção de Subjetividades: processos clínicos e institucionais. Coordenador do Laboratório transdisciplinar de Interação-Pesquisa em Processos de Subjetivação e Subjetividade da saúde (LATIPPSS), inscrito no CNPq.

“sentenciados” com a perda do filho, não deixaram de estar à margem, uma condição inerente da “ralé”, sobretudo, à margem dos interesses do Estado, e a rede em si é incapaz de mudar isso. Ao longo dos primeiros atendimentos no CT, passamos por muitos momentos de crise profissional, pois nossa graduação na Universidade Privada em Direito não contemplou suficientemente a atuação no contexto dos direitos sociais, tendo sido mais centrada na advocacia privada, de modo que nos faltavam muitos referenciais teóricos e técnicos que pudessem instrumentar o nosso trabalho a favor das famílias pobres.

Posto que não queríamos repetir a lógica disciplinar e controladora, precisávamos realizar uma análise complexa do que pretendíamos como conselheira tutelar. A partir dos muitos desconfortos no trabalho, e necessidade de encontrar novos sentidos e apropriações teóricas que possibilitassem uma análise crítica e mais ampliada de nossas atuações, nasceu o desejo por construir um projeto de pesquisa para o Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras de Assis, SP, no ano de 2020.

Destacamos que o retorno à Universidade, não foi propriamente relacionado ao status de grau de escolaridade (inicialmente a pretensão era de cursar como aluna ouvinte), mas, sim, para buscar subsídios para analisar e compreender o nosso campo de trabalho, refletir de que maneira uma trabalhadora – conselheira tutelar poderia atuar e que não se enquadre aos moldes de controle, disciplina e vigilância das famílias pobres? Entendendo que é preciso pensar antes de tudo nos determinantes do campo. Benelli (2020, p. 140) destaca que:

Quando não se tem consciência de onde está, de qual é a posição do trabalhador, o que ele produz com suas práticas, e quais seriam as alternativas, é bastante difícil localizar-se e distinguir para onde se quer ir e, sobretudo, como chegar até lá. E certamente não são quaisquer meios que podem conduzir o trabalhador social a alcançar certos objetivos, sobretudo quando se visa à produção social da cidadania no campo assistencial.

Neste percurso, nos aproximamos de alguns autores contemporâneos que são trabalhadores e pesquisadores da área da Saúde e da Assistência Social, cujas dissertações e teses, orientadas pelos professores Dr. Abílio da Costa Rosa e Dr. Silvio José Benelli, são preciosas para pensar sobre as instituições e as injunções do Modo Capitalista de Produção nos estabelecimentos públicos (Périco, 2014, 2021; Souza, 2015; Shimoguiri, 2016, 2021; Costa, 2016, 2021; Pagnano, 2018; Mexko, 2017, 2021; Janegitz, 2022).

Em 2021, ao ingressarmos no grupo de estudos e pesquisa do Laboratório Transdisciplinar de Intercessão Pesquisa em Processos de Subjetivação e Subjetividade da saúde (LATIPPSS), passamos a ter contato com uma perspectiva transdisciplinar, instrumentalizada pelo Dispositivo Intercessor (DI) como modo para desenvolver, formalizar e operar nos mais diversos estabelecimentos de trabalho, tais como no campo da Saúde Mental, da Saúde, da Assistência Social e da Política da Criança e do Adolescente.

## **DISPOSITIVO INTERCESSOR (DI) E A PRODUÇÃO DE TRABALHADORES INTERCESSORES-PESQUISADORES**

Apresentamos o Dispositivo Intercessor (DI) criado por Costa-Rosa (2013) como uma ferramenta teórico-técnica e ético-política para o trabalho e para a pesquisa. Trata-se de um referencial para o trabalho no cotidiano do Conselho Tutelar, no âmbito da técnica, e para a formulação desta pesquisa de mestrado, no âmbito da teoria. O DI é uma abordagem com diversas referências, mas que tem como principal a psicanálise de Freud-Lacan, incluindo a Análise Institucional (Lourau, 1975), o Materialismo Histórico (Marx, 1975; 2004; Marx & Engels,

1998), a Filosofia da Diferença (Deleuze, 1992) e a Genealogia Foucaultiana (Foucault, 2008). O DI busca a superação da divisão alienada do trabalho, das dicotomias, saber/fazer; sujeito/objeto, de modo que quem trabalha na assistência à população é também quem pesquisa, isto é, o trabalhador é o pesquisador, não há separação entre teoria e técnica.

Denominamos o Dispositivo Intercessor (DI) como o modo de operar na práxis. Encontra-se em ininterrupta e contínua construção por aqueles que compõem o Laboratório Transdisciplinar de Intercessão-Pesquisa em Processos de Subjetivação e Subjetividade da saúde (LATIPPSS) - coordenado pelo Prof. Dr. Abílio da Costa Rosa. O DI não deriva da mesma matriz da qual advém a maioria dos métodos no âmbito das pesquisas acadêmicas na Universidade: o Positivismo. Mencionamo-lo como o referencial teórico capaz de nos instrumentalizar para lidarmos com os fenômenos das instituições, que emergem do inconsciente e da sociedade. Nesta medida incluímos em sua dimensão, que é teórico-prática, uma técnica, uma ética e uma política (Costa, 2019, p. 186).

O encontro com o DI nos permitiu adquirir um melhor discernimento quanto ao desejo de problematizar nossa atuação enquanto conselheira tutelar, a fim de uma postura voltada para sermos uma trabalhadora intercessora- pesquisadora.

O trabalhador-intercessor é um trabalhador como os demais; porém, sua formação singular e complexa lhe permite adotar uma atitude teórico-técnica e ético-política permanentemente pensante, problematizadora, crítica, buscando promover processos de grupalização, de coletivização, de participação, de formação, de assunção coletiva da tarefa institucional, no sentido da transformação social (Benelli, 2019, p. 23).

A intercessão-pesquisa é uma ampliação do trabalho, temos, então, um trabalhador intercessor-pesquisador, implicado no seu fazer e no seu Território, que foi à universidade para produzir conhecimento, atento à realidade sociocultural-econômica na qual está inserido. Cumpre dizer que o trabalhador-intercessor não necessariamente vai fazer pesquisa no âmbito da universidade.

O DI não deriva da mesma matriz da qual advém a maioria dos métodos no âmbito das pesquisas acadêmicas na Universidade: o Positivismo. Mencionamo-lo como o referencial teórico capaz de nos instrumentalizar para lidarmos com os fenômenos das instituições, que emergem do inconsciente e da sociedade. Nesta medida incluímos em sua dimensão, que é teórico-prática, uma técnica, uma ética e uma política (Costa, 2019, p. 186).

Sobre o DI na pesquisa científica, como modo de produção de conhecimento, Benelli (2022), ao descrever o objetivo dos trabalhadores-intercessores-pesquisadores, diz que:

Pretendemos tanto produzir transformações sociais quanto produzir saberes, por meio de procedimentos diversos e em tempos diferentes, levando em conta alguns questionamentos radicais quanto a relação sujeito-objeto, teoria-prática, saber-fazer, pensar-poder, não pensar-não poder, na busca de sua superação. Trata-se de interceder e transformar conhecendo a realidade, problematizando a própria práxis, caracterizando os problemas na sua complexidade institucional, buscando seu equacionamento no plano conjuntural e estrutural (Benelli, 2022, p. 4)

O DI visa à transformação do trabalhador-intercessor e da equipe de trabalho dos estabelecimentos institucionais a partir de uma ética radicalmente diferente dos métodos comumente utilizados nos cursos de capacitação oferecidos aos trabalhadores, pois nestes cursos de treinamento/tecnificação há um teórico, que não necessariamente possui experiência de trabalho no campo, mas, que, mesmo sem a prática, sem a técnica, ocupa o lugar de mestre, de quem possui o conhecimento (teoria) e sabe mais do que os próprios trabalhadores.

O mestre vai ensinar os trabalhadores, capacitá-los, dizer a eles o que devem fazer e como fazer. Neste tipo de relacionamento intersubjetivo não há possibilidade de os trabalhadores participarem da produção do conhecimento, aliás, não há produção de conhecimento, ele já está pronto. Ensinar nesses termos é repetir e formar repetidores, reprodutores. Ao trabalhador não cabe saber sobre o seu trabalho.

Com isso, entendemos que o DI não objetiva produzir um conhecimento universal, totalitário, mas sim um saber parcial, que inclui tanto a subjetividade do trabalhador-intercessor-pesquisador quanto às condições sócio-históricas da realidade em que ele se encontra.

A operacionalização do DI inclui dois momentos lógicos específicos, dialeticamente articulados: 1) Dispositivo Intercessor como Modo de Produção de Subjetividade (DIMPS) e 2) Dispositivo Intercessor como Modo de Produção do Conhecimento (DIMPC). No primeiro momento, o DI é utilizado como referencial para orientar as ações do trabalhador e, no segundo momento, o DI é utilizado como referencial para a produção da dissertação, da pesquisa, que consiste na escrita dos ensaios (Périco, 2014; Souza, 2015; Costa et. al., 2015, Shimogui, 2016, 2021; Costa, 2016, 2021; Mexko, 2017, 2021).

O DIMPS é a “intercessão propriamente dita”, ocorre nos desdobramentos dos processos de trabalho e necessariamente inclui uma crítica ao próprio fazer do trabalhador- intercessor e do estabelecimento no qual ele está. O trabalhador-intercessor precavido pelo DI analisa os aspectos institucionais e onde estão as brechas; se dedica a analisar as teorias e as técnicas instituídas no campo para produzir rupturas e movimentos instituintes, de transformação.

A intercessão-pesquisa na perspectiva do DI visa à teoria da técnica, de modo que, ao mesmo tempo em que a teoria vai sendo construída, a técnica vai sendo modificada: trata-se de um conhecimento inacabado, em constante movimento de (re)invenção. [...] Se fôssemos falar em metodologias científicas, o DI estaria entre as pesquisas qualitativas, nas quais se destaca o lugar de fala do pesquisador e a dimensão sempre autoral da sua práxis (Shimogui, 2021, pp. 31-32).

Durante o primeiro momento do DI, o trabalhador-intercessor utiliza o diário de intercessão para escrever as reflexões sobre sua práxis, sobre suas experiências, sem a formatação de um texto acadêmico, inclusive, as reflexões podem nem ser inseridas na dissertação/tese. Essa ferramenta é bastante similar ao diário de campo (Lourau, 1993). Na explicação de Nascimento e Lemos (2020, pp. 241-242):

O diário de campo possibilita historicizar, registrar o cotidiano, e com isso colocar em análise os acontecimentos, propondo que ao escrever as vivências de um campo, emergem criação e análise. [...]. Não tratamos dos diários como expressão de uma interioridade psicológica e/ou de algo oculto, de uma intimidade secreta a ser confessada pela escrita do mundo privado. O diário de campo é um dispositivo de intervenção para Lourau (1993), para fazer pensar e romper com as ordens instituídas.

Então, por que o diário de intercessão não é chamado de diário de campo? Fundamentalmente a diferença consiste em “quem o escreve”. Quem escreve o diário de intercessão é o trabalhador, que se diferencia dos demais pesquisadores pela sua condição inata de ser um trabalhador social que antes da pesquisa já estava inserido no campo. Tal diferenciação se aplica igualmente entre o trabalhador-intercessor e o analista institucional. O segundo é alguém que vem de fora, a partir de uma demanda institucional, ele não está no campo na condição de trabalhador anterior a demanda de uma produção de uma Análise Institucional.

O trabalhador-intercessor busca uma base teórica singular e complexa, que possibilita adotar um posicionamento permanente pensante, um modo específico de se posicionar em relação ao saber. Trata-se de produzir um texto sobre o que foi experienciado, vivido e não sobre pessoas, a “pesquisa” produz um saber e não necessariamente conhecimento (Benelli, 2019).

Enquanto trabalhadores-intercessores supomos paciência e cuidado no manejo das situações, evitando que a atuação seja pautada no imediatismo, ou ainda, ações que subestime o saber dos atores institucionais. Não ocupamos o lugar principal nos processos de trabalho da equipe e dos sujeitos, nem mesmo um lugar de especialista ou intelectual, mas incluímos os sujeitos como protagonistas capazes de produzir rupturas e mudanças nos estabelecimentos (Souza, 2015).

O diário de intercessão é um componente importante da intercessão-pesquisa, pois nele estão as narrações dos eventos, encontros, discussões e problematizações geradas durante

a intercessão-pesquisa. Não são esquadrinhadas as características objetivas do campo, mas também há anotações sobre os fenômenos cotidianos, os afetos despertados no trabalhador-intercessor e na equipe, as inquietações geradas pelos encontros, entre outros. Assim, as vivências são documentadas, possibilitando que o trabalhador-intercessor se atente quanto aos principais elementos da sua práxis, que, posteriormente podem ser discutidos à luz da bibliografia pertinente, assim como a própria intercessão-pesquisa, revelam a relação de implicação do trabalhador-intercessor com o campo de trabalho e possibilita a análise da implicação (Lourau, 1975). Esse processo rompe radicalmente com os interesses da pesquisa tradicional, que engendra e fomenta a produção de um conhecimento fragmentado e neutro.

No segundo momento da pesquisa-intercessão temos o Dispositivo Intercessor como Modo de Produção de Conhecimento (DIMPC), este é a reflexão da produção teórica que ocorre mediante a experiência de trabalho-intercessão. O Modo de Produção é mais do que uma determinação das relações econômicas, trata-se de uma estrutura jurídica-política e ideológica, enraizada na formação do imaginário social, na formação de todas as relações humanas e na formação do próprio indivíduo.

Com a utilização do referencial teórico pertencente ao escopo do Materialismo Histórico (Marx, 1975; 2004; Marx & Engels, 1998) temos a contribuição para a análise de importantes fatores sobre os efeitos do capitalismo nas formas de subjetivação, propondo a tese de que as relações sociais decorrem do modo de produção a tal ponto que a estrutura econômica condiciona a estrutura jurídica e política.

Já nos termos da Análise Institucional (Lourau, 1975), podemos dizer que o objetivo do DI é que o coletivo de trabalhadores e a população atendida pelo estabelecimento institucional, estejam juntos, numa relação de autoanálise, horizontalizada, em que seja possível a todos questionar os problemas e os modos de resolvê-los.

Sendo assim, operar com o DIMPC objetiva problematizar o modo dominante de se produzir conhecimento na Universidade, que, em boa medida, ainda se restringe ao positivismo e legitima as produções científicas tradicionais realizadas pelos pesquisadores acadêmicos. Isso porque o DI se opõe ao conhecimento como repetição alienada e se opõe às práticas utilizadas para ensinar, ou melhor, colonizar o pensamento e a ação dos trabalhadores, por intermédio da amplificação de algumas questões: quais as possibilidades de romper com a divisão entre o lugar do conhecimento e o da prática? Como reconciliar saber e fazer, teoria e técnica?

## **AS CONCEPÇÕES DOS MODOS DE PRODUÇÃO E OS EFEITOS NA MATERIALIDADE PSICOSSOCIAL**

O desenvolvimento industrial e o estabelecimento do Modo Capitalista de Produção (MCP) como sistema socioeconômico-cultural trouxeram ao mundo a necessidade de organização e controle da sociedade, porque precisava-se de trabalhadores, mão-de-obra. O êxodo rural e a concentração demográfica nas cidades fizeram com que a vigilância da população fosse entendida como uma necessidade social.

Então, o Estado passou a organizar uma série de ações para que os indivíduos correspondessem às necessidades do sistema produtivo. “Preservar e gerenciar a vida das pessoas passou a ser mais interessante em um momento em que era preciso gente para fazer o sistema econômico e de produção funcionar” (Christiano, 2010, p. 50).

Por meio de pesquisas, das observações, dos levantamentos estatísticos e das diversas técnicas de investigação introduzidas pela Ciência Moderna (Santos, 2007, 2011), se produziu

uma série de saberes específicos e detalhados e assim surgiram os especialistas, aqueles que passaram a deter o saber sobre o comportamento humano, aqueles “que dariam conta da recém produzida subjetividade dos indivíduos modernos, podendo identificar os possíveis riscos no comportamento dos indivíduos” (Christiano, 2010, p. 52).

A partir da análise, da categorização, e da patologização do comportamento humano propostas pela Ciência Moderna (Santos, 2011), tudo o que estava fora da “normalidade”, que fazia parte daquilo que não seja favorável ao MCP, tudo o que foi considerado “anormal”, “desviante” passou a ser objeto de investigação e intervenção (Foucault, 2001). “Proteger, vigiar, educar, adestrar, adaptar e incluir, de certa forma, a educação social e o tratamento institucional do comportamento parecem se alinhar na direção da normalização dos indivíduos” (Benelli, 2014, p. 22).

Os estabelecimentos institucionais públicos da Saúde, da Educação, da Justiça, da Assistência Social como o Conselho Tutelar (CT) e seus respectivos trabalhadores passaram a integrar esse “corpo de milícia” (Foucault, 2004, p. 229). Esses trabalhadores sociais assumiram como suas atribuições um trabalho a vigilância e a disciplina da população (especialmente os pobres), desse modo, podemos considerar que os funcionários do Estado são peças fundamentais para manutenção do MCP como estrutura sociocultural-econômica hegemônica.

Foi nesse contexto de tutelarização que surgiram uma série de profissões do trabalho social: assistentes sociais, educadores especializados, orientadores, todos aliados ao referencial da medicina, da psiquiatria e da pedagogia, componentes de um imenso complexo tutelar, articulando saberes e técnicas que assinalarão as famílias destinadas à vigilância (Souza, 2019, p. 84).

A Análise Institucional (AI) é fundamental para discutirmos os impasses do CT, uma vez que precisávamos compreender as raízes dos problemas atendidos pelo CT e também compreender sua lógica de funcionamento, para poder problematizar e interceder junto à sua estrutura. A nossa intenção era de ultrapassar o discurso oficial do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pois apesar de criar o CT e definir expressamente quais são suas atribuições, o ECA é insuficiente para responder perguntas básicas como: por que é necessário existir conselheira-tutelar? Ou, por que somente algumas crianças e adolescentes são acompanhados pelo CT? Ou então, por que a maior demanda do CT se encontra no segmento pobre e negro da população?

As atribuições do CT têm como ponto de partida a denúncia, então, seu funcionamento evoca uma forma de vigilância sobre o comportamento dos indivíduos: todos vigiam uns aos outros e se denunciam ao Estado. De maneira geral, os denunciadores são pessoas que estão bem próximas das famílias que, ao perceberem que determinada situação foge ao padrão social, acionam o CT. Foucault (1982) citou na sua obra “A vida dos homens infames” quando as “*lettres de cachet*”, cartas que denunciavam os pequenos dramas familiares, isto é, os conflitos da intimidade.

Pode ser a própria mãe que denuncia o filho ou filha; pode ser um familiar que denuncia a mãe, o vizinho, à professora, a agente comunitária de saúde que perceberam algo que estava em não conformidade com os ditames instituídos socialmente. Por ditames instituídos socialmente, ressoa sobre as regras sociais que são criadas a partir de uma moral coletiva que é configurada em um conjunto de leis sociais. Leis sociais essas que irão reger como a vida dos indivíduos devem se portar (Santos, 2019, p. 2).

Diante dos problemas intrafamiliares que são denunciados, os conselheiros tutelares são convocados a adentrar à esfera da intimidade familiar realizando visitas domiciliares, elaborando relatórios, conduzindo investigações, fazendo encaminhamentos para tratamentos em Saúde Mental e uma série de outras ações que visam reparar e redirecionar o comportamento inadequado das pessoas em direção à funcionalidade.

O CT aborda as famílias denunciadas com aquilo que o ECA (1990) chama no artigo 136, inciso II, de aconselhamento e orientação. Aconselhamento e orientação são eufemismos, para

não dizer que o CT vai trabalhar para vigiar e quiçá disciplinar a criança e/ou o adolescente, bem como seus responsáveis, deixando claro quais são suas obrigações e as diversas maneiras que devem se comportar. Assim, podemos verificar um tipo de adestramento sutil destas famílias, pois o aconselhamento e a orientação são postos como uma necessidade da família e dessa forma a vigilância e o controle não são percebidos e passam a ser incorporados como “naturais”.

Nossa hipótese é que o delineamento da abordagem, se educativa ou punitiva, depende, especialmente, da posição da criança, do adolescente e da sua família nas hierarquias sociais, haja vista que o olhar do conselheiro tutelar é em boa parte formatado pelos ideais do MCP, portanto, pode ser um olhar preconceituoso e estigmatizante, que não busca compreender, mas repreender.

Por exemplo, pudemos observar durante os quatro anos de trabalho no CT (2020-2023) que as medidas adotadas referentes ao uso de drogas diferiram quando se tratou de adolescentes pobres e de adolescentes de classe média/alta: para os adolescentes pobres a sugestão era a internação de seis a nove meses em comunidade terapêutica, justificando que afastá-los dos seus ambientes de vida era importante, porque os pais não tinham condições de oferecer o devido suporte, não tinham carro para levá-los para o tratamento no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do município vizinho e no horário de funcionamento do CAPS estariam trabalhando, sem a possibilidade de faltar ao trabalho; já para adolescentes classe média/alta era sugerida a internação de quinze a trinta dias em hospital geral e seguimento no CAPS.

Como propunha Costa-Rosa (2013) o “saber sobre” se desdobra em “poder sobre”, então, simultaneamente à construção da ideia do que seria um cidadão de bem, uma mãe, um pai, uma família adequada, se construíram meios de exercício de poder, de impor normativas e formas de tutela a fim de que por meio de uma intervenção externa a família se torne “funcional”, com a função (não-dita) de manter o instituído social dominante.

A ciência produz e legitima as teorias, arbitra o que é o certo, o errado, a saúde, a doença, o crime, a violência e etcétera (Souza, 2016). Pela genealogia foucaultiana sabemos que para que fosse definido qual tipo de subjetividade é o adequado à sociedade capitalista, houve o desenvolvimento de pesquisas científicas incluídas nas ciências humanas. Essas teorias foram estrategicamente produzidas para justificar as ações do Estado, no que concerne ao entendimento e ao tratamento que se dá às nuances do comportamento humano, definindo o que são desvios de condutas, atos infracionais, contravenções, crimes, entre outros (Foucault, 2004).

Uma argumentação teórica foi produzida para justificar que determinado comportamento fosse caracterizado como problemático, demandando correção, assim como para legitimar o que pode decorrer desse comportamento: aplicação das penalidades, medidas protetivas, socioeducativas, dentre outras, e para definir qual deve ser o trabalho dos estabelecimentos institucionais da Educação, Saúde, Justiça, Assistência Social, e assim por diante.

Toda prática é articulada e sustentada por uma teoria, mesmo que essa teoria não esteja explícita e formalizada (Costa-Rosa, 2013), e comumente não está. Logo entendemos que a teoria e a prática existem numa relação imbricada de continuidade. Na explicação de Cardoso (2005, p. 109): “são as práticas que definem os acontecimentos históricos (diferenças) que geralmente aparecem reificados, como o Estado ou a Ideologia. Em segundo lugar, as práticas são configurações históricas determinadas.”

Para Benelli (2022) é fundamental investigar as práticas, no intuito de descobrir quais teorias lhes servem de base, visando sobretudo identificar em qual paradigma elas se inscrevem. Isso permite que o trabalhador se localize no campo institucional no qual se situa. Um paradigma de atendimento é formado por um conjunto de referenciais teórico-técnicos e ético-políticos, por teorias e práticas. Para sabermos o porquê de se fazer algo e o que se pretende com isso

em termos de finalidades éticas, é imprescindível que se faça uma localização conceitual. O paradigma adotado por uma dada instituição não está explícito, de modo que a teoria se revela nas práticas cotidianas dos estabelecimentos institucionais, permeando a práxis.

Após vasta experiência de trabalho-pesquisa sobre os atendimentos sociais voltados para a infância e para a adolescência, Benelli (2014) concluiu que as práticas neste campo se alternam entre o paradigma filantrópico e seu antípoda, o paradigma do sujeito cidadão; o primeiro objetiva alcançar a adaptação, a correção do comportamento, visando à adequação ao instituído social dominante; o segundo, objetiva a implicação subjetiva e social dos diversos atores sociais em prol de mudanças sociais, sobretudo, de justiça social.

A prevalecer como dominante a fração de interesses e valores que compõem o paradigma do sujeito cidadão estariam relacionados à perspectiva da participação radical do sujeito como protagonista central dos processos e plenamente alinhados ao polo socialmente subordinado. Distante de ser um modelo pronto com padrões ideais, as ações assistenciais neste paradigma consideram as dimensões políticas, econômicas, culturais e sociais (Benelli & Costa-Rosa, 2012. p. 644).

Benelli (2014) procurou discutir criticamente as concepções reducionistas acerca das ações que tomam a infância e a adolescência como objeto de intervenção e de regulação, nos provocando a pensamentos mais complexos e a discussões mais aprofundadas sobre a função produtiva dos estabelecimentos institucionais, que estão necessariamente entrelaçadas às vicissitudes do Modo Capitalista de Produção (MCP).

O Materialismo Histórico (MH) se baseia na apreensão e análise da realidade (Marx, 2004). De acordo com Marx (2004), para romper com a expropriação econômica e subjetiva, pilar do MCP, os trabalhadores carecem de uma compreensão crítica da realidade em que estão inseridos, por consequência, toda a obra marxiana foi produzida visando a uma explicação e a uma possibilidade de ruptura, de transformação, da realidade instituída marcada por relações de domínio e subordinação. De acordo com Benelli (2022, p. 289) “os trabalhadores sociais precisam conhecer com clareza quem é a população que atendem, tanto nos estabelecimentos assistenciais públicos quanto nos privados. A população não é uma mera abstração, mas, de modo concreto, ela é marcada por particularidades de classe, raça, gênero, idade etc.”

O MHD nos deixa avisados de que é impossível conhecer o todo sem conhecer as partes e vice-versa; como nos ensinou a Dialética, a parte está no todo e o todo está nas partes. Portanto, para Marx (2004), a pesquisa científica deve se ater às leis do fenômeno, às normas que orientam o universal, o particular e o singular, que agem sobre o campo de práxis. Como assinalou Benelli (2022, p. 307): “A realidade social e histórica, na sua dimensão fenomênica, mostra-se múltipla e cheia de conflitos e contradições, estando em constante movimento, entre avanços transformadores e retrocessos institucionais”. Por isso, é válido e necessário esmiuçar os elementos que aparecem e se repetem, mesmo nos atendimentos mais corriqueiros do CT.

A fim de conduzir o desenvolvimento da intercessão-pesquisa, nos dedicamos ao trabalho de revisão da bibliografia, priorizando as leituras de autores que constituem as bases epistemológicas, técnicas e éticas do Dispositivo Intercessor (DI), dentre eles Marx (2004, 2008), Lourau (1975), Lapassade (1977), Foucault (2004; 2008) e Deleuze (1992). Igualmente, nos dedicamos à revisão dos documentos oficiais relativos ao Conselho Tutelar (CT), tais como leis, portarias, resoluções, orientações técnicas, cartilhas etc.

Também nos dedicamos à leitura de obras que abarcam o tema das políticas socioassistenciais voltadas para as crianças, os adolescentes e suas famílias, escritas por Benelli (2003, 2014, 2019, 2020, 2022) Donzelot (1998), Frizzo (2011), Lemos (2011), Nascimento, Cunha e Vicente (2007), dentre outros. Todas as leituras foram feitas visando uma análise crítica e problematizadora, sempre atenta aos fatores socioculturais-econômicos que constituem o campo de trabalho-pesquisa.

Sem estudar a literatura, composta por documentos e bibliografia, é muito difícil localizar-se na conjuntura e estrutura institucional na qual se opera na práxis cotidiana! Ninguém dá o que não tem! No mais comum dos casos, os trabalhadores não costumam pesquisar, buscar por literatura que os ajude a situar-se no seu campo de atuação profissional. Os estabelecimentos institucionais não costumam incluir a pesquisa, a leitura, o estudo, a produção de textos e a realização de debates como parte de suas rotinas normais de funcionamento (Benelli, 2022, p. 25).

## A INTERCESSÃO-PESQUISA NO CT

A intercessão-pesquisa começou a partir da nossa inserção como conselheira tutelar de um município de pequeno porte do interior paulista e foi realizada ao longo de 8 meses, 01/02/2023 a 01/09/2023, por 6 horas diárias, de segunda à sexta-feira. Neste período, e mesmo depois dele, cortejamos a literatura com nossa práxis no campo da infância e juventude; a bibliografia foi armazenada em um “banco de material digital”, e organizada de uma forma que favoreceu a escrita dos ensaios que integram esta dissertação.

A proposta de problematizar o cotidiano de trabalho no CT, os impasses e as potencialidades dos trabalhadores e do Território numa dissertação de mestrado foi discutida e tratada com a Prefeitura Municipal, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) e com as outras conselheiras tutelares.

Durante o período do mestrado estive em atuação no CT. O mandato do conselheiro tutelar é de quatro anos, dos quais três coincidiram com o curso de mestrado, assim, pude percorrer os dois caminhos conjuntamente, do trabalho e da pesquisa, o que nos permitiu assumirmos em ato novas posições políticas e éticas, de maneira que ao mesmo tempo em que ia se construindo essa pesquisa, eu ia me construindo como trabalhadora social, conselheira tutelar.

Esse projeto foi submetido e aprovado por um Comitê de Ética. Todos os participantes da intercessão- pesquisa assinaram voluntariamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) tendo sido avisados de que algumas situações vivenciadas conjuntamente com eles seriam relatadas no diário de intercessão e poderiam ser objeto de reflexão na escrita da dissertação, todavia, sem expor suas identidades. Assim, por uma questão ética, quando do relato de caso, optamos por utilizar nomes fictícios.

Estamos advertidos sobre a impotência do discurso científico, sabemos que somente os trabalhadores, ou melhor dizendo, os trabalhadores organizados num coletivo composto também pelos cidadãos, poderão imprimir movimentos instituintes, na direção de mudanças sociais, que não podem se iniciar senão pela mudança nas práticas dos atores sociais, especialmente dos trabalhadores.

Nada mais presunçoso seria, partir de uma posição na qual um eu-pesquisador se afirma encharcado de poder, pretensioso de, pela posse de um saber científico, ser capaz de, ele mesmo, e a partir dele, fazer andar o mundo. O mundo anda por maquinarias próprias. Move-se com e a despeito do pesquisador. Cabe-lhe, então, em exercício de profundo respeito, instalar-se em suas ondas procurando, insistente e permanentemente, estabelecer com elas uma relação de não dominação [...]. Pesquisar-interceder consiste, então, em colocar-se entre (Amador, Lazzarotto & Santos, 2015, p. 1).

Para nos aproximarmos dos outros trabalhadores, é necessário que tentemos escrever textos palatáveis, que contenham algo do que lhes é familiar, com que eles possam se identificar, por isso, acreditamos que os eventos que se apresentaram no cotidiano, naquilo que era trivial, podem e devem ser tomados como analisadores e intercessores, sendo essenciais para apreendermos os determinantes da realidade em questão.

O CT que foi o nosso lugar de trabalho-pesquisa, de intercessão, foi implantado em 07/03/1995 e está sediado num município de pequeno porte no interior do Estado de São Paulo, composto pela zona urbana onde se situa o CT e tendo ainda uma extensa área rural sob sua jurisdição. Nosso campo de práxis é bastante heterogêneo, composto por vários conjuntos de unidades agrícolas, chamados de assentamentos, e dois núcleos de habitação de cunho social localizados na zona rural, chamados de agrovilas, nos quais estão instalados alguns estabelecimentos públicos tais como escola, farmácia, Unidade Básica de Saúde (UBS) e Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

As agrovilas derivaram do reassentamento chamado Lagoa São Paulo, criado no ano de 1983, cuja assistência técnica é de responsabilidade da CESP (Companhia Energética de São Paulo). As agrovilas foram os locais destinados a abrigar as famílias que residiam nas ilhas e fazendas que foram alagadas devido à construção da Usina Hidrelétrica Sérgio Motta. Muitas pessoas que migraram de outros estados para trabalhar na construção da usina, depois de desempregados acabaram se estabelecendo nas agrovilas (Viudes, 2017). Conforme a autora, se trata de “uma realidade particular, marcada não apenas pela localização de grande parte da população fora da área urbana principal, como também por todas as implicações que tal fato traz em termos de mobilidade e acessos deste maior contingente populacional” (Viudes, 2017, p. 2).

A realidade sociocultural-econômica da zona urbana, dos assentamentos e das agrovilas não é igual, isto é, temos mais do que um Território como campo de trabalho- intercessão-pesquisa. Ao discutir as questões territoriais do nosso município de trabalho e as dificuldades de acesso da população às políticas públicas da proteção social básica, Viudes (2017, p. 1) assinalou que:

O caso dos assentamentos e reassentamentos rurais exigem do poder público local estratégias diferenciadas. [...] a questão do território é de extrema relevância e mesmo sendo o CRAS instalado na Agrovila III, ainda não foi democratizado o acesso a esta política, pois ainda há grandes barreiras geográficas que impedem as famílias de acessarem o CRAS e o CRAS de acessar as famílias.

Os assentamentos se situam nas terras que eram improdutivas e por isso foram desapropriadas e destinadas aos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); as agrovilas também são um tipo de assentamento onde as terras foram cedidas pelo poder público ou adquiridas visando à agricultura familiar e à economia baseada no cooperativismo. “Não se trata apenas de uma área de terra no âmbito agrário, mas, também, um agregado de grupos sociais constituídos por famílias de trabalhadores rurais” (Viudes, 2017, p. 4).

É necessário pensar os assentamentos rurais, os agrupamentos, arranjos e conflitos que emergem nesses espaços, as relações entre eles e as diversas instâncias de mediação, estatais inclusive, nas suas dimensões políticas, econômicas, socioculturais, permeadas por relações de parentesco, étnicas, de gênero de compadrio, de vizinhança. A trajetória desses grupos com relação às formas de organização econômica e representação política sofre inflexões provocadas por fatores que podem parecer estranhos, mas na realidade, eles não são (Medeiros, 1994, pp. 12-13).

Em 1998 ocorreu a instalação do primeiro assentamento rural e desde então foram instalados mais oito assentamentos, acolhendo pessoas em situação de desemprego e extrema pobreza que migraram de outros estados em busca de trabalho e assalariados rurais temporários, comumente chamados de boias frias. Esse cenário social é complexo e fortemente caracterizado pela pobreza (Carmo, 2011).

O CT não é um estabelecimento da Assistência Social, entretanto, o trabalho no CT necessariamente deve envolver a articulação com a Rede municipal de proteção socioassistencial, sobretudo com os estabelecimentos da proteção básica (CRAS). O CT assume funções relacionadas aos aspectos jurídicos e político-sociais dos direitos da criança e do adolescente, que vão desde a apuração de denúncias recebidas, aos encaminhamentos para o CRAS, até a fiscalização da execução de programas socioeducativos destinados a crianças e adolescentes,

no âmbito público ou no âmbito das parcerias público-privadas, englobando as entidades governamentais e não governamentais.

O CT possui atuação exclusiva na esfera municipal. A municipalização do atendimento é uma das diretrizes da política de atendimento estabelecida pelo ECA (Brasil, 1990), por isso, a lei prevê que em cada município deve existir um CT composto por pelo menos cinco membros, escolhidos pela comunidade local por meio do voto facultativo e secreto, para cumprir o mandato de quatro anos, sendo permitida uma recondução.

O processo seletivo para a escolha dos conselheiros tutelares é regido por Lei Municipal própria, responsável por toda a organização do processo eleitoral. Ao CMDCA compete a organização do processo seletivo e eleitoral. O ECA (1990) exige requisitos mínimos do conselheiro tutelar, de acordo com o Artigo 133, para a candidatura, são exigidos dos candidatos: I - reconhecida idoneidade moral; II - idade superior a vinte e um anos; e III - residir no município. Sobre os impedimentos para a investidura no cargo, conforme o Artigo 140:

São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado. Parágrafo único. Estende-se o impedimento do conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na comarca, foro regional ou distrital.

Inicialmente, por meio de um edital de convocação, se dá início ao processo de inscrições para os candidatos que atenderem aos requisitos definidos no ECA (1990).

Após o período de inscrição, é oferecido um curso preparatório de conhecimentos sobre o ECA, depois os candidatos participam de uma prova para serem avaliados quanto aos conhecimentos mínimos relativos ao ECA. Por fim, os aprovados na prova escrita se submetem à eleição popular. Os cinco mais votados são eleitos e passam a ocupar o cargo de conselheiro tutelar efetivo; o sexto colocado fica como suplente, para ser convocado se necessária a substituição de um dos conselheiros efetivos.

O CT no qual trabalhamos era composto por cinco conselheiras tutelares mulheres, com idade média de trinta e quatro anos. Cumpre destacar que nenhuma das conselheiras possuía experiência de trabalho na esfera da infância e da juventude; as profissões anteriormente exercidas foram: doméstica, balconista, vendedora autônoma e auxiliar de serviços gerais. O nível de escolaridade exigido para o cargo de conselheiro tutelar no município em que trabalhamos era apenas o ensino médio, entretanto, todas as conselheiras possuíam graduação, eu em Direito e elas em Medicina Veterinária, Letras, Pedagogia e Administração.

Sobre o significado do trabalho, nas nossas conversas, sempre ficou evidente que ser conselheira tutelar não estava no desejo delas, porém, diante da escassez de oportunidades de emprego, sem previsão de trabalhar na área em que se graduaram, elas vislumbraram o cargo como uma alternativa de sustento para si e para as suas famílias; frases como “estou aqui porque eu preciso” e “não sei o que vai ser da minha vida se eu não for reeleita” foram corriqueiramente ditas por minhas colegas no CT. Não há no nosso município mercado de trabalho para profissionais graduados; não há indústria, não há consultórios veterinários, médicos, odontológicos, psicológicos, entre outros, não há escritórios de engenharia, arquitetura, contabilidade etc.

A renda média domiciliar per capita no município segundo dados do último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2022), consistia em meio salário-mínimo, o que equivalia no ano de 2023, a R\$660,00. Por todas essas razões, a candidatura ao CT era vista como uma boa oportunidade de emprego, a despeito da remuneração ser de apenas um salário-mínimo.

O Artigo 134 do ECA (1990) concedeu aos municípios autonomia para dispor quanto ao local, dia e horário de funcionamento do CT e quanto à remuneração dos conselheiros. Daí que, por exemplo, num município a apenas 60km do nosso, a remuneração mensal dos conselheiros tutelares no nosso último ano de trabalho, 2023, correspondia a um valor próximo a R\$5.233,40, e em contrapartida, no nosso município o salário não passava de R\$1.212,00. A remuneração não pode passar despercebida, haja vista ser um importante analisador: como alguém que exerce funções tão importantes e complexas vai receber apenas um salário-mínimo?

O Artigo 135 caracteriza o exercício da função de conselheiro tutelar como serviço público relevante, não obstante à importância social atribuída ao conselheiro, resta evidente que uma remuneração de um salário-mínimo não faz jus ao desempenho de um serviço público relevante. É justo exercer todas as atribuições de um conselheiro tutelar por um salário-mínimo? Isso só não é considerado um absurdo por causa do caos econômico instaurado pela economia capitalista.

O CT é vinculado administrativamente, sem subordinação, à Prefeitura Municipal, o que ressalta a necessidade de uma relação ética e responsável com toda administração municipal e a necessidade de cooperação com as secretarias, departamentos e programas voltados para a criança e para o adolescente. No entanto, a relação do CT no qual atuamos com o poder executivo foi quase inexistente.

As conselheiras tutelares relatavam que preferiam não reivindicar junto à prefeita melhores condições de trabalho nem aumento salarial, por não desejarem “correr o risco de provocar o desapoio da prefeita”. Obter a recondução no próximo processo seletivo era uma preocupação eminente, pois havia uma necessidade financeira pessoal em relação ao cargo ocupado pelas conselheiras em exercício. É importante lembrar que o que determina a posse efetiva do cargo de conselheiro tutelar é a votação popular e que, obviamente, a prefeita possuía forte influência sobre os eleitores.

O voto na eleição dos conselheiros tutelares, ao contrário dos cargos de prefeito, presidente da república, dentre outros, não é obrigatório, e comumente os eleitores são os próprios familiares e amigos dos candidatos. É frequente que os eleitores sejam induzidos politicamente pelos então governantes, por conseguinte, para um conselheiro que deseja se reeleger, ter um bom comportamento, que não afronte ou “dê trabalho” para os políticos do município é uma estratégia para a reeleição; obviamente essa situação limita as possibilidades de atuação mais crítica do CT, especialmente no que se refere às funções de fiscalização.

O ECA (1990) estabeleceu no Artigo 34 que para efetuar as suas atribuições, os conselheiros tutelares necessitam de estrutura física e condições de funcionamento, sendo que todos os gastos com a organização deverão constar na lei orçamentária anual. Mesmo sem ter relação de subordinação com administração pública, os CT são mantidos pela prefeitura, isso significa que existe dependência da prefeitura no que concerne não só ao salário dos conselheiros, mas também ao local de funcionamento do CT, meio de transporte para as conselheiras, equipamentos e demais materiais necessários.

A estrutura física do CT no qual trabalhávamos era bastante precária, funcionando em uma construção geminada com o Departamento de Água e Esgoto (DAE), sem garantia de privacidade quanto ao teor das conversas devido à acústica inadequada do ambiente, de modo que quem estava no DAE podia escutar nitidamente o que estava sendo falado no CT. Além disso, não havia nenhuma divisória para separar um local mais reservado para os atendimentos. O local também não disponibilizava acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, não havia boas condições de arejamento nem de ventilação, havendo apenas um ventilador no ambiente. Quanto às condições de higienização, as próprias conselheiras eram responsáveis pela limpeza

do local, incluindo os banheiros, que por ficarem na área externa do salão onde funcionava o CT, também eram muito utilizados pela população em geral e não apenas por aqueles que estavam trabalhando ou sendo atendidos no CT. Havia apenas um espaço mais isolado no salão, criado a partir da disposição dos armários de arquivo, onde ficavam o fogão, a pia, a geladeira, os copos e as garrafas utilizadas para preparar o café e algumas refeições mais simples.

Negar infraestrutura adequada para o funcionamento do CT tem sido uma prática comum da administração municipal em toda a trajetória desse órgão, desde sua implementação no município. Trata-se, no mínimo, de uma forma de dificultar o trabalho dos conselheiros. Uma das conselheiras tutelares que estava no segundo mandato relatou que:

Nós já passamos por situações piores. No meu primeiro mandato, o conselho funcionava em um quarto de uma edícula alugada: sem carro, sem impressora, sem ventilador. Chegamos a ficar sem papel para registrar as ocorrências, inúmeras vezes precisamos tirar dinheiro do próprio bolso para comprar materiais para o atendimento. Precisou acontecer uma confusão para mudarmos para esse prédio, que apesar de ruim, é um pouco melhor e mais reservado do que o antigo (Diário de Intercessões, 2023).

Nos diálogos entre as conselheiras sobressaiam várias críticas ao poder público municipal, especialmente quanto às condições físicas de trabalho, sendo recorrentes as falas que demonstravam decepção com a administração municipal iniciada no ano de 2020, que assim como as anteriores, também não deu atenção ao CT, que permanecia sem melhorias significativas. Era antigo o sentimento de desvalor compartilhado entre as conselheiras, que mediante qualquer requisição eram continuamente lembradas de que não eram funcionárias da prefeitura para reclamarem tanto, como se o assunto não fosse da competência do poder municipal. “Somos náufragos, à deriva, o CT sempre é esquecido”, era o que se dizia entre nós.

O estabelecimento permanecia aberto ao público de segunda à sexta-feira, das 7:00h às 17:00h. Após as 17:00h e aos finais de semana e feriados duplas ou trios de conselheiras ficavam sob aviso, em escala de plantões. Os atendimentos no plantão eram exclusivamente via telefone celular. O CT tinha somente um telefone móvel que ficava sob a responsabilidade de uma das conselheiras plantonistas, quando era necessário, a conselheira que estava com o celular do CT conversava com as outras plantonistas via aplicativo *WhatsApp*, expondo situações sensíveis que ficavam gravadas nos telefones pessoais das outras conselheiras, violando o princípio da Lei Geral de Proteção de Dados (2018). As conversas realizadas no intuito de analisar, planejar e deliberar em conjunto sobre as medidas a serem tomadas pelo CT acabavam sem garantia de sigilo.

O processo de trabalho no CT não era informatizado, os atendimentos prestados eram registrados em um caderno chamado “Livro de Registros”, no qual as trabalhadoras manualmente transcreviam um resumo dos atendimentos decorrentes de denúncias – formais ou anônimas, recebidas presencialmente ou por telefone– e atendimentos prestados por demanda espontânea das famílias ou quaisquer pessoas que acionaram o CT em busca de orientações. Cada registro deveria conter uma série de informações: a data do atendimento, os dados pessoais do denunciado, o relato da ocorrência, bem como o nome da criança e/ou adolescente que teve seus direitos ameaçados ou violados. Por vezes, havia dificuldade para dar seguimento a um caso pela falta de dados ou imprecisão. Por exemplo, a plantonista da segunda-feira atendia uma família, mas não registrava adequadamente o atendimento no Livro de Registros, de modo que a plantonista do dia seguinte tinha dificuldade para entender e conduzir o caso. Outra dificuldade era a apuração de denúncias anônimas, quando o denunciante não sabia o nome completo da criança ou do adolescente ou pelo menos o endereço da ocorrência, ficando impossível realizar a diligência.

Havia mais um caderno chamado “Número de Casos” no qual as conselheiras anotavam a quantidade e tipificação dos atendimentos prestados. Esse caderno funcionava como um

levantamento diário referente ao que tinha sido feito pelo CT, contendo o quantitativo de orientações, visitas, ações intersetoriais, por exemplo, reunião com a escola, ofícios recebidos ou expedidos, notificações, advertências, notícias de fato ao Ministério Público (MP), encaminhamentos, entre outros.

A falta de cuidado com a informatização dos registros do CT é outro analisador, que aponta para o fato de não ter se dado a devida importância aos dados que poderiam servir para se pensar e melhor planejar o trabalho do CT e da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente. Os outros conselhos tutelares dos municípios vizinhos já trabalhavam com o prontuário eletrônico, contudo, no CT onde trabalhamos sequer havia computador que suportasse o software disponibilizado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – Sistema de Informação Para Infância e Adolescência (SIPIA). Apesar da primeira versão do SIPIA ter sido disponibilizada em 1996, até dezembro de 2023 (quase três décadas depois), quando finalizamos o trabalho no CT, o sistema não havia sido implantado no nosso município.

O Sipia é um sistema nacional de registro e tratamento de informações sobre a garantia e defesa dos direitos fundamentais preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O Sipia (2023) tem uma saída de dados agregados em nível municipal, estadual e nacional e se constitui em uma base única nacional para formulação de políticas públicas no setor.

Os registros dos atendimentos deveriam ser transmitidos para o SIPIA para serem transformados em estatísticas, a fim de fundamentar ações e políticas adequadas às demandas sociais, contribuindo, dessa forma, para uma atuação mais eficaz, pensada a partir dos problemas concretos, de órgãos como o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e dos Adolescentes (CMDCA), Centro de Referência a Assistência Social (CRAS) e demais estabelecimentos, por exemplo, escolas e unidades básicas de saúde.

Sobre o CMDCA destacamos que, assim como o CT, esse não presta atendimentos assistenciais, o trabalho consiste em fazer os encaminhamentos para os estabelecimentos da Rede e fiscalizar esses estabelecimentos quanto ao cumprimento da sua função, inclusive fiscalizar se o CT possui condições adequadas para o trabalho. A atuação do CMDCA visa promover os direitos das crianças e dos adolescentes, diferentemente do CT, que entra em cena quando já se constatou uma violação de direitos, ou, no mínimo, um flagrante de ameaça a violação.

Pensar estratégias de prevenção da violação dos direitos das crianças e dos adolescentes e de promoção de condições adequadas para o desenvolvimento infantil juvenil, considerando as condições materiais de vida, o acesso à saúde, à educação, à alimentação, ao esporte, à cultura etc., são atribuições do CMDCA. O CMDCA é órgão deliberativo e controlador das ações voltadas para crianças e adolescentes em todos os níveis, segundo o ECA (1990).

Para Pereira (2011), é importante notar que as diretrizes relativas ao CMDCA foram regulamentadas como forma de exercício do direito de participação política, sem renunciar a outras formas de manifestação deste direito. É preciso que, para que tudo isso ocorra de forma apropriada, se constitua uma rede de proteção social, em que se fortaleça o Sistema de Garantia dos Direitos (SGD). O SGD tem como propostas a promoção dos interesses das crianças e dos adolescentes, sua defesa e controle social e é composto por vários órgãos e entidades, principalmente pelo CMDCA e pelo CT. A concretização da Proteção Integral pode se dar somente, se houver o envolvimento dos diferentes atores sociais para a articulação do trabalho em Rede, que envolve diversos setores do serviço público. O ECA (1990) trouxe a intersectorialidade como inerente ao SGD.

No município onde trabalhamos houve o aparelhamento do CMDCA. O processo de aparelhamento consiste em colocar aliados em postos estratégicos de poder, de modo a impedir

uma aplicação não tendenciosa das leis (Barros Neto, 2021). O CMDCA do nosso município era composto por oito representantes governamentais e oito representantes da sociedade civil organizada. A maioria dos representantes da sociedade civil ocupavam cargos municipais de livre provimento, por nomeação da prefeita, ou trabalhavam como prestadores de serviços para a prefeitura via pessoa jurídica, o que por si só deveria ser um impeditivo para que eles fossem membros do CMDCA, pois era perigoso para eles criticarem o município, era muito arriscado ir contra a gestão da prefeita, pois ela podia a qualquer momento retirar seus empregos. Benelli (2016), ao discutir questões do CDMCA do qual foi membro, expôs uma situação semelhante, a qual nomeou de “prefeiturização” (p. 85):

Diferentemente do que propõe a orientação oficial com relação à representação do governo junto do CMDCA, verificamos que o prefeito municipal indicava apenas funcionários do segundo ou do terceiro escalão para o cargo de conselheiro municipal. Dificilmente estes poderiam trazer uma contribuição efetiva da secretaria que representavam para o Conselho e acabavam representando a si mesmos nas deliberações, refletindo e agindo a partir do senso comum, sem considerar o contexto público, político e social municipal. Na verdade, os representantes do poder público escotomizavam a instância que representavam (Benelli, 2016, p.71).

O CMDCA em tese deveria atuar para garantir que as ações destinadas à Infância e à Adolescência aconteçam como previsto nas Políticas Públicas, ou seja, o CMDCA é uma instância de controle e de fiscalização quanto à destinação da verba pública. Dito isso, no período de quatro anos em que estivemos trabalhando, 2020-2023, as ações de fiscalização do CMDCA para averiguar o cumprimento do Plano de Ação para a proteção e a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes foram esparsas ou inexistentes.

No período de 2020 a 2023, além dos oito representantes governamentais que tinham ligação direta com a prefeita, três dos oito membros eleitos como representantes da sociedade civil ocupavam cargos comissionados, de livre-provimento da prefeita; com isso já estava garantida a maioria dos votos (11 de 16). Ademais, dois membros eleitos como representantes da sociedade civil eram sócios proprietários de empresas prestadoras de serviços para a prefeitura e outros dois membros, por não possuírem um bom nível de escolaridade, tinham muita dificuldade para entender o que deveriam fazer ali.

Não havia transparência nem incentivo à participação popular no CMDCA, não havia publicação das datas e horários das reuniões, sem contar que as reuniões ocorriam em horário comercial, dificultando a participação da população que estava no trabalho. Também não havia divulgação do que era o CMDCA e das suas atribuições, era nítido que a população nem sabia o que era CMDCA quanto mais poderia saber o que é protagonismo social.

São competências do CMDCA: deliberar sobre a implantação da política de atendimento integral dos direitos da criança e do adolescente no município, que compreende as políticas sociais básicas e demais políticas necessárias à execução das medidas protetivas e socioeducativas previstas no ECA; participar da elaboração do Orçamento do Município, gerir o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), elaborar o Plano de Ação Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Plano de Aplicação (1991), no que concerne à distribuição dos recursos orçamentários.

As pessoas que compunham o CMDCA do município apresentavam pouco conhecimento sobre as funcionalidades do órgão. A presidenta do CMDCA comparecia apenas nas reuniões da rede de proteção para discutir casos que poderiam resultar em acolhimento institucional, o que denota uma ação incompleta ou insuficiente do CMDCA, que deveria agir não apenas quando da concretização de uma violação de direitos. A existência e funcionamento adequado do CMDCA e dos Conselhos Tutelares, além de condição legal, indica que se busca, no plano

coletivo tornar evidente a forma de atendimento aos casos de ameaça ou violação de direitos à criança e ao adolescente. E para que isso fique garantido de maneira participativa e criteriosa, este processo não pode ser realizado sem ações intersetoriais e compartilhadas.

Notamos que a resistência de aproximação do CMDCA com o CT se intensificou após algumas tentativas de contato, havia poucos espaços de diálogos e possibilidade de trabalho conjunto. Numa ocasião, quando questionada sobre os recursos para tratamento em Saúde Mental disponibilizados pelo município, visando evitar a internação de um adolescente em hospital psiquiátrico, a presidenta do CMDCA simplesmente respondeu que esse assunto era com o Secretário de Saúde e não com ela. Isto é, não somente a população e os membros do CMDCA desconheciam sua função, como também a própria presidenta. Além disso, a presidenta passou a ignorar a conselheira tutelar que fez essa pergunta, não lhe dirigia mais a palavra, sequer a cumprimentava. Identificamos aqui algo semelhante ao que Benelli (2022) vivenciou durante a intercessão- pesquisa que fez num CMDCA de outro município:

*As pessoas costumam se incomodar e levar a discussão crítica das ideias para o lado pessoal, ficando ofendidas e fechadas ao diálogo. As críticas às ideias são recebidas como críticas à pessoa delas e ao trabalho que realizam. Quanto mais alienadas elas estiverem nessas ideias – que geralmente não representam realmente seus interesses de classe – que tomaram para si, defendendo-as apaixonadamente como se fossem verdadeiras e próprias, mais elas se melindram e se irritam com a discussão! Elas se sentem pessoalmente criticadas e agredidas com o debate! (Benelli, 2022, p.27)*

Não somente o trabalho com o CMDCA trouxe impasses para a atuação do CT, também os atendimentos realizados em conjunto com outros estabelecimentos da rede municipal de proteção gerou grandes dificuldades, principalmente porque não havia clareza de qual era a função de cada estabelecimento, de maneira que se eximiam de qualquer responsabilidade e deixavam tudo a cargo do CT, acarretando um volume exacerbado de serviço, levando as conselheiras à sobrecarga e à exaustão, e por vezes à própria impossibilidade de atuação.

## **NO MEIO DO CAMINHO TINHA UMA INTERCESSORA: DESLOCAMENTOS POSSÍVEIS/CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesta escrita estabelecemos a exposição de uma Ética na qual me baseio no Dispositivo Intercessor (DI) para (re) pensar a participação de uma trabalhadora social no Conselho Tutelar (CT). Posso dizer que o escopo maior do DI no contexto apresentado era propriamente contribuir para colocar o campo em movimento ao exercitar a função intercessora. Tratamos de criar uma realidade? Não. Tratamos de embarcar em uma realidade, sem haver traçado previamente um plano específico, nos deixamos surpreender por qualquer fato inesperado, evitando toda ideia preconcebida.

O DI se apresenta como um posicionamento profissional contrário às formalizações científicas as quais produzem uma padronização de condutas. A intercessão não é dirigida ou aplicável a alguém ou a um grupo; ela se dá em relação, a depender dos laços que o contexto apresenta e sempre em acordo com a Ética da Atenção Psicossocial.

Entender e problematizar o fazer profissional no CT nos possibilitou a ampliação da escuta, dos modos de atuação, da compreensão de proteção e punição, das percepções, e das respostas que pudemos dar por meio de uma atuação mais instrumentalizada, qualificada, precavida, prevenida, avisada. Também nos possibilitou ocupar as brechas do instituído, questionar muitas coisas, fazer com que se construísse uma análise conjunta com os trabalhadores do CT de que a Demanda dos sujeitos precisa transcender a Encomenda.

Os sentimentos e as percepções da práxis, foram se movendo, nos modificando. Tomamos partido, nos reposicionamos, assumimos nossos erros, nossos medos, nossas dúvidas e assim consideramos que os sujeitos atendidos pelo CT devem ser destinatários de práticas humanizadas, ocuparem espaços para demonstrar suas compreensões da realidade, ou seja, deles para eles mesmos!

É claro que a intercessão não é tarefa simples. A empreitada do DI é desafiadora, complexa e sensível a própria complexidade da realidade. Aceitar a proposta que movem as discussões do Materialismo Histórico, Análise Institucional e a Genealogia Foucaultiana é um desafio e certamente isso não se faz rapidamente. Naturalmente no princípio da intercessão-pesquisa estava armada de suspeitas e de suposições de respostas às minhas perguntas, e isso dificultou em certa medida meu posicionamento como intercessora. No entanto, o exercício de ir me colocando no lugar de trabalho, podendo me instrumentalizar por esses diferentes referenciais me ajudavam a pensar sobre minha práxis, possibilitando que fosse me construindo enquanto trabalhadora intercessora.

Embora não se possa medir os resultados da Intercessão em quantidade, em números, é possível afirmar que houve o despertar para reflexões, discussões que fortaleceram movimentos que iniciaram ou fortaleceram o instituinte. Avalio que o período curto de 8 meses de intercessão pesquisa é insuficiente para a continuação do amadurecimento do posicionamento intercessor, afora os equívocos que se possa cometer em relação a esta função. Entretanto, não cabe a Intercessão a exposição de resultados como se estivesse fazendo uma aferição com a minha pesquisa, mas de conseguir olhar para o processo de formação de uma intercessora, participante de uma práxis do trabalho em ato, além da pesquisa.

Nossa atuação profissional foi se modificando ao longo percurso da intercessão. A complexificação do nosso modo de atuação trouxe algumas mudanças práticas na organização dos atendimentos. Tentamos semanalmente manter um espaço de escuta e diálogo nas reuniões em colegiado diferente dos primeiros meses de atendimento em que as reuniões aconteciam somente nos casos em que necessitavam de uma aplicação de medida imediata diante da sua gravidade. Não havia um momento em que as conselheiras se escutassem, discutissem suas próprias ações, suas compreensões, tão pouco as complexidades de cunho social de cada caso.

A aproximação com o Judiciário também foi uma das importantes transformações do campo com a intercessão. Os trabalhadores do CT estavam acostumados a se comunicarem com o Ministério Público somente por correio eletrônico, e na maioria das vezes por ofício. Certa vez, em um dos momentos de intercessão a caminho do atendimento uma das conselheiras falou: “Como que o promotor vai enxergar essa realidade pelo papel? Quer dizer que o que não está nos autos do ofício não acontece?”, em uma pausa silenciosa, outra conselheira concluiu: “Ele não está dentro da casa, nós que estamos”. A intercessão possibilitou que adotássemos a busca por discussão de casos com o Judiciário com o fim de demonstrar a realidade das famílias pobres, haja vista que eram criminalizadas pelo simples fato de serem pobres. Era importante apontar a ausência do Estado quanto à sua responsabilidade.

Também buscamos refletir sobre os efeitos das práticas de trabalho das conselheiras tutelares e dos demais trabalhadores da rede de proteção à criança e ao adolescente, no sentido de compreender os fatores que as influenciam e determinam, e, sobretudo, discutir os impactos dessas práticas na realidade subjetiva e material das crianças e dos adolescentes atendidos e suas famílias, dentro de um Território, entendendo o Território como uma Formação Social e não apenas uma área geográfica.

Assim, nosso desejo é que estes textos sejam algo próximo do que Deleuze e Guattari (1995) chamaram de “um livro que não fosse livro”, isto é, uma escrita que não trouxesse metodologias a serem reproduzidas, mas que possa dialogar com o leitor, visando um conhecimento solidário que visa produzir transformações na realidade. Desejamos que esta experiência transformada em dissertação seja um ato político, com potencial de transformação para mim e para a minha comunidade, como bem disse Deleuze (1992, p. 156):

O essencial são os intercessores. A criação são os intercessores. Sem eles não há obra. Podem ser pessoas – para um filósofo, artistas ou cientistas; para um cientista, filósofos ou artistas – mas também coisas, plantas, até animais, como em Castañeda. Fictícios ou reais, animados ou inanimados, é preciso fabricar seus próprios intercessores. É uma série. Se não formarmos uma série, mesmo que completamente imaginária, estamos perdidos. Eu preciso de meus intercessores para me exprimir, e eles jamais se exprimiriam sem mim: sempre se trabalha em vários, mesmo quando isso não se vê.

Resta dizer que embora tenhamos encerrado nosso período de intercessão-pesquisa no CT, os efeitos desta experiência continuam em processamento contínuo, sendo impossível sabê-los por completo. O que disso é o mais importante é o desejo de continuar. Talvez a pergunta destas considerações seja: e agora trabalhadora? O que fica após a pesquisa? Fica a intercessão!

Seguimos pensando em tudo que nos foi ensinado em cada experiência vivida. Seguimos nos instrumentalizando, qualificando, ampliando a práxis. A intercessão não encerrou com a escrita destes ensaios. Ela apenas começou com o despertar profissional.

## REFERÊNCIAS

- Amador, F. S., Lazzarotto, G. D. R., & Dos Santos, N. I. S. (2015) Pesquisar-Agir, Pesquisar-Intervir, Pesquisar-Interferir. *Polis e Psique*, 5(2), 228-248. <https://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/58180>.
- Barros Neto, G. A. (2021) As elites, o poder e o aparelhamento do Sistema de Justiça no Brasil. *Revista de Ciência Política, Direito e Políticas Públicas*, 2(1), 99-105. <https://periodicos.unemat.br/index.php/politikcon/article/view/5668/4367>.
- Benelli, S. J. (2003) Dispositivos disciplinares produtores de subjetividade na instituição total. *Psicologia em Estudo (Maringá)*, 8(2), 99-114. <https://www.scielo.br/j/pe/a/dhrf5jBnJGVvynZ7pbrHQMk/?lang=pt&format=pdf>
- Benelli, S. J. (2014) *Entidades assistenciais socioeducativas: a trama institucional*. Vozes.
- Benelli, S. J. (2016) *O atendimento socioassistencial para crianças e adolescentes: perspectivas contemporâneas* [online]. Editora UNESP. DOI: 10.7476/9788568334751
- Benelli, S. J. (2019) Problematizando a instituição pesquisa na universidade e nas práticas psicológicas: questões epistemológicas e éticas. *Revista de Psicologia da UNESP*, 45(18), 88-120. <https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/1544>.
- Benelli, S. J. (2020) *Psicologia e Assistência Social: interfaces políticas clínicas e éticas*. CRV.
- Benelli, S. J. (2022) *Entidades assistenciais para crianças e adolescentes no município: impasses institucionais e possibilidades*. Unesp Digital.
- Benelli, S. J., & Costa-Rosa, A. (2012) Paradigmas diversos no campo da Assistência Social e seus estabelecimentos assistenciais típicos. *Psicologia USP, (São Paulo)*, 23(4), 609-660. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642012000400002>.
- Benelli, S. J., & Costa-Rosa, A. (2013) Dispositivos institucionais filantrópicos e socioeducativos de atenção à infância na Assistência Social. *Estudos de Psicologia (Campinas)* 30 (2) 283-301. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2013000200015>

- Cardoso Jr., H. R. (2005) Acontecimento e história: pensamento de Deleuze e problemas epistemológicos das ciências humanas. *TRANS/FORM/AÇÃO: Revista de Filosofia da Unesp*, 28(2), 105-116. <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/transformacao/article/view/896>.
- Carmo, J. G. (2011) As ações do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas no município de Caiuá - SP. [Trabalho de conclusão Bacharelado em Geografia] Repositório UNESP. <https://repositorio.unesp.br/items/864f3f6c-d301-4d1e-8246-dfc51fb1f613>
- Christiano, A. P. (2010) *O psicólogo na rede socioassistencial de atendimento a crianças e adolescentes*. [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"] Repositório UNESP. [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/97567/christiano\\_ap\\_me\\_assis.pdf](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/97567/christiano_ap_me_assis.pdf)
- Costa, M. F. (2016) *A clínica da urgência na unidade de pronto atendimento: da privatização da Saúde a uma aposta no sujeito do inconsciente*. [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"] Repositório UNESP. <https://repositorio.unesp.br/bitstream/11449/148827/2/license.txt>
- Costa, M. F. (2019) *Urgência e sujeito em uma unidade hospitalar: ensaios sobre a práxis da psicanálise na instituição de saúde*. Eduel.
- Costa, M. F. (2021) *A clínica da urgência e o prelúdio às entrevistas preliminares: uma práxis entre a luta de classes e as formações do inconsciente*. [Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"] Repositório UNESP. <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/214756>
- Costa, M. F., Costa-Rosa, A., Fiocchi, P. I. C. Q., & Mexko, S. (2015) *Dispositivo Intercessor: fundamentos teórico-metodológicos e éticos, definições necessárias*. [Apresentação de trabalho] 6º Congresso Internacional de Psicologia da UEM - Psicologia e Direitos Humanos: formação, atuação e compromisso social. Maringá. <http://cipsi.vwi.com.br/anais/publicacoes/modalidade/1>.
- Costa-Rosa, A. (2013) *Atenção Psicossocial além da Reforma Psiquiátrica: contribuição a uma Clínica crítica dos processos de subjetivação na Saúde Coletiva*. UNESP.
- Deleuze, G. (1992) *Conversações*. Ed.34.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1995) *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. (vol. 1). Ed. 34.
- Donzelot, J. (1998) *A Polícia das Famílias*. Graal.
- Foucault, M. (1982) *Le désordre des familles: lettres de cachet des archives de la Bastille*. Gallimard.
- Foucault, M. (2001) *Os anormais*. Martins Fontes.
- Foucault, M. (2008) *Microfísica do poder*. (26a ed.) Graal.
- Foucault, M. (2004) *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. (42a ed.) Vozes.
- Frizzo, K. R. (2011) Conselho Tutelar como instituição comunitária. In: R. Souza Filho, B. R. Santos, & M. L. Duriguetto. (Orgs.), *Conselhos Tutelares: desafios teóricos e práticos da garantia de direitos da criança e do adolescente*. (pp. 59-74), Editora UFJF.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2022) *Renda per capita Cidades e Estados*. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html>
- Janegitz, H. H. S. (2022) *Uma psicóloga trabalhando na Assistência Social: problematizações da práxis num centro de referência especializado de Assistência Social (CREAS)*. [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"] Repositório UNESP. [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/237227/janegitz\\_hhs\\_dr\\_assis.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/237227/janegitz_hhs_dr_assis.pdf?sequence=3&isAllowed=y).
- Lapassade, G. (1977) *Grupos, organizações e instituições*. Francisco Alves.
- Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União, Brasília. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm).

- Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018. (2018). *Dispõe sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais*. Diário Oficial da União, Brasília. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm).
- Lemos, F. C. S. (2011) Inquietações a respeito das práticas de conselheiros tutelares: proteção e controle. In: R. Souza Filho, B. R. Santos, & M. L. Duriguetto. (Orgs.), *Conselhos Tutelares: desafios teóricos e práticos da garantia de direitos da criança e do adolescente*. (pp. 59-74), Editora UFJF.
- Lourau, R. (1975) *Análise Institucional*. Vozes.
- Lourau, R. (1993) René Lourau na UERJ: análise institucional e práticas de pesquisa. EdUERJ. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/mnemosine/article/view/41317>
- Marx, K., & Engels, F. (1998) *A ideologia alemã*. Martins Fontes.
- Marx, K. (1975) *Formações econômicas pré-capitalistas*. Paz e Terra.
- Marx, K. (2004) *Manuscritos econômico-filosóficos*. Boitempo.
- Mexko, S. (2017). *Psicologia e assistência social: contribuições da psicanálise de Freud e Lacan e do materialismo histórico*. [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”] Repositório UNESP. <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150287>. Acesso em: 24 set. 2022
- Mexko, S. (2021) *Uma psicóloga psicossocial no CAPS: Contribuições da Psicanálise do campo de Freud e Lacan e do Materialismo Histórico*. [Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”] Repositório UNESP. [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/213964/mexko\\_s\\_dr\\_assis\\_int.pdf?sequence=4](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/213964/mexko_s_dr_assis_int.pdf?sequence=4)
- Monghine, I. D. (2024) *Proteção ou punição? Ensaio sobre a práxis de uma trabalhadora social desenvolvida num Conselho Tutelar*. [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”] Repositório UNESP. <https://hdl.handle.net/11449/255714>
- Nascimento, M. L., Cunha, F. L., & Vicente, L. M. D. (2007) A desqualificação da família pobre como prática de criminalização da pobreza. *Revista Psicologia Política*, 7(14), 1-17. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2007000200006&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2007000200006&lng=pt&tlng=pt).
- Nascimento, M. L., & Lemos, F. C. S. (2020) A pesquisa-intervenção em psicologia: os usos do diário de campo. *Barbarói, (Santa Cruz do Sul)*, 57(2), 239-253. <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i57.14675>.
- Pagnano, J. R. C. (2018) *O hospital psiquiátrico como analisador da Saúde Mental de um município de médio porte do interior do Estado de São Paulo*. [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”] Repositório UNESP. <https://repositorio.unesp.br/items/29d052e7-2430-49a7-9810-4698d3de6b66>
- Pereira, E. C. (2011) *Ensaio de intercessão institucional em um CAPS – Centro de Atenção Psicossocial*. [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”] Repositório UNESP. <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/97597>.
- Périco, W. (2014) *Contribuições da psicanálise de Freud e Lacan a uma psicoterapia Outra: a clínica do sujeito na Saúde Coletiva*. [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”] Repositório UNESP. <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/134191/000781535.pdf?sequence=1>.
- Périco, W. (2021) *Ensaio sobre psicanálise, instituição e luta de classes no campo de Saúde Mental coletiva*. [Tese de doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro] Repositório UERJ, Instituto de Psicologia. <https://www.bdttd.uerj.br:8443/bitstream/1/18764/5/Tese%20-%20Waldir%20P%20C3%A9rc%20-%202021%20-%20Completa.pdf> Acesso em 18 jan 2024.
- Santos, A. N. S. (2019) Espaço tutelar e olhar panóptico. Mecanismo de controle social das relações intrafamiliares? *Revista Jus Navigandi*, 5812(24). <https://jus.com.br/artigos/74261>.
- Santos, B. S. (2011) *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. (8a ed.). Cortez.

Sistema de Informação para Infância e Adolescência - SIPIA (2023) <https://www.sipia.gov.br/>

Shimoguri, A. F. D. T. (2016) *Contribuições da psicanálise de Freud e Lacan e do Materialismo Histórico para a Terapia Ocupacional: uma clínica do desejo e do carecimento na Saúde Coletiva*. [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”] Repositório UNESP. <https://repositorio.unesp.br/items/62ffee99-f31b-4b0f-99e9-aa15683e1843>

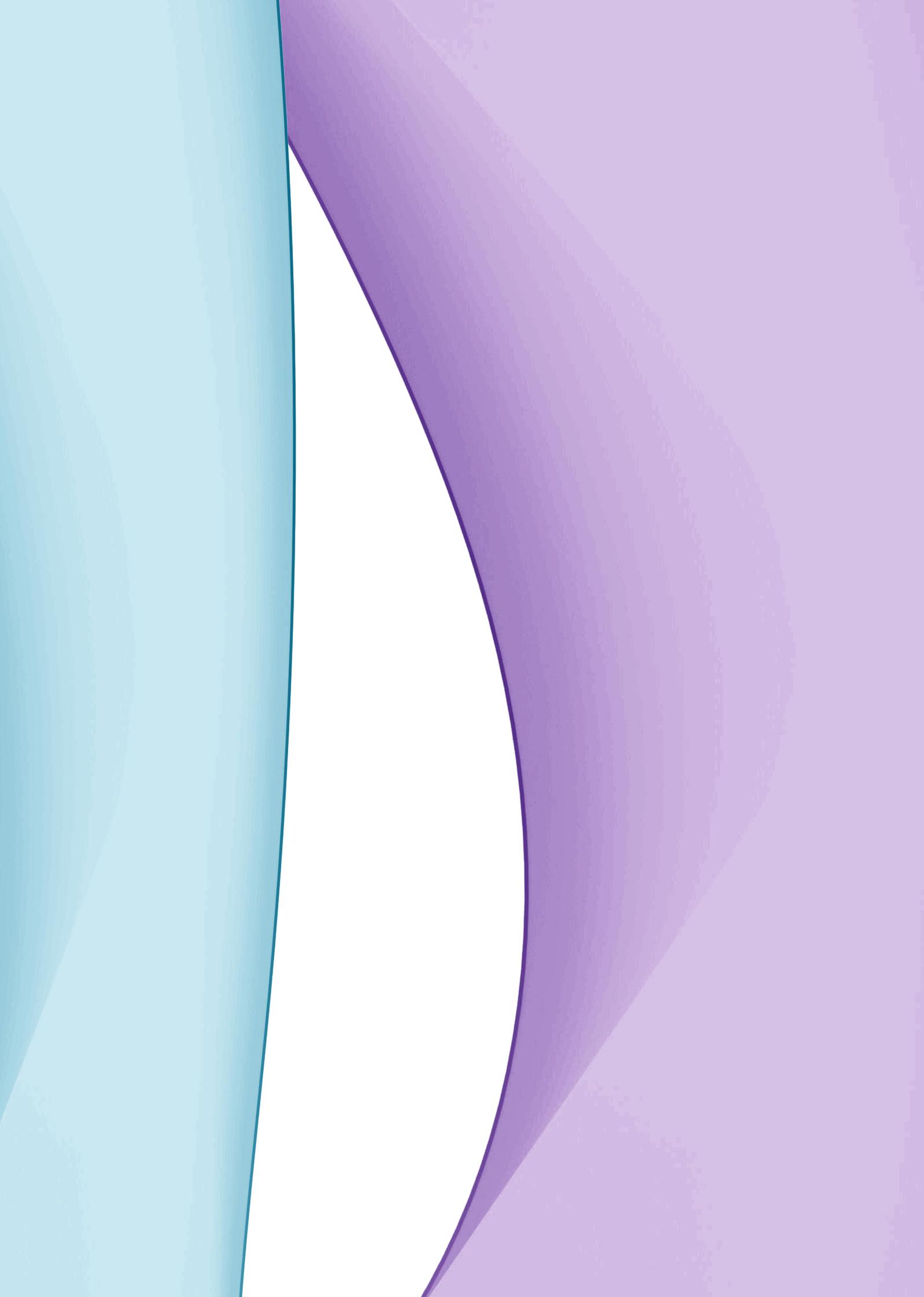
Shimoguri, A. F. D. T. (2021) *O inconsciente é a política: contribuições do Dispositivo Intercessor para o saber-fazer da Terapia Ocupacional Psicossocial*. [Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”] Repositório UNESP. <https://www.assis.unesp.br/Home/ensino/pos-graduacao/psicologia/defesas-psi-2020.pdf>

Souza, H. B. (2019) *O Psicólogo no cenário do sistema socioeducativo em meio aberto: problematizando saberes e fazeres*. [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”] Repositório UNESP. <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/0285db9f-9dca-4f08-992d-929a941596ae/content>.

Souza, W. A. (2015) *A assistência social e o trabalho com as pessoas em situação de rua no CREAS: um campo de intercessão*. [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”] Repositório UNESP. <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/131844>

Souza, W. A. (2016) O dispositivo intercessor na Assistência Social: um modo de transformação da realidade. *Revista de Psicologia da UNESP*, 15(1) 53-69. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-90442016000100005&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-90442016000100005&lng=pt&tlng=pt).

Viudes, P. F. N. (2017) *A questão territorial e os desafios para a política de Assistência Social: o caso de Caiuá-SP*. [Apresentação de trabalho] 2º Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/180186>.



# REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COMO SUJEITOS DE DIREITOS<sup>53</sup>

Juliana Montenegro Brasileiro<sup>54</sup>

Silvio José Benelli<sup>55</sup>

Andrey Marcel Botelho Fiori<sup>56</sup>

## INTRODUÇÃO

Durante o século XX, o “problema da infância” foi classificado como prioridade para o desenvolvimento das nações (Rizzini & Pilotti, 2011). Adequar a criança para uma determinada sociedade, baseado na educação moral e nas práticas de higiene médicas, foi considerado a chave para a construção de um Estado forte (Costa, 1989). Em torno disso, gravitavam outras problemáticas sociais como a pobreza e a criminalidade. No Brasil, as formas de atenção à criança pobre (e especialmente negra), até os anos 1990, se constituíram em tentativas de punir, vigiar e corrigir essa população para o trabalho servil, de forma a reproduzir a divisão social do trabalho. Para isso, foram utilizadas de práticas asilares tanto de proteção assistencial quanto violentas de coerção e repressão (Alvarez, 1989).

Com a reabertura democrática, a elaboração da Constituição Cidadã em 1988 e a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, crianças e adolescentes passaram a ser considerados como sujeitos de direitos. Em conjunto com uma reorganização de outras políticas públicas como a Assistência Social, a Educação e a Saúde, novas práticas de atenção à criança e ao adolescente foram implementadas. Crianças e adolescentes foram gradualmente incluídos em processos democráticos institucionais, a fim de garantir a efetivação de novos direitos adquiridos com o status de cidadãos: o direito de serem escutados em assuntos que lhes afetam e de participarem politicamente em processos de tomada de decisões.

Esse movimento também pode ser localizado no âmbito de uma discussão mais geral sobre os desafios contemporâneos quanto à democracia, a partir de apontamentos sobre a necessidade de repensar os processos de exclusão para os quais as instituições democráticas têm contribuído. Devido a intensificação de um conjunto de problemas chamados de “crise

53 Artigo produzido a partir da tese de doutorado em andamento intitulada “O significado de participação política e cidadania no discurso socioassistencial: uma investigação documental sobre os limites e as possibilidades de participação infanto-juvenil na assistência social” que está sendo desenvolvida por Juliana Montenegro Brasileiro e orientada pelo Prof. Dr. Silvio José Benelli.

54 Doutoranda em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) Faculdade de Ciências e Letras, Assis, SP, linha de pesquisa Políticas Públicas e Produção de Subjetividades: processos clínicos e institucionais, e pela Universidade de Málaga (UMA) (Espanha). Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei. Psicóloga pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências, Bauru, SP. Bolsista CAPES. Integrante do Laboratório transdisciplinar de Interação-Pesquisa em Processos de Subjetivação e Subjetividadesaúde (LATIPPSS), inscrito no CNPq.

55 Livre Docente em Psicologia Clínica pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Professor Associado do Departamento de Psicologia Clínica do curso de graduação em Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, SP, linha de pesquisa Políticas Públicas e Produção de Subjetividades: processos clínicos e institucionais. Coordenador do Laboratório transdisciplinar de Interação-Pesquisa em Processos de Subjetivação e Subjetividadesaúde (LATIPPSS), inscrito no CNPq.

56 Psicólogo e Mestrando em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) Faculdade de Ciências e Letras de Assis, SP, linha de pesquisa Políticas Públicas e Produção de Subjetividades: processos clínicos e institucionais. Integrante do Laboratório transdisciplinar de Interação-Pesquisa em Processos de Subjetivação e Subjetividadesaúde (LATIPPSS), inscrito no CNPq.

da democracia”, tais como o aumento da polarização política e a diminuição dos índices de confiança nas instituições governamentais, o incremento da participação cidadã em mecanismos institucionais foi sugerido como uma possível solução para “salvar a democracia” (Escobar, 2017). A participação política institucional de crianças e adolescentes seria um dos pilares desse projeto, especialmente articulados a currículos de educação democrática, com o objetivo de ensinar valores e práticas de cidadania que fortaleceriam a democracia a longo prazo.

Apesar da obtenção de novos espaços de participação para crianças e adolescentes que visam efetivar sua cidadania, se faz necessário o exercício de alguns questionamentos. Que tipo de democracia se visa fortalecer? O que se entende como participação política? Qual visão sobre o lugar social de crianças e adolescentes que sustenta esses processos de inclusão? Nesse capítulo, derivado na nossa pesquisa de doutorado em andamento, propomos uma reflexão crítica sobre a temática da participação política institucional infanto-juvenil, situando-a historicamente. Para isso, debatemos sobre as concepções de democracia e o lugar da política no pensamento marxista e destacamos a particularidade da participação infanto-juvenil nesse complexo.

## **POR QUE A EXPRESSÃO “PARTICIPAÇÃO POLÍTICA INSTITUCIONAL”**

O conceito de participação abrange uma ampla diversidade conceitual que pode se referir a projetos de direita ou de esquerda (Dagnino, 2004). Por se tratar de um campo semântico disputado que reflete as lutas sociais e partidárias no cenário político, se faz necessário estabelecer distinções quanto ao termo. O termo “participação” é, em geral, associado a processos de democratização do poder político. Pode se referir a participação em movimentos sociais, em eleições, em assembleias, em conselhos deliberativos ou consultivos de políticas públicas, em eventos políticos ou em processos participativos institucionais (Gohn, 2011). Em cada contexto, participar apresentará uma conotação diferente, a depender da função que representa. Dessa forma, participar em movimentos sociais ou em eleições não se referem aos mesmos processos, contradições e objetivos. Ao longo do século XX, a Psicologia Social produziu uma gama de estudos sobre movimentos sociais (e.g., aspectos motivacionais, liderança política, desenvolvimento da consciência, identidade grupal, entre outros) (Orihuela & Saldívar, 2021). Foi somente no final do século XX que estudos sobre a participação institucional começaram a se popularizar. Na América Latina, por exemplo, tais investigações só se tornaram possíveis devido às reaberturas democráticas que países como Chile (1990), Brasil (1985) e Argentina (em 1983) vivenciavam. A participação institucional difere daquela que se efetiva, por exemplo, nos movimentos sociais porque se refere ao engajamento em processos participativos que ocorrem no interior das instituições democráticas – que, em geral, são também as governamentais. Nesse sentido, os limites e possibilidades da participação institucional são, em grande medida, estabelecidos por aqueles que convidam os cidadãos a participarem, de tal forma que podemos considerá-la como uma concessão tática do polo dominante da relação social. Esses espaços participativos e/ou deliberativos são uma forma de promover a participação cidadã, em complemento ao papel mínimo e restrito que a sociedade civil exerce na dimensão representativa, tal como no voto eleitoral (Escobar, 2017).

Ao participar no interior dos espaços institucionais, os cidadãos, por vezes, precisam agir conforme regras e normas pré-estabelecidas, tais como: as regras de participação, as etapas sequenciais do processo, os critérios da avaliação técnica de executabilidade, o orçamento limitado, a burocracia, o tema a ser debatido e os grupos chamados (ou não) a estarem presentes no momento da tomada de decisões. Além disso, há contradições institucionais internas que

determinam a condução do processo participativo. Por exemplo, Wiesenfeld e Sánchez (2012) apresentam as queixas de participantes em conselhos cidadãos na Venezuela sobre o incentivo à liberdade de expressão por parte dos governantes, mas a presença hostil do controle estatal sobre a participação, com pressão para que os conselheiros apoiem os projetos partidários, sob o risco de perderem financiamento governamental. Por sua vez, Santos et.al. (2018) observaram sessões de deliberação em processos de orçamento participativo em Portugal. As autoras constataram que nenhum deles foi genuinamente participativo, pois exibiam desequilíbrios de poder entre a equipe técnico-política e os participantes, com estruturas verticalizadas. Outros projetos institucionais esvaziavam o sentido político da participação, promovendo mais uma participação social do que política (Zamorano, 2008). Isso significa que as propostas se aproximam mais do voluntariado e da solidariedade despolitizada do que de uma participação política efetiva. Ademais, os projetos de participação institucional visam promover a ideia de integração, legitimidade e harmonia social, embora existam processos de exclusão (Gohn, 2011). É o caso de mulheres que cumprem dupla jornada de trabalho e, portanto, possuem uma barreira temporal que inviabiliza sua participação em processos políticos institucionais (Wood, 2011); ou grupos periféricos que possuem dificuldades financeiras e espaciais de locomoção para acessar os centros urbanos e os locais onde são realizadas as atividades políticas institucionais. Ainda, há o caso de crianças e adolescente que, além da escassez de espaços próprios para a participação, são dependentes de seus responsáveis. Por essa razão, se faz relevante compreender o lugar social e histórico ocupado pelas crianças e adolescentes com relação ao tema da participação, a fim de analisar as problemáticas existentes quanto às possibilidades de participação política institucional para essa população.

## **O LUGAR SOCIAL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

As políticas públicas desenvolvidas ao longo do século XX para proteger e assistir, vigiar e punir, cuidar e educar crianças pobres foram influenciadas pelo movimento do romantismo no século XVIII no contexto europeu (Cunningham, 2020). Seus princípios localizaram a infância como um tempo de preparação para a vida adulta, em que as características de inocência e obediência deveriam ser mantidas para lograr uma infância feliz. Segundo essa perspectiva, o emprego de uma educação moral e religiosa adequada resultaria em um adulto funcional para a sociedade (Costa, 1989).

Advinda ainda da época medieval, durante os séculos XVIII e XIX, a ação caritativa foi a principal forma de intervenção no campo da infância. Com base na doutrina católica, pessoas religiosas se engajavam nas “boas obras” com o objetivo de praticar a fé e agradar a Deus ajudando aos “mais necessitados”. O auxílio prestado era organizado de maneira tutelar, sem tematizar as origens sociais e históricas da pobreza e, como consequência, colaborando para a reprodução das engrenagens capitalistas que produzem a marginalização (Benelli & Costa-Rosa, 2012). Durante o trabalho desenvolvido por esses grupos religiosos, era encontrado um contraste entre a infância romantizada, presente nas camadas médias e altas da população, e a infância possível para as crianças mais pobres. A infância da criança pobre foi, assim, considerada como uma experiência deformada, imoral e ilícita que deveria ser combatida. Junto à caridade, a filantropia, emergente no século XVIII, também ofertou formas de atenção à infância. Comum entre a elite burguesa, principalmente no grupo de mulheres, a filantropia é uma ação continuada de doação de dinheiro ou outros bens para desenvolver atividades que atendam àqueles considerados carentes e desamparados. As práticas filantrópicas continham

um forte preceito moral, disciplinador e autoritário, com vistas à adequação da população pobre ao trabalho na sociedade capitalista (Benelli & Costa-Rosa, 2012). No século XX, o desenvolvimento incipiente das políticas públicas para crianças e adolescentes disputou e negociou espaço com as práticas caritativas e filantrópicas, o que ocasionou que, em muitos momentos, os princípios que orientavam as ações estatais e filantrópicas se confundissem ao invés de se diferenciarem (Rizzini & Pilotti, 2011).

No Brasil, o Código de Menores orientou as ações estatais sobre as problemáticas sociais da infância pobre até a sua revogação em 1990 pelo ECA. Relacionado ao longo passado colonial brasileiro de escravidão, marginalização e violentação das pessoas negras, as políticas públicas para crianças pobres consistiam em coagir, punir e adequar os “vícios morais” que resultavam, segundo essa perspectiva, na delinquência, na criminalidade e na vagabundagem. A essa forma de atuação se denominou “lógica menorista” (Benelli & Costa-Rosa, 2012, 2013a). Essas práticas foram intensificadas durante a ditadura empresarial-militar, associadas ao terrorismo de Estado e à perseguição política (Ianni, 2019). A medicina também se estabeleceu, ligada ao militarismo, como campo hegemônico de intervenção sobre os corpos pobres e negros (Donzelot, 1980). Com base nisso, áreas como a Psicologia também colaboraram para justificar a marginalização dessa população, criando parâmetros arbitrários sobre a normalidade e a anormalidade. Nesse sentido, meninos brancos pertencentes às classes mais altas estabeleceram os níveis de normalidade para crianças com outras experiências de infância que, a partir desse critério, se tornaram desviantes (Ballester & Balanguer, 1995).

Nos anos 1980, houve a reabertura democrática brasileira, com o arrefecimento do governo ditatorial. A criança pobre não se encontrava em uma situação melhor na década de 1980 do que em outros períodos da história nacional. Ainda que os índices de mortalidade infantil tivessem apresentado uma diminuição, os níveis de pobreza e desigualdade social aumentaram. Uma nova Constituição foi promulgada em 1988, o que se apresentou como um documento híbrido entre projetos mais conservadores e mais progressistas (Behring & Boschetti, 2011). Em 1989, a Convenção dos Direitos da Criança (CDC), adotada pela assembleia da Organização das Nações Unidas, estabeleceu que crianças e adolescentes deveriam ser considerados como sujeitos de direitos e, portanto, cidadãos. Os artigos que apresentam o direito à participação compõem a CDC, especialmente o artigo 12, mas também os artigos 13, 14, 15, 16, 17, 30 e 31 (Montà et al., 2020).

Artigo 12:

1. Os Estados Partes devem assegurar à criança que é capaz de formular seus próprios pontos de vista o direito de expressar suas opiniões livremente sobre todos os assuntos relacionados a ela, e tais opiniões devem ser consideradas, em função da idade e da maturidade da criança.
2. Para tanto, a criança deve ter a oportunidade de ser ouvida em todos os processos judiciais ou administrativos que a afetem, seja diretamente, seja por intermédio de um representante ou de um órgão apropriado, em conformidade com as regras processuais da legislação nacional.

A repercussão da CDC resultou na reelaboração da Política da Criança em países ocidentais. No Brasil, o ECA refletiu essas discussões que ocorriam no plano internacional, mas também incorporou os debates nacionais sobre a situação da criança, nos quais movimentos como Meninos e Meninas de Rua exerceram o papel de denunciar as condições de exclusão social e material da criança pobre (Pereira, 2011).

Com a implementação dos direitos cidadãos da criança e do adolescente, dentre eles o de participar politicamente, houve a incorporação desse público em processos de tomada de decisões institucionais. No entanto, o paradigma dos sujeitos de direitos ainda coexiste com a lógica menorista e suas práticas (Benelli, 2016b, 2016a; Benelli & Costa-Rosa, 2011, 2012,

2013b). Além disso, a possibilidade de participar a nível institucional somente se abre para crianças e adolescentes nos anos 1990, momento no qual o neoliberalismo se consolidava. Isso significa que as formas de participação estavam circunscritas pelos novos significados de participação e cidadania que foram determinados pelo neoliberalismo. Martínez (2016) ressalta que o neoliberalismo exerce mais do que uma função econômica, pois é um processo amplo que produz um conjunto de discursos e dispositivos que justificam uma variedade de projetos e práticas políticas. Nesse contexto, houve a agudização da cisão entre público e privado, a utilização extensiva de uma retórica individualista e, como consequência (Harvey, 2005) desarticulação de movimentos sociais – os quais se transformaram, paulatinamente, em Organizações da Sociedade Civil (Dagnino, 2004). O Estado brasileiro possui, ainda, uma outra particularidade. Segundo Netto (2015), desde os anos 1930, o Estado brasileiro tem atuado como vetor de desestruturação, incorporando de forma desfigurada as demandas da classe trabalhadora e reprimindo os grupos que expressam os interesses das classes subalternas. Assim, o Estado tem sido eficiente em impedir o desenvolvimento de projetos societários radicalmente alternativos.

Quanto aos sentidos de participação e cidadania no contexto neoliberal brasileiro, Dagnino (2004) indica que houve uma disputa de significados em termos que eram comuns para a direita e a esquerda, mas somente na aparência. Tais termos incluíam a participação, a sociedade civil, a cidadania e a democracia. A sociedade civil foi reduzida a um conjunto de consumidores para satisfazer as necessidades do Mercado. Para a autora, muitos programas sociais criados nesse contexto serviram à readequação da cidadania para esse novo sentido – o do consumo, em detrimento dos direitos trabalhistas: aprender a iniciar microempresas, tornar-se qualificado para os empregos, flexibilizar-se etc. Nesse sentido, o Mercado se tornou o substituto da cidadania e a responsabilidade na garantia de direitos foi retirada do âmbito estatal. Outro deslocamento importante foi quanto à gestão da pobreza. Com a isenção do Estado no campo dos direitos, houve um maior apelo à solidariedade e ao trabalho voluntário para “ajudar aos pobres”, retomando a moralidade da filantropia e da caridade (Davies, 2012). Benelli (2022) reforça essa crítica, identificando os efeitos do neoliberalismo particularmente no contexto das políticas municipais de atenção aos direitos da criança e do adolescente, que se apresentam precarizadas e terceirizadas para as Organizações da Sociedade Civil (OSC), modalidade atualizada de filantropia. Na retirada do Estado como responsável pela garantia de direitos, se ampliam os espaços para a atuação do Terceiro Setor, que impõe suas necessidades e sentidos privados no campo das tomadas de decisões políticas.

## **O PAPEL IDEOLÓGICO DAS ONGS E DO ASSIM CHAMADO “TERCEIRO SETOR”**

Faz-se pertinente versarmos sobre o papel histórico das Organizações Não Governamentais (ONGs) e da conseqüente ideologia do chamado “Terceiro Setor”, uma vez que a (apenas) aparente negação do papel do Estado e a justificada tolerância às exigências do Mercado se mostram pontos decisivos para a sustentação ideológica da unanimidade em torno da “participação” (Dantas, 2014). As ONGs tiveram papel fundamental na América Latina a partir do pós-guerra, principalmente com a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. A CEPAL tinha como meta que o “processo de desenvolvimento econômico e social deve ser

*estimulado pelo Estado e com participação da sociedade, mediante metas de crescimento industrial e de infraestrutura, o que promoverá maior produção e consumo, e conseqüentemente maior bem-estar social”* (Montaño, 2014, p. 55, itálico dos autores).

Além da CEPAL, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) também desempenhou um papel importante. Criada em 1948 e reformulada em 1961 para coordenar a ajuda do Plano Marshall entre os países centrais, a OCDE colaborou para o desenvolvimento internacional. Outro exemplo é o programa Aliança para o Progresso, realizado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) entre 1961 e 1970. Este programa mobilizou recursos significativos de agências multilaterais do setor privado para a América Latina, com o objetivo de promover a chamada Cooperação Internacional. Essa cooperação, direcionada a Movimentos Sociais e organizações populares, era canalizada por meio de governos nacionais e locais, e especialmente pelas ONGs, as quais utilizavam o financiamento recebido para apoiar programas e projetos que articulavam essas organizações com as pautas e interesses dos movimentos sociais.

A intervenção dos países centrais do capitalismo na América Latina, no pós-guerra, teve como base a teoria do “desenvolvimentismo”, que visava promover a Industrialização por Substituição de Importações (ISI) dos países ditos “subdesenvolvidos” (a partir da lógica keynesiana), porém, sem que estes pudessem construir as suas próprias indústrias. Esse processo visou criar as condições necessárias para que empresas transnacionais se instalassem nos países periféricos, garantindo a lucratividade pela exploração de mão de obra barata (Montaño, 2014). Até a década de 1960, o “desenvolvimentismo” na América Latina também incorporou, de maneira específica e parcial, os interesses e necessidades dos setores populares das nações periféricas por meio da “Cooperação Internacional”. Nesse contexto, as ONGs participavam, enquanto atores coadjuvantes, em articulação com diversos movimentos sociais, os quais eram protagonistas de conquistas ligadas aos interesses populares, ainda que materializadas de forma desarticulada e segmentada, ou seja, “[...] os objetivos de “conscientização” das populações envolvidas, sua “organização” em Movimentos Sociais, promovendo sua “participação”, no desenvolvimento social, econômico e político, e incorporando as demandas destes, tornaram-se alvos centrais das ações das ONGs.” (Montaño, 2014, p. 70, itálicos dos autores).

A partir das mudanças profundas na ordem capitalista ocorridas nas décadas de 1970 e 1980, quais sejam, a crise capitalista, o colapso do bloco socialista e a ascensão das políticas neoliberais, observou-se um impacto significativo na relação entre Movimentos Sociais e ONGs, especialmente no que se refere ao papel político destas. De acordo com Montaño (2014), após a crise capitalista da década de 1970 e do impacto político-ideológico da extinção do Bloco Socialista na década de 1980, houve um redirecionamento dos recursos da “Cooperação Internacional” para os países do Leste Europeu que compunham a União Soviética, já que nesses lugares se abriam novos mercados para o capital transnacional e que se considerava, à época, que a América Latina já havia alcançado um patamar de desenvolvimento industrial suficiente para os interesses dos países capitalistas centrais. Esse cenário forçou o rompimento dos laços históricos entre as ONGs e os Movimentos Sociais, devido ao esgotamento do “desenvolvimentismo”, tornando as ações das ONGs independentes. Como consequência do redirecionamento do financiamento provindo da Cooperação Internacional, as ONGs precisaram captar recursos de doações. Isso produziu o que Montaño (2014) chama de “fetiche da doação”, ou seja, o fato de que a dita “doação” consiste em uma atividade verdadeiramente rentável por parte das empresas, uma vez que recebem robustas isenções fiscais em troca delas. No entanto, a doação implica a submissão das instituições aos interesses privados da agência doadora.

Uma nova relação de “parceria” teria se dado entre as ONGs, Estado e capital transnacional devido a ruptura com os Movimentos Sociais. A partir desse ponto, com a atuação das ONGs submetida ideológica e politicamente aos interesses de agências privadas, percebe-se uma fidelidade maior a um tipo de funcionamento compatível com o projeto neoliberal, que consiste precisamente naquilo que Montaño (2014) define como a *Ideologia do “Terceiro Setor”*:

[...] o conjunto de termos e linguagens, de conceitos teóricos e de valores éticos e políticos, que sustentam a autorresponsabilização dos sujeitos por suas próprias condições de vida, e pela solução de seus problemas e satisfação de suas necessidades, desreponsabilizando o Estado da ação social e desonerando o capital nessa tarefa (p. 41).

A incorporação da ideologia do Terceiro Setor em projetos sociais, amplamente financiados por empresas, gerou novas subjetividades. Esses projetos sociais se tornaram novos espaços de socialização, destinados a formar um sujeito adaptado à lógica do capitalismo tardio, caracterizado pelo imperativo do consumo e pela necessidade de flexibilidade conforme os interesses do Mercado. Nesse sentido, há o estabelecimento de um ethos empresarial que passa a dinamizar a vida social. Esse sujeito contemporâneo deve tornar-se empresário de si, internalizando as normas da acumulação capitalista ilimitada. Há um acirramento da competição, tornando o outro um rival (Gutiérrez, 2016) – e não mais um aliado nas lutas populares por pautas comuns aos interesses proletários.

Essa lógica neoliberal trouxe, ademais, prejuízos para a concepção de infância, ao estabelecer também as crianças como empresários de sua própria vida (Ibáñez, 2020). No campo educacional, por exemplo, a difusão das pedagogias do ‘aprender a aprender’ enfraqueceu a posição do professor como mediador, colocando os interesses imediatos das crianças como guia do processo de aprendizagem, responsabilizando-as por sua própria educação (Duarte, 2011). No campo da participação política, essa concepção se manifestou propriamente no conceito de *protagonismo juvenil*.

## **O PROTAGONISMO INFANTO-JUVENIL**

A criança como “agente político” se tornou um novo critério para definir índices de qualidade democrática dos países e, portanto, a criação de mecanismos participativos se apresenta como uma recomendação das agências internacionais para “promover um futuro mais sustentável” (Nações Unidas, 2015). Esses processos não têm se apresentado como uma alternativa a implementação de uma cidadania mais radicalizada. Ao contrário, a falta de definições e diretrizes para participação deixam margem para a interpretação de projetos conflitantes de governos de direita e de esquerda (Dagnino, 2004). Em geral, esses projetos enfatizam uma cidadania e uma participação ativa. Sob um aparente discurso progressista, há uma retórica conservadora e moralista que situa os beneficiários de políticas públicas como “passivos”, em contraposição aos cidadãos ativos que lutam por seus direitos (Davies, 2012; Martínez, 2016).

As influências do neoliberalismo no campo da educação determinaram as diretrizes para a participação infanto-juvenil. Em 1996, UNESCO elaborou um relatório da comissão internacional presidida por Jacques Delors com diretrizes para a Educação mundial (Duarte, 2011). O relatório apresentou o discurso das “competências”, divididas em 4 pilares da Educação: aprender a ser, aprender a conviver, aprender a fazer e aprender a aprender. Esse documento destacou o papel da educação no processo de formação da subjetividade humana, com a finalidade de preparar trabalhadores ao modo mais flexível e adaptável do ritmo de produção

(Duarte, 2011; Libâneo, 2012). Nesse sentido, há uma aliança entre o currículo educacional e a formação da próxima geração da classe trabalhadora, a qual deve se responsabilizar pela própria empregabilidade da mesma forma como foi ensinada a responder pelo próprio processo educativo (Laval, 2019). Essas perspectivas se relacionam com a ideia do empreendedorismo. Embora pareça inovadora, é conservadora porque intensifica a precarização da educação e dos vínculos trabalhistas. O plano social, no entanto, é um complexo de determinações e a organização do modo de produção capitalista também produz seus efeitos na vida social como um todo (Lukács, 2013). Por essa razão, a precarização da educação e da dimensão trabalhista tem também consequências para a subjetividade (Antunes, 2002; Antunes & Alves, 2004).

O discurso do empreendedorismo encontra sua equivalência no discurso sobre o protagonismo juvenil, no caso da participação de crianças e adolescentes. Segundo Souza (Souza, 2006, 2009), essa expressão ganhou maior notoriedade em meados dos anos 1990, especialmente no discurso das organizações do terceiro setor que trabalham com a população jovem mais pobre. Em seu estudo documental sobre o protagonismo juvenil, Souza (2006, 2009) explica que o termo pode referir-se a um método, princípio ou pedagogia que visa transformar o educando considerado passivo em cidadãos ativos. Dessa forma, apesar da imprecisão de seus objetivos e significados, o protagonismo juvenil é associado a um modelo de cidadania e participação ativa. O protagonismo juvenil seria um caminho, por essa perspectiva, de integrar a juventude marginalizada e, portanto, que se apresenta como parte do problema social, no acesso aos serviços comunitários e ao mercado de trabalho, prevenindo as denominadas situações de risco social e pessoal e de vulnerabilidade – noções avessas à de cidadania (Benelli, 2016b). O incentivo à entrada no mercado de trabalho, nos textos que foram analisados por Souza (2006, 2009), não são acompanhados de políticas de garantia de emprego, mas ao fomento do empreendedorismo dos jovens.

Na perspectiva do protagonismo juvenil, há uma supervalorização do cotidiano como *locus* da participação política, resultando no esvaziamento da organização política considerada “tradicional” na qual estariam incluídos os partidos políticos, os movimentos sociais, a organização popular, os protestos de rua e os atos de greve, em detrimento de ações pontuais, como a assinatura de petições e a revitalização de ruas, edifícios e praias locais. Segundo esse discurso, os jovens não se interessam mais em se engajarem em “grandes utopias” e preferem o pragmatismo das ações mais imediatas. Os jovens seriam, ainda, mais apáticos em assuntos políticos e mais desconfiados das instituições democráticas, o que seria um obstáculo para a participação institucional. Para essa perspectiva, essa seria uma das causas da intensificação da crise da democracia contemporânea. Notamos, portanto, que o discurso hegemônico sobre a participação política de crianças, adolescentes e jovens expressa determinadas visões sobre o que é a democracia e que projeto se tem para a sociedade.

## **O LUGAR DA POLÍTICA E DA DEMOCRACIA NO PENSAMENTO MARXISTA**

Afinal, que democracia é essa apresentada pelo discurso hegemônico? Se a sociedade civil é composta por cidadãos-consumidores, se o Estado tem reduzido seu papel para a proteção das necessidades do Mercado e se as atividades políticas têm se tornado cada vez mais pontuais, qual projeto político de humanidade se desdobra nesse processo? Sugerimos que o contexto neoliberal representou uma renovação econômica e política do conservadorismo liberal. Nesse

sentido, a democracia promovida nos projetos de participação institucional não ultrapassa os limites da sociedade de classes burguesa. Os direitos de participação, assim, não colocam em xeque o *status quo*, mas reproduzem-no. Marshall (1967) foi um autor importante para a formulação teórica dos direitos civis, políticos e sociais da cidadania liberal. Demonstrando que o projeto democrático liberal não propõe o fim das desigualdades sociais, o autor escreveu que “a desigualdade do sistema de classes sociais pode ser aceitável desde que a igualdade da cidadania seja reconhecida” (Marshall, 1997, p.62).

A história da democracia se relaciona intimamente com a história da luta de classes. Na Grécia Antiga, o sistema democrático era sustentado pela exclusão da participação de mulheres e pela reprodução das condições de exploração dos escravos (Mazzeo, 2009). Assim, a democracia na sociedade de classes é um instrumento político de manutenção das desigualdades sociais. A democratização no sistema capitalista interessa em momentos de expansão do Mercado, enquanto a ditadura é utilizada como recurso para impedir o avanço de grupos sociais subalternos e movimentos populares que ameacem o sistema hegemônico (Tonet, 2009).

Para o pensamento marxista, a política não é uma esfera independente da organização social e material de produção. Isso afirma o carácter ontonegativo da política, pois se entende que o fazer político não é inerente ao ser humano, mas resultado das suas relações sociais, materiais e produtivas com outros sujeitos humanos (Chasin, 2013). Ademais, Marx (2010) diferenciou emancipação política de emancipação humana. A primeira se refere a processos de conquista política, particularmente para as classes subalternas, mas ainda deixando “de pé os pilares do edifício” (Marx, 2010, p.154). A segunda consiste no processo de revolução cujo objetivo é a destruição da sociedade de classes e a reconstrução de uma nova sociedade organizada a partir dos interesses daqueles que, antes da revolução, pertenciam à classe trabalhadora.

Mas qual seria o futuro da democracia em uma sociedade sem classes sociais? Esse é um debate no pensamento marxista e, por isso, não há um consenso sobre o tema, mas se considera que se trata de um horizonte em aberto a ser decidido pelos acontecimentos históricos que virão. Podemos reduzir essa discussão a dois tipos de posicionamento: um grupo de autores que defendem o valor universal da democracia e outro que entende que a própria democracia cessará de existir após o definhamento do Estado. De um lado, autores como Coutinho (1979) representam o primeiro grupo e consideram que a democracia, apesar de suas relações com a sociedade de classes, consiste em um sistema político importante para organizar a vida social e política no comunismo. De outro, representado por autores como Tonet (2009), a democracia está, necessariamente, relacionada com a existência do Estado. Com a dissolução do Estado no comunismo, a questão da democracia não se colocaria mais (Lukács, 2011). Esse segundo grupo faz uma releitura de autores como Lênin (2017, 2019). Para Lênin (2017, 2019), a democracia é a melhor forma de Estado para o proletariado sob o capitalismo, mas que não é capaz de superar a escravidão assalariada sob a qual vivem os proletários. Nessa perspectiva, a revolução proletária tomaria o poder do Estado para reconstruir uma nova sociedade. Como resultado, haveria uma destruição de toda a sociabilidade burguesa, incluindo os valores democráticos liberais. Em um certo momento, o Estado não seria mais necessário para manter a sociedade organizada e, portanto, deixaria de existir junto com a democracia.

Para que a revolução ocorra, é necessário que as contradições sociais estejam acirradas o suficiente e que o momento histórico seja propício para a organização do movimento político e revolucionário. Os conflitos sociais são o motor da história e produzem movimentos no sentido de emancipação ou de assujeitamento. O Estado burguês se serve da política e das políticas (públicas) como forma de ampliar o conformismo e esmorecer os protestos políticos contra

hegemônicos. Segundo Jessop (2021), o Estado é um conjunto de instituições e organizações implicadas na implementação de decisões que, a princípio, vinculam os sujeitos políticos coletivamente. A política é mais dinâmica e heterogênea e se expressa nas formas, metas e objetos das práticas políticas. As políticas (públicas) são campos específicos de intervenção (ou abstenção) estatal. Assim, ao pensarmos sobre a participação política institucional infanto-juvenil, devemos considerar as estratégias e recursos políticos, as instituições estatais e suas dinâmicas e as políticas públicas que tornam possível (ou obstaculizam) a participação. Na medida em que um determinado grupo marginalizado adentra aos espaços institucionais, trata-se de “jogar conforme as regras do jogo”, mas ainda buscando construir resistências às práticas e discursos hegemônicos. São essas resistências que contradizem o modo de produção capitalista que tornam possível fazer “girar” a política na direção dos interesses da classe trabalhadora.

As dificuldades de acirrar contradições e criar resistências no interior do modo de produção capitalista ocorrem porque o poder de coação burguês não se baseia na subordinação política. Perante o Estado, tanto o proletário quanto o burguês são considerados livres e iguais para garantir uma pretensa igualdade imaginária que opera na troca econômica entre produtores e apropriadores (Wood, 2011). Isso significa que as conquistas no âmbito político não implicam em uma mudança na correlação de forças das classes sociais. Por essa razão, o pensamento marxista apresenta uma desconstrução da falsa universalidade da cidadania liberal (Marx, 2010). No âmbito estatal, as diferenças de classe, raça, idade e gênero são negadas. Mas nos processos de produção e reprodução da vida, há exploração, violência e discriminação baseadas nos critérios de classe, raça, gênero, idade, entre outras. Wood (2011) identifica uma separação entre poder de Estado e poder de classe, justamente porque as conquistas políticas não libertam os sujeitos da exploração econômica. Ou, como Marx (2010) explicitou, a emancipação política não alcança o patamar da emancipação humana. “Por mais feroz que seja a luta por salários, a relação salarial... permanece intacta: a base do poder de extração do apropriador – sua condição de proprietário e de não proprietário do trabalhador – não está em disputa” (Wood, 2011, p. 47). Jessop (2021) reforça essa perspectiva e explica que, no capitalismo, a luta econômica ocorre no contexto da lógica de Mercado (salários, horários e demais condições de trabalho) e a luta política ocorre na lógica do Estado representativo (cujo objetivo é conciliar os interesses particulares dos cidadãos e proprietários em um interesse geral ilusório).

Com base na leitura crítica sobre a democracia apresentada nessa seção, podemos adjetivar a “crise da democracia” com a palavra “burguesa”. O conjunto de fenômenos apresentados pela literatura, especialmente da Ciência Política, como causas e consequências da crise (e.g., polarização política, desconfiança, apatia política, falta de legitimidade) oferecem uma certa ameaça à estabilidade da democracia burguesa. A ameaça é quanto aos valores democráticos burgueses, relacionados à fraternidade, igualdade e liberdade promovidos pela Revolução Francesa em 1789. A ascensão da extrema direita ao redor do mundo nas últimas décadas, o baixo comparecimento eleitoral em países europeus e nos EUA e a diminuição do suporte da população civil para as decisões estatais dificultam a governabilidade liberal no sistema capitalista. Como solução, autores têm recomendado o aumento da participação (Elstub & Escobar, 2019; Escobar, 2017; Ganuza & Mendiharat, 2020). Essa sugestão é particularmente amparada pelos princípios da teoria democrática participativa e deliberativa, que se apresentam como uma forma de complementar a democracia representativa. Assim, trata-se de remediar os problemas sociais causados pelas crises econômicas, ecológicas e pelo fracasso das promessas da democracia liberal desde a queda do muro de Berlim em 1989 (Lazarus, 2014).

A incorporação dos cidadãos em processos institucionais de tomada de decisões políticas não implica, no entanto, em uma participação que visa atender às demandas dos grupos marginalizados. Em muitos casos, há a manutenção de um poder verticalizado entre os dirigentes políticos e os participantes (M. T. P. C. dos Santos, 2019; Wiesenfeld & Sánchez, 2012). Além disso, por vezes se dissimula as desigualdades presentes entre aqueles que participam, sem considerar condições de equidade para uma participação mais autêntica (Abdel-Monem et al., 2010). Gohn (2011) discute sobre os diferentes aspectos da participação política. Segundo a autora, na concepção liberal, a participação objetiva o fortalecimento da sociedade civil para evitar o autoritarismo estatal. Nesse sentido, a participação serve para melhorar a qualidade democrática nos limites das relações capitalistas. A participação democrática, por outro lado, tem a soberania popular como regulador fundamental. No entanto, ainda se observa os “vícios” da concepção liberal. Por exemplo, o princípio da representação é imperativo, não importando quem e de que forma ela é constituída. Gohn (2011) indica a concepção democrático-radical de participação como mais avançada, pois objetiva o fortalecimento da sociedade civil para que se abram caminhos em direção à transformação social. Participar é, de acordo com essa noção, a divisão da responsabilidade na construção coletiva de uma nova sociedade, retomando os vínculos coletivos que se enfraqueceram com o neoliberalismo.

Mesmo no que se refere à participação liberal, restrita ao âmbito representativo, pesquisas têm questionado a descrição de jovens como apáticos. Por exemplo, Tatalovic (2015) investigou o problema da apatia e do suposto desinteresse político dos jovens eleitores. O autor demonstra que os jovens possuem um alto grau de participação política institucional, especialmente pelo voto. Isso não exclui, no entanto, as críticas ao funcionamento democrático liberal, fundamentadas principalmente no domínio dos interesses privados das elites no âmbito político. Ademais, a participação política institucional em processos participativos e deliberativos também podem produzir e reforçar a exclusão externa e interna. Para Young (2001), a exclusão externa ocorre quando grupos são proposital ou inadvertidamente excluídos das decisões que lhes afetam. A exclusão interna existe quando os participantes não possuem as habilidades para influenciar outros com base na lógica argumentativa, um princípio central para a democracia deliberativa. Ambas as exclusões podem ocorrer no caso das crianças, também inseridas em relações de poder com adultos, além das questões de classe, gênero e raça.

## **PROPOSTAS CRÍTICAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA INSTITUCIONAL INFANTO-JUVENIL**

Em uma perspectiva marxista, a universalidade da democracia e da cidadania liberal precisa ser superada e destruída. A democracia burguesa e a respectiva cidadania que lhe cabe são particularidades do sistema capitalista. As críticas advindas do movimento feminista contribuem para essa discussão. Lister (2008) retoma os principais subsídios teóricos desse movimento para fazer uma crítica à noção de cidadania. De acordo com a autora, a cidadania liberal é baseada na figura do homem branco, adulto, europeu e burguês. Nesse sentido, essa cidadania é oposta a uma proposta radical de democracia, porque atua como força excludente. A manutenção da cidadania liberal implica a marginalização de outros grupos. Por exemplo, até meados do século XX, mulheres eram excluídas do cenário público porque eram consideradas como seres emocionais e irracionais que deveriam, por isso, se reservar às preocupações da vida privada e doméstica. Argumentos semelhantes são utilizados para justificar a ausência de participação

de crianças no cenário político (Burman, 2017). No século XIX, pessoas pobres e analfabetas também foram impedidas de votar (Pateman, 1992). Nessa lógica, existiriam os “homens” e “os outros”, cuja natureza os impediria de realizar o projeto de participação desejado.

Para Wood (2011), uma democracia radical é necessária para a revolução. Nesse projeto, a relação entre o econômico e o político devem ser resgatadas, de modo que a conquista política esteja à altura da emancipação humana. A participação democrática, implementada para favorecer a legitimidade estatal, é insuficiente para alcançar esse objetivo, pois o horizonte político mais avançado consiste em uma reforma do sistema – e não sua destruição. Mecanismos deliberativos e participativos promovem um espaço limitado para a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, tal como a redução da mortalidade infantil em municípios que implementaram o Orçamento Participativo (Gonçalves, 2014). No entanto, autores também mostram que consiste em uma forma de esvaziar a participação política, retirando os ativistas do cenário institucional em prol de metodologias de sorteio para seleção de diversos setores de cidadãos como participantes (Talpin, 2017). Ademais, uma perspectiva mais radical propõe que a democratização deve também alcançar as relações sociais – e não se restringir ao cenário político institucional (Wood, 2011). Por exemplo, como as mulheres poderão participar mais ativamente da política se ainda assumem uma dupla jornada de trabalho? Como a participação institucional é compatível com as longas jornadas de trabalho? Como incluir crianças e adolescentes sem reproduzir o adultocentrismo? Essas questões indicam que ainda há um longo percurso na discussão democrática que ultrapassam as dinâmicas institucionais *per se*, pois, abrangem o complexo social, político e econômico como um todo.

Quanto à especificidade da participação política institucional infanto-juvenil, a Educação Popular proposta por Freire é um dos pilares para a construção de uma democracia que esteja mais voltada para as classes subalternas. Nessa perspectiva, o capitalismo é tematizado como fonte dos problemas sociais e econômicos. Freire (2019) considera a totalidade da práxis social, entendendo a educação crítica como um processo para além do letramento. Ler é dar sentido e significado para o mundo, possibilitando interpretar e criticar a realidade na qual o sujeito se insere. Assinalamos também que a perspectiva de Freire (2019) ultrapassa o plano das habilidades, competências e talentos identificado no discurso sobre empreendedorismo e protagonismo, porque inclui a politização do sujeito e o desenvolvimento de suas habilidades sociopolíticas. Esse processo abrange uma reformulação do papel dos adultos funcionários e educadores na relação com crianças e adolescentes, uma vez que seria necessário ultrapassar a produção de assujeitamento que é resultado do projeto de socialização vigente. Nesse caso, segundo Freire (2019), a “educação bancária”, na qual a realidade é apresentada como estática e compartimentada, deve ser substituída por uma concepção problematizadora, que nega o sujeito enquanto ente abstrato, pois se trata do sujeito como ser histórico, que é inacabado e está inserido em uma realidade em movimento. Na concepção bancária, a adaptação às necessidades do sistema é mais importante que o desenvolvimento da consciência crítica do sujeito. De fato, “a questão está em que pensar autenticamente é perigoso. O estranho humanismo dessa concepção bancária se reduz à tentativa de fazer dos homens o seu contrário – o autômato, que é a negação de sua ontológica vocação de ser mais” (Freire, 2019, p. 85). Assim, a participação infanto-juvenil deve preconizar a formação de sujeitos politicamente ativos, capazes de posicionamentos críticos e questionadores, que possam contribuir para a construção de uma democracia verdadeiramente radical e contrária às objetivações da sociabilidade burguesa.

## REFERÊNCIAS

- Abdel-Monem, T., Bingham, S., Marincic, J., & Tomkins, A. (2010). Deliberation and diversity: Perceptions of small group discussions by race and ethnicity. *Small Group Research*, 41(6), 746–776. <https://doi.org/10.1177/1046496410377359>
- Alvarez, M. C. (1989). *A Emergência do Código de Menores de 1927: uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aos menores* [Dissertação de Mestrado]. USP.
- Antunes, R. (2002). As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação). *Caderno CRH*, 37, 23–45.
- Antunes, R., & Alves, G. (2004). As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação & Sociedade*, 25(87), 335–351. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000200003>
- Behring, E. R., & Boschetti, I. (2011). *Política Social. Fundamentos e história*. (9a ed.). Editora Cortez.
- Benelli, S. J. (2016a). O atendimento socioassistencial para crianças e adolescentes. *Perspectivas Contemporâneas*. Editora Unesp Digital. <https://doi.org/10.7476/9788568334751>
- Benelli, S. J. (2016b). Risco e vulnerabilidade como analisadores nas políticas públicas sociais: Uma análise crítica. *Estudos de Psicologia*, 33(4), 735–745. <https://doi.org/10.1590/1982-02752016000400016>
- Benelli, S. J. (2022). *Entidades assistenciais para crianças e adolescentes no município: impasses institucionais e possibilidades*. Unesp Digital.
- Benelli, S. J., & Costa-Rosa, A. (2011). Para uma crítica da razão socioeducativa em entidades assistenciais. *Estudos de Psicologia*, 28(4), 539–563.
- Benelli, S. J., & Costa-Rosa, A. (2012). Paradigmas diversos no campo da Assistência Social e seus estabelecimentos típicos. *Psicologia USP*, 23(2), 609–660.
- Benelli, S. J., & Costa-Rosa, A. (2013a). Dispositivos institucionais filantrópicos e socioeducativos de atenção à infância na assistência social. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 30(2), 283–301. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2013000200015>
- Benelli, S. J., & Costa-Rosa, A. (2013b). Dispositivos institucionais filantrópicos e socioeducativos de atenção à infância na assistência social. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 30(2), 283–301. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2013000200015>
- Burman, E. (2017). *Deconstructing Developmental Psychology* (2a ed.). Routledge.
- Chasin, J. (2013). Marx - A determinação ontonegativa da politicidade. *Verinotio*, 8(15), 42–59.
- Costa, J. F. (1989). *Ordem médica e norma familiar* (3a ed.). Edições Graal.
- Coutinho, C. N. (1979). A Democracia como Valor Universal. In *Encontros com a Civilização Brasileira* (pp. 33-47). Civilização Brasileira.
- Cunningham, H. (2020). *Children and childhood in western society since 1500*. Routledge.
- Dagnino, E. (2004). Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Política & Sociedade*, 5(1), 139–164.
- Dantas, A. (2014). Todos pela participação: quando o consenso denuncia a dominação. In C. Montaño (Org.), *O Canto da sereia: crítica à ideologia e aos projetos do "terceiro setor"*. Editora Cortez.
- Davies, J. S. (2012). Active citizenship: Navigating the conservative heartlands of the New Labour project. *Policy and Politics*, 40(1), 3–19. <https://doi.org/10.1332/147084411X581781>
- Donzelot, J. (1980). *A polícia das famílias*. Edições Graal.

- Duarte, N. (2011). *Vigotski e o “aprender a aprender”*. Crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana (5a ed.). Autores Associados.
- Elstub, S., & Escobar, O. (2019). Defining and typologising democratic innovations. In *Handbook of Democratic Innovation and Governance*. Edward Elgar Publishing. <https://doi.org/10.4337/9781786433862.00009>
- Escobar, O. (2017). Pluralism and Democratic Participation: What Kind of Citizen are Citizens Invited to be? *Contemporary Pragmatism*, 14(4), 416–438. <https://doi.org/10.1163/18758185-01404002>
- Freire, P. (2019). *Pedagogia do Oprimido*. Paz e Terra.
- Ganuza, E., & Mendiharat, A. (2020). *La democracia es posible. Sorteo cívico y deliberación para rescatar el poder de la ciudadanía*. Consonni.
- Gohn, M. da G. (2011). *Conselhos gestores e participação sociopolítica* (4a ed.). Editora Cortez.
- Gonçalves, S. (2014). The Effects of Participatory Budgeting on Municipal Expenditures and Infant Mortality in Brazil. *World Development*, 53, 94–110. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2013.01.009>
- Gutiérrez, J.M.S. (2016). Empresa, poder e individuo: El neoliberalismo como productor de subjetividad. *Civilizar Ciencias Sociales y Humanas*, 16(31), 113-126.
- Harvey, D. (2005). *O neoliberalismo: história e implicações*. Edições Loyola.
- Ianni, O. (2019). *A ditadura do grande capital*. Expressão Popular.
- Ibáñez, I.A.N. (2021). Neoliberalismo y subjetividad. El nuevo malestar. *Revista de Psicología*, 20(2), 155-166.
- Jessop, B. (2021). *El Estado: pasado, presente y futuro*. Catarata.
- Laval, C. (2019). *A escola não é uma empresa: neoliberalismo em ataque ao ensino público*. Boitempo.
- Lazarus, J. (2014). Contesting the hegemony of democracy promotion: towards the demos. *Critical Policy Studies*, 8(1), 41–60. <https://doi.org/10.1080/19460171.2014.883856>
- Lênin, V. (2017). *O Estado e a revolução*. Boitempo.
- Lênin, V. I. (2019). *Democracia e Luta de Classes*. Boitempo.
- Libâneo, C. J. (2012). O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. *Educação e Pesquisa*, 38(1), 13–28.
- Lister, R. (2008). Unpacking children’s citizenship. In A. Invernizzi & J. Williams (Eds.), *Children and citizenship* (pp. 9–19). Sage Publications.
- Lukács, G. (2011). *Socialismo e democratização. Escritos políticos 1956-1971* (C. N. Coutinho & J. P. Netto, Eds.; 2a ed.). Editora UFRJ.
- Lukács, G. (2013). *Para uma ontologia do ser social II*. Boitempo.
- Marshall, T. H. (1967). *Cidadania, classe social e status*. Zahar Editores.
- Martínez, A. M. L. (2016). Neoliberalismo, Estado y ciudadanía. La crisis del “pacto revolucionario” en torno al sismo de 1985. *Relaciones*, 147, 51–84.
- Marx, K. (2010). *Sobre a questão judaica*. Boitempo.
- Mazzeo, A. C. (2009). *O voo de Minerva. A construção da política, do igualitarismo e da democracia no ocidente antigo*. Boitempo.
- Montà, C. C., Carriera, L., & Biff, E. (2020). The United Nations Convention on the Rights of the Child: a milestone for a pedagogical reflection on the meanings of childhood and democracy. *Educacao e Pesquisa*, 46, 1–17. <https://doi.org/10.1590/s1678-4634202046239004>

- Montaño, C. (2014). A ilusão da autorrepresentação da Sociedade Civil: as ONGs e seu papel social e político no quadro de hegemonia neoliberal. In C. Montaño (Org.), *O Canto da sereia: crítica à ideologia e aos projetos do "terceiro setor"*. Editora Cortez.
- Nações Unidas. (2015). *Transformar nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. <https://www.un.org/sustainabledevelopment/es/agenda-2030/>
- Netto, J. P. (2015). *Ditadura e Serviço Social. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64* (17a ed.). Editora Cortez.
- Pateman, C. (1992). *Participação e Teoria Democrática*. Paz & Terra.
- Pereira, A. (1969). A Educação no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR): A Contribuição do Projeto Axé na legitimação da Pedagogia Social de Rua. *Educação Em Revista*, 12(2), 125-144. <https://doi.org/10.36311/2236-5192.2011.v12n2.2491>
- Rizzini, I., & Pilotti, F. (2011). *A arte de governar crianças. A história das políticas sociais da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Cortez Editora.
- Santos, M. T. P. C. dos. (2019). *Participação pública institucional: a democracia segue dentro de momentos: uma perspectiva crítica dos orçamentos participativos* [Tese de doutoramento]. Instituto Universitário de Lisboa.
- Santos, M., Batel, S., & Gonçalves, M. E. (2018). Participation is trendy: A social psychological approach to the participatory budget. *Psicologia e Sociedade*, 30. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30165726>
- Souza, R. M. (2006). *O discurso do protagonismo juvenil* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e dissertações da USP. [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-25042007-115242/publico/tese\\_regina.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-25042007-115242/publico/tese_regina.pdf)
- Souza, R. M. (2009). Protagonismo juvenil: o discurso da juventude sem voz. *Revista Brasileira de Adolescência e Conflitualidade*, 1(1), 1-28.
- Talpin, J. (2017). Democratiza el sorteo la democracia? Cómo la democracia deliberativa ha despolitizado una propuesta radical. *Daimon*, 1(72), 187-203. <https://doi.org/10.6018/daimon/295911>
- Tatalovic, M. (2015). Think young people aren't interested in politics? You'll be surprised. *Think Young People Aren't Interested in Politics? You'll Be Surprised*.
- Tintaya Orihuela, M. Á., & Martina Cueto Saldívar, R. M. L. (2021). Psychosocial factors associated with unconventional political participation in a sample of young citizens in Lima, Peru. *Revista de Psicología (Peru)*, 39(2), 933-1004. <https://doi.org/10.18800/PSICO.202102.015>
- Tonet, I. (2009). Marxismo e Democracia. In L. F. P. Borges & N. Mazzuco (Eds.), *Democracia e políticas sociais na América Latina* (pp. 9-21). Xamã.
- Wiesenfeld, E., & Sánchez, E. (2012). What does participation mean in Venezuela? A comparison between official and nonofficial discourses. *Journal of Architectural and Planning Research*, 29(1), 77-90.
- Wood, E. M. (2011). *Democracia contra capitalismo*. Boitempo.
- Young, I. M. (2001). Activist Challenges to Deliberative Democracy. *Political Theory*, 29(5), 670-690. <https://doi.org/10.1177/0090591701029005004>
- Zamorano, G. (2008). ¿Desarrollando capacidades? Pobreza, "oportunidades" y ciudadanía neoliberal. *Bajo El Volcán*, 7(12), 67-88.



# A VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE E A GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: UMA PROBLEMATIZAÇÃO DAS PRÁTICAS SOCIAIS

Carmen Sílvia Righetti Nóbile<sup>57</sup>  
Silvio José Benelli<sup>58</sup>

## INTRODUÇÃO

Este artigo faz um recorte da pesquisa de Pós-Doutorado, realizado na Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, SP e teve como objetivo investigar e discutir, a partir da genealogia foucaultiana, os sentidos dos modos de funcionamento da Vara da Infância e Juventude, na aplicação do Direito para tais sujeitos e suas famílias, quando acionada pela Rede de Serviços Socioassistenciais. O campo de pesquisa foi composto pela documentação judicial, nos autos de apuração de ato infracional, produzida pela Vara da Infância e Juventude, nas Comarcas da 26ª Circunscrição do TJSP.

Com o intuito de compreender como o Judiciário aplica o direito, através dos casos que chegam até ele, verificamos, durante nossa pesquisa, que o Juiz, com base no conteúdo dos pareceres dos diversos profissionais (seja do Ministério Público, seja da rede de serviços, seja dos profissionais da Fundação Casa, seja do Judiciário), direta ou indiretamente, não apenas acata e incorpora o saber desses profissionais na sentença que profere, mas também, muitas vezes, se apropria de tal saber.

Em nossa pesquisa, foi detectado que em várias situações, a medida socioeducativa de internação foi adotada como o melhor ou “último recurso” para o adolescente alterar seu comportamento. A predominância da postura tutelar-repressiva embasada na doutrina da situação irregular, ainda pode ser verificada nas práticas utilizadas, todos os envolvidos na aplicação e execução da medida socioeducativa, ainda estariam aplicando medidas socioeducativas aos adolescentes sem a observância dos parâmetros norteadores do ECA: de garantia de direitos.

As pessoas que procuram os Tribunais de Justiça em nosso país buscam solução para os conflitos latentes ou explícitos, que estão vivenciando. No caso das Varas da Infância e Juventude<sup>59</sup>, por atender predominantemente crianças e adolescentes considerados em

57 Professora temporária do Departamento de Serviço Social – UEL (Universidade Estadual de Londrina- PR); Assistente Social aposentada no Tribunal de Justiça de São Paulo. Graduada em Serviço Social (UEL-PR); Mestre em Serviço Social e Políticas Sociais (UEL); Doutora em Serviço Social (UNESP- Franca-SP); Pós- Doutora em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, SP. Integrante do Laboratório transdisciplinar de Interação-Pesquisa em Processos de Subjetivação e Subjetividade da saúde (LATIPPSS), inscrito no CNPq. E-mail: [csrighetti@yahoo.com.br](mailto:csrighetti@yahoo.com.br).

58 Professor Associado do Departamento de Psicologia Clínica do curso de graduação em Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, SP, linha de pesquisa Políticas Públicas e Produção de Subjetividades: processos clínicos e institucionais. Livre Docente em Psicologia Clínica pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/2022). Coordenador do Laboratório transdisciplinar de Interação-Pesquisa em Processos de Subjetivação e Subjetividade da saúde (LATIPPSS), inscrito no CNPq.

59 A Justiça da Infância e Juventude é uma área que se ocupa com os casos previstos no artigo 98 do ECA (Brasil, 1990): “As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta lei forem ameaçados ou violados: por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; em razão de sua conduta”. A área da Justiça da Infância e Juventude direciona seu atendimento aos problemas relacionados às crianças e aos adolescentes. Mas esses casos também são tratados nas Varas de Família e Sucessões, quando os problemas conjugais que chegam à Justiça envolvem seus filhos. Quando o pedido implicar em disputa/litígio entre pai/mãe/avós acerca de crianças ou adolescentes, é julgado

“situação de risco” e crianças e adolescentes pobres, podemos dizer que os envolvidos vivem e sobrevivem com muitas dificuldades e sem acesso a direitos fundamentais: são desempregados, trabalhadores rurais temporários, empregadas domésticas, faxineiras, ambulantes e outros. Muitas vezes, essas pessoas já passaram por atendimentos realizados pelo Conselho Tutelar, serviços de Assistência Social, de assistência à Saúde, entre outros.

Essas pessoas procuram ou são encaminhadas ao Sistema de Justiça para providências específicas, relacionadas, em geral, a algum ato praticado ou a algum tipo de omissão grave que implique problemas para as crianças e os adolescentes que estão sob suas responsabilidades. O Poder Judiciário, por meio dos Tribunais de Justiça, é instigado a dar uma resposta aos conflitos nos quais crianças e adolescentes estão envolvidos.

Acerca dos conflitos de interesses que se referem a crianças e adolescentes, pode-se dizer que o Brasil possui um parâmetro de solução, no caso a legislação, considerado bastante avançado: os direitos previstos no art. 227 da Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), Lei do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes (Lei nº 12.010, de 03 de agosto de 2009) e o Marco Legal da Primeira Infância (Brasil, 2010, 2011). No entanto, estas legislações são apenas um dos aspectos necessários para a garantia de direitos. Esses direitos dependem, para sua garantia, de uma ação concreta do Estado e da atuação do Poder Executivo na execução das políticas públicas que assegurem os direitos conquistados.

Tal limitação tem ocorrido constantemente, no interior do próprio Estado, e suscita um conflito entre a tentativa de garantir direitos sociais conquistados e o crescente desmonte do Estado Social, processo acirrado a partir de 2016. Essa situação provoca uma tensão latente, que acaba represada nas instâncias interiores do Estado, o qual se propõe administrar esses conflitos – afinal, o Poder Judiciário tem, como uma de sua função primordial, a administração de conflitos<sup>60</sup>.

A partir da experiência profissional como Assistente Social no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), por mais de vinte e três anos, realizada na Vara da Infância e Juventude, verificamos que os conflitos nessa área envolvem, em sua maior parte, uma população pobre; e estimulou a elaboração de uma reflexão buscando compreender quais as respostas dadas pelo TJSP aos conflitos de interesses em casos que envolvem políticas públicas, na área da infância e juventude.

Iniciamos essa discussão na dissertação de Mestrado em Serviço Social realizada na Universidade Estadual de Londrina-PR (UEL), no período de 2004 a 2006, com o tema “Poder Judiciário e Políticas Públicas: um estudo sobre as demandas sociais na área da infância e juventude” (Righetti, 2006). Nesse trabalho o objetivo foi levantar indicativos que permitissem compreender os limites e as possibilidades da aplicação dos direitos conquistados democraticamente, em sociedades existentes na vigência de uma política social marcada pelo neoliberalismo (Righetti, 2006).

A pesquisa foi realizada a partir de treze processos e respectivos apensos que tramitaram como “pedidos de providências”. Foram explicitados os conflitos e as dificuldades de crianças e adolescentes, de suas famílias e das instituições que compõem a rede socioassistencial.

O trabalho desenvolvido ofereceu uma visão geral de como se comporta o Poder Judiciário no que diz respeito às situações que compreendam a necessidade de obtenção de serviços

nas Varas de Família ou nas Varas Cíveis. E, quando a criança e/ou adolescente estiverem em situação de risco e empobrecimento social, necessitando de medidas de proteção, a competência para o julgamento é da área da Justiça da Infância e Juventude.

60 Faria (2001) considera o Poder Judiciário “[...] como umas das instituições básicas do Estado constitucional moderno, em cujo âmbito exerce a função instrumental (dirimir conflitos), uma função política (promover o controle social) e uma função simbólica (promover a socialização das expectativas quanto à interpretação das normas legais)” (Faria, 2001, p.8).

sociais. Os relatórios dos assistentes sociais e psicólogos se limitavam, na maior parte das vezes, a descrever a situação e a tecer comentários, emitindo juízos de valor. O Ministério Público e o Juiz os acompanham nesse processo: apenas constataam a situação e encaminham soluções que em geral acabam por penalizar a própria criança/adolescente/família. O Poder Judiciário, com o seu conjunto de profissionais e o Ministério Público, apresentou uma postura uniforme no que diz respeito às respostas aos problemas apresentados. As estruturas do Poder Judiciário e até mesmo do Ministério Público não se posicionaram numa perspectiva de enfrentamento com o Poder Executivo, nem a fim de garantir direitos conquistados em leis como o ECA (Brasil, 1990). Portanto, a ação acabava sendo direcionada àqueles oriundos de famílias pertencentes às classes populares; agindo como um dispositivo de controle sobre comportamentos de crianças/adolescentes/famílias muito mais próximo da filosofia que orientava o antigo Código de Menores (Brasil, 1924, 1979) do que aquele que orienta o Estatuto da Criança e Adolescente; indicando que a resposta do Judiciário, não obtivera solução condizente com os princípios de garantia de direitos e de proteção integral preconizados pelo ECA (Brasil, 1990).

No Doutorado em Serviço Social, realizado na UNESP/Franca-SP, no período de 2013 a 2016, na tese intitulada “Os desafios das políticas públicas na garantia de direitos: um estudo na Vara da Infância e Juventude” (Righetti Nóbile, 2016), o objetivo foi continuar a discussão iniciada durante o Mestrado.

Na tese de doutorado buscamos compreender a ação do Poder Judiciário paulista no que se refere à garantia de direitos na área da Infância e Juventude, principalmente diante da falta da implementação de políticas públicas. Com base nos dados colhidos durante as pesquisas realizadas tanto durante o mestrado quanto no doutorado, definiu-se como problema a seguinte questão: “como é enfrentado pelo Poder Judiciário o problema da garantia de direitos *versus* falta de implementação de políticas públicas na área da Infância e Juventude”?

O objetivo geral da pesquisa consistiu em compreender como o Poder Judiciário intervém para garantir direitos na área da Infância e Juventude, em face da necessidade de implantação de políticas públicas.

A pesquisa no doutorado foi realizada a partir do estudo dos autos judiciais dos casos de acolhimento institucional na Vara da Infância e Juventude nas Comarcas da 26<sup>a</sup> Circunscrição<sup>61</sup> Judiciária do Estado de São Paulo.

Com o intuito de compreender como o Judiciário respondia aos casos que necessitavam da atuação de políticas públicas, demonstrou-se que as crianças, os adolescentes e famílias de acolhidos institucionalmente, são atendidos e acompanhados por vários profissionais dos diversos setores, seja ele, Municipal, Estadual ou Federal. Estes profissionais concedem pareceres e decisões compartilhadas para o problema apresentado e, em todas as situações houve a homologação judicial dos acordos realizados pelos profissionais envolvidos, sugerindo uma tendência de apropriação dos saberes desses profissionais pelo judiciário.

No entanto, observamos que, mesmo com a vigência da lei 12.010 e com o trabalho em rede, não verificamos uma mudança de atitudes dos profissionais, dos diversos setores: os profissionais se voltam para as crianças, para os adolescentes e suas famílias. Focalizam na família a causa do problema; a pobreza é vista como inerente a essas famílias; estigmatizam o pobre e a pobreza e consideram que a sua condição econômica é reflexo de sua falta de interesse. Produzem uma visão naturalizada dos problemas sociais e do fenômeno da pobreza e não apresentam crítica quando à produção histórica e social da miséria e da pobreza pelo Modo de Produção Capitalista.

61 A 26<sup>a</sup> Circunscrição Judiciária do Estado de São Paulo abrange os Fóruns das Comarcas de Assis, Cândido Mota, Quatá, Palmital, Maracá e Paraguaçu Paulista.

Os profissionais se fortaleceram e compartilhavam dessa mesma postura de atuação, pautada num processo de culpabilização da família. Essa situação dificultava ainda mais que crianças, adolescentes e famílias pobres pudessem se defender do posicionamento conjunto da rede socioassistencial.

Em relação ao objetivo da pesquisa em identificar como o Poder Judiciário intervém para garantir direitos na área da Infância e Juventude, em face da necessidade de implantação de políticas públicas; foi detectado que tal situação, vai além da ausência de políticas públicas implantadas pelo Estado, em determinado foco de atenção. Os profissionais têm o poder simbólico de indicar alternativas, pois geralmente são eles, os atores envolvidos que constroem a representação e soluções dos problemas e indicam ou elegem as situações nas quais o Estado intervirá. No entanto, a postura dos atores institucionais tem sido de culpabilizar a família. Trata-se de uma ideologia que perpassa toda a sociedade, de criminalização, de responsabilização do pobre, individualmente, por sua situação.

No ano de 2019, através da participação como aluna especial na disciplina intitulada “Modos de produção dos dispositivos institucionais da política pública de Assistência Social”, ministrada pelo Dr. Silvio José Benelli, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Sociedade da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, tivemos a oportunidade de retomar as discussões realizadas no Mestrado e no Doutorado, e despontou a possibilidade da continuação da pesquisa no PD.

A intenção no estudo e na pesquisa de PD foi estudar e discutir como e se a Vara da Infância e Juventude estaria promovendo a garantia dos direitos da criança e do adolescente, e quais suas possibilidades de aplicação desses direitos, quando acionada pela Rede de Serviços socioassistenciais.

Os questionamentos passaram pelas seguintes questões: se o ECA prevê a Proteção Integral, e se os direitos são para crianças e adolescentes brasileiros em geral, porque que a Vara da Infância e Juventude atende prioritariamente a demandas relacionadas com parcela pobre da população infanto-juvenil? Existe uma dicotomia entre os direitos da criança e do adolescente e o papel da Vara da Infância e Juventude? Como se dá a aplicação dos direitos na Vara da Infância e Juventude, no contexto de desigualdade social? Os direitos da criança e do adolescente vêm sendo aplicados e concretizados no Sistema de Justiça da Infância e Juventude?

Nosso objetivo consistiu em investigar e discutir, a partir da genealogia foucaultiana, a funcionalidade da Vara da Infância e Juventude na aplicação do Direito, quando acionada pela Rede de Serviços Socioassistenciais, por meio da análise de documentos judiciais, tais como autos processuais envolvendo demandas relativas a adolescentes envolvidos com atos infracionais.

Nosso propósito consistiu em problematizar as questões que nos deparamos na prática e durante anos de trabalho na área social e no poder judiciário, fundamentados pela bibliografia referente ao tema, pela análise da legislação e da documentação oficial produzida no Brasil e na região de abrangência do estudo. Não tivemos o objetivo de apresentar soluções mágicas para o problema, nem mesmo criar um manual de atuação para profissionais do campo sociojurídico.

## **MICHEL FOUCAULT E O PODER JUDICIÁRIO**

A organização do Poder Judiciário brasileiro encontra-se descrita na Constituição Federal de 1988, e desde 1891, com a primeira Constituição da República, que a separação dos poderes segue a orientação do sistema constitucionalista, estabelecendo que o Legislativo, o Executivo e o Judiciário são poderes autônomos e independentes no interior do Estado.

Kant abordou a questão da divisão de poderes como essencial. Segundo ele todo Estado tem três poderes: o poder soberano que reside na pessoa do Legislador, o Poder Executivo que reside na pessoa que o governa conforme as leis e o Poder Judiciário, que designa a cada um o que lhe é devido e reside na pessoa do Juiz. Kant busca a limitação do poder absoluto e dá base à construção do constitucionalismo (Colmán, 2004).

O constitucionalismo caracteriza-se por uma constituição escrita, que regulamenta o funcionamento do Estado, os limites de seu poder e os direitos dos cidadãos e que foi pensado assim, como um mecanismo de limitação do poder absoluto. Este modelo de exercício de poder por um Estado baseado em leis, democraticamente estabelecidas, é o Estado Democrático de Direito, sendo a divisão interna entre os três poderes cumpridora da função reguladora no sentido de evitar a concentração de poder.

As concepções dos filósofos contratualistas se referem ao que os poderes Executivo, Judiciário e Legislativo são independentes. Se os poderes do Estado são independentes, porque os vários setores da rede de sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente, mantém a mesma postura de criminalização do pobre? Como essa questão é abordada por Michael Foucault?

Michel Foucault, ao tratar do conceito de governamentalidade, aborda que os mecanismos de poder são inseparáveis das relações de produção, das relações familiares, das relações sexuais, eles são circulares e são o efeito e a causa dessas relações.

Para Foucault, na fase Genealógica<sup>62</sup>, o poder não é analisado somente circunscrito ao Estado ou aos seus aparelhos, não pode ser localizado e observado numa instituição determinada ou no Estado, como se fosse um poder localizável, mas sim um poder multidirecional, espalhado como micropoderes (Silva, 2004). Ele estuda as práticas concretas de punir, dos encarceramentos, das prisões, entre outros; demonstrando que nesses locais o poder é exercido muito além do que é juridicamente proposto nas normas estatais.

Segundo Rocha, a partir da análise foucaultiana, o poder não é uma coisa que pertence a uma pessoa, não é uma propriedade; o poder é constituído por práticas sociais concretas: “[...] o poder não é um objeto natural, do qual se detenha posse efetiva, mas se constitui em práticas sociais, práticas de saber que determinam a constituição dos objetos naquilo que se quer e dos indivíduos em seres amoldados e socializados [...]” (Rocha, 2010, p. 107).

O poder não pode ser entendido como fenômeno estanque, estático, que não se movimenta. As relações de poder são circulares, são algo que funciona em cadeia e circula em rede. Não existe somente de cima para baixo, mas opera em múltiplos sentidos.

É preciso não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (Foucault, 2006, p. 193).

62 Paul-Michel Foucault nasceu em Poitiers na França em 15 de Outubro de 1926 e veio a falecer em 25 de Junho de 1984, em decorrência da AIDS, com a idade de 58 anos. Filósofo francês deixou uma obra espessa e ampla, composta pela escrita de doze livros, inúmeros artigos e manifestos políticos, chegando a lecionar cursos e a conceder diversas entrevistas. O legado foucaultiano consiste em uma gama heterogênea de temas, podendo ser divididos, segundo Machado (1981), em três diferentes períodos: o Arqueológico, o Genealógico e o Ético. No primeiro período, destacam-se as obras: “História da Loucura” (1961), “As palavras e as coisas” (1966), “A Arqueologia do Saber” (1969); no segundo, as obras: “Vigiar e Punir” (1975), “História da sexualidade” (1976) e a “Microfísica do poder” (2006). No terceiro período, Foucault passou a investigar o tema da subjetividade, discutindo a ética como um campo desvinculado da moral. Neste período, destacam-se as obras: “Subjetividade e verdade” (1980) e “A Hermenêutica do sujeito” (1981).

Portanto, Foucault propõe uma outra concepção poder, a qual não pode ser pensado apenas do ponto de vista da lei, da repressão, da negatividade. Seria um erro, segundo sua perspectiva, caracterizar o poder como sendo sempre negativo, repressivo, ou que castiga; elas geram saberes novos, elas produzem, elas deslocam, mexem, provocam. “Temos que deixar de descrever sempre os efeitos do poder em termos negativos: ‘ele exclui’, ele ‘reprime’ ele ‘recalca’, ele ‘censura’, ele ‘abstrai’, ele ‘máscara’, ele ‘esconde’. Na verdade, o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção” (Foucault, 2014, p. 161).

O poder estatal instituído, representado pelo Estado não é negado, ele existe, mas não se deve centrar a discussão nessa visão hierarquizada, sempre de cima para baixo, pois existem ramificações existentes na base, que dão força de sustentação para que o Estado se mantenha.

Exemplificando, em nossa pesquisa<sup>63</sup>, detectamos que o relatório de Diagnostico Polidimensional<sup>64</sup> do adolescente André, elaborado pelos profissionais da Fundação CASA, para subsidiar a decisão Judicial para a aplicação da medida socioeducativa, e também, é utilizado e subsidiado como uma forma de poder e contribui para a decisão da Câmara Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo (Segunda Instância). Vejamos:

Em sessão permanente e virtual da Câmara Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferiu a seguinte decisão: Deram provimento em parte ao recurso. Consta do relatório de diagnóstico polidimensional: “notamos em André falta de criticidade diante de seus atos progressos, mas acreditamos que isto ocorra pela falta de melhor direcionamento de suas escolhas e de respeitar a autoridade materna [...] o círculo de amizades também tem influenciado em seus valores pessoais que ainda estão em construção [...] avaliamos a necessidade de intervenções ao processo de reflexão quanto a retomar os estudos e desenvolver criticidade sobre seus atos e assumir responsabilidades por suas escolhas”. O quando sociofamiliar é frontalmente contrário a medidas diversas da internação, uma vez que a baixa criticidade e o coleguismo, com pares desviantes, somado à fraca e inoperante supervisão parental, justificam a excepcionalidade do regime fechado. Está presente, na tábua de valores distorcidos, seguida pelo sindicado, energia delinquencial, sinalizando possível repetição de ilícitos, reclamando ações pedagógicas que formem uma crítica e o imunizem das inclinações criminosas, avivadas no convívio com amizades perniciosas. Emerge obrigatória a medida de internação, frente ao perfil pessoal do apelado em seus elementos sociais e familiares que expressam, numa análise objetiva, maior grau na nota da perigosidade numa equação em que é menor o grau de readaptabilidade ao código de conduta em sociedade, sem a intervenção recomendada no estudo técnico...O relator da Câmara Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferiu a seguinte decisão: Verifica-se que estão presentes indícios suficientes de autoria e materialidade, bem como é imperiosa a necessidade da medida, tendo em vista a incursão do adolescente em conduta de alta reprovabilidade. Ademais, o pedido de internação provisória foi requerido pelo parquet logo que cessadas as diligências e efetuado o reconhecimento pela vítima. Ao lado da garantia da ordem pública, exposta a possíveis recidivas por parte do agravado, somados os motivos acima, de rigor a internação provisória. Por tais razões, DEFIRO o efeito ativo, para decretar a internação provisória de André, pelo prazo de 45 dias.

Em vigiar e punir, MF, propõe que abordemos a punição e as prisões como uma função social complexa e não apenas como um conjunto de mecanismos repressivos. Seu objeto de estudo não é exatamente a prisão, é a tecnologia disciplinar: são as práticas de objetivação da nossa cultura, conforme incorporadas numa tecnologia específica. As prisões são usadas com a principal figura para esclarecer a mudança de atitude em relação à disciplina no ocidente. O objetivo principal é mudar a balança das relações de poder.

63 Foram sintetizado e compulsadas 1.767 páginas dos autos processuais, dos casos estudados.

64 Relatório de Diagnostico Polidimensional: relatórios elaborados no decorrer do cumprimento da medida, baseados nos atendimentos realizados por cada profissional, avaliando o cumprimento das metas propostas, e após reunião da equipe com o adolescente e família. Nos Centros de Internação e Internação Provisória, esses relatórios informam, situações de convivência protetora, de preservação de integridade física, complementação de informações solicitadas, entre outras.

Na tortura soberana, a forma exemplar de punição dos criminosos, era o suplício, espartilhados, queimados com óleo quente. Mas porque, essa forma de tortura? Antecedendo a morte, eram forçados a confessar seus crimes para o povo; era um espetáculo público. A tortura pública era um ritual político- uma espécie de teatro. Havia procedimentos elaborados, desenvolvidos para medir e controlar com precisão a aplicação da dor; categorias particulares de crime demandavam graus particulares de tortura; a dor do corpo devia corresponder ao crime. Por volta do século XVIII, esta produção de verdade tornou-se um ritual consistente, enquanto era torturado, o criminoso era forçado a confessar (Dreyfus & Rabinow, 1995).

Sem a presença do público, toda a eficácia da cerimônia seria anulada. As multidões nestas demonstrações de poder era feita de dois gumes: inspirar o medo era o resultado desejado. Porém, incitava protestos e revoltas; o criminoso no ato da confissão, muitas vezes, aproveitava para proclamar sua inocência e denunciar as autoridades.

Durante o século XVIII, um grupo de reformistas articulou um novo discurso que atacava o excesso de violência, a ostentação do poder soberano, as glórias da vingança popular. Notaram que as execuções públicas atemorizavam menos e incitavam mais do que pretendiam, várias petições proclamavam que as penas fossem moderadas e proporcionais aos delitos, que os suplícios fossem abolidos. Havia tantos excessos que o sistema fracassou efetivamente e, vemos o surgimento de uma nova interpretação da punição.

A nova forma de punição, deveria reparar o erro cometido contra a sociedade e colocar o criminoso no seu devido lugar. A forma ideal de punição não era a tortura pública do criminoso, nem o encarceramento; mas sim os trabalhos públicos. Os criminosos deveriam trabalhar nas estradas, canais, praças públicas; eles seriam visíveis, trazendo em si mesmo as representações de seus crimes, e a sociedade se beneficiaria com seu trabalho e sua lição. Fazendo um paralelo com a medida socioeducativa em meio aberto, de Prestação de Serviços à comunidade<sup>65</sup>, até hoje ouvimos esses argumentos, para a aplicação dessa medida.

O imperativo político-social era reunido ao econômico, surgiram novos trabalhadores prontos a contribuir com a produtividade e o bem-estar da sociedade. A punição não buscava mais a representação pública, mas tentava uma modificação comportamental (de corpo e alma), através da aplicação de técnicas de poder e saber.

Por volta do século XVIII e sobretudo século XIX, estas táticas se estenderam para outros setores da população. A prisões são apenas um exemplo dentre muitos outros, da tecnologia de disciplina: vigilância e punição. São práticas generalizadas para disciplinar os indivíduos e a população.

Para os autores Dreyfus e Rabinow (1995) “a disciplina é uma técnica, não uma instituição”. E como funciona a disciplina? Para MF, opera primariamente sobre o corpo, pelo menos nos estágios iniciais de seu desenvolvimento. A imposição de uma forma social de controle sobre o corpo, encontra-se em todas as sociedades; a construção de um micropoder começando pelo corpo com um objeto a ser manipulado, é a chave do poder disciplinar.

De acordo com Foucault, o poder disciplinar não busca isolar o indivíduo, pelo contrário, busca inclui-lo em estabelecimentos institucionais fechados e daí “adestra” o indivíduo para a

<sup>65</sup> Prestação de serviços à comunidade (ECA art. 112, III, e disciplinada no art. 117 e seu § único) consiste na prestação de serviços comunitários, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como programas comunitários ou governamentais e não governamentais.

realização de procedimentos menores, proporcionalmente inferiores comparados aos rituais majestosos da soberania e aos grandes aparelhos do Estado. O poder de vigilância funciona como uma máquina na qual todos vigiam todos, formando uma rede de observatórios, sendo que tal jogo de vigilância faz com que aparentemente todos estejam em constante observação (Foucault, 1999).

Ainda, para Foucault (1999) existe um conjunto de técnicas e táticas, que tem como tarefa medir, controlar e corrigir “os anormais”, isso ocorre através da divisão binária e da marcação (louco-não louco; perigoso-inofensivo; normal-anormal) e da repartição diferencial (quem é ele; onde deve estar; como caracterizá-lo, como reconhecê-lo), que exercem sobre a pessoa, de maneira individual, uma vigilância constante; impondo a tática das disciplinas individualizantes, e de outro lado a universalidade dos controles disciplinares.

Referente a esses aspectos, vejamos em nossa pesquisa alguns argumentos utilizados pelo Ministério Público, pelo Juiz, por Desembargadores, justificando o motivo da aplicação da medida de internação, com base nesses conceitos.

**MINISTÉRIO PÚBLICO oferece REPRESENTAÇÃO:** visando à instauração de ação socioeducativa em face do adolescente Lucas. Constata a necessidade da INTERNAÇÃO PROVISÓRIA NO MÁXIMO PELO PERÍODO DE 45 DIAS, “ilícitos desse jovem obviamente repercutem no seio social de tal forma que a liberdade se mostra de todo inconveniente, até mesmo por acautelar a ordem pública profundamente abalada e evitar a prática de novos atos infracionais. Muito mais importante do que isso, entretanto, é o fato que se mostra premente que o menor seja retirado do ambiente daninho em que se encontra inserido”.

**DECISÃO JUDICIAL:** “O laudo de constatação provisória foi positivo para presença das substâncias tetrahidrocannabinol (THC) presentes na maconha e cocaína, na forma de porções. Assim, há prova da materialidade e indícios suficientes de autoria, ante os depoimentos dos policiais militares”. Ao menos no presente momento, a internação provisória com relação ao representado se afigura necessária. Isso porque, os elementos coligidos até o presente momento apontam a materialidade e indícios de autoria do cometimento de ato infracional grave. A medida se afigura necessária para a preservação da ordem pública, considerando-se a periculosidade do agente, tendo em vista o modus operandi e a gravidade em concreto do ato infracional. Por ora, apenas com o afastamento do adolescente do seio social poderá ele ser preservado da nefasta influência de maiores que pode levá-lo a trilhar o mundo fácil do ilícito. Ante o exposto, ACOLHO a representação do Ministério Público e DECRETO a internação provisória do representado Manoel, pelo prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias.

O poder disciplinar teria sido, segundo Foucault, um dos instrumentos fundamentais da implantação do capitalismo industrial e do tipo de sociedade que lhe é correlato. Procurava-se articular o fortalecimento econômico do poder com a produtividade, ampliar a docilidade e utilidade dos corpos; obtendo assim, a máxima eficácia com o mínimo de dispêndio.

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura liga-las para multiplica-las e utiliza-las num todo.

## COMBINAÇÃO DE TÉCNICAS DE VIGILÂNCIA: EFEITOS DO PODER DISCIPLINAR. USADAS NO PODER JUDICIÁRIO?

Foucault, aponta que durante muito tempo encontraremos no urbanismo, na construção das cidades operárias, dos hospitais, dos asilos, das prisões, das escolas de educação, o modelo de construção ou pelo menos o princípio que o sustenta: “o encaixamento espacial das vigilâncias hierarquizadas”. Uma arquitetura que não é mais feita simplesmente para ser vista, mas para permitir um controle interior, articulado e detalhado; para tornar visíveis os que nela se encontram, com o intuito de dominar os comportamentos. Dessa forma temos que: “As instituições disciplinares produziram uma maquinaria de controle que funcionou como um microscópio do comportamento; as divisões tênues e analíticas por elas realizadas formaram, em torno dos homens, um aparelho de observação, de registro e de treinamento” (Foucault, 2004, p. 144).

Trata-se de um controle intenso, contínuo, mas como fazer esse sistema disciplinar funcionar? Era necessário a sanção normalizadora, ou seja, a criação de critérios que permitisse unificar as operações e, solidificasse as punições num nível mais aperfeiçoado. MF caracteriza como um tipo de micropoder, um número cada vez maior de setores da vida, era absorvido pelo poder. Exemplificando: toda a penalidade de tempo (atrasos, ausências, interrupções de tarefas); da atividade (desatenção, falta de zelo); o modo de ser (indelicadeza, desobediência...); demais especificações dos aspectos mais detalhados do comportamento cotidiano, quase tudo estaria sujeito a punição ou a premiação.

Vimos anteriormente que, para Foucault (1999) existe um conjunto de técnicas e táticas, que tem como tarefa medir, controlar e corrigir “os anormais”, isso ocorre através da divisão binária e da marcação (louco - não louco; perigoso-inofensivo; normal- anormal) e da repartição diferencial (quem é ele; onde deve estar; como caracterizá-lo, como reconhecê-lo), que exercem sobre a pessoa, de maneira individual, uma vigilância constante; impondo a tática das disciplinas individualizantes, e de outro lado a universalidade dos controles disciplinares. E essa vigilância constante, tem uma função importante para a sanção normalizadora. O ato de vigiar e ser vigiado será o principal meio pelo qual os indivíduos são reunidos, no espaço disciplinar. A observação hierárquica é o elemento central do exame; o objetivo é tornar a vigilância parte integrante da produção e do controle.

Todo comportamento situava entre dois polos: o bem e o mal. Através desse método analítico, um dossiê objetivo podia ser feito sobre cada indivíduo. Esse mecanismo de dois elementos permite um certo número de operações características da penalidade disciplinar. Em primeiro lugar, através da qualificação dos comportamentos e dos desempenhos a partir de dois valores opostos do bem e do mal; temos uma distribuição entre polo positivo e polo negativo: todo comportamento cai no campo dos bons e maus pontos. Essa divisão segundo as classificações ou os graus têm um duplo papel: marcar os desvios, hierarquizar as qualidades, as competências e as aptidões, mas também castigar e recompensar. As especificações dos aspectos mais detalhados do comportamento cotidiano, quase tudo estaria sujeito a punição ou recompensa.

Observamos em nossa pesquisa, que o Judiciário e o Ministério Público, na aplicação da medida socioeducativa aos adolescentes autores de ato infracional, utilizam-se de classificações de comportamentos. Vejamos:

**ACÓRDÃO-** ACORDAM, em sessão permanente e virtual da Câmara Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: Negaram provimento ao

recurso. Ainda, o jovem confessou em juízo ser usuário de maconha. Assim, é força convir, que a internação, passa desta feita a se constituir reprimenda adequada ao perfil do apelante, dada sua conjuntura pessoal, revelando-se providência necessária ao avanço de sua formação e melhoria de seu caráter, encontrando respaldo nos princípios da proteção integral e da excepcionalidade. Logo, exsurge confirmada a premente necessidade de afastá-lo do meio deletério, possibilitando-se, através de proposta socioeducativa intensificada, seu aperfeiçoamento moral e social, o que, data vênua, seria impossível, se submetido a regime aberto. Isto posto, nega-se provimento ao recurso.

**SENTENÇA** “A conduta reiterada do representado na pratica de atos infracionais, embora não seja o suficiente para a medida de internação, é fundamental um acompanhamento pormenorizado e individualizado em meio aberto, com o intuito de introjetar normas de convívio social e estimular o adolescente à reflexão quanto as regras e ao reconhecimento da autoridade, diante do que é suficiente a imposição da medida sócio educativa por 2 meses de liberdade assistida e prestação de serviços a comunidade, bem como, a medida protetiva de tratamento psiquiátrico/ psicológico”.

A penalidade controla todos os instantes das instituições disciplinares: compara, diferencia, hierarquiza, homogeniza, exclui, enfim: normaliza; faz funcionar pura e simplesmente a oposição binária do permitido e do proibido. O poder de regulamentação obriga à homogeneidade; mas individualiza, permite os desvios, e torna uteis as diferenças, ajustando-as umas às outras. Compreende-se que o poder da norma funcione facilmente dentro de um sistema de igualdade formal, pois dentro de uma homogeneidade que é a regra, ele introduz, como um imperativo útil e resultado de uma medida, toda a gradação das diferenças individuais (Foucault, 1999).

Nesse contexto, se destaca a função do exame; que combina as técnicas de hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir, estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual, eles são diferenciados e sancionados. É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente ritualizado.

O exame faz também, a individualidade entrar num campo documentário: seu resultado é um arquivo inteiro com detalhes e minucias, dos corpos e do dia a dia das pessoas. O exame se concretiza numa rede de anotações escritas: em documentos, um sistema de registro intenso e de acumulação documentaria. O poder da escrita é constituído como uma peça essencial nas engrenagens da disciplina; com técnicas particulares e inovações importantes, com métodos de identificação, e/ou de descrição.

Exemplificando com o local da presente pesquisa, a Vara da Infância e Juventude apenas aplica as medidas judiciais seletivamente. Na prática, isso quer dizer que crianças e os adolescentes são “escolhidos” através de uma queixa sobre uma família que “corre riscos”, seja essa queixa feita por uma professora, por um trabalhador social ou por um vizinho. Esses profissionais e as instituições a que pertencem apoiam-se na autoridade do Juiz para mudar a situação que consideram problemática. O Juiz, por sua vez, ordena que seja realizado um estudo referente à família, que geralmente é executado pelos assistentes sociais e psicólogos. A avaliação que ocasionaria a ação é transferida para os educadores, os assistentes sociais e os psicólogos que visitarão, em seguida, a família; intervirão na situação apresentada e enviarão relatórios regulares ao Juiz, nos quais solicitarão, por exemplo, a reconsideração ou a transformação das providências, com base em suas impressões (Donzelot, 1986).

Mediante a nomeação pelo Juiz, o profissional pode entrar na casa das pessoas, sem ser impedido, pois estaria investido do “poder simbólico” da instituição que representa, proceder

ao “estudo social<sup>66</sup>” e decidir, por meio de relatório ou laudo, qual verdade prevalecerá, quais direitos serão garantidos, tutelados ou não.

Os saberes especializados vão sendo requisitados gradativamente e as tensões são mediadas e resolvidas cada vez mais na instância dos tribunais. Perícias de expertises passam a definir vidas, interpretadas por modelos científicos, avaliando as situações (queixas) e gerando efeitos de poder sobre elas. Exemplificando, atendendo a determinação judicial, vejamos o relatório diagnóstico polidimensional<sup>67</sup>, elaborado pelos profissionais da Fundação CASA, sobre o adolescente Lucas (14 anos):

**Relatório Diagnóstico Polidimensional do adolescente Lucas. RELATÓRIO**

**PSICOLOGIA:** Este parecer baseia-se em atendimentos deferidos com o adolescente, consulta ao prontuário técnico, contato com a genitora e discussão do caso com a assistente social. Em atendimento, o jovem mantém postura adequada e interação educada. Compreende inadequação de sua conduta, entretanto nota-se naturalidade com o convite do colega em entrar em um carro roubado, demonstrando familiaridade com pessoas com comportamentos ilícitos. Faz uso de linguagem compatível com o meio social e cultural de convivência. O adolescente declarou que já foi inserido em medida de liberdade assistida e que cumpriu integralmente. Em relação a dinâmica familiar, refere que o pai reside em São Paulo e não conviveu muito com ele, visto ter outra família. Teve contato esporádico com o pai quando ele ia para a sua cidade. Em contato telefônico com a genitora, a mesma afirma que o pai biológico não quis registrar o filho Lucas. E quando ela estava em outro relacionamento, pai do seu filho caçula, ele se dispôs a registrá-lo, porém separaram-se e não tem mais contato. Refere-se que a relação familiar é tranquila, porém nota-se a dificuldade da genitora exercer sua autoridade. Os vínculos são preservados. Devido a distância da moradia e do local de internação, além da dificuldade de visão da genitora, a mesma não realiza visitas, porém foi autorizado os contatos telefônicos semanais. Lucas refere estar matriculado no 9 ano do ensino fundamental, teve reprova no 6 ano, por faltas. Declara interesse em curso de cabelereiro e mecânico. Até o momento observamos adaptação as normas desse Centro, porém nos atendimentos reforçamos a orientação de suportar provocações dos outros adolescentes, que perceberam seu baixo limiar de tolerância.

**RELATÓRIO SERVIÇO SOCIAL:** informa que o relatório foi realizado através de atendimentos com o adolescente, contato com a genitora e com o CREAS (da cidade do adolescente). O adolescente informou que teve seu primeiro envolvimento delitivo aos 13 anos, por furto de carro, ficou um dia detido na cadeia e cumpriu medida socioeducativa de Liberdade Assistida. Alegou que provou maconha com 10 anos, mas que não gostou. Afirmou duas tatuagens: S na mão esquerda e Flor de lótus no braço direito. Em contato telefônico com a genitora, ela informou que reside com

66 O estudo social é um processo metodológico específico do Serviço Social. Tem como finalidade conhecer com profundidade e criticamente uma situação ou expressão da questão social, objeto da intervenção profissional – em especial nos aspectos socioeconômicos e culturais (Fávero, 2003, p.42-43). Embasado no projeto da profissão do Serviço Social, exige uma fundamentação rigorosa, teórica, ética e técnica para a contribuição em direção ao acesso, garantia e ampliação de direitos dos sujeitos usuários (Fávero, 2003, p.23). O estudo social consiste num trabalho que tem uma intencionalidade, visa a um resultado. É impregnado, por uma direção social forjada pelo conjunto de conhecimentos, valores e princípios éticos assumidos pelo profissional (Fávero, 2007).

67 Relatório de Diagnóstico Polidimensional: relatórios elaborados no decorrer do cumprimento da medida, baseados nos atendimentos realizados por cada profissional, avaliando o cumprimento das metas propostas, e após reunião da equipe com o adolescente e família. Nos Centros de Internação e Internação Provisória, esses relatórios informam, situações de convivência protetora, de preservação de integridade física, complementação de informações solicitadas, entre outras.

sua mãe, em um imóvel financiado pelo CDHU. Verbalizou que tem 4 filhos: um de 25 anos, que deu muito trabalho devido o uso de entorpecentes, outro de 21 anos, o adolescente e o caçula com 12 anos. Está desempregada e vive com o recurso do Programa Bolsa Família no valor de R\$ 347,00 e que ajudava sua mãe com as contas de água e luz e nos cuidados de um irmão deficiente. Narrou que Lucas não foi registrado em nome do genitor, fruto de namoro. Foi registrado em nome do pai de seu filho caçula. Citou três passagens do educando por Distrito Policial, sendo o primeiro por “roubo de carro”, liberado em seguida; a segunda “revolver simulacro” com inserção na MSE de liberdade assistida no CREAS e o atual. O filho era reservado, por várias vezes foi agendado acompanhamento com psicóloga, mas ele não ia e dizia que “não era louco”. Diante da fala de ausência de visitas, devido a distância, problemas de visão e dificuldades financeiras, temos viabilizado o contato telefônico entre mãe e filho. Solicitamos também ao CREAS da cidade do adolescente o acompanhamento familiar. Avaliamos que seria de grande valia, independente da medida a ser aplicada pelo Juízo, que a genitora fosse encaminhada para grupo de apoio para fortalecimento de vínculos. **AREA PEDAGOGICA:** o adolescente está matriculado no 9 ano, em geral tem dificuldades em matemática. Em sala de aula apresenta-se concentrado nas atividades, demonstrada razoável interesse pelos temas abordados, apresenta regular nível de assimilação do conteúdo nas atividades propostas, é participativo e interage com os demais adolescentes. Participa das aulas de educação física e cultos religioso. **AREA DE SEGURANÇA:** o jovem Lucas não apresenta problemas de comportamento com demais jovens e ou servidores. Porta-se adequadamente nos espaços coletivos, portanto, vem cumprindo sua internação provisória de forma satisfatória. **AREA DE SAÚDE:** com bom estado de saúde até o momento. Passou nesse centro por avaliação odontológica e da orientação de enfermagem que orienta e reforça sexo seguro. **CONCLUSÃO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL:** Diante do exposto, encaminhamos para a apreciação de Vossa Excelência, com a sugestão que independente da MSE determinada, que a genitora seja encaminhada para o grupo de apoio e orientação familiar para o fortalecimento de vínculos. Segue anexo um relatório do CREAS da cidade do adolescente. O CREAS informa que realizou visita para verificar a possibilidade da genitora para realizar visitas ao filho, na unidade de internação. Detectaram que a genitora possui problemas de visão crônica, onde noventa e cinco por cento de sua visão para a distância é comprometida. Ela reside com a mãe e um irmão que é portador de paralisia cerebral, necessitando de cuidados integral. A avó do adolescente tem problemas cardíacos e pressão alta. Informou que o adolescente já cumpriu medida de liberdade assistida de forma satisfatória, e a genitora sempre esteve presente quando necessário (Caso 3- COMARCA II).

Como demonstra o relatório diagnóstico polidimensional elaborado pelos profissionais da Fundação CASA, sobre o adolescente Lucas (14 anos); “o exame” é algo altamente ritualizado, individualizado; é um arquivo inteiro com detalhes e minúcias que se concretiza numa rede de comunicação e anotações escritas; acarretando consequências na vida do adolescente. O relatório realizado destaca os problemas, mas não apontam para as necessidades do adolescente e nem da família. A lógica da intervenção permanece centrada nos problemas familiares, contribuindo para o processo de responsabilização do adolescente e das famílias pobres. Demonstra ser uma pratica “detetivesca” (descobrir detalhes da vida do adolescente e da família), para se ter um diagnóstico. Quando se procura um diagnóstico, tudo vira sintomas.

Como demonstra a interpretação da psicologia “compreende inadequação de sua conduta, entretanto nota-se naturalidade com o convite do colega em entrar em um carro roubado, demonstrando familiaridade com pessoas com comportamentos ilícitos” e do relato da assistente social “afirmou duas tatuagens: S na mão esquerda e Flor de lótus no braço direito”.

É necessário olharmos com desconfiança de nos mesmos; tudo o que se faz tem implicações. Como as práticas dos Assistentes sociais, psicólogos (as), educadores, podem romper com o poder punitivo, instituído pelo PJ? É possível superar essa contradição, haja vista, que os profissionais são produtores do saber e reprodutores da dinâmica da própria instituição?

## **TRABALHO EM REDE E A VIGILÂNCIA DE FAMÍLIAS**

Foucault permite destacar a questão da vigilância de famílias pobres, tarefa na qual os profissionais se apoiam num sistema de registro permanente, onde tudo é constatado, anotado e transmitido aos superiores. Nos estudos realizados, tanto no Mestrado como no Doutorado, e também na presente pesquisa, detectamos que tudo é observado pelos (as) técnicos profissionais, seja na rede de serviços e/ou no Judiciário, é transmitido ao Juiz da Infância e Adolescência. Junto a essa rede de técnicos e profissionais, a família aparece como “colonizada” ou abarcada pelos acompanhamentos e intervenções efetivadas por trabalhadores sociais diversos.

Tal complexo tutelar, de acordo com Donzelot (1986) tem como objetivo a normalização do comportamento das pessoas e famílias, baseando-se nos pressupostos da disciplina, da higiene e da vigilância, os quais são analisados pelos profissionais do social.

O problema do direito é desativado em proveito do comportamento, da norma, do problema da adaptação e passa a ser questão de especialistas. Pois bem, justamente, os especialistas, somente eles podem levantar a questão da necessidade de fazer com que uma criança passe de uma situação a outra, de tirá-la de sua família ou nela recolocá-la, ou de enviá-la a um abrigo, um lar substituto. Enviar o filho ao um abrigo é menos grave do que vê-lo em uma prisão. Tem-se a impressão que ele está sob cuidados médicos: não há desonra nem chacota dos vizinhos, pelo menos, não muito (Donzelot, 1986, p. 105).

Desencadeia-se, então, um processo de controle e tutela por parte de pessoas supostamente bem intencionadas, que seriam especialistas reconhecidos, os quais avaliam os riscos que as crianças e os adolescentes estariam sujeitos junto de suas famílias. Essa situação leva a família, progressivamente, a acolher a sujeição às normas e as orientações sugeridas pelos especialistas e/ou profissionais da área, que são os conhecedores das leis.

As normas jurídicas são reflexos dos movimentos dos profissionais do social e é perceptível que tenham ocorrido, com frequência, alterações no campo da Justiça, com a inserção de outros profissionais, tais como assistentes sociais, psicólogos forenses e outros funcionários técnicos, os quais adquirem um protagonismo efetivo no interior do Judiciário.

O Tribunal da Infância e Juventude, por intermédio dos colaboradores institucionais do Juiz, ou seja, profissionais que empenham funções nos diversos órgãos, especialmente da assistência social, saúde, educação; promovem um conselho de administração de gestão da infância e juventude desadaptada (Donzelot, 1986).

Mesmo que não precisem solicitar avaliações técnicas para o deslinde de uma ação e, enfim para emitir a sentença, em certos casos específicos, os magistrados encontram situações que somente o saber jurídico não parece suficiente para compreendê-las e encaminhá-las. Nessas circunstâncias, precisam recorrer aos especialistas ou peritos, no caso os assistentes sociais, os psicólogos, os psiquiatras, etc., para que estes lhes apontem possíveis soluções. Exemplos dessas situações são os Processos de Acolhimento Institucional, de guarda, de modificação

de guarda, de apuração de ato infracional, entre outros. Assim, geralmente, os juízes acatam esse conhecimento específico sobre o social, o psicológico, sobre a área médica, entre outros; conhecimento esse que alguns agentes do campo jurídico não possuem. Vejamos alguns exemplos, que detectamos em nossa pesquisa.

**SENTENÇA JUDICIAL- IVAN (16 ANOS):** “O pedido de representação é procedente. A materialidade restou comprovada pelo auto de exibição e apreensão, e laudos pericial. A autoria não é menos certa.” “Quanto a medida socioeducativa aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração. O estudo social apresentou a seguinte conclusão “O adolescente possui bom relacionamento familiar e na família não há queixas quanto ao comportamento dele, os relatos é que o mesmo é um bom filho, tranquilo e sossegado...O adolescente demonstra o desejo de realizar curso profissionalizante de administração e faculdade de administração. Ainda, Ivan tem referências positivas, as quais são reforçadas pela família, sendo que são pessoas que valorizam o trabalho como forma de sustento e reconhecimento social”. A avaliação psicológica concluiu “Diante do exposto, e considerando que a avaliação é referente o momento atual dos entrevistados, temos que o adolescente, apresentou bom nível mental, desempenho escolar (3º ano do ensino médio), oriundo de família de pais separados, mas sob os cuidados do pai e avós paternos que confirmam bom relacionamento com ele. Parece que seu envolvimento com atos delitivos estaria associado a convivência com más companhias e fragilidades emocionais que o tornam mais passivo e influenciável. No entanto, os familiares têm procurado acompanhar de forma mais próxima e ele tem respondido de forma adequada e interessado em mudar e buscar alcançar melhora de vida e perspectivas profissionais, em especial com o apoio da namorada e da família”. Ante o exposto, julgo procedente a representação com a responsabilização do adolescente pelo ato infracional correspondente ao delito previsto no Art. 33, da Lei 11.343/06, aplicando-lhe a medida socioeducativa por 3 meses de prestação de serviços a comunidade”.

**DEFENSORIA PÚBLICA - GUSTAVO - 13 ANOS** “O menor em questão, segundo relatos obtidos pela Assistente Social e Psicóloga, sempre foi agitado, nervoso, dando trabalhos na escola desde a tenra idade, provocando a existência de algum problema psicológico. Também se extraiu que o menor e a mãe são resistentes ao encaminhamento psicológico, isso ainda agravado pela opção sexual que denota que nem ele aceita sua condição, quanto mais a mãe que manifestou que fez exoval esperando uma filha, o qual era seu desejo e nasceu um filho homem”.

Para Donzelot (1986) a intervenção profissional cujos objetivos são a adaptação, o controle, o disciplinamento, entre outras normas, acarretam, muitas vezes, a culpabilização das pessoas atendidas, no caso em questão, devido às precárias condições socioeconômicas em que vivem.

A interpretação da lei nunca é o ato solitário de um magistrado a fundamentar a demanda na razão jurídica; o conteúdo prático da lei se manifesta nas consequências de uma luta simbólica entre os vários profissionais dotados de competências técnicas.

Segundo Michel Foucault houve nos séculos XVII e XVIII “uma extensão progressiva dos dispositivos de disciplina” e eles se multiplicaram e se difundiram pelo corpo social. A ramificação, a disseminação, dos mecanismos disciplinares não necessitam mais de espaços fechados para o seu funcionamento e, puderam ser transferidos e adaptados para o exterior

das instituições, com a tendência e se desinstitucionalizar, de sair das fortalezas fechadas, onde possam a funcionar e a circular livremente, e é o que veremos no próximo item: a passagem da sociedade de disciplina para a sociedade do controle ou à segurança.

## **CRISE DAS INSTITUIÇÕES FECHADAS: REFINAÇÃO DAS TÉCNICAS DE DISCIPLINA E A SOCIEDADE DE SEGURANÇA**

Foucault, estudou a passagem da sociedade disciplinar para uma sociedade de segurança ou de controle, passagem essa que, não implica apenas a substituição de um tipo de sociedade pela outra, uma vez que não se trata de ruptura. Não se trata de uma sucessão histórica, não se trata de um progresso dos dispositivos de punição, de disciplina e da segurança, esses dispositivos se implicam mutuamente: os dispositivos de segurança não anulam os dispositivos de punição e nem de disciplina.

Segundo Martins (2007) em 1978, Michel Foucault, introduziu o conceito de governabilidade<sup>68</sup>, e essa temática não foi objeto de nenhum livro de sua autoria, mas foi explorada em seus seminários de pesquisa sobre as questões de governo, em suas frequentes visitas aos Estados Unidos. Foucault propõe a continuar a análise da emergência de uma nova tecnologia de poder, a biopolítica<sup>69</sup>, e os mecanismos de segurança, que teriam se constituído na segunda metade do século XVIII: “pode-se dizer que nas nossas sociedades a economia geral de poder está em vias de se tornar da ordem da segurança?” (Foucault, 2004 a, p. 12).

A sociedade disciplinar teve seu início, segundo Michel Foucault, no século XVII, sucedendo e transformando a sociedade de soberania. A sociedade disciplinar efetivamente se constituiu ao longo dos séculos XVIII e XIX e adentrando o século XX, período em que entra em crise. Não há dúvidas de que, ao longo desse período, ela se desenvolveu, operou deslocamentos e refinou suas técnicas. A crise das instituições fechadas, como a escola, a prisão, o hospital, entre outros, é decerto um sinal dessas transformações. [...] Quando a tecnologia disciplinar ultrapassou os muros das instituições, estendendo-se por todo o campo social, os limites entre o dentro e o fora, na sociedade contemporânea, se tornaram muito mais tênues (Martins, 2007, p. 35).

A passagem da disciplina ao controle ou à segurança só pode acontecer com o aparecimento de um novo elemento: a população. Trata-se de intervir na dimensão do coletivo, para modificar a morbidade, a natalidade, criando mecanismos de segurança para dar conta do aleatório, do acidental, do imprevisto que é inerente a uma população (Martins, 2007).

Para definir o dispositivo de segurança, Foucault, contrapõe ao regime jurídico da punição e ao poder disciplinar; esses dispositivos não são de modo algum excludentes, como explicamos anteriormente, mas as técnicas, os meios são aperfeiçoados.

Foucault trabalha de diferentes modos, a questão do espaço, na soberania, na disciplina e na segurança. Na soberania o poder se exerce dentro dos limites do território, na disciplina incide sobre o corpo dos indivíduos, e no dispositivo de segurança tem como objeto o conjunto da população e, como campo de intervenção, tudo o que pode afetar essa população. A questão de espaço está presente em cada uma dessas modalidades de exercício de poder, cada um desses dispositivos de poder desenvolverá uma forma própria de ajustar a articulação de suas técnicas e procedimentos com o problema do espaço.

68 Para aprofundar a temática, indicamos a dissertação de Mestrado de Martins (2007) intitulada “Da disciplina ao controle: tecnologias de segurança, população e modos de subjetivação em Foucault”.

69 A biopolítica opera como uma regulação da vida em seu conjunto. Trata-se de intervir na dimensão do coletivo, para modificar o imprevisto, o acidental, criando mecanismos de segurança (Martins, 2007).

Na pesquisa realizada, detectamos que a questão de espaço e território onde o adolescente foi encontrado pela Polícia Militar, contribuiu para o julgamento do ato infracional e para a aplicação da medida socioeducativa, como forma de punição. Vejamos alguns exemplos.

O MP representa o adolescente, Igor (15 anos), por tráfico de drogas. Alega que conforme consta o BO, a PM realizava patrulhamento de rotina, quando avistaram o adolescente, saindo de um terreno baldio. O adolescente foi revistado, e encontraram com ele 2 porções de maconha, além da quantia de R\$ 22,00). “Há nos autos provas da materialidade e suficientes indícios de autoria do ato infracional imputado ao adolescente. Desse modo, é imperioso reconhecer que a permanência de Igor em liberdade, sem que apresente condições para tanto, certamente poderá comprometer sua formação moral, favorecendo seu retorno à identificação com grupos de risco e ao maior envolvimento com o tráfico de drogas, acarretando, igualmente, danos a coletividade e à saúde pública. Assim, visando a proteção da ordem pública e do próprio adolescente, que se vê inserido no mundo do crime, necessitando ser retirado do meio infracional em que está envolvido, requeiro que seja decretada a internação provisória de Igor, por 45 dias, prazo este que em que se deverá se findar o procedimento infracional”.

O MP representa o adolescente Renato (15 anos) por tráfico de drogas. Alega que conforme consta o BO em 08/01/2019 os PM viram o adolescente em um terreno baldio, mexendo em algo. Ao ver a viatura, o adolescente tentou fugir, mas foi abordado. Em seu poder encontraram 5 porções de maconha. O adolescente admitiu aos policiais que vendia a porção por R\$ 5,00 e indicou no terreno onde estava enterrado o restante da droga (79 porções, no total de 159,93 gramas), enroladas em plástico filme, prontas para o comércio. O adolescente em oitiva informal confessou a prática do ato infracional, disse que as porções que estavam consigo e as que estavam enterradas seriam destinadas ao tráfico. Esclareceu ainda, que reside com os pais e que está matriculado na rede pública de ensino. Não quis dar detalhes sobre sua vida e nem sobre o motivo de traficar.

Na situação de Igor (15 anos), que foi julgado por tráfico de drogas, e solicitado a medida de internação, pois a PM avistou o adolescente saindo de um terreno baldio, e com ele encontraram duas porções de maconha e a quantia de R\$ 22,00; na certidão de objeto e pé, o Supervisor de serviço da Vara da Infância e Juventude certificou que o adolescente, estava apenas com esse ato infracional em andamento. Ou seja, era o primeiro ato infracional, e foi solicitado a medida socioeducativa mais severa: a internação.

Como se observa, o meio surge como espaço de intervenção, na qual irá atingir uma população. A questão do espaço conduz a ideia do meio, como forma de pensar e modificar o espaço urbano.

O funcionamento do dispositivo de segurança pode ficar mais claro se o comparamos com os mecanismos disciplinares. A disciplina busca controlar tudo, nada deve lhe escapar, além de dividir tudo entre permitido e proibido, visa determinar e especificar tudo o que é desejável ou mesmo obrigatório, atua de modo primordial sobre espaços circunscritos, fechados nos quais “os mecanismos de seu poder se desenvolvem e atuam sem nenhum limite” (Foucault, 2004 a, p. 46).

Já os dispositivos de segurança não visam um controle total, detalhado, e sim tendem a largar de modo permanente seu campo, seu espaço de atuação. Os dispositivos de segurança atuam sobre a realidade concreta, e busca fazer funcionar elementos que possam atuar uns sobre os outros, para obter efeitos de mudança sobre a realidade, sobre a população.

Exemplificando, para compreender a Sociedade Disciplinar, que teria sido marcada por instituições fechadas, por meio das quais a liberdade individual era cerceada por muros,

paredes e cercas de isolamento, além de mecanismos e técnicas de vigilância e correção. Um exemplo disso seriam as atuais unidades semiliberdade, de internação provisória e de Internação educativa da Fundação CASA para adolescentes em conflito com a lei, conforme previsto no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) (Brasil, 1990, 2012).

Já os Serviços de Atendimento a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e ou Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), que realiza um trabalho de acompanhamento com adolescentes que cumprem medida socioeducativa em meio aberto na unidade do CREAS, ou também através de entidades conveniadas (ONGs, OS, OSC, OSCIP, e demais entidades do terceiro setor), por meio de um Plano Individual de Atendimento (PIA), apresentam uma estrutura e modo de funcionamento mais orientado pela Sociedade de Segurança. Suas condutas seriam modeladas pelos serviços, programas e projetos desenvolvidos no cotidiano institucional, mas sem utilização da privação de liberdade/internação (Benelli, 2022).

Na pesquisa realizada, alguns adolescentes receberam, remissão cumulado com a medida socioeducativa em meio aberto e acompanhamentos, como forma de controle de suas condutas dentro de seu território, de suas famílias, conforme demonstra o exemplo a seguir.

O Promotor de Justiça apresentou a proposta de remissão como forma de suspensão do processo, c/c frequência e bom comportamento escolar, prestação de serviços à comunidade por 6 meses; e orientação e acompanhamento de assistente social. O juiz “CONCEDO, como forma de suspensão do processo, a REMISSÃO ao representado, aplicando, cumulativamente, a medida de prestação de serviços à comunidade por 6 meses. O adolescente também deverá se matricular e frequentar a escola, caso ainda não o faça, e ter bom comportamento, a ser avaliado por meio de relatório a ser enviado pela escola, no prazo de seis meses. Por fim deverá ser orientado e acompanhado por assistente social.

Benelli (2022), por meio de uma pesquisa de revisão da literatura, incluindo documentos e bibliografia, com base na perspectiva genealógica foucaultiana, procurou problematizar as diferentes formas históricas das práticas assistenciais desenvolvidas no Brasil, com o objetivo de localizar a instituição Assistência Social no contexto contemporâneo da Sociedade de Segurança.

A sociedade de segurança ou de controle visa gerir e administrar a vida da população no espaço aberto. Sem anular, nem inutilizar as estratégias disciplinares clássicas que operam em instituições fechadas, foram desenvolvidos novos dispositivos de segurança, derivados da noção de gerenciamento do risco social. “Políticas públicas e práticas de Proteção Social seriam típicas da sociedade de controle e dos dispositivos de segurança” (Benelli, 2022, p. 9).

Como observamos, as políticas públicas na sociedade capitalista, não resolve os problemas, apenas gerencia a situação dos pobres. A efetivação das políticas públicas somente como horizonte, pode manter o “Status Quo”, no sistema capitalista de produção, mantedor da miséria e pobreza, e como forma de controle da população. Por outro lado, tornar-se desumano, se as políticas públicas não existirem, isso pode acarretar de certa forma, uma ação necropolítica; deixar as pessoas morrerem sem assistência, na medida em que os direitos legalmente instituídos, não serão efetivados, no cotidiano e na vida das pessoas.

As legislações são apenas um dos aspectos necessários para a garantia de direitos fundamentais. Esses direitos dependem, para sua garantia, de uma ação concreta do Estado e da atuação do Poder Executivo na execução das políticas públicas que assegurem os direitos conquistados. Tal limitação tem ocorrido constantemente, no interior do próprio Estado, e

suscita um conflito entre a tentativa de garantir direitos sociais conquistados e o crescente desmonte do Estado Social.

A partir deste contexto, necessário se faz observar as implicações decorrentes da omissão do Estado e os reflexos sociais delas eminentes, e as consequências da falha da promoção estatal no desenvolvimento humano e, por consequência, o processo de criminalização da infância e da juventude que ocorre quando a promoção de tais direitos não se concretiza. O Estado estaria produzindo as condições de negação à vida e de exposição à morte a determinados grupos, incluindo entre eles, a criança e adolescente, especificamente, os pobres.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nosso objetivo consistiu em investigar e discutir, a partir da genealogia foucaultiana, a funcionalidade da Vara da Infância e Juventude na aplicação do Direito, quando acionada pela Rede de Serviços Socioassistenciais, por meio da análise de documentos judiciais, tais como autos processuais envolvendo demandas relativas a adolescentes envolvidos com atos infracionais.

Por esse motivo, buscamos analisar a trajetória dos autos judiciais de ato infracional na Vara da Infância e Juventude, levando em consideração que toda as histórias dos conflitos (a lide) estão registradas nos autos de um processo judicial e, depois de um percurso em que vários profissionais, de diversas áreas, atuam na interpretação da realidade, que a sentença final é dada pelo Juiz.

Com o intuito de compreender como o Judiciário aplica o direito, através dos casos que chegam até ele, verificamos, durante nossa pesquisa, que o Juiz, com base no conteúdo dos pareceres dos diversos profissionais (seja do Ministério Público, seja da rede de serviços, seja dos profissionais da Fundação Casa, seja do Judiciário), direta ou indiretamente, não apenas acata e incorpora o saber desses profissionais na sentença que profere, mas também, muitas vezes, se apropria de tal saber. O Juiz se apossa desses saberes, legitimando-os e reforçando o poder simbólico da instituição judiciária.

Em relação aos direitos da criança e do adolescente, o Brasil se baseia no ECA, trata-se da primeira lei aprovada de acordo com a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, em consonância com a doutrina das Nações Unidas para a proteção dos direitos da infância. O ECA articula-se ao paradigma da proteção integral; considera as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos em condição peculiar de desenvolvimento, essa legislação inspirada nas diretrizes da CF de 1988 é considerada um marco na proteção da infância e da juventude.

No entanto, essa lei “não caiu do céu” e nem “surgiu no estalar do dedo”, foram necessárias várias articulações com os movimentos populares, entidades que atendiam crianças, movimentos de crianças de rua, entre outros, que discutiam, principalmente, que os direitos fossem estendidos as classes populares.

Anterior ao ECA, no ano de 1927, tivemos o primeiro Código de Menores da América Latina, cuja principal característica na política de atendimento, do Código de Menores era “a institucionalização para a solução de problemas”. Essa modalidade de assistência baseada de modo predominante na estratégia da institucionalização ou da internação institucional e perdurou até a década de 1980.

Portanto, de 1927 até 1990, com a aprovação do ECA, aproximadamente 63 anos, tivemos uma política de atendimento a criança e ao adolescente, como principal foco “a institucionalização, a internação”. Várias gerações de crianças e adolescentes passaram suas infâncias e adolescências

internados em grandes instituições fechadas, no cenário brasileiro; situação essa que, até hoje, permeia a sociedade, os órgãos de atendimento e as posturas dos profissionais no atendimento a criança, adolescentes e jovens.

Em nossa pesquisa, foi detectado que em várias situações, a medida socioeducativa de internação foi adotada como o melhor ou “último recurso” para o adolescente alterar seu comportamento

Sabemos que a lei sozinha não transforma a realidade, mas é um instrumento poderoso e importante, que pode contribuir para mudanças significativas, tais como, a exigência de políticas públicas para a redução da mortalidade infantil, exploração do trabalho infantil, entre outros. As legislações são apenas um dos aspectos necessários para a garantia de direitos. Esses direitos dependem, para sua garantia, de uma ação concreta do Estado e da atuação do Poder Executivo na execução das políticas públicas que assegurem os direitos conquistados.

A partir deste contexto, necessário se faz observar as implicações decorrentes da omissão do Estado, os reflexos sociais delas eminentes, e as consequências da falha da promoção estatal no desenvolvimento humano e, por consequência, o processo de criminalização da infância e da juventude que ocorre quando a promoção de tais direitos não se concretiza.

Em nossa pesquisa, vimos que a maioria dos Promotores, Juízes, Advogados, Desembargadores, alguns profissionais da Fundação CASA e do Judiciário, que a interpretação da realidade está muito próxima da visão de mundo que afina com as ideias mais convencionais do campo jurídico e muito próxima ao discurso do senso comum, sobre as origens e a permanência da delinquência.

A predominância da postura tutelar-repressiva embasada na doutrina da situação irregular, apesar de não mais autorizada pela legislação vigente, ainda pode ser verificada nas práticas utilizadas, e é justamente nessa perspectiva que, nos dias de hoje, alguns juízes, e todos os envolvidos na aplicação e execução da medida socioeducativa, ainda estariam aplicando medidas socioeducativas aos adolescentes sem a observância dos parâmetros norteadores do ECA: de garantia de direitos. Nossa pesquisa predominou a ala conservadora do Judiciário Brasileiro. Porém, há outras leituras mais progressistas, que consideram que de fato, possuem uma visão diferente sobre a desigualdade e os problemas da justiça juvenil.

## REFERÊNCIAS

- Benelli, S. J. (2022). A Assistência Social no contexto da sociedade de segurança. In: V. Furlan (Org.) *Psicologia política e políticas públicas*. CRV.
- Brasil. (2010). Rede Nacional Primeira Infância. Plano Nacional pela Primeira Infância. [chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2020/10/PNPI.pdf](https://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2020/10/PNPI.pdf)
- Brasil. (2011). Secretaria de Assuntos Estratégicos. Construindo um Programa Único de Atenção Integral à Primeira Infância.
- Cólman, S. A. (2004). *A formação do Serviço Social no judiciário*. [Tese de Doutorado em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo].
- Constituição da República Federativa do Brasil 1988 (1990a). (4a ed.) Saraiva.
- Donzelot, J. (1986). *A polícia das famílias*. (2a. ed.), Graal.

- Dreyfus, H. L., & Rabinow, P. (1995). A genealogia do indivíduo moderno como objeto. In: H. L. Dreyfus & P. Rabinow (Orgs.) *Michel Foucault: uma trajetória para além do estruturalismo e da hermenêutica*. (pp. 158-184). Forense Universitária.
- Faria, J. E. (2001). O Poder Judiciário nos universos jurídico e social: esboço para uma discussão comparada. *Serviço Social & Sociedade*, 22(67), 7-17.
- Fávero, E. T. (2003a). *O estudo social em perícias, laudos, pareceres técnicos*. Cortez.
- Fávero, E. T. (2003b). O estudo social: fundamentos e particularidades de sua construção na área Judiciária. In: Conselho federal de Serviço Social. (Org.) *O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos: contribuição ao debate no judiciário, no penitenciário e na previdência social*. (pp. 9-51). Cortez.
- Fávero, E. T. (2007). Reflexões sobre fundamentos da ação profissional no espaço ocupacional sociojurídico, na direção da efetivação de direitos. Apresentação na Plenária do *Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais*, CRESS - 6ª R. MG.
- Foucault, M. (1999a). Ilegalidade e delinquência. In: M. Foucault. *Vigiar e punir*. (20a ed., pp. 215-242). Vozes.
- Foucault, M. (1999b). *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. (8a ed.) Martins Fontes.
- Foucault, M. (2004). *Segurança, Território, População*. [Curso no Collège de France (1977-1978)]. Martins Fontes.
- Foucault, M. (2006) *Microfísica do Poder*. (22a ed.). Paz e Terra.
- Foucault, M. (2014). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. (42a ed.), Vozes.
- Iamamoto, M. V. (2003). *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. Cortez.
- Iamamoto, M. V., & Carvalho, R. (1982). *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. Cortez.
- Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. (1979). Institui o Código de Menores. Revogada pela Lei nº 8.069, de 1990. [https://planalto.gov.br/ccivil\\_03/////LEIS/1970-1979/L6697.htm](https://planalto.gov.br/ccivil_03/////LEIS/1970-1979/L6697.htm)
- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)
- Lei nº 12.010, de 03 de agosto de 2009. (2009). Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943; e dá outras providências. Diário Oficial da União. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm)
- Martins, L. A. M. (2007). *Da disciplina ao controle: tecnologias de segurança, população e modos de subjetivação em Foucault*. [Dissertação de Mestrado em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ].
- Righetti, C. S. (2006). *Poder judiciário e políticas públicas: um estudo sobre as demandas sociais na área da infância e juventude*. [Dissertação de Mestrado em Serviço Social e Política Social, Universidade Estadual de Londrina, Londrina]. Repositório Institucional - UEL. <https://repositorio.uel.br/items/d2dfe545-ba28-4957-9bcb-32fd20e2c722>
- Righetti Nóbile, C. S. (2016). *Os Desafios das políticas públicas na garantia de direitos: um estudo na Vara da Infância e Juventude*. [Tese de Doutorado em Serviço Social, Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. UNESP/Franca - SP]. Repositório Institucional UNESP. <https://repositorio.unesp.br/items/17424299-3ee5-47d9-9477-350cdeccea37>
- Righetti Nóbile, C. S., & Alapanian, S. (2009). O Serviço Social, as Políticas Sociais e os limites da aplicação do direito. In: O. de S. Guedes (Org.). *Serviço Social e políticas públicas: processo de trabalho e direitos sociais*. (pp. 105-128). EDUEL.

- Righetti Nóbile, C. S., & Alapanian, S. (2010). Poder judiciário e direitos sociais. In: E. P. Constantino (org.). *Psicologia, Estado e políticas públicas*. (pp. 109-126). Editora UNESP.
- Rocha, L. A. G. S. (2010). A Escola Francesa e as Definições de Poder: Georges Burdeau e Michel Foucault. *Revista Mestrado em Direito – UNIFIEO*, 10(1), 97-113. <https://doi.org/10.36751/rdh.v10i1.422>
- Silva, F. P. (2004). Articulações entre poder e discurso em Michel Foucault. In: V. Sargentini, & P. Navarro-Barbosa, (Org.). *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. (pp. 159-179). Claraluz.



# PSICÓLOGOS E ASSISTENTES SOCIAIS OPERANDO COM O DISPOSITIVO INTERCESSOR NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Andrey Marcel Botelho Fiori<sup>70</sup>  
Bruna Renata Scarduelli Vieira<sup>71</sup>  
Natalia Kerche Avaides<sup>72</sup>  
Tatiane Lemos Ramos<sup>73</sup>  
Silvio José Benelli<sup>74</sup>

## INTRODUÇÃO

A elaboração desse artigo nasceu da experiência dos autores enquanto trabalhadores-intercessores inseridos no âmbito do Tribunal de Justiça, onde atuam como psicólogos judiciários e assistentes sociais judiciários e como integrantes do “Laboratório Transdisciplinar de Intercessão-Pesquisa em Processos de Subjetivação e Subjetividade da saúde (LATIPPSS)”, além de sermos alunos orientandos de mestrado ou doutorado do Professor Dr. Silvio José Benelli. Nossa inserção na pós-graduação e no LATIPPSS repercutiu de forma a questionar as nossas práxis e a inserção desses saberes profissionais no Poder Judiciário e na nossa atuação enquanto “auxiliares do juízo” na elaboração de laudos, pareceres, relatórios que envolvam crianças e adolescentes.

Compreendemos que os Tribunais de Justiça são estabelecimentos que operam como construtores de verdade(s), disciplinadores de corpos e de subjetividades - a quanto às questões sociais e históricas no contexto da sociedade capitalista - e também na sua relação com os saberes/fazeres dos psicólogos e assistentes sociais que formam as equipes técnicas do juízo.

70 Mestrando em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) Faculdade de Ciências e Letras de Assis, SP, linha de pesquisa Políticas Públicas e Produção de Subjetividades: processos clínicos e institucionais, atua como psicólogo judiciário no Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Integrante do Laboratório transdisciplinar de Intercessão-Pesquisa em Processos de Subjetivação e Subjetividade da saúde (LATIPPSS), inscrito no CNPq.

71 Graduada em Serviço Social pela Faculdade Estácio de Sá (FAESO). Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) Faculdade de Ciências e Letras de Assis, SP, linha de pesquisa Políticas Públicas e Produção de Subjetividades: processos clínicos e institucionais, atua como assistente social judiciária no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Integrante do Laboratório transdisciplinar de Intercessão-Pesquisa em Processos de Subjetivação e Subjetividade da saúde (LATIPPSS), inscrito no CNPq.

72 Doutoranda em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) Faculdade de Ciências e Letras de Assis, SP, linha de pesquisa Políticas Públicas e Produção de Subjetividades: processos clínicos e institucionais, atua como psicólogo judiciário no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Integrante do Laboratório transdisciplinar de Intercessão-Pesquisa em Processos de Subjetivação e Subjetividade da saúde (LATIPPSS), inscrito no CNPq.

73 Graduada em Psicologia (UNOESTE), Especialista em Dependência Química (AVM Faculdade Integrada e reconhecida pelo CRP/06), Especialista em Psicologia Jurídica (UNOESTE e reconhecida pelo CRP/06), mestranda em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, SP. Militante e trabalhadora do SUS, atuando no CAPSad entre 2010 a 03/2023, na área da Saúde do Município de Martinópolis; 03/2023 a 07/2023 atuando na área da Saúde do Município de João Ramalho; a partir de 08/2023 atua como psicóloga judiciária do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Integrante do Laboratório transdisciplinar de Intercessão-Pesquisa em Processos de Subjetivação e Subjetividade da saúde (LATIPPSS), inscrito no CNPq.

74 Professor Associado do Departamento de Psicologia Clínica do curso de graduação em Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, SP, linha de pesquisa Políticas Públicas e Produção de Subjetividades: processos clínicos e institucionais. Livre Docente em Psicologia Clínica pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) (2022). Coordenador do Laboratório transdisciplinar de Intercessão-Pesquisa em Processos de Subjetivação e Subjetividade da saúde (LATIPPSS), inscrito no CNPq.

As equipes técnicas do juízo têm como principal atribuição desenvolver avaliações técnicas na forma de perícia psicológica, social ou psicossocial que tem por intuito embasar decisões judiciais, utilizando seu conhecimento técnico e científico. As atividades envolvem entrevistas individuais, grupais, de casal, de família (podendo estas entrevistas serem realizadas em separado ou em conjunto pelos profissionais integrantes do setor técnico), visitas domiciliares, atendimentos em domicílio, visitas a entidades socioassistenciais, escolas e outras instituições. Os profissionais da Psicologia e do Serviço Social devem traduzir estas perícias psicossociais em documentos, laudos, pareceres ou relatórios que serão endereçadas ao Juiz da Vara que determinou a realização da perícia.

Sabemos que a nossa localização profissional, num local de disputa judicial e em busca pela verdade, conduz a inúmeros questionamentos quanto a nossa inserção profissional e sobre um saber/fazer outro que não tem como horizonte ético e político a serialização/alienação disciplinar dos sujeitos, mas a produção de subjetividades singularizadas desejantes, criativas e autogestivas.

Em nossa práxis no âmbito da Justiça utilizamos o Dispositivo Intercessor (DI) como ferramenta capaz de permitir que o sujeito do processo judicial possa se reposicionar em suas demandas psíquicas e sociais. Trata-se da proposta de um novo fazer que proporcione tanto condições dos próprios sujeitos saberem sobre si, mas também de subverter os padrões de subjetivação engendrados por práticas profissionais de orientação disciplinar e normalizadora.

## **PODER, SABER E VERDADE**

As teorizações foucaultianas permitem entender que o poder pode ser definido como uma rede de relações em constante movimento na qual todos os indivíduos estão implicados, seja como atores ou como objetos destas relações. O poder ocorre exatamente nesta correlação de forma não personificada, mas, volátil, ramificada e multivetorial. Sob esta ótica, considera-se que o ser humano está envolvido em relações de poder e não pode ser concebido de forma independente ou até mesmo alheia a estas relações, ou seja, todos os seres humanos em todos os momentos operam relações de poder mesmo que a despeito de sua vontade e ao seu conhecimento (Brandão, s/d; Brígido, 2013; Esteves, 2016).

A partir do advento do Capitalismo Industrial, articula-se uma correlação entre o poder e o saber com a finalidade de operar e dominar corpos e subjetividades. Brandão (s/d, p.11) problematiza que, a partir da estrutura social implantada pelas relações de poder no Capitalismo “[...] os sujeitos se tornam em objetos construídos e normalizados pelas relações de poder, a partir das tecnologias sociais baseadas em saberes”. Esta correlação saber-poder operada pela recém-surgida burguesia com a finalidade de se adestrar corpos ao Capital será denominada de poder disciplinar por Michel Foucault.

O poder disciplinar é engendrado de acordo com as necessidades e realidades de cada local e momento histórico; tornando-se assim determinante na forma pela qual o Estado exerce suas atribuições sociais de controle e determina relações sociais de dominação entre as classes sociais. Esta mecânica do poder mediada pelo Estado se expande por toda a sociedade e investe nas Instituições presentes na vida em sociedade, especialmente nos Tribunais de Justiça, estabelecimento que configura o tema deste trabalho, partimos da definição de instituição tal como apresentada por Benelli (2022a, p. 3): “[...]Uma instituição é, sobretudo, uma construção lógica do pensamento que se materializa em dispositivos que incluem organizações e

Estabelecimentos concretos, articulando saberes e práticas lacunares e contraditórias, por meio dos mais diversos atores institucionais, produzindo efeitos éticos e sociais.”

Para tanto, além do Direito insculpido pela Legislação, interessa-nos a realidade na operação do Direito “baseada nas relações de poder que dominam a feitura do discurso da Verdade, o que por sua vez gera mais poder” (Brandão s/d, p. 9) e que caracterizam os Tribunais de Justiça enquanto Instituição. Esta compreensão implica considerar o Direito para além das normas jurídicas estatais, buscando investigar as reais práticas e discursos exercidos em nome do ‘poder’ disciplinar no âmbito da Justiça. Como no pensamento foucaultiano, queremos debater, sobretudo, a forma como o poder-saber opera nos Tribunais de Justiça enquanto estabelecimento construtor de verdade(s) e consequentemente disciplinador de corpos e de subjetividades frente a questões sociais e históricas delimitadas e qual a relação desta operacionalização da instituição da Justiça na sociedade Capitalista, focalizando os saberes e fazeres psis.

O Direito é a subordinação do sujeito por essência às engrenagens institucionais da Justiça. Isto porque, segundo Foucault (2013), o Direito é essencialmente o plano do conflito que se desenrola de forma institucionalizada e mediante procedimentos (pré)determinados onde um terceiro não interessado é convocado e legitimado para mediar o conflito e proferir um parecer sobre qual direito prevalece e de forma a arbitrar uma ‘verdade’. Na atualidade o Direito transmuta-se em um saber-poder que garante àqueles que têm o conhecimento jurídico (operadores do direito) o exercício do poder sobre a construção da verdade jurídica por meio da sua interpretação do Direito e subordinação de outrem.

A verdade jurídica na sociedade moderna passa a ser construída pela hermenêutica e pelo exercício do poder: a partir do diálogo jurídico travado pelos patronos das partes processuais fundado em versões da verdade embasadas em normas e em fatos, compete ao(à) magistrado(a), ao final do devido processo legal, produzir a verdade que mais se adequa ao caso concreto, decidindo e resolvendo o litígio, desvirtuando a livre construção dialógica intersubjetiva da verdade do sujeito demandante da Justiça.

O Poder Judiciário constitui-se como uma aplicação do Direito que personifica o poder e a arbitrariedade da construção da verdade através do saber na figura de um(a) terceiro legitimado para tal: o(a/s) juiz(a/s); ou seja, é o(a/s) juiz(a/s) quem dá a palavra final na construção jurídica da verdade (o processo judicial). Nesta conjuntura, configuram-se os saberes a respeito dos sujeitos demandantes da Justiça e operam poderes sobre eles: suas demandas são traduzidas a linguagem do Direito de forma a permanecerem ocultos no processo exatamente àqueles que demandaram suas intervenções e o clamor por Justiça.

O Direito expressa sua aptidão em desencadear processos de normalização e sujeição através da aplicação da norma jurídica na Sociedade de Controle, tornando-se um instrumento legitimador da exclusão e docilização do anormal agora transmutado em patológico, anormal ou desviante atestado pelo saber-poder psi. De acordo com Esteves (2016), o Direito passa a ter a competência de participar da domesticação e docilização dos sujeitos na medida em que o conteúdo das normas jurídicas se volta para o exame, a recriação e modificação de comportamentos através do estabelecimento daquilo que se classifica como ‘normal’ e como ‘anormal’.

Ao absorver, criar e/ou propagar parâmetros de normalidade, o Direito através de sua normatização institui tipos ideais e estabelece condutas de forma a identificar-se como instrumento de opressão, objetificação e sujeição em detrimento da condição de sujeito do ser humano. Não se opera apenas um controle sobre os corpos, mas sim sobre a subjetividade dos sujeitos. Os saberes Psi são sequestrados para esse fim em seu encontro com o Direito.

## O/A PSICÓLOGO/A E A SUA INSERÇÃO E ATUAÇÃO NAS CORTES PAULISTAS

No estado constitucional brasileiro moderno, o Poder Judiciário é poder autônomo e independente. Tal instituição busca operacionalizar a Justiça através da materialização do Direito, ou seja, da determinação e garantia da aplicação de leis e dos ritos processuais que garantam a inviolabilidade dos direitos individuais em nossa sociedade através de seus agentes institucionais (Ferraz Junior, 1994; Favero et al, 2015). O Tribunal de Justiça é um órgão do Poder Judiciário de competência estadual. É composto por estagiários, servidores públicos (escreventes judiciais, oficiais de justiça, auxiliares da justiça - psicólogo/a, assistente social, enfermeiros, médicos, dentre outros) e magistrados/as. Tem como um dos seus equipamentos institucionais de maior incidência a edificação denominada 'Fórum'. No estado de São Paulo, o Tribunal de Justiça subdivide-se geograficamente em 56 circunscrições judiciais as quais são formadas por uma comarca-sede e por comarcas e foros distritais circunvizinhos, sendo que as comarcas podem ser classificadas em Entrâncias: Especial (Capital) e Primeira, Segunda e Terceira Entrância (Interior). Atualmente, o estado de São Paulo totaliza duzentos e vinte e cinco comarcas de acordo com dados trazidos por Favero et al (2015).

No Tribunal de Justiça Paulista, o psicólogo é um perito auxiliar do juízo e em conjunto com o assistente social, integra as denominadas 'equipes técnicas do Juízo'. Estas perícias realizadas no âmbito da Vara da Infância e Juventude (envolvendo processos judiciais de afastamento do convívio familiar, aplicação de medida protetiva de acolhimento institucional, destituição ou suspensão do poder familiar, Adoção, Apuração de ato infracional, dentre outros), Vara de Famílias e Sucessões (envolvendo processos judiciais de guarda dos filhos, modificação de guarda, regulamentação de visitas, alienação parental, reconhecimento de paternidade/maternidade socioafetiva, negativa de paternidade, interdição/curatela, dentre outros) e, recentemente, em Varas Criminais e/ou Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (na aplicação de medidas protetivas e enquanto entrevistadores forenses de crianças ou adolescentes vítimas ou testemunhas de violência). Também está prevista sua atuação em ações que demandem medidas de proteção aos idosos e às pessoas com deficiência em situação de risco, mesmo que tramitem nas Varas Cíveis ou da Fazenda Pública.

A criação da função "Psicólogo/a Judiciário/a" na década de 1980 e o primeiro concurso público para contratação de servidores ocorreu em 1985 e, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n. 9090 de 13 de julho de 1990 que prevê seu em artigo 150 e 151 a atuação e manutenção de equipe interprofissional destinada a assessorar a Justiça da Infância e da Juventude, ampliou-se o número de cargos e os/as psicólogos/as passaram a ocupar todas as circunscrições judiciais.

As equipes técnicas do juízo têm como principal atribuição desenvolver avaliações técnicas na forma pericial a fim de embasar decisões judiciais, por conseguinte, 'atua por determinação judicial, analisando os litígios que lhes são apresentados para o seu parecer técnico, utilizando para tanto o seu conhecimento técnico e científico' (Rodrigues et al, 2021, p.22). O/A psicólogo/a judiciário/a deve traduzir estas perícias psicossociais em documentos psicológicos (laudos, pareceres ou relatórios) os quais são necessariamente determinadas e endereçadas ao Juiz de cada Vara, com um prazo estipulado para sua realização (que podem variar de vinte e quatro horas a sessenta dias) e passam a integrar enquanto provas um processo judicial (Shine, 2003).

Há distinções entre a perícia psicológica realizada no âmbito forense daquelas realizadas em outros contextos profissionais, como a clínica por exemplo. Brandão (2020) cita como principal diferença o fato da perícia judicial (1) ter como objetivo subsidiar uma decisão legal quando esta

necessita da compreensão de aspectos psicológicos das partes processuais e ainda elenca como importantes particularidades: (2) a relação estabelecida entre trabalhador-perito e periciando, a qual não se baseia na busca espontânea pelo serviço ofertado e cuja conclusão pode opor-se aos interesses do atendido; (3) a possível existência de falta de cooperação, mentiras, simulações e dissimulações devido ao seu caráter compulsório e interesses contraditórios entre as partes; (4) o sigilo e a confidencialidade não podem ser garantidos, uma vez que os resultados obtidos serão transcritos em um documento psicológico que integrará o processo; (5) a existência de um prazo delimitado e determinado pelo juiz da causa.

Para a realização do seu trabalho, o/as psicólogo/as judiciário/as podem utilizar de diversos instrumentais tais como, por exemplo, entrevistas individuais, grupais, de casal, de família (podendo estas entrevistas ser realizadas em separado ou em conjunto com o/a assistente social judiciário/a integrante do setor técnico), aplicar técnicas psicométricas e/ou projetivas, observação lúdicas de crianças, observação de interação, elaboração de prognósticos e proposição de procedimentos a serem aplicados. Pode também realizar estudo de campo através de visitas domiciliares, atendimentos em domicílio, visitas a entidades socioassistenciais, escolas e outras instituições. Podem ocorrer discussões técnicas e/ou administrativas intra-institucionais com os/as assistentes sociais judiciários/os e demais agentes institucionais do TJ/SP e também reuniões interinstitucionais com demais agentes do Sistema de Garantia de Direitos, tais como membros do Ministério Público, Segurança Pública, Conselho Tutelar e agentes de políticas de proteção social. Sempre sendo defendida a autonomia técnica para escolher qual o melhor instrumental bem como com a garantia da livre manifestação do ponto de vista técnico (Lima, 2012; Favero et al, 2015; Rodrigues et al, 2021; Corregedoria Geral de Justiça, 2022).

Também são atribuições do Psicólogo/a Judiciário/a proceder encaminhamentos que julgar necessário para psicoterapia ou demais serviços e programas de proteção social, realizar acompanhamento de casos, aplicar técnicas de orientação e aconselhamento individual, executar o cadastramento de pretendente(s) à adoção bem como de crianças com medida judicial de afastamento do convívio familiar e de adoção, preparação e acompanhamento de crianças e de adolescente em processo de colocação em família substituta, gestão e atualização do Sistema Nacional de Acolhimento e Adoção (SNA), dentre outras ações de menor recorrência. Sendo os/as psicólogo/as judiciário/as subordinado/as diretamente ao juiz do feito e disciplinarmente, ao juiz corregedor (Favero et al, 2015; Corregedoria Geral de Justiça, 2022)

No contexto institucional dos Tribunais de Justiça, Brandão (2016b, p. 37) já reflete sobre as possibilidades de perguntas formuladas pelos operadores do Direito ao(s) psicólogo(a/s): “Esse indivíduo está apto a exercer a guarda do seu filho? Ele pode visitá-lo? Pode adotar uma criança? É perverso, abusador, manipulador, ele é virtualmente perigoso?”. A perícia psicológica é destinada a incumbência da definição sobre quem é o genitor mais apto a exercer a guarda, a concepção e regulação do plano de convivência de um genitor com sua prole após a separação conjugal, a habilitação do/a(s) pretendente(s) à adoção, o afastamento de crianças/adolescentes do convívio familiar, a recolocação criança/adolescente na família de origem, a colocação criança/adolescente(s) em família substituta, a aplicar medida socioeducativa ao adolescente autor de ato infracional.

Segundo Bernardi (2015, p. 31) “situações impactantes de uma realidade social desigual e injusta são mostradas ao Judiciário pelos saberes (e dizeres) dos profissionais [psicólogos/as e assistentes sociais judiciários/as]” pois em um litígio processual, compete à equipe técnica do juízo apresentar e analisar marcadores psicossociais fundamentais para o deslinde do caso balizados pela legislação vigente. Estas produções técnicas formam um campo complexo, amplo e contraditório pois vêm orientadas por paradigmas éticos-políticos e teórico-metodológico

que podem corroborar decisões judiciais e contribuir para a construção e sustentação de concepções sociais a respeito do corpo social e suas demandas. Por conseguinte, balizadas por um conjunto variado de questões, de propostas e de posições teóricas, técnicas, políticas e éticas, diferentes modos de práticas psis podem ser configuradas as quais passam a produzir efeitos éticos específicos, operando na produção de subjetividade (Benelli, 2022).

Aos profissionais psis inseridos no âmbito forense cabe a superação e a reflexão teórica, técnica e metodológica acerca da sua atuação na realização da perícia psi no cenário jurídico com finalidade única de conferir maior objetividade na extração da 'verdade' requerida pelo Direito de forma a fornecer suporte científico para os operadores do Direito chegarem ao desfecho mais 'verdadeiro'. De acordo com Foucault (2013) e Brandão (2016b) a perícia judicial surgiu como dispositivo disciplinar dos corpos visando a construção de um saber sobre aquele que é mantido sob vigilância, sendo este saber atravessado por processos de normatização do sujeito que enquadram e individualizam o sujeito desviante de forma a se tornar um dispositivo para implantação e manutenção do capitalismo moderno e de processos de sujeição do corpo social.

Amparado em legislações sobre as uniões conjugais e familiares e direitos infanto-juvenis, os saberes psi na medida em que ocupam este espaço lhes direcionado pelo Direito, tornam-se gestores privilegiados da ordem social e de normatização e normalização dos sujeitos e acabam por ampliar o poder simbólico do juiz. De acordo com Brandão (2016b, p.45):

Encontramos, finalmente, as linhas de força que compõem o cenário da entrada da figura do psicólogo no campo jurídico. O resgate do poder simbólico do juiz, a normalização, e, ao mesmo tempo, a flexibilização das relações de aliança, o discurso de crise das famílias, a centralidade da criança, a produção de virtualidades para além do campo criminológico e a generalização da perícia constituem, entre outros fatores, a base para a inscrição da perícia psicológica.

Analisando o sequestro do saber Psi enquanto prática disciplinadora no campo institucional da justiça, Coimbra et al (2013) afirmam que os/as psicólogos/as estariam sendo convocados pelo Poder Judiciário para atuarem enquanto 'investigadores psíquicos' ou 'peritos da intimidade' para fundamentar decisões judiciais, de forma a incorporar a prática psi enquanto aparato de moralização, vigilância e controle das vidas desajustadas e inúteis para a sociedade capitalista e na produção de corpos dóceis e adestrados. Em uma relação dita como protetiva, efetivamente opera-se a tutela e controle dos pobres pois aquele que 'protege' pode definir condutas, crenças, desejos, criar formar de vigiar, de examinar, de compreender, de se controlar e, por fim, de se disciplinar e de se punir os sujeitos em desvio e produzir suas subjetividades (serializadas). Seria possível subverter esta convocação?

Consideramos que lógicas paradigmáticas conduzem discursos e práticas profissionais os quais, por sua vez, são produtores de efeitos éticos, muitas vezes contrários às intenções conscientes, bem como produtores de processos de subjetivação, conforme problematizado por Benelli e Costa-Rosa (2012) e Benelli (2014, 2021b). Um novo paradigma estava em questão, aquele que argumenta que o/a psicólogo/a poderia buscar a promoção de processos de subjetivação, em detrimento a um processo de sujeição, e de singularização que permitem a insurgência de transformações pessoais e sociais fundando uma ética do sujeito do inconsciente em detrimento a uma ética tutelar baseada em um paradigma disciplinar ou ainda a uma ética do cuidado.

Estaria o psicólogo/a judiciário fadado a ter sua prática profissional orientada para a produção de documentos psicológicos de moralização, classificação, normatização, patologização e criminalização de condutas e práticas sociais a fim de embasar decisões judiciais, sobretudo sobre famílias pobres e marginalizadas do modo capitalista de produção (MCP)? No âmbito da Justiça, estaríamos atuando enquanto produtores de sujeição, ou seja, de produção de subjetividades serializadas?

## O ASSISTENTE SOCIAL E SUA PRÁXIS NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO: OPERANDO COM O DI

O primeiro documento que oficializou o Serviço Social no Tribunal de Justiça foi a Lei Estadual nº 560 de 27 de dezembro de 1949, que criou o serviço de colocação familiar no Juizado de Menores de São Paulo e definiu que uma chefia deveria ser ocupada, preferencialmente por um assistente social. A inclusão de trabalhadores assistentes sociais no quadro funcional, bem como o direito à livre manifestação do ponto de vista técnico, está assegurada e regulamentada pelas Normas da Corregedoria Geral de Justiça, Provimentos nº 50/1989 e nº 30/2013, nos artigos 802 a 808. Sua atuação está voltada principalmente às Varas de Infância e Juventude, mas também em varas cíveis, de violência doméstica, processos que envolvem idosos e em varas criminais exclusivamente em procedimentos relativos ao Depoimento Especial. As funções dos assistentes sociais e dos psicólogos foram revistas recentemente pelo Departamento de Recursos Humanos (DRH), por iniciativa de órgãos e associações das categorias, com o intuito de melhor defini-las.

O trabalho realizado pelo trabalhador assistente social costuma ser solitário, há ausência de estímulos do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) para o aprimoramento profissional e para a sistematização de conhecimentos sobre temáticas específicas.

Borgianni (2013) explica que o termo sociojurídico é relativamente novo na história do serviço social, com discussões apresentadas pela revista *Serviço Social & Sociedade* nº 67, de 2001, com artigos que discutem sobre a inserção profissional no Poder Judiciário e o sistema penitenciário. Porém, a inserção profissional no sistema judiciário e no sistema penitenciário, datam da própria origem da profissão no Brasil. Iamamoto e Carvalho (1982) revelam, por exemplo, que um dos primeiros campos de trabalho de assistentes sociais na esfera pública foi o Juízo de Menores do Rio de Janeiro, então capital da República. Essencial, diante do agravamento dos problemas relacionados à 'infância pobre', à 'infância delinquente', à 'infância abandonada', manifestos publicamente no cotidiano da cidade, o serviço social foi incorporado a instituição da Justiça e nos seus estabelecimentos como uma das estratégias de tentar manter o controle almejado pelo Estado sobre esse grave problema, que então se agravava no espaço urbano.

Como assistentes sociais, uma das nossas funções é de identificar, compreender e problematizar as contradições presentes em nossa área de atuação. Na atuação sociojurídica, lidamos com a resolução de conflitos, vulnerabilidade e violações de direitos através do poder do Estado.

Analisando a perspectiva do Estado protetivo, negamos o modo de fazer proteção que se relacione a uma forma rasa de produzir o controle da população por meio do poder judiciário, negamos um modo de decidir, impor e estabelecer formas de vivência sobre os sujeitos que atendemos. Foucault (1979) considera o poder e seus efeitos, reprimindo e produzindo efeitos de saber e de verdade:

Trata-se [...] de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações [...] captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam [...] Em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício (Foucault, 1979, p.182).

Assim como Foucault, também acreditamos e entendemos que os fatos e os acontecimentos devem ser considerados em seu tempo e história. É importante que os conflitos familiares, bem como a desproteção que vivenciam as pessoas vulneráveis sejam analisadas em seu contexto.

Foucault nos ajuda a pensar sobre a emergência de novas tecnologias de governo, pela configuração saber-poder e as tensões das relações de forças, bem como o papel do Estado, que instrumentaliza diferentes formas de controle. Os sujeitos e suas famílias, tornam-se peças, engrenagens e a política um modo de normalização e controle. Castel (1987, p. 126) reflete que:

Assim, prevenir é primeiro vigiar, quer dizer, se colocar em posição de antecipar a emergência de acontecimentos indesejáveis (doenças, anomalias, comportamentos de desvio, atos de delinquência etc.). Mas o modo de vigilância promovido por essas políticas preventivas é totalmente novo. [...] As novas políticas preventivas economizam essa relação de imediatismo, porque do que elas tratam, num primeiro tempo, pelo menos, não são indivíduos, mas fatores, correlações estatísticas. [...] Trata-se menos de afrontar uma situação já perigosa do que antecipar todas as figuras possíveis de irrupção do perigo. E, o que marca assim em foco o lugar do perigo é uma distância avaliável em relação às normas médias.

A ideia de poder vai assumindo outras formas, menos explícitas e físicas, se transformando numa vigilância exaustiva dos sujeitos, exercida por um conjunto de trabalhadores sociais que atuam em estabelecimentos diversos. Foucault (1999) discute sobre o poder como um mecanismo produtivo e transformador:

Temos que deixar de descrever sempre os efeitos do poder em termos negativos: 'ele exclui', ele 'reprime' ele 'recalca', ele 'censura', ele 'abstrai', ele 'mascara', ele 'esconde'. Na verdade, o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção (Foucault, 1999, p.135).

No judiciário, enfrentamos o desafio de sempre trabalhar na direção da garantia de direitos e não da responsabilização civil ou criminal, ou seja, nosso papel não é de um juiz, delegado, policial ou promotor, nosso objetivo é buscar garantir direitos de todos os envolvidos no conflito, considerando todas as partes em sua singularidade.

Durante a entrevista, ela explica que sente-se sobrecarregada com relação aos cuidados e responsabilidade da rotina com os filhos, informa que o filho mais novo frequentemente fica agitado, agressivo e não aceita os direcionamentos que ela dispensa a ele, atribuindo a isso a grande quantidade de faltas escolares. Também informa que não manteve o filho com as participações no Centro do Autismo devido a necessidade de um acompanhante e alegando coincidir com seus dias de trabalho. Os relatos da genitora apresentam de fato uma grande sobrecarga com relação à rotina e as dificuldades com os filhos, não há rede de apoio familiar, comunitária e muito menos institucional. Os trabalhadores da rede referem que 'já tentamos de tudo'. Permeia o contexto familiar um encadeamento de fatores de risco: família chefiada por mulher, hipossuficiência, desproteção social, condição precária de trabalho por parte da genitora, ausência de acesso aos direitos sociais e às políticas públicas do município, ausência de familiares como rede de apoio, vínculos fragilizados/rompidos com família paterna (Diário de intercessão, 2023).

Esse exemplo apresentado, foi retirado do diário de intercessão em 2023, tratava-se de um caso em que a rede socioassistencial realizou a sugestão de acolhimento institucional de duas crianças com idades de dez e doze anos, sob os argumentos de que a genitora era negligente. É preciso refletir, estudar e questionar nossa práxis diariamente, escrever os laudos, relatórios e pareceres baseados em conhecimentos técnicos e considerando o cenário complexo, sensível e instável que é uma família.

As práticas judiciais têm buscado conhecer a verdade a respeito das situações com as quais lida, de forma técnico científica, procurando alcançar maior objetividade, o que se tornou mais acentuada nos últimos anos com a introdução do perito, ou seja, do especialista em determinada área do conhecimento que é solicitado, nomeado ou recebe determinação – supostamente como elemento neutro – para o estudo investigação, o exame ou a vistoria de uma determinada situação processual (Fávero, 2007, p.43)

Na medida em que somos capturadas pelos efeitos do retrocesso no cenário das políticas públicas – e efetivação da lógica capitalista –, corremos o risco de reproduzir, em nosso cotidiano, uma cultura moralista e autoritária, que culpa o pobre por sua pobreza, com concepções e práticas assistencialistas, clientelistas, com expansões de uma rede solidária, benemerente e filantrópica, baseada no dever moral das ações e práticas (Yazbek, 2007).

O foco na produção de novas sociabilidades, tão caro na política de Assistência Social, dominado pela lógica de mercado, pode acarretar a distorção do papel da família, que passa a ser compreendida como espaço privilegiado de produção física e social dos sujeitos. Esses sujeitos, futuramente comporão a força de trabalho, com uma consciência acrítica, dóceis, produtivos, submissos à divisão do trabalho e aptos ao consumo (Moraes, 2018).

Assim, a família constituiu-se como espaço estratégico, por meio do qual se podem universalizar novos valores sociais, buscando formar indivíduos individualizados, domesticados e colocados à disposição da cidade e da pátria. Assim, o Estado passa a ter maior importância que a família, porém um Estado apropriado pela família burguesa e ordenador das famílias trabalhadoras (Moraes, 2018, p.812).

Ao tratarmos a família como *locus* estratégico, única e responsável por uma transmissão de valores, assegurando a manutenção dos filhos dentro do espaço do “lar”, isentamos o Estado de suas responsabilidades enquanto implementar de políticas públicas de Educação, de Saúde, de Assistência Social, de Lazer, etc., assim como impossibilitamos a emergência de novas significações, inclusive, sobre o papel da família na vida coletiva.

[...] a própria Assistência Social pretenderia produzir que tipo de incidência na realidade social brasileira: política e transformadora ou terapêutica e correccional? Essa política pública visaria mais desenvolver práticas disciplinares e de controle ou emancipadoras e singularizantes junto aos segmentos populacionais atendidos? (Benelli, 2020, p.18).

Quando ocupamos o lugar de trabalhadora-intercessora, não nos colocamos em uma posição de intelectual, pois operar a partir do DI não se trata de alguém que detém um saber e vai a campo para ensinar os demais trabalhadores, sobre um como fazer. O trabalhador-intercessor se diferencia por ser alguém que carrega seus próprios incômodos, seus questionamentos, um trabalhador com um modo de se posicionar intencionalmente planejado, respaldado pelos referenciais teóricos que embasam o DI e, assim como no caso desta trabalhadora-intercessora, se trata de alguém que já está inserido no estabelecimento institucional.

Propomos o conceito de trabalhador-intercessor para nomear trabalhadores que são precavidos pela psicanálise do campo de Freud e Lacan, pela Análise Institucional, por elementos do Materialismo Histórico e elementos da Filosofia da Diferença (campos transdisciplinares e, por hipótese, correlatos, em alguma medida). Veremos que a esse trabalhador é necessário também um certo atravessamento pelos efeitos da própria análise (Costa-Rosa, 2015, p. 17).

Orientados pelo DI, foi possível operar de um modo diferente e avisado, supondo cautela, paciência e manejo das situações, evitando por exemplo, subestimar o saber que os atores da práxis já possuem, assim, incluímos os sujeitos como capazes de produzir rupturas e mudanças nos estabelecimentos institucionais e na formação econômica e social (Souza, 2015).

A atuação do Assistente Social enquanto perito, baseia-se na Legislação Cível, sendo regulada no Código de Processo Civil (art. 145 a 147). Na atualidade essa legislação “respalda a nomeação ou solicitação de Assistente Social para oferecer conhecimentos da área ao aplicador da justiça, para ações que tramitam nas Varas da Família e das Sucessões e Varas Cíveis” (Fávero, 2003, p.21).

## **A SUBVERSÃO DAS PRÁTICAS DISCIPLINARES DO SERVIÇO SOCIAL E DA PSICOLOGIA POR MEIO DO DISPOSITIVO INTERCESSOR**

Sempre questionamos a suposta neutralidade almejada pelas ciências tradicionais e pela pesquisa acadêmica que se alinha com a lógica do Modo Capitalista de Produção. Também sempre nos interessou a atuação profissional norteada por possibilidades de ações coletivas visando à transformação das relações coloniais e de subordinação das classes sociais (Benelli; Costa-Rosa, 2012; Benelli, 2014; 2019; 2021). Os desdobramentos de tais questões seriam a chave para uma proposta de subversão ao lugar reservado à Psicologia e ao Serviço Social no âmbito dos estabelecimentos de Justiça.

De acordo com Benelli e Costa-Rosa (2012) e Benelli (2014; 2022a), nossa função seria promover a tutela e ao ajuste social dos corpos, ainda que mascarado em um discurso do 'protagonismo' do sujeito/usuário, produzindo subjetividades serializadas (adaptadas, subordinadas, alienadas) em detrimento de subjetividades singularizadas (desejantes, criativas, autogestivas). No campo institucional do Tribunal de Justiça, serviríamos para promover a tutela dos corpos por meio do discurso da 'proteção'?

Para prosseguir nestas reflexões, necessariamente tomamos como base o conceito de Dispositivo Intercessor (DI) inicialmente formulado por Costa Rosa e que se encontra em construção permanente por parte dos integrantes do "Laboratório Transdisciplinar de Intercessão-Pesquisa em Processos de Subjetivação e Subjetividade da saúde (LATIPPSS). O Dispositivo Intercessor ou a Intercessão-Pesquisa é uma ferramenta teórico-técnica e ético-política que tem como intuito principal a superação da divisão social do trabalho de forma dualista imposta pelo modo capitalista de produção e visa a produção de um saber e organização de um conhecimento pautado na atuação profissional dos/as trabalhadores-intercessores. Sua pretensão é subverter os métodos de trabalho e de pesquisa que objetificam o sujeito trabalhador e o sujeito demandante de atenção psi/assistencial e que acabam por produzir subjetividade serializada de ambos os sujeitos, em um processo de sujeição ao invés de promover processos de subjetivação singularizante (Costa-Rosa, 2013, 2019; Costa, Périco & Souza, 2019; Mexko, Souza & Benelli, 2019; Benelli, 2019, 2021, 2022b).

O Dispositivo Intercessor é composto por dois momentos, sendo o primeiro, referente à práxis do trabalhador-intercessor, que nesse caso corresponde à nossa atuação como enquanto trabalhadores do Tribunal de Justiça enquanto psicólogos e assistentes sociais, visando a produção social de cidadania e de subjetividade operando no sentido de recolocar o sujeito como protagonista do seu sofrimento psíquico e de seus impasses subjetivos, superando radicalmente as ações de suprimimento baseados no suposto saber/pode do trabalhador psi/assistencial, evitando a posição de mestre e visando que o outro se implique subjetivamente nas queixas que apresenta. Estas intercessões são orientadas para a construção de diferentes modos de subjetivação e por uma ética de trabalho que permita o reposicionamento dos sujeitos exatamente por incorporar a questão transferencial no vínculo existente entre o trabalhador e o sujeito demandante do trabalho e promover a sua singularização subjetiva e implicação sociocultural na direção do desejo e do carecimento. (Benelli, 2014, 2022a, 2022b). Também não negligenciamos a importância da relação estabelecida com os demais sujeitos e agentes operadores do direito e do Sistema de Garantia de Direitos integrantes das relações institucionais, no âmbito do Tribunal de Justiça. O segundo momento refere-se ao DI como Modo de Produção do Conhecimento (DIMPC), tempo no qual são produzidas reflexões e análise sobre nossas práxis de trabalho.

Benelli (2014), ao caracterizar as diferentes modalidades éticas como instrumental analítico, considera que as Ciências Humanas, as Ciências Sociais e as Ciências da Saúde configuram-se como tecnologias de alta densidade; sendo a Psicologia e o Serviço Social tecnologias sociais científicas e produtoras de realidade social e que operam mediante uso de tecnologias sociais de leve e de média complexidade. Merhy (2002) destacou a importância do vínculo e da relação entre os indivíduos no uso da tecnologia social leve; porém incluímos a dimensão inconsciente e a da transferência, conforme postulado na Psicanálise de Campo de Freud e de Lacan, visando a produção de subjetividade singularizada e autogerida. Há o risco de se tomar o ser humano como objeto ao não se incluir sua especificidade subjetiva no processo de atendimento, como ser de linguagem e como ser de desejo inconsciente.

O trabalhador-intercessor norteia-se pelo reposicionamento do sujeito frente aos significantes, manejando a relação transferencial entre os sujeitos e a dimensão subjetiva singular do sujeito. Segundo Costa, Périco e Souza (2019, p. 172) “[...] um trabalhador precavido é capaz de operar o surgimento de uma demanda de trabalho subjetivo daqueles sujeitos que, em um primeiro momento, não possuíam uma demanda formulada para se aplicarem em seus impasses e seus sintomas” de forma a criar condições para subverter o seu modo ‘padrão’ de subjetivar-se destes sujeitos visando, através de uma técnica e de uma ética, intervir em uma realidade que além de psíquica é social. Costa, Périco e Souza (2019) também indicam que através da operacionalização do DI é possível realizar uma subversão ao modo de funcionamento hegemônico dos dispositivos, contrapondo-se aqueles dispositivos disciplinares que se regem por controlar, governar e assujeitar-se corpos. É possível materializar a profanação de um Dispositivo através da Intercessão.

Segundo Benelli (2021, p.13) a função de um trabalhador-intercessor seria “[...] questiona(r) a demanda feita à ele na instituição – passando a se posicionar como um facilitador do trabalho que permita ao sujeito conduzir-se nos seus processos de subjetivar”. Trata-se da proposta de um novo fazer que proporcione tanto condições dos próprios sujeitos saberem sobre si, mas também de subverter os próprios padrões de subjetivação engendrados pelas próprias práticas profissionais. O psicólogo/assistente social atuando no Judiciário, ao valer-se das tecnologias do DI, precavendo-se pela psicanálise de Freud e de Lacan, poderiam romper com o seu lugar de saber/poder ao incorporar o campo transferencial e se propor a recolocar os sujeitos no lugar dos agentes do laço social. O que se visa é ajudar o objeto periciado a recuperar sua condição de sujeito e de principal produtor de sentido ao seu sofrimento e busca por um processo judicial. Em sua atuação pericial nas cortes paulistas, seria possível que tanto o psicólogo quanto o assistente social possam se eximir de uma posição de mestria e criar condições para que os periciando assumam sua condição de sujeitos de forma a emergir pulsações instituintes no pólo subordinado, superando-se a sua passividade e subordinação que são desenhadas pelas relações de poder presentes em um processo judicial.

Destaca-se ainda que, em um segundo momento, o Dispositivo Intercessor também visa romper com dualismos no processo de trabalho na Universidade, e propõe-se que o próprio trabalhador reflita academicamente sobre sua prática intercessora (Benelli, 2021). A elaboração do presente capítulo torna-se mais uma expressão da intercessão no âmbito do Tribunal de Justiça.

## REFERÊNCIAS

- Benelli, S. J. (2021). A práxis do trabalhador psicossocial: Operando com o Dispositivo Intercessor (DI). In F. C. S. Lemos. *Foucault, Deleuze, Guatarri e Lourau: encontros com a arqueologia, esquizoanálise e análise institucional*. (pp. 375-400). CRV.
- Benelli, S. J. (2014). As éticas nas práticas de atenção psicológica na assistência social. *Campinas, Estudos de Psicologia*, 31(2) 269-287. <https://doi.org/10.1590/0103-166X2014000200012>
- Benelli, S. J. (2022a). Os dispositivos intromissor, interventor e intercessor: problematizando as práticas em psicologia clínica. In: S. J. Benelli. *Figuras da clínica “psi” na contemporaneidade: o olhar, a escuta e a sensação*. [Tese de Livre Docência em Psicologia Clínica]. Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, pp. 128-173.
- Benelli, S. J. (2023). Perspectivas Transdisciplinares de investigação: Intercessões institucionais. In S. J. Benelli, & G. H. Dionísio (Orgs.). *Perspectivas de pesquisa na Pós-graduação: Psicologia e Sociedade*. (pp. 13-28). Gradus.

- Benelli, S. J. (2019). Problematizando a instituição pesquisa na universidade e nas práticas psicológicas: questões epistemológicas e éticas. *Revista Psicologia UNESP*, 18(n. esp.) 88-120. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-90442019000200006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-90442019000200006)
- Benelli, S. J. (2020). *Psicologia e Assistência Social: Interfaces políticas, clínicas e éticas*. CRV.
- Benelli, S. J.; Costa-Rosa, A. (2012). Paradigmas diversos no campo da assistência social e seus estabelecimentos assistenciais típicos. (on-line) *Psicologia USP*, 23(4), 609-660. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642012000400002>
- Bernardi, D. C. F. (2015). A construção de um saber psicológico na esfera do Judiciário paulista: um lugar falante. In; E.T. Favero, M. J. R. Melão, & M. R. T. Jorge (Orgs.) *O Serviço Social e a Psicologia no Judiciário: Construindo saberes, conquistando direitos*. (5a ed.), (pp. 30-34). Cortez.
- Borgianni, E. (2013). Para entender o Serviço Social na área Sociojurídica. *Revista Serviço Social e Sociedade*, 1(115), 407-442.
- Brandão, A. M. (s/d). *Michel Foucault e a questão do poder: o Judiciário como um produtor do discurso da verdade*. <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=0efbe98067c6c73d>
- Brandão, E. P. (Org.) (2016a). *Atualidades em Psicologia Jurídica*. Nau.
- Brandão, E. P. (2016b). Uma leitura da genealogia dos poderes sobre a perícia psicológica e a crise atual da psicologia jurídica. In: E. P. Brandão (Org.) *Atualidades em Psicologia Jurídica*. (pp. 35-52). Nau.
- Brígido, E. I. (2013). Michel Foucault: Uma análise do poder. Curitiba, *Rev. Direito Econ. Socioambiental*, 4(1), 56-75.
- Castel, R. (1987). *A gestão dos riscos: da antipsiquiatria à pós psicanálise*. Francisco Alves.
- Coimbra, C. M. B., Ayres, L. S. M., Nascimento, M. L. & Equipe PIVETES. (2013a). Construindo uma Psicologia no Judiciário. In: C. M. B. Coimbra, L. S. M. Ayres, & M. L. Nascimento (Orgs.) *PIVETES Encontros entre a Psicologia e o Judiciário*. (pp. 25-38). Juruá.
- Corregedoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo. (2022). *Normas de Serviço. Ofício de Justiça*. Tomo I. Provimento nº 50/1989 e 30/2013. <https://api.tjsp.jus.br/Handlers/Handler/FileFetch.ashx?codigo=140679>
- Costa, M. F., Périco, W., & Souza, W. A. (2019). Do dispositivo disciplinar ao dispositivo intercessor. Assis, *Revista Psicol UNESP*, 18(n. esp.), 161-178. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-90442019000200009&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-90442019000200009&lng=pt&nrm=iso)
- Costa-Rosa, A. (2013). *Atenção Psicossocial além da Reforma Psiquiátrica: contribuições a uma clínica crítica dos processos de subjetivação na Saúde Coletiva*. Unesp.
- Costa-Rosa, A. (2019). Intercessões e análises sobre o processo de produção saúde-adoecimento-Atenção no campo psíquico, num território municipal. *Revista Psicol UNESP*, 18(n. esp.), 88-120. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1984-90442019000200003](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1984-90442019000200003).
- Costa-Rosa, A. (2015). O trabalhador-intercessor nas instituições: concepções ético-políticas. In Congresso Internacional de Psicologia da UEM (CIPSI), 6, Maringá. *Psicologia e direitos humanos: Formação, Atuação e Compromisso Social*. Maringá: UEM. <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:kzGLjfiMtvkJ:cipsi.vwi.com.br/anais/download/modalidade/1/id/MzKx+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>
- Esteves, M. G. (2016). *O sentido de norma em Foucault e o papel do direito na produção dos corpos dóceis*. <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/47267/o-sentido-de-norma-em-foucault-e-o-papel-do-direito-na-producao-de-corpos-doceis#:~:text=Na%20verdade%2C%20Foucault%20analisa%20a,se%20tornou%20hegem%C3%B4nico%20na%20modernidade>

- Fávero, E. T. (2003). *O estudo social - fundamentos e particularidades de sua construção na Área Judiciária - O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos - contribuições ao debate no Judiciário, Penitenciário e na Previdência Social - CFESS (org.) - Cortez Editora.*
- Fávero, E. T. (2007). *Questão social e perda do poder familiar*. Veras.
- Fávero, E. T., Melão, M. J. R., & Jorge, M. R. T. (Orgs.). (2015). *O Serviço Social e a Psicologia no Judiciário: Construindo saberes, conquistando direitos*. (5a ed.) Cortez.
- Ferraz Jr., T. S. (1994). O Judiciário frente à divisão dos poderes: um princípio em decadência? São Paulo, *Revista USP, Dossiê Judiciário*(21), 12-23. <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/26931/28709>
- Foucault, M. (2013). *A verdade e as formas jurídicas*. (4a ed.). Nau.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Edições Graal.
- Foucault, M. (1999). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Vozes.
- Iamamoto, M. V., & Carvalho, R. (1982). *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. Cortez.
- Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990). Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)
- Lima, W. C. G. D. L. (2012). A produção de provas pessoais por crianças e adolescentes: uma questão interdisciplinar. In: B. M. Paulo (Org.) *Psicologia na prática jurídica: a criança em foco*. (2a ed.), (pp. 312-333). Saraiva.
- Merhy, E. E. (2002). A micropolítica do trabalho vivo em ato: uma questão institucional e território de tecnologias leves. In: E. E. Merhy. *Saúde: a cartografia do trabalho vivo*. (pp. 41-66), Hucitec.
- Mexko, S., Costa-Rosa, A., Benelli, S. J., & Souza, W. A. (2016). A instituição da assistência social como dispositivo social de produção de subjetividade. In: O. C. Mattioli & M. F. Araújo (Orgs.) *Subjetividade, violência e políticas públicas teorias e práticas*. (pp. 9-30). Editora CRV.
- Moraes, P. M. et al. (2018). Familismo e política social: aproximações com as bases da formação sócio-histórica brasileira. In: Encontro de pesquisadores em Serviço Social, 14, Vitória. *Revista de políticas públicas*, (802-818). ABEPSS.
- Rodrigues, M. C., Couto, E. M., & Hungria, M. C. L. (2021). A influência dos laudos psicológicos nas decisões judiciais das Varas de Família e Sucessões do Fórum Central da capital de São Paulo. In: S. Shine (Org.) *Avaliação psicológica e Lei Adoção, vitimização, separação conjugal, dano psíquico e outros temas*. (pp. 19-36). Artesão.
- Shine, S. (2003). *A espada de Salomão: A psicologia e a disputa de guarda dos filhos*. (12a ed.). Casa do Psicólogo.
- Souza, W. A. (2015). *A Assistência Social e o trabalho com as pessoas em situação de rua no CREAS: um campo de intercessão*. [Dissertação de Mestrado - Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista]. Repositório da UNESP.
- Yazbek, M. C. (2007). A gestão do suas. In Conferência Nacional de Assistência Social, 6, Brasília. *Caderno de Textos*, Brasília, MDS / CNAS. 47-50.